

Elaborada de forma a abordar os aspectos fundamentais da teoria econômica, esta obra, voltada mais especificamente aos cursos de direito e de ciências humanas de forma geral, vem preencher uma lacuna existente até o momento, ao oferecer um texto adequado aos que necessitam de uma visão abrangente da área, sem maior aprofundamento.

Inclui os seguintes tópicos:

- Introdução à economia - conceito, problemas fundamentais, funcionamento de uma economia de mercado, inter-relação com outras áreas e divisão do estudo econômico
- Breve retrospecto da evolução do pensamento econômico
- Economia e direito
- Introdução à microeconomia e à macroeconomia
- Crescimento e desenvolvimento econômico

Outros livros editados pela Saraiva:

- Administração - Montana & Charnov
- Administração da Produção - Martins & Laugen
- Administração Financeira - Gropelli & Nikbakht
  - Economia - Wessels
- Elementos de Economia Política - Gastaldi
- Estatística Aplicada - Downing & Clark
- Manual de Economia - Equipe da USP
- Marketing Básico - Sandhusen

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Marco Antonio S. Vasconcellos • Manuel E. García

Marco Antonio S. Vasconcellos • Manuel E. García

# FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Editora Saraiva



**iciados em Livros**  
seu grupo de compartilhamento de ebooks

Produção e Custos (Capítulo 6) e Estruturas de Mercado (Capítulo 7). O restante do livro é dedicado à Teoria e Política Macroeconômica. No Capítulo 8 apresentamos os principais fundamentos da Macroeconomia. A seguir, no Capítulo 9, analisamos o ramo da Macroeconomia conhecido como Contabilidade Social, onde são apresentados os principais agregados macroeconômicos. A determinação da renda e do produto nacional encontram-se nos Capítulos 10 (mercado de bens e serviços) e 11 (lado monetário). O Capítulo 12 encerra o modelo macroeconômico básico, incluindo o setor externo da economia. O Capítulo 13 detalha mais a questão inflacionária, e o Capítulo 14, na mesma linha, especifica um pouco mais o papel do setor público na atividade econômica. Finalmente, no Capítulo 15, são apresentadas noções fundamentais acerca do crescimento e desenvolvimento econômico.

Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos Professores doutores Roberto Luis Troster, Antonio Lanzana e Marcelo Rabbat, da Universidade de São Paulo, que apresentaram sugestões valiosas para este trabalho. Beneficiamo-nos também da colaboração do bacharelando de Direito João Henrique Guidugli. Agradecemos finalmente a Maria Estela de Souza e Célia Regina Cavalcante, responsáveis pela digitação do texto original.

Os erros porventura contidos neste livro são de responsabilidade exclusiva dos autores.

*Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos*

*Manuel Enriquez García*

# Sumário



<i>Apresentação</i> .....	V
---------------------------	---

## Capítulo 1 — Introdução à Economia

1. Introdução .....	1
2. Conceito de Economia .....	1
3. Sistemas econômicos e problemas econômicos fundamentais .....	2
4. Curva de possibilidades de produção (ou curva de transformação) .....	4
5. Funcionamento de uma economia de mercado: fluxos reais e monetários .....	6
6. Argumentos positivos versus argumentos normativos .....	9
7. Inter-relação da Economia com outras áreas do conhecimento .....	9
8. Divisão do estudo econômico .....	12

## Capítulo 2 — Evolução do Pensamento Econômico: Breve Retrospecto

1. Introdução .....	14
2. Precursores da teoria econômica .....	14
2.1. Antiguidade .....	14
2.2. Mercantilismo .....	15
2.3. Fisiocracia .....	15
2.4. Os clássicos .....	16
3. Teoria neoclássica .....	18
4. A era keynesiana .....	19
5. O período recente .....	20
6. Os críticos .....	21

## Capítulo 3 — Economia e Direito

1. Introdução .....	23
2. Normas jurídicas subjacentes à teoria de mercados .....	23

3. Aspectos jurídicos das políticas econômicas .....	25
4. Atualização de valores de contratos ou dívidas .....	26
5. O efeito de normas jurídicas sobre o comportamento dos agentes econômicos .....	26
6. O Estado propiciando bem-estar à sociedade .....	28

### Capítulo 4 — Introdução à Microeconomia

1. Conceito .....	30
2. Pressupostos básicos da análise microeconômica .....	31
2.1. A hipótese <i>coeteris paribus</i> .....	31
2.2. Papel dos preços relativos .....	31
2.3. Objetivos da empresa .....	32
3. Aplicações da análise microeconômica .....	32
4. Divisão do estudo microeconômico .....	33

### Capítulo 5 — Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado

1. Introdução .....	36
1.1. Breve histórico .....	36
1.2. Utilidade total e utilidade marginal .....	37
2. Demanda de mercado .....	37
2.1. Conceito .....	37
2.2. Relação entre quantidade procurada e preço do bem: a Lei Geral da Demanda .....	37
2.3. Outras variáveis que afetam a demanda de um bem .....	39
2.4. Distinção entre demanda e quantidade demandada .....	40
3. Oferta de mercado .....	41
4. Equilíbrio de mercado .....	44
4.1. A Lei da Oferta e da Procura: tendência ao equilíbrio .....	44
4.2. Deslocamento das curvas de demanda e oferta .....	45
5. Interferência do governo no equilíbrio de mercado .....	46
5.1. Estabelecimento de impostos .....	46
5.2. Política de preços mínimos na agricultura .....	47
5.3. Tabelaamento .....	48
6. Conceito de elasticidade .....	48
6.1. Elasticidade-preço da demanda .....	49
6.2. Elasticidade-renda da demanda .....	53
6.3. Elasticidade-preço cruzada da demanda .....	53
6.4. Elasticidade-preço da oferta .....	54
Apêndice — Determinação do Preço e Quantidade de Equilíbrio .....	55



### Capítulo 6 — Produção e Custos

I — Teoria da Produção .....	57
1. Introdução .....	57
2. Conceitos básicos da Teoria da Produção .....	58
3. Análise de curto prazo .....	60
4. Análise de longo prazo .....	63
II — Custos de Produção .....	65
1. Introdução .....	65
2. Custos totais de produção .....	65
2.1. Custos de curto prazo .....	66
2.2. Custos de longo prazo .....	68
3. Diferenças entre a visão econômica e a visão contábil-financeira dos custos de produção .....	69
3.1. Custos de oportunidade <i>versus</i> custos contábeis .....	70
3.2. Externalidades (economias externas) .....	70
3.3. Custos <i>versus</i> despesas .....	71
III — Maximização dos Lucros .....	72

### Capítulo 7 — Estruturas de Mercado

1. Introdução .....	74
2. Concorrência pura ou perfeita .....	74
3. Monopólio .....	76
4. Oligopólio .....	77
5. Concorrência monopolista .....	78
6. Estruturas do mercado de fatores de produção .....	79
6.1. Concorrência perfeita no mercado de fatores .....	79
6.2. Monopsônio .....	79
6.3. Oligopsônio .....	79
6.4. Monopólio bilateral .....	79
7. Ação governamental e abusos de mercado .....	80
8. Grau de concentração econômica no Brasil .....	80

### Capítulo 8 — Introdução à Macroeconomia

1. Introdução .....	83
2. Metas de política macroeconômica .....	84
3. Instrumentos de política macroeconômica .....	87
4. Estrutura de análise macroeconômica .....	89

**Capítulo 9 — Contabilidade Social**

1. Introdução .....	93
2. Princípios básicos das contas nacionais .....	94
3. Economia a dois setores: famílias e empresas .....	95
3.1. O fluxo circular de renda: as óticas do produto, da despesa e da renda ...	95
3.2. Formação de capital: poupança, investimento e depreciação .....	100
4. Economia a três setores: agregados relacionados ao setor público .....	101
5. Economia a quatro setores: agregados relacionados ao setor externo .....	104
6. PIB nominal e PIB real .....	106
7. O PIB como medida do bem-estar .....	110
<b>Apêndice A — O Sistema de Contas Nacionais do Brasil</b> .....	111
<b>Apêndice B — Números-Índices</b> .....	113

**Capítulo 10 — Determinação da Renda e do Produto Nacional:  
O Mercado de Bens e Serviços**

1. Introdução .....	119
2. Hipóteses do modelo básico .....	120
3. O equilíbrio macroeconômico .....	122
4. Comportamento dos agregados macroeconômicos no mercado de bens e serviços .....	123
4.1. Consumo agregado .....	123
4.2. Poupança agregada .....	124
4.3. Investimento agregado .....	124
5. O multiplicador keynesiano de gastos .....	125
6. Política fiscal, inflação e desemprego .....	127
6.1. Economia com desemprego de recursos .....	127
6.2. Economia com inflação .....	128
<b>Apêndice A — Determinação da Renda Nacional de Equilíbrio</b> .....	129
<b>Apêndice B — O Multiplicador Keynesiano de Gastos</b> .....	131

**Capítulo 11 — Determinação da Renda e do Produto Nacional:  
O Lado Monetário**

1. Conceito de moeda .....	133
2. Funções da moeda e tipos de moeda .....	134
3. Oferta de moeda .....	135
3.1. Conceito de meios de pagamento .....	135
3.2. Oferta de moeda pelo Banco Central .....	137
3.3. Oferta de moeda pelos bancos comerciais. O multiplicador monetário ...	138

4. Demanda de moeda .....	141
5. O papel das taxas de juros .....	142
6. Moeda, nível de atividade e inflação: interligação entre o lado real e o lado monetário da economia .....	143
6.1. Teoria Quantitativa da Moeda .....	144
6.2. Moeda e políticas de expansão do nível de atividade .....	145
6.3. A relação entre a oferta monetária e o processo inflacionário .....	146
6.4. Eficácia das políticas monetária e fiscal .....	147
7. O sistema financeiro .....	148
7.1. Os segmentos do sistema financeiro .....	149
7.2. Estrutura do sistema financeiro .....	150
7.3. Os intermediários financeiros do Brasil: breve histórico .....	153
8. Indicadores do comportamento monetário no Brasil .....	155
<b>Apêndice — Estrutura do Sistema Financeiro Nacional</b> .....	156

**Capítulo 12 — O Setor Externo**

1. Introdução .....	162
2. Fundamentos do comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas ..	162
3. Determinação da taxa de câmbio .....	164
3.1. Conceito .....	164
3.2. A inflação interna e seus efeitos sobre a taxa de câmbio .....	165
3.3. Valorização real e valorização nominal do câmbio .....	166
4. A atuação governamental no mercado de divisas: políticas externas .....	166
5. Fatores determinantes do comportamento das exportações e importações .....	167
5.1. Exportações .....	167
5.2. Importações .....	168
6. A estrutura do balanço de pagamentos .....	169
7. O balanço de pagamentos no Brasil .....	174
8. Organismos internacionais .....	174
<b>Apêndice — Principais Lançamentos Contábeis do Balanço de Pagamentos</b> .....	177

**Capítulo 13 — Inflação**

1. Conceito de inflação .....	181
2. Inflação de demanda .....	181
3. Inflação de custos .....	182
4. Efeitos provocados por taxas elevadas de inflação .....	182
5. A política econômica brasileira de combate à inflação .....	184

**Capítulo 14 — O Setor Público**

1. Introdução .....	188
2. O crescimento da participação do setor público na atividade econômica .....	188
3. As funções econômicas do setor público .....	189
3.1. Função alocativa .....	190
3.2. Função distributiva .....	191
3.3. Função estabilizadora .....	191
4. Estrutura tributária .....	192
4.1. Princípios da tributação .....	192
4.2. Os tributos e sua classificação .....	193
4.3. Efeitos sobre a atividade econômica .....	195
5. Déficit público: conceitos e formas de financiamento .....	195
5.1. Conceitos de déficit público .....	196
5.2. Financiamento do déficit .....	196
6. Aspectos institucionais do orçamento público. Princípios orçamentários .....	197
6.1. Orçamento público .....	197
6.2. Princípios orçamentários .....	198
6.3. Orçamento público no Brasil .....	199
Apêndice — Dispendio e Receita Pública: Classificação Segundo Categorias ..	201

**Capítulo 15 — Crescimento e Desenvolvimento Econômico**

1. Crescimento e desenvolvimento .....	205
2. Fontes de crescimento .....	206
3. Financiamento do desenvolvimento econômico .....	208
4. Modelo de crescimento econômico de Harrod Domar .....	208
5. Estágios de desenvolvimento .....	209
6. <u>Estratégias de desenvolvimento: da substituição de importações para a abertura comercial</u> .....	211
Glossário .....	213
Bibliografia .....	233
Índice analítico .....	235

# INTRODUÇÃO À ECONOMIA

**1. Introdução**

**S** seja em nosso cotidiano, seja através dos jornais, rádio e televisão, deparamo-nos com inúmeras questões econômicas, como por exemplo:

- aumentos de preços
- períodos de crise econômica ou de crescimento
- desemprego
- setores que crescem mais do que outros
- diferenças salariais, dissídios coletivos
- crises no balanço de pagamentos
- valorização ou desvalorização da taxa de câmbio
- ociosidade em alguns setores de atividade
- diferenças de renda entre as várias regiões do país
- taxas de juros
- déficit governamental
- elevação de impostos e tarifas públicas

Esses temas, já rotineiros em nosso dia-a-dia, são discutidos pelos cidadãos comuns, que, com altas doses de empirismo, têm opiniões formadas sobre as medidas que o Estado deve adotar. Um estudante de Economia, de Direito ou de outra área pode vir a ocupar cargo de responsabilidade em uma empresa ou na própria administração pública, e necessitará de conhecimentos teóricos mais sólidos para poder analisar os problemas econômicos que nos rodeiam diuturnamente.

O objetivo do estudo da Ciência Econômica é o de analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los, de forma a melhorar nossa qualidade de vida.

**2. Conceito de Economia**

A palavra economia deriva do grego *oikosnomos* (de *oikos*, casa, e *nomos*, lei), que significa a administração de uma casa, ou do Estado, e pode ser assim definida

Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Essa definição contém vários conceitos importantes, que são a base e o objeto do estudo da Ciência Econômica:

- escolha
- escassez
- necessidades
- recursos
- produção
- distribuição

Em qualquer sociedade, os recursos ou fatores de produção são escassos; contudo, as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam. Isso obriga a sociedade a escolher entre alternativas de produção e de distribuição dos resultados da atividade produtiva aos vários grupos da sociedade.

### **3. Sistemas econômicos e problemas econômicos fundamentais**

Um sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade. É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas utilizam buscando uma melhoria no padrão de vida e bem-estar.

Os elementos básicos de um sistema econômico são:

- **Estoque de recursos produtivos ou fatores de produção:** aqui incluem-se os recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), o capital, a terra, as reservas naturais e a tecnologia.
- **Complexo de unidades de produção:** constituído pelas empresas.
- **Conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais:** que são a base da organização da sociedade.

Os sistemas econômicos podem ser classificados em:

- **Sistema capitalista, ou economia de mercado,** é aquele regido pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção.

Pelo menos até o início do século XX, prevalecia nas economias ocidentais o sistema de concorrência pura, onde não havia a intervenção do Estado na atividade econômica. Era a filosofia do Liberalismo, que discutiremos mais adiante.

Principalmente a partir de 1930, passaram a predominar os sistemas de economia mista, onde ainda prevalecem as forças de mercado, mas com a atuação do Estado, tanto na alocação e distribuição de recursos como na própria produção de bens e serviços, nas áreas de infra-estrutura, energia, saneamento e telecomunicações.

- **Sistema socialista, ou economia centralizada, ou ainda economia planificada,** é aquele em que as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento, predominando a propriedade pública dos fatores de produção, chamados nessas economias de meios de produção, englobando os bens de capital, terra, prédios, bancos, matérias-primas<sup>1</sup>.

#### **Os Problemas Econômicos Fundamentais**

Da escassez dos recursos ou fatores de produção, associada às necessidades ilimitadas do homem, originam-se os chamados problemas econômicos fundamentais: O que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

- **O que e quanto produzir.** Dada a escassez de recursos de produção, a sociedade terá de escolher, dentro do leque de possibilidades de produção, quais produtos serão produzidos e as respectivas quantidades a serem fabricadas.
- **Como produzir.** A sociedade terá de escolher ainda quais recursos de produção serão utilizados para a produção de bens e serviços, dado o nível tecnológico existente. A concorrência entre os diferentes produtores acaba decidindo como vão ser produzidos os bens e serviços. Os produtores escolherão, dentre os métodos mais eficientes, aquele que tiver o menor custo de produção possível.
- **Para quem produzir.** A sociedade terá também de decidir como seus membros participarão da distribuição dos resultados de sua produção. A distribuição da renda dependerá não só da oferta e da demanda nos mercados de serviços produtivos, ou seja, da determinação dos salários, das rendas da terra, dos juros e dos benefícios do capital, mas, também, da repartição inicial da propriedade e da maneira como ela se transmite por herança.

Em economias de mercado, esses problemas são resolvidos predominantemente pelo mecanismo de preços atuando por meio da oferta e da demanda. Nas economias centralizadas, essas questões são decididas por um órgão central de planejamento, a partir de um levantamento dos recursos de produção disponíveis e das necessidades do país. Ou seja, a maioria dos preços dos bens e serviços, salários e quotas de produção e de recursos é calculada nos computadores desse órgão, e não pela oferta e demanda no mercado.

1. Não pertencem ao Estado pequenas atividades comerciais e artesanais, as quais, junto com os meios de sobrevivência, como roupas, automóveis, móveis, pertencem aos indivíduos (mas com preços fixados pelo governo). Existe também liberdade para escolha de profissão (ou seja, há mobilidade de mão de obra).

### 4. Curva de possibilidades de produção (ou curva de transformação)

A curva (ou fronteira) de possibilidades de produção (CPP) é um conceito teórico com o qual se ilustra como a questão da escassez impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade, que terá de fazer escolhas entre alternativas de produção.

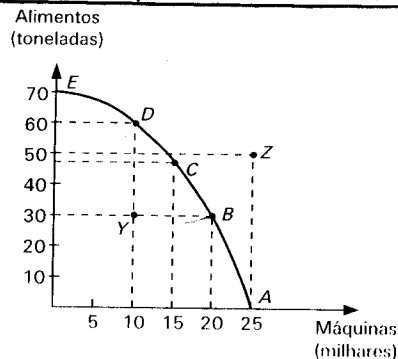
Devido à escassez de recursos, a produção total de um país tem um limite máximo, uma produção potencial ou produto de pleno emprego, onde todos os recursos disponíveis estão empregados (todos os trabalhadores que querem trabalhar estão empregados, não há capacidade ociosa etc.).

Suponhamos uma economia que só produza máquinas (bens de capital) e alimentos (bens de consumo) e que as alternativas de produção de ambos sejam as seguintes:

Alternativas de produção	Máquinas (milhares)	Alimentos (toneladas)
A	25	0
B	20	30
C	15	45
D	10	60
E	0	70

Na primeira alternativa (A) todos os fatores de produção seriam alocados para a produção de máquinas; na última (E) seriam alocados somente para a produção de alimentos; e nas alternativas intermediárias (B, C e D) os fatores de produção seriam distribuídos na produção de um e de outro bem.

Curva (ou Fronteira) de Possibilidades de Produção



A curva ABCDE indica todas as possibilidades de produção de máquinas e de alimentos nessa economia hipotética. Qualquer ponto sobre a curva significa que a economia estará operando no pleno emprego, ou seja, a plena capacidade, utilizando todos os fatores de produção disponíveis.

No ponto Y (ou em qualquer outro ponto interno à curva), quando a economia está produzindo somente 10 mil máquinas e 30 toneladas de alimentos, dizemos que se está operando com capacidade ociosa ou com desemprego. Ou seja, os fatores de produção estão sendo subutilizados.

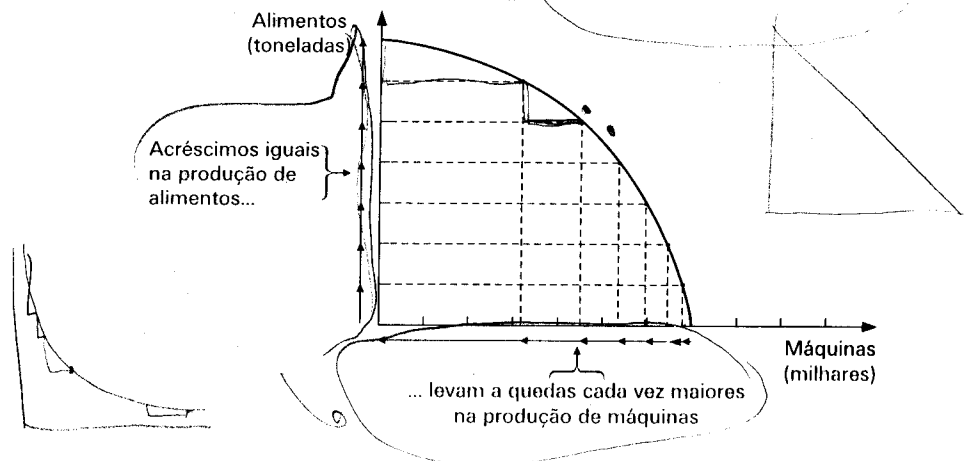
O ponto Z representa uma combinação impossível de produção (25 mil máquinas e 50 toneladas de alimentos), uma vez que os fatores de produção e a tecnologia de que a economia dispõe seriam insuficientes para se obter essas quantidades desses bens. Esse ponto ultrapassa a capacidade de produção potencial ou de pleno emprego dessa economia.

### Conceito de Custo de Oportunidade

A transferência dos fatores de produção de um bem A para produzir um bem B implica um custo de oportunidade que é igual ao sacrifício de se deixar de produzir parte do bem A para se produzir mais do bem B. O custo de oportunidade também é chamado de custo alternativo, por representar o custo da produção alternativa sacrificada, ou custo implícito. Por exemplo, no diagrama anterior, para aumentar a produção de alimentos de 30 para 45 toneladas (passar do ponto B para o C), o custo de oportunidade em termos de máquinas é igual a 5 mil, que é a quantidade sacrificada desse bem para se produzir mais 15 toneladas de alimentos.

É de esperar que os custos de oportunidade sejam crescentes, já que quando aumentamos a produção de um bem, os fatores de produção transferidos dos outros produtos se tornam cada vez menos aptos para a nova finalidade, ou seja, a transferência vai ficando cada vez mais difícil e onerosa, e o grau de sacrifício vai aumentando. Esse fato justifica o formato côncavo da curva de possibilidades de produção: acréscimos iguais na produção dos alimentos implicam decréscimos cada vez maiores na produção de máquinas, como mostra o gráfico a seguir<sup>2</sup>.

Curva de Possibilidades de Produção / Custos de Oportunidade Crescentes

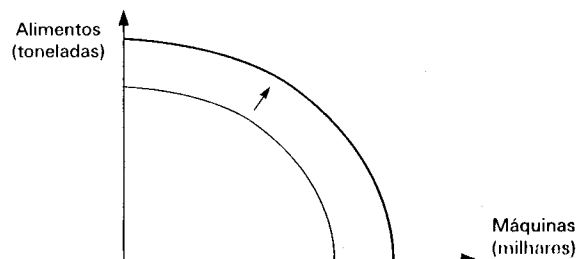


2. Se os custos de oportunidade fossem constantes, a CPP seria uma reta; se fossem decrescentes, a CPP seria convexa em relação à origem.

**Deslocamentos da Curva de Possibilidades de Produção**

O deslocamento da CPP para a direita indica que o país está crescendo. Isso pode ocorrer fundamentalmente tanto em função do aumento da quantidade física de fatores de produção quanto em função de melhor aproveitamento dos recursos já existentes, o que pode ocorrer com o progresso tecnológico, maior eficiência produtiva e organizacional das empresas e melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra. Desse modo, a expansão dos recursos de produção e os avanços tecnológicos, que caracterizam o crescimento econômico, mudam a curva de possibilidades de produção para cima e para a direita, permitindo que a economia obtenha maiores quantidades de ambos os bens.

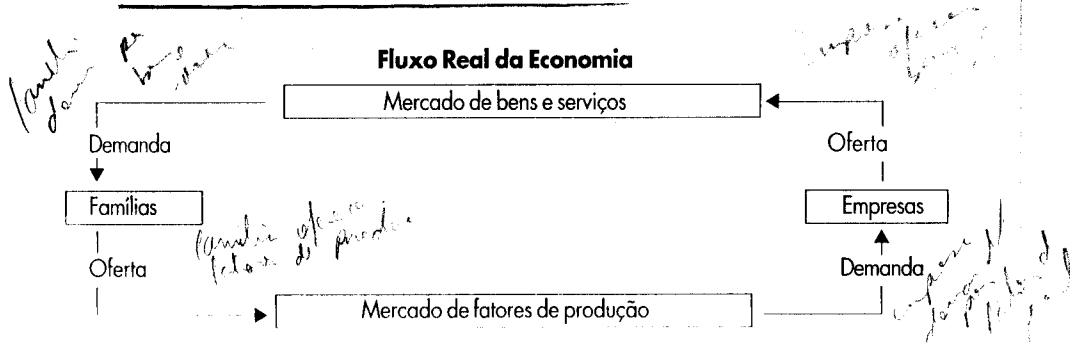
**Crescimento Econômico**



**5. Funcionamento de uma economia de mercado: fluxos reais e monetários**

Para entender o funcionamento do sistema econômico, vamos supor uma economia de mercado que não tenha interferência do governo e não tenha transações com o exterior (economia fechada). Os agentes econômicos são as famílias (unidades familiares) e as empresas (unidades produtoras). As famílias são proprietárias dos fatores de produção e os fornecem às unidades de produção (empresas) através do mercado dos fatores de produção. As empresas, através da combinação dos fatores de produção, produzem bens e serviços e os fornecem às famílias por meio do mercado de bens e serviços.

A esse fluxo denominamos fluxo real da economia.

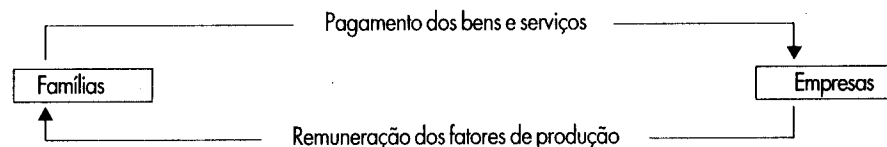


Como pode ser observado, famílias e empresas exercem um duplo papel. No mercado de bens e serviços, as famílias demandam bens e serviços, enquanto as empresas os oferecem; no mercado de fatores de produção, as famílias oferecem os serviços dos fatores de produção (que são de sua propriedade), enquanto as empresas os demandam.

No entanto, o fluxo real da economia só se torna possível com a presença da moeda, que é utilizada para remunerar os fatores de produção e para o pagamento dos bens e serviços.

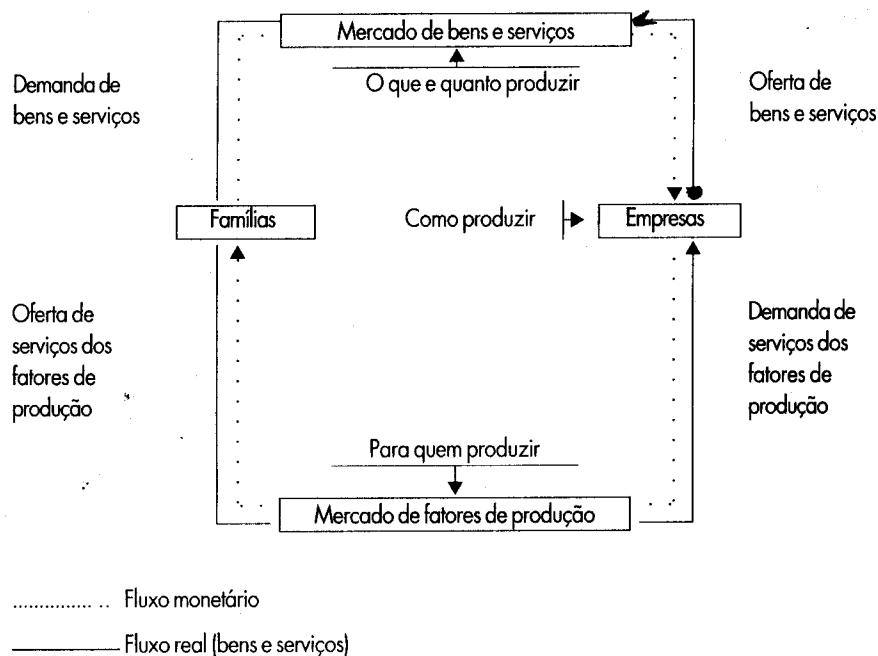
Desse modo, paralelamente ao fluxo real temos um fluxo monetário da economia.

**Fluxo Monetário da Economia**



Unindo os fluxos real e monetário da economia temos o chamado fluxo circular de renda.

**Fluxo Circular de Renda**



Em cada um dos mercados atuam conjuntamente as forças da oferta e da demanda, determinando o preço. Assim, no mercado de bens e serviços formam-se os preços dos bens e serviços, enquanto no mercado de fatores de produção são determinados os preços dos fatores de produção (salários, juros, aluguéis, lucros, royalties etc.).

Esse fluxo, também chamado de *fluxo básico*, é o que se estabelece entre famílias e empresas. O *fluxo completo* incorpora o *setor público*, adicionando-se o efeito dos impostos e dos gastos públicos ao *fluxo anterior*, bem como o *setor externo*, que inclui todas as transações com mercadorias, serviços e o movimento financeiro com o resto do mundo.

### **Definição de Bens de Capital, Bens de Consumo, Bens Intermediários e Fatores de Produção**

Os *bens de capital* são aqueles utilizados na fabricação de outros bens, mas que não se desgastam totalmente no processo produtivo. É o caso, por exemplo, de máquinas, equipamentos e instalações. São usualmente classificados no ativo fixo das empresas, e uma de suas características é contribuir para a melhoria da produtividade da mão-de-obra.

Os *bens de consumo* destinam-se diretamente ao atendimento das necessidades humanas. De acordo com sua durabilidade, podem ser classificados como *duráveis* (por exemplo, geladeiras, fogões, automóveis) ou como *não-duráveis* (alimentos, produtos de limpeza etc.).

Os *bens intermediários* são aqueles que são transformados ou agregados na produção de outros bens e que são consumidos totalmente no processo produtivo (insumos, matérias-primas e componentes). Diferenciam-se dos *bens finais*, que são vendidos para consumo ou utilização final. Os bens de capital, como não são “consumidos” no processo produtivo, são também bens finais.

Os *fatores de produção*, chamados recursos de produção da economia, são constituídos pelos recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), terra, capital e tecnologia.

A cada fator de produção corresponde uma remuneração, a saber:

Fator de produção	Tipo de remuneração
Trabalho	Salário
Capital	Juro
Terra	Aluguel
Tecnologia	Royalty
Capacidade empresarial	Lucro

Como se observa, em Economia considera-se o lucro também como remuneração a um fator de produção, representado pela capacidade empresarial ou gerencial dos proprietários da empresa.

## **6. Argumentos positivos versus argumentos normativos**

A Economia é uma ciência social e utiliza fundamentalmente uma análise positiva, que deverá explicar os fatos da realidade. Os *argumentos positivos* estão contidos na análise que não envolve juízo de valor, estando esta estritamente limitada a *argumentos* descritivos, ou medições científicas. Ela se refere a proposições básicas, tipo *se A, então B*. Por exemplo, se o preço da gasolina aumentar em relação a todos os outros preços, então a quantidade que as pessoas irão comprar de gasolina cairá. É uma análise *do que é*.

Nesse aspecto, a Economia se aproxima da Física e da Química, que são ciências consideradas virtualmente isentas de juízo de valor. Em Economia, entretanto, defrontamo-nos com um problema diferente. Ela trata do *comportamento de pessoas*, e não de moléculas, como na Química. Freqüentemente nossos valores interferem na análise do fato econômico.

Nesse sentido, definimos também *argumentos normativos*, que é uma análise que contém, explícita ou implicitamente, um juízo de valor sobre alguma medida econômica.

Por exemplo, na afirmação “o preço da gasolina não deve subir” expressamos uma opinião ou juízo de valor, ou seja, se é uma coisa *boa* ou *má*. É uma análise *do que deveria ser*.

Suponha, por exemplo, que desejemos uma melhoria na distribuição de renda do país. É um julgamento de valor em que acreditamos. O administrador de política econômica (*policy maker*) dispõe de algumas opções para alcançar esse objetivo (aumentar salários, combater a inflação, criar empregos etc.). A Economia Positiva ajudará a escolher o instrumento de política econômica mais adequado. Se a economia está próxima da plena capacidade de produção, aumentos de salários, por encarecerem o custo da mão-de-obra, podem levar a um aumento de desemprego, isto é, o contrário do desejado quanto à melhoria na distribuição de renda. Esse é um argumento positivo, indicando que aumentos salariais, nessas circunstâncias, não constituem a política mais adequada.

Dessa forma, a Economia Positiva pode ser utilizada como base para a escolha da política mais apropriada, de forma a atender os objetivos individuais ou da nação.

## **7. Inter-relação da Economia com outras áreas do conhecimento**

Embora a Economia tenha seu núcleo de análise e seu objeto bem definidos, ela tem intercorrências com outras ciências. Afinal, todas estudam uma mesma realidade, e evidentemente há muitos pontos de contato.

Nesta seção tentaremos estabelecer relações entre a Economia e outras áreas do conhecimento. As inter-relações entre Economia e Direito serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo.

### Economia, Física e Biologia

O início do estudo sistemático da Economia coincidiu com os grandes avanços da técnica e das ciências físicas e biológicas nos séculos XVIII e XIX.

A construção do núcleo científico inicial da Economia deu-se a partir das chamadas concepções organicistas (biológicas) e mecanicistas (físicas). Segundo o grupo organicista, a Economia se comportaria como um órgão vivo. Daí utilizarem-se termos como órgãos, funções, circulação e fluxos na Teoria Econômica. Segundo o grupo mecanicista, as leis da Economia se comportariam como determinadas leis da Física. Daí advêm os termos estática, dinâmica, aceleração, velocidade, forças etc.

Com o passar do tempo, predominou uma concepção humanística, a qual coloca em plano superior os móveis psicológicos da atividade humana. Afinal, a Economia repousa sobre os atos humanos, e é por excelência uma ciência social, pois objetiva a satisfação das necessidades humanas.

### Economia, Matemática e Estatística

Apesar de ser uma ciência social, a Economia é limitada pelo meio físico, dado que os recursos são escassos, e se ocupa de quantidades físicas e das relações entre essas quantidades, como a que se estabelece entre a produção de bens e serviços e os fatores de produção utilizados no processo produtivo.

Daí surge a necessidade da utilização da Matemática e da Estatística como ferramentas para estabelecer relações entre variáveis econômicas.

A Matemática nos permite escrever de forma resumida importantes conceitos e relações de Economia, e permite análises econômicas sob a forma de modelos analíticos, com poucas variáveis estratégicas, que resumem os aspectos essenciais da questão em estudo<sup>3</sup>. Tomemos como exemplo uma importante relação econômica:

O consumo nacional está diretamente relacionado com a renda nacional.

Essa relação pode ser representada da seguinte forma:

$$C = f(RN) \text{ e } \frac{\Delta C}{\Delta RN} > 0 \quad \frac{C_2 - C_1}{RN_2 - RN_1}$$

A primeira expressão diz que o consumo ( $C$ ) é uma função ( $f$ ) da renda nacional ( $RN$ ). A segunda informa que, dada uma variação na renda nacional ( $\Delta RN$ ), teremos uma variação diretamente proporcional (na mesma direção) do consumo agregado ( $\Delta C$ ).

Como as relações econômicas não são exatas, mas probabilísticas, recorre-se à Estatística. Por exemplo,

$$C = 2\pi r$$

<sup>3</sup> Os modelos também podem ter formulação verbal, como os exemplos históricos para fundamentar a análise econômica.

(onde  $C$  = comprimento da circunferência,  $\pi$  = letra grega pi e  $r$  = raios) é uma relação matemática exata qualquer que seja o comprimento da circunferência. Em Economia tratamos de leis probabilísticas. Por exemplo, na relação vista anteriormente ( $C = f(RN)$ ), conhecendo o valor da renda nacional num dado ano, não obtemos o valor exato do consumo, mas sim uma estimativa aproximada, já que o consumo não depende só da renda nacional, mas de outros fatores (condições de crédito, juros, patrimônio etc.).

Se a Economia tivesse relações matemáticas, tudo seria previsível. Mas não existe no mundo econômico regularidades como  $C = 2\pi r$ , equivalência entre massa e energia, leis de Newton etc. Na Economia, o átomo aprende: pensa, reage, projeta, finge. Imagine como seria a Física e a Química se o átomo aprendesse: aquelas belas regularidades desapareceriam. Os átomos pensantes logo se agrupariam em classes para defender seus interesses: teríamos uma "Física dos átomos proletários", "Física dos átomos burgueses" etc.

Mas a Economia apresenta muitas regularidades, sendo que algumas relações são invioláveis. Por exemplo:

- O consumo nacional depende diretamente da renda nacional.
- A quantidade demandada de um bem tem uma relação inversamente proporcional com seu preço, tudo o mais constante.
- As exportações e as importações dependem da taxa de câmbio.

A área da Economia que está voltada para a quantificação dos modelos é a Econometria, que combina Teoria Econômica, Matemática e Estatística.

Lembre-se, porém, de que a Matemática e a Estatística são instrumentos, ferramentas de análise necessárias para testar as proposições teóricas com os dados da realidade. Permitem colocar à prova as hipóteses da Teoria Econômica, mas são meios, e não fins em si mesmas. A questão da técnica deve nos auxiliar mas não predominar quando tratamos de fatos econômicos, pois estes sempre envolvem decisões que afetam relações humanas.

### Economia e Política

A Economia e a Política são áreas muito interligadas, tornando-se difícil estabelecer uma relação de causalidade (causa e efeito) entre elas.

A Política fixa as instituições sobre as quais se desenvolverão as atividades econômicas. Nesse sentido, a atividade econômica se subordina à estrutura e ao regime político do país (se é um regime democrático, ou autoritário).

Mas, por outro lado, a estrutura política se encontra muitas vezes subordinada ao poder econômico. Citemos apenas alguns exemplos:

- Política do "café com leite", antes de 1930, quando Minas Gerais e São Paulo dominavam o cenário político do país.
- Poder econômico dos latifundiários.
- Poder dos oligopólios e monopólios.
- Poder das corporações estatais.

### Economia e História

A pesquisa histórica é extremamente útil e necessária para a Economia, pois ela facilita a compreensão do presente e ajuda nas previsões para o futuro com base nos fatos do passado. As guerras e revoluções, por exemplo, alteraram o comportamento e a evolução da Economia.

Mas também os fatos econômicos afetam o desenrolar da História. Alguns importantes períodos históricos são associados a fatores econômicos, como os ciclos do ouro e da cana-de-açúcar na História do Brasil, e a Revolução Industrial, a quebra da Bolsa de Nova York (1929), a crise do petróleo etc., que alteraram profundamente a História mundial. Em última análise, as próprias guerras e revoluções têm por detrás motivações econômicas.

### Economia e Geografia

A Geografia não é o simples registro de acidentes geográficos e climáticos. Ela nos permite avaliar fatores muito úteis à análise econômica, como as condições geoeconômicas dos mercados, a concentração espacial dos fatores produtivos, a localização de empresas e a composição setorial da atividade econômica.

Inclusive, algumas áreas de estudo econômico estão relacionadas diretamente com a geografia, como a Economia Regional, a Economia Urbana, as Teorias de Localização Industrial e a Demografia Econômica.

### Economia, Moral, Justiça e Filosofia

Na pré-economia, antes da Revolução Industrial do século XVIII, que corresponde ao período da Idade Média, a atividade econômica era vista como parte integrante da Filosofia, Moral e Ética. A Economia era orientada por princípios morais e de justiça. Não existia ainda um estudo sistemático das leis econômicas, predominando princípios como a lei da usura, o conceito de preço justo (discutidos, entre outros filósofos, por São Tomás de Aquino) etc.

Ainda hoje, as encíclicas papais refletem a aplicação da filosofia moral e cristã às relações econômicas entre homens e nações.

## 8. Divisão do estudo econômico

A análise econômica, para fins metodológicos e didáticos, é normalmente dividida em quatro áreas de estudo:

**Microeconomia ou Teoria de Formação de Preços.** Estuda a formação de preços em mercados específicos, ou seja, como consumidores e empresas interagem no mercado e como decidem os preços e a quantidade para satisfazer a ambos simultaneamente. Essa parte será desenvolvida nos Capítulos 4 a 7.

**Macroeconomia.** Estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados nacionais, como o produto interno bruto (PIB), investimento agregado, a poupança agregada, o nível geral de preços, entre outros. Seu enfoque é basicamente de curto prazo (ou conjuntural).

A Teoria Macroeconômica será discutida nos Capítulos 8 a 11, 13 e 14.

**Economia internacional.** Estuda as relações econômicas entre residentes e não residentes do país, as quais envolvem transações com bens e serviços e transações financeiras.

Os principais aspectos das relações de um país com o resto do mundo serão abordados no Capítulo 12.

**Desenvolvimento econômico.** Preocupa-se com a melhoria do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo. O enfoque é também macroeconômico, mas centrado em questões estruturais e de longo prazo (progresso tecnológico, estratégias de crescimento etc.). No Capítulo 15, apresentaremos as noções básicas que envolvem essa parte da Teoria Econômica.

### Questões para revisão

1. Por que os problemas econômicos fundamentais (o quê, quanto, como e para quem produzir) originam-se da escassez de recursos de produção?
2. O que mostra a curva de possibilidades de produção ou curva de transformação?
3. Analisando-se uma economia de mercado, observa-se que os fluxos real e monetário conjuntamente formam o fluxo circular da renda. Explique como esse sistema funciona.
4. Conceitue: bens de capital, bens de consumo, bens intermediários e fatores de produção.
5. A Economia é uma ciência não normativa. Explique.

# EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO: BREVE RETROSPECTO

2

## 1. Introdução

Existe consenso de que a Teoria Econômica, de forma sistematizada, iniciou-se quando foi publicada a obra de Adam Smith *A riqueza das nações*, em 1776. Em períodos anteriores, a atividade econômica do homem era tratada e estudada como parte integrante da Filosofia Social, da Moral e da Ética. Nesse sentido, a atividade econômica deveria se orientar de acordo com alguns princípios gerais de ética, justiça e igualdade. Os conceitos de troca, em Aristóteles, e preço justo, em São Tomás de Aquino, a condenação dos juros ou da usura, encontravam sua justificativa em termos morais, não existindo um estudo sistemático das relações econômicas.

## 2. Precusores da teoria econômica

### 2.1. Antiguidade

Na Grécia Antiga, as primeiras referências conhecidas de Economia aparecem no trabalho de Aristóteles (384-322 a.C.), que aparentemente foi quem cunhou o termo Economia (*oikonomia*) em seus estudos sobre aspectos de administração privada e sobre finanças públicas. Encontramos algumas considerações de ordem econômica nos escritos de Platão (427-347 a.C.) de Xenofonte (440-335 a.C.).

Roma não deixou nenhum escrito notável na área de economia. Nos séculos seguintes, até a época dos descobrimentos, encontramos poucos trabalhos de destaque, mas que não apresentam um padrão homogêneo e estão permeados de questões de justiça e moral. As já citadas lei da usura, a moralidade de juros altos e o que deveria ser um lucro justo são os exemplos mais conhecidos.

### 2.2. Mercantilismo

A partir do século XVI observamos o nascimento da primeira escola econômica: o mercantilismo. Apesar de não representar um conjunto técnico homogêneo, o mercantilismo tinha algumas preocupações explícitas sobre a acumulação de riquezas de uma nação. Continha alguns princípios de como fomentar o comércio exterior e entesourar riquezas. O acúmulo de metais adquire uma grande importância, e aparecem relatos mais elaborados sobre a moeda. Considerava que o governo de um país seria mais forte e poderoso quanto maior fosse seu estoque de metais preciosos. Com isso, o mercantilismo acabou estimulando guerras, exacerbou o nacionalismo e manteve a poderosa e constante presença do Estado em assuntos econômicos.

### 2.3. Fisiocracia

No século XVIII, uma escola de pensamento francesa, a *fisiocracia*, elaborou alguns trabalhos importantes. Os fisiocratas sustentavam que a terra era a única fonte de riqueza e que havia uma ordem natural que fazia com que o universo fosse regido por leis naturais, absolutas, imutáveis e universais, desejadas pela Providência Divina para a felicidade dos homens. O trabalho de maior destaque foi o do dr. François Quesnay, autor da obra *Tableau Économique*, o primeiro a dividir a economia em setores, mostrando a inter-relação dos mesmos. Apesar de os trabalhos dos fisiocratas estarem permeados de considerações éticas, foi grande sua contribuição à análise econômica. O *Tableau Économique* do dr. Quesnay foi aperfeiçoado e transformou-se no sistema de circulação monetária input-output criado no século XX (anos 40) pelo economista russo, naturalizado norte-americano, Wassily Leontief, da Universidade de Harvard.

Na verdade, a fisiocracia surgiu como reação ao mercantilismo. A fisiocracia sugeria que era desnecessária a regulamentação governamental, pois a lei da natureza era suprema, e tudo o que fosse contra ela seria derrotado. A função do soberano era servir de intermediário para que as leis da natureza fossem cumpridas.

Para os fisiocratas, a riqueza consistia em bens produzidos com a ajuda da natureza (fisiocracia significa “regras da natureza”) em atividades econômicas como a lavoura, a pesca e a mineração. Portanto encorajava-se a agricultura e exigia-se que as pessoas empenhadas no comércio e nas finanças fossem reduzidas ao menor número possível. Em um mundo constantemente ameaçado pela falta de alimentos, com excesso de regulamentação e intervenção governamental, a situação não se ajustava às necessidades da expansão econômica. Só a terra tinha capacidade de multiplicar a riqueza.

Como observamos no primeiro capítulo, os organicistas (fisiocratas) associaram conceitos da Medicina à Economia (aliás, Quesnay era médico): circulação, fluxos, órgãos, funções.

## 2.4. Os Clássicos

### **Adam Smith (1723-1790)**

Considerado o precursor da moderna Teoria Econômica, colocada como um conjunto científico sistematizado, com um corpo teórico próprio, Smith já era um renomado professor quando publicou sua obra *A riqueza das nações*, em 1776. O livro é um tratado muito abrangente sobre questões econômicas que vão desde as leis do mercado e aspectos monetários até a distribuição do rendimento da terra, concluindo com um conjunto de recomendações políticas.

Em sua visão harmônica do mundo real, Smith acreditava que se se deixasse atuar a livre concorrência, uma “*mão invisível*” levaria a sociedade à perfeição. Adam Smith colocou que todos os agentes, em sua busca de lucrar o máximo, acabam promovendo o bem-estar de toda a comunidade. É como se uma mão invisível orientasse todas as decisões da economia, sem necessidade da atuação do Estado. A defesa do mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação traria muitos benefícios para a coletividade, independente da ação do Estado. É o princípio do liberalismo.

Seus argumentos baseavam-se na livre iniciativa, no *laissez-faire*. Considerava que a causa da riqueza das nações é o trabalho humano (a chamada *Teoria do Valor-Trabalho*), e que um dos fatores decisivos para aumentar a produção é a divisão de trabalho, isto é, os trabalhadores deveriam se especializar em algumas tarefas. A aplicação desse princípio promoveu um aumento da destreza pessoal, economia de tempo e condições favoráveis para o aperfeiçoamento e invento de novas máquinas e técnicas.

A idéia de Smith era clara. A produtividade decorre da divisão de trabalho, e esta, por sua vez, decorre da tendência inata da troca, que, finalmente, é estimulada pela ampliação dos mercados. Assim, é necessário ampliar os mercados e as iniciativas privadas para que a produtividade e a riqueza sejam incrementadas.

Para Adam Smith, o papel do Estado na economia deveria corresponder apenas à proteção da sociedade contra eventuais ataques e à criação e manutenção de obras e instituições necessárias, mas não à intervenção nas leis de mercado e, conseqüentemente, na prática econômica.

### **David Ricardo (1772-1823)**

David Ricardo é outro expoente do período clássico. Partindo das idéias de Smith, desenvolveu alguns modelos econômicos com grande potencial analítico. Aprimora a tese de que todos os custos se reduzem a custos do trabalho e mostra como a acumulação do capital, acompanhada de aumentos populacionais, provoca uma elevação da renda da terra, até que os rendimentos decrescentes diminuam de tal forma os lucros que a poupança se torna nula, atingindo-se uma economia estacionária, com salários de subsistência e sem nenhum crescimento. Sua análise de distribuição do rendimento da terra foi um trabalho seminal de muitas das idéias do chamado período neoclássico.

Ricardo discute a renda auferida pelos proprietários de terras mais férteis. Em virtude de a terra ser limitada, quando a terra de menor qualidade é utilizada no cultivo, surge imediatamente a renda sobre aquela de primeira qualidade, ou seja, a renda da terra é determinada pela produtividade das terras mais pobres. Ricardo analisou por que as nações comerciavam entre si, se é melhor para elas comerciarem e quais produtos devem ser comerciados. A resposta dada por Ricardo a essas questões constitui um importante item da teoria do comércio internacional, chamada de *Teoria das Vantagens Comparativas*. O comércio entre países dependeria das dotações relativas de fatores de produção. Ricardo, a partir de algumas generalizações e usando poucas variáveis estratégicas, produziu vários dos mais expressivos modelos de toda a história da Ciência Econômica, destes derivando importantes implicações políticas.

A maioria dos estudiosos considera que os estudos de Ricardo deram origem a duas correntes antagonicas: a *neoclássica*, pelas suas abstrações simplificadoras, e a *marxista*, pela ênfase dada à questão distributiva e aos aspectos sociais na repartição da renda da terra.

### **John Stuart Mill (1806-1873)**

John Stuart Mill foi o sintetizador do pensamento clássico. Seu trabalho foi o principal texto utilizado para o ensino de Economia no fim do período clássico e no início do período neoclássico. A obra de Stuart Mill consolida o exposto por seus antecessores, e avança ao incorporar mais elementos institucionais e ao definir melhor as restrições, vantagens e funcionamento de uma economia de mercado.

### **Jean Baptiste Say (1768-1832)**

O economista francês Jean Baptiste Say retomou a obra de Smith, ampliando-a. Subordinou o problema das trocas de mercadorias a sua produção e popularizou a chamada *Lei de Say*: “A oferta cria sua própria procura”, ou seja, o aumento da produção transformar-se-ia em renda dos trabalhadores e empresários, que seria gasta na compra de outras mercadorias e serviços.

### **Thomas Malthus (1766-1834)**

Malthus foi o primeiro economista a sistematizar uma teoria geral sobre a população. Ao assinalar que o crescimento da população dependia rigidamente da oferta de alimentos, Malthus deu apoio à teoria dos salários de subsistência.

Para Malthus, a causa de todos os males da sociedade residia no excesso populacional: enquanto a população crescia em progressão geométrica, a produção de alimentos seguia em progressão aritmética. Assim, o potencial da população excederia em muito o potencial da terra na produção de alimentos.

A capacidade de crescimento da população dada pelo instinto de reprodução encontra um conjunto de obstáculos que a limitam, por seus efeitos sobre a mortalidade e a natalidade. São a miséria, o vício e a contenção moral. Em função disso, Malthus advogou o adiamento de casamentos, a limitação voluntária de nascimentos nas famílias pobres, e aceitava as guerras como uma solução para interromper o crescimento populacional.

Malthus não previu o ritmo e o impacto do progresso tecnológico, nem as técnicas de limitação da fertilidade humana que se seguiriam.

A partir da contribuição dos economistas clássicos, a Economia passa a formar um corpo teórico próprio e a desenvolver um instrumental de análise específico para as questões económicas. Apesar de existirem muitas aplicações normativas no pensamento clássico, seu tema central pertence à ciência positiva, situando-se o interesse primordial na análise abstrata das relações económicas, com a finalidade de descobrir leis gerais e regularidades do comportamento económico. Os pressupostos morais e as consequências sociais dessas atividades não são mais realçados como anteriormente.

### 3. Teoria neoclássica

O período neoclássico teve início na década de 1870 e desenvolveu-se até as primeiras décadas do século XX. Nesse período, privilegiam-se os aspectos microeconómicos da teoria, pois a crença na economia de mercado e em sua capacidade auto-reguladora fez com que não se preocupassem tanto com a política e o planeamento macroeconómico.

Os neoclássicos sedimentaram o raciocínio matemático explícito inaugurado por Ricardo, procurando isolar os fatos económicos de outros aspectos da realidade social.

#### Alfred Marshall (1842-1924)

O grande nome desse período foi Alfred Marshall. Seu livro, Princípios de Economia, publicado em 1890, serviu como livro-texto básico até a metade deste século. Outros economistas de destaque foram: William Jevons, Léon Walras, Eugene Böhm-Bawerk, Joseph Alois Schumpeter, Vilfredo Pareto, Arthur Pigou e Francis Edgeworth.

Nesse período, a formalização da análise económica (principalmente a Microeconomia) evoluiu muito. O comportamento do consumidor é analisado em profundidade. O desejo do consumidor de maximizar sua utilidade (satisfação no consumo) e o do produtor de maximizar seu lucro são a base para a elaboração de um sofisticado aparato teórico. Através do estudo de funções ou curvas de utilidade (que pretendem medir o grau de satisfação do consumidor) e de produção, considerando restrições de fatores e restrições orçamentárias, é possível deduzir o equilíbrio de mercado. Como o resultado depende basicamente dos conceitos marginais (receita marginal, custo marginal etc.), é também chamada de Teoria Marginalista.

A análise marginalista é muito rica e variada. Alguns economistas privilegiaram alguns aspectos, como a interação de muitos mercados simultaneamente — o equilíbrio geral de Walras é um caso —, enquanto outros privilegiaram aspectos de equilíbrio parcial, usando um instrumental gráfico — a Caixa de Edgeworth, por exemplo.

Apesar de questões microeconómicas ocuparem o centro das atenções, houve uma produção rica em outros aspectos da Teoria Económica, como a Teoria do Desenvolvimento Económico de Schumpeter e a Teoria do Capital e dos Juros de Böhm-Bawerk.



Deve-se destacar também a análise monetária, com a criação da Teoria Quantitativa da Moeda, que relaciona a quantidade de dinheiro com os níveis gerais de atividade económica e de preços.

### 4. A era keynesiana

A era keynesiana iniciou-se com a publicação da Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda, de John Maynard Keynes (1883-1946), em 1936. Muitos autores descrevem o início da era keynesiana como a Revolução Keynesiana, tamanho o impacto de sua obra.

Keynes ocupou a cátedra que havia sido de Alfred Marshall na Universidade de Cambridge. Académico respeitado, Keynes tinha também preocupações com as implicações práticas da Teoria Económica.

Para entender o impacto da obra de Keynes é necessário considerar a época. A economia mundial atravessava, na década de 30, uma crise, que ficou conhecida como a Grande Depressão. A realidade dos fatos relacionados à situação conjuntural da economia dos principais países capitalistas, naquele momento, era crítica. O desemprego na Inglaterra e em outros países da Europa era muito grande. Nos Estados Unidos, após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, o número de desempregados assumia proporções elevadíssimas.

A Teoria Económica vigente acreditava que se tratava de um problema temporário, apesar de a crise estar durando alguns anos. A Teoria Geral consegue mostrar que a combinação das políticas económicas adotadas até então não funcionava adequadamente, e aponta para soluções que poderiam tirar o mundo da recessão.

Segundo o pensamento keynesiano, um dos principais fatores responsáveis pelo volume de emprego é explicado pelo nível de produção nacional de uma economia, que por sua vez é determinado pela demanda agregada ou efetiva. Ou seja, inverte o sentido da Lei de Say (a oferta cria sua própria procura) ao destacar o papel da demanda agregada de bens e serviços.

Para Keynes, como não existem forças de auto-ajustamento na economia, torna-se necessária a intervenção do Estado através de uma política de gastos públicos, o que significa o fim do laissez-faire da época clássica. É o chamado Princípio da Demanda Efetiva.

Os argumentos de Keynes influenciaram muito a política económica dos países capitalistas. De modo geral, essas políticas revelaram-se eficientes e apresentaram resultados positivos no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Nos anos seguintes houve um desenvolvimento expressivo da Teoria Económica. Por um lado, incorporaram-se os modelos por meio do instrumental estatístico e matemático, que ajudou a formalizar ainda mais a ciência económica. Por outro, alguns economistas trabalharam na agenda de pesquisa aberta pela obra de Keynes. O debate sobre aspectos do trabalho de Keynes dura até hoje, destacando-se três grupos: os

monetaristas, os fiscalistas e os pós-keynesianos. Apesar de nenhum dos grupos ter um pensamento homogêneo e todos terem pequenas divergências, é possível fazer algumas generalizações.

Os monetaristas estão associados à Universidade de Chicago e têm como economista de maior destaque Milton Friedman. De maneira geral, privilegiam o controle da moeda e um baixo grau de intervenção do Estado.

Os fiscalistas têm seus maiores expoentes em James Tobin, da Universidade de Yale, e Paul Anthony Samuelson, de Harvard e MIT. De maneira geral, recomendam o uso de políticas fiscais ativas e um acentuado grau de intervenção do Estado.

Os pós-keynesianos têm explorado outras implicações da obra de Keynes, e pode-se associar a esse grupo a economista Joan Robinson, cujas idéias eram afinadas com as de Keynes. Os pós-keynesianos realizaram uma releitura da obra de Keynes, procurando mostrar que ele não negligenciou o papel da moeda e da política monetária. Enfatizam o papel da especulação financeira e, como Keynes, defendem um papel ativo do Estado na condução da atividade econômica. Além de Joan Robinson, outros economistas dessa corrente são Hyman Minsky, Paul Davison e Alessandro Vercelli.

Cabe destacar que, apesar das diferenças entre as várias correntes, há consenso quanto aos pontos fundamentais da teoria, já que são baseadas no trabalho de Keynes.

## 5. O período recente

A Teoria Econômica vem apresentando algumas transformações, principalmente a partir dos anos 70, após as duas crises do petróleo. Três características marcam esse período. Primeiro, existe uma consciência maior das limitações e possibilidades de aplicações da teoria. O segundo ponto diz respeito ao avanço no conteúdo empírico da economia. Finalmente, observamos uma consolidação das contribuições dos períodos anteriores.

O desenvolvimento da informática permitiu um processamento de informações em volume e precisão sem precedentes. A Teoria Econômica passou a ter um conteúdo empírico que lhe conferiu uma aplicação prática maior. Por um lado, isso permite um aprimoramento constante da teoria existente; por outro, abre novas frentes importantes.

Todo o corpo teórico da economia avançou consideravelmente. Hoje a análise econômica engloba quase todos os aspectos da vida humana, e o impacto desses estudos na melhoria do padrão de vida e do bem-estar de nossa sociedade é considerável. O controle e o planejamento macroeconômico nos permitem antecipar muitos problemas, e evitar algumas flutuações desnecessárias.

A Teoria Econômica caminha em muitas direções. Um exemplo é a área de finanças empresariais. Até alguns anos atrás, a Teoria de Finanças era basicamente descritiva, com um baixo conteúdo empírico. A incorporação de algumas técnicas econométricas, conceitos de equilíbrio de mercados e hipóteses sobre o comportamento dos agentes

econômicos revolucionou a Teoria de Finanças. Essa revolução se fez sentir também nos mercados financeiros, com a explosão recente dos chamados mercados futuros e de derivativos.

## 6. Os críticos

A Teoria Econômica tem recebido muitas críticas e abordagens alternativas. Muitas das críticas foram e são absorvidas, e algumas abordagens alternativas foram e são incorporadas. O espectro de críticos é muito amplo e disperso e, evidentemente, heterogêneo. Destacamos os marxistas e os institucionalistas. Em ambas as escolas, crítica-se a abordagem pragmática da Ciência Econômica e propõe-se um enfoque analítico, onde a Economia interage com os fatos históricos e sociais. A análise das questões econômicas sem a observação dos fatores históricos e sociais leva, segundo essas escolas, a uma visão distorcida da realidade.

Os marxistas têm como pilar de seu trabalho a obra de Karl Marx (1818-1883) economista alemão que desenvolveu quase todo seu trabalho com Frederic Engels na Inglaterra, na segunda metade do século passado. O marxismo desenvolve uma Teoria do Valor-Trabalho, e consegue analisar muitos aspectos da economia com seu referencial teórico. A apropriação do excedente produtivo (a mais-valia) pode explicar o processo de acumulação e a evolução das relações entre classes sociais.

Para Marx, o capital aparece com a burguesia, considerada uma classe social que se desenvolve após o desaparecimento do sistema feudal e que se apropria dos meios de produção. A outra classe social, o proletariado, é obrigada a vender sua força de trabalho, dada a impossibilidade de produzir o necessário para sobreviver.

O conceito da mais-valia utilizado por Marx refere-se à diferença entre o valor das mercadorias que os trabalhadores produzem em um dado período de tempo e o valor da força de trabalho vendida aos empregados capitalistas que a contratam. Os lucros, juros e aluguéis (rendimentos de propriedades) representam a expressão da mais-valia. Assim sendo, o valor que excede o valor da força de trabalho e que vai para as mãos do capitalista é definido por Marx como a mais-valia. Ela pode ser considerada aquele valor extra que o trabalhador cria, além do valor pago por sua força de trabalho.

Marx foi influenciado pelos movimentos socialistas utópicos, por Hegel e pela Teoria do Valor-Trabalho de Ricardo. Acreditava no trabalho como determinante do valor, tal como Smith e Ricardo, mas era hostil ao capitalismo competitivo e à livre concorrência, pois afirmava que a classe trabalhadora era explorada pelos capitalistas.

Marx enfatizou muito o aspecto político de seu trabalho, que teve um impacto ímpar não só na ciência econômica como em outras áreas do conhecimento.

As contribuições dos economistas na linha marxista para a Teoria Econômica foram muitas e variadas. Entretanto, a maioria ocorreu à margem dos grandes centros de estudos ocidentais, por razões políticas. Conseqüentemente, a produção teórica foi pouco

divulgada. Um exemplo é o trabalho de Mikail Kalecki, um economista polonês que antecipou uma análise parecida com a da Teoria Geral de John Maynard Keynes. Contudo, o reconhecimento de seu trabalho inovador só ocorreu muito tempo depois.

Os institucionalistas, que têm como grandes expoentes os americanos Thornstein Veblen e John Kenneth Galbraith, dirigem suas críticas ao alto grau de abstração da Teoria Económica, e ao fato de ela não incorporar em sua análise as instituições sociais — daí o nome de institucionalistas.

Rejeitam o pressuposto neoclássico de que o comportamento humano, na esfera econômica, seja racionalmente dirigido, e resulte do cálculo de ganhos e perdas marginais. Consideram que as decisões econômicas das pessoas refletem muito mais as influências das instituições dominantes e do desenvolvimento tecnológico.

A partir de 1969 foi instituído o Prêmio Nobel de Economia e consolidou-se a importância da Teoria Económica como corpo científico próprio. Os primeiros ganhadores foram Ragnar Frisch e Jan Tinbergen. Aliás, os econométricos e economistas que trouxeram contribuição empírica ao conhecimento econômico têm se constituído na grande maioria dos agraciados com o Nobel de Economia.

### Questões para revisão

1. Em que consistia a riqueza para os mercantilistas e para os fisiocratas?
2. Quem foi o mais destacado dos economistas clássicos? Quais suas principais idéias?
3. O que diz a Teoria das Vantagens Comparativas? Quem foi seu autor?
4. Qual a diferença entre Lei de Say e o princípio keynesiano da demanda efetiva?
5. Explique sucintamente quais as principais diferenças entre monetaristas, fiscalistas, pós-keynesianos, marxistas e institucionalistas.

# ECONOMIA E DIREITO

3)

## 1. Introdução

Os livros-textos de Economia não costumam enfatizar que as relações econômicas estão condicionadas a um arcabouço de normas jurídicas, editadas por um Estado soberano, para um certo povo, em um determinado território. Entretanto, é impossível imaginar-se uma sociedade moderna funcionando sem a existência de um sistema jurídico cuidadosamente formulado, com suas normas, tribunais e sanções legítimas, conhecidas e aceitas pela população.

Este capítulo procura mostrar como alguns dos mais importantes conceitos da Teoria Económica estão relacionados ou dependem do quadro de normas jurídicas do país. Constatemos que as normas jurídicas complementam o campo de análise da Teoria Económica, e que problemas econômicos podem atuar de modo a modificar o quadro existente de normas jurídicas.

## 2. Normas jurídicas subjacentes à teoria de mercados

Quando se analisa a teoria dos mercados, que é parte da Microeconomia, dois enfoques são encontrados: de um lado, estuda-se o comportamento dos produtores e dos consumidores quanto a suas decisões de produzir e de consumir; de outro, além de se conceituarem os agentes das relações de consumo — consumidor e fornecedor, do ponto de vista do Código de Defesa do Consumidor —, colocam-se os direitos do consumidor frente aos deveres do fornecedor de bens e serviços.

Por sua vez, quando se estuda o estabelecimento comercial e o papel do empresário, novamente duas visões emergem da análise: a econômica e a jurídica. A visão econômica enfatiza o papel do administrador na organização dos fatores de produção capital, trabalho, terra e tecnologia —, combinando-os de modo a minimizar seus custos ou maximizar seu lucro. A jurídica, extraída do Direito Comercial, apresenta várias concepções, que enfatizam que o estabelecimento comercial é um sujeito de direito distinto do comerciante, com seu patrimônio elevado à categoria de pessoa jurídica, com a capacidade de adquirir e exercer direitos e obrigações.

Há de se fazer menção, também, às chamadas leis antitruste, que atuam sobre as estruturas de mercado, assim como sobre a conduta das empresas. O controle de monopólios e oligopólios surgiu nos Estados Unidos no final do século passado. Por meio do Sherman Act, de 1890, proibiram-se os monopólios e os trustes. Através do Clayton Act, de 1914, pretendeu-se impedir a concentração estrutural, antes de sua consumação. A legislação americana proibiu também acordos de fixação de preços, punindo os infratores com penas privativas de liberdade e multas.

No Brasil, desde 1962 há uma extensa legislação que trata da repressão ao abuso do poder econômico: a Lei n. 4.137/62, que criou também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); a Lei n. 1.521/51, que define os crimes contra a economia popular; a Lei Delegada n. 4, de 1962, que define os crimes contra o abastecimento; a Lei n. 8.137/90, que define os crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo; e a Lei n. 8.158/91, que institui as normas de defesa da concorrência.

Esse conjunto de normas jurídicas delimita a ação das firmas que compõem as várias estruturas de mercado: concorrência, monopólio e oligopólio. Desse modo, além dos mecanismos de mercado — oferta e demanda, que determinam a formação do preço do bem ou serviço —, destaca-se a ação governamental, que possibilitou a criação de vários órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor, caso dos PROCONs estaduais; dos Departamentos Estaduais de Polícia do Consumidor (DECONs); da Secretaria Nacional de Direito Econômico, órgão do Ministério da Justiça, criada em 1990; além do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial).

Como se pode notar, é de extrema importância a ação governamental no que se refere à política nacional de relações de consumo. Por meio dela busca-se a coibição e repressão de abusos no mercado, incluindo a concorrência desleal e a utilização indevida das invenções, dos signos distintivos, marcas e nomes comerciais que possam induzir o consumidor a erro, causando-lhe prejuízos.

Em última instância, busca-se a desejada ordem econômica prevista na Constituição Federal, em seu art. 170: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da: I. soberania nacional; II. propriedade privada; III. função social da propriedade; IV. livre concorrência; V. defesa do consumidor; VI. defesa do meio ambiente; VII. redução das desigualdades regionais e sociais; VIII. busca do pleno emprego e IX. tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte”.

A justificativa econômica para a intervenção governamental nos mercados se apóia nas chamadas “imperfeições de mercado” — externalidades, informação imperfeita e poder de monopólio. As externalidades ou economias externas se observam quando a produção ou o consumo de um bem acarreta efeitos sobre outros indivíduos que não se refletem nos preços de mercado. As externalidades dão a base econômica para a criação de leis antipoluição, de restrições quanto ao uso da terra, de proteção ambiental etc.



Por seu lado, se os agentes econômicos possuem falhas de informação, ou seja, têm uma informação imperfeita a respeito de um determinado bem ou serviço, eles não tomarão decisões corretamente quando forem ao mercado desejando adquiri-lo. Como meio de proteger os consumidores, justifica-se a ação governamental via regulamentação da comercialização de alimentos e remédios e estabelecimento de normas quanto a prazos de validade, segurança do motorista (por exemplo, exigindo-se o uso do cinto de segurança), segurança no trabalho (por exemplo, criando-se normas para o uso de capacetes e luvas de proteção) etc.

O poder de monopólio caracteriza-se quando um produtor ou grupo de produtores, ao trabalhar com capacidade ociosa, colocam no mercado um volume menor de produção, mas por esse montante cobram preços superiores àqueles que seriam praticados caso o mercado fosse competitivo.

Igual elo de ligação se observa entre a Economia e o Direito quando se analisam os princípios gerais da atividade econômica, a política urbana, agrícola e fundiária, o sistema financeiro nacional, as políticas monetárias, de crédito, cambial e de comércio exterior.

A fundamentação jurídica para essas políticas encontram-se na Constituição Federal, onde se definem as competências das várias esferas de governo.

### 3. Aspectos jurídicos das políticas econômicas

No texto constitucional de 1988 encontra-se que a competência para a execução da política monetária, de crédito, cambial e de comércio exterior é da União. Esta tem a competência para emitir moeda e para legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantias de metais; a respeito da política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores; e sobre o comércio exterior. Porém, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal, conforme estipula o art. 48 da Constituição Federal.

Simultaneamente com as atividades políticas, sociais, econômicas, administrativas, educacionais, policiais etc., que constituem sua própria finalidade, o Estado exerce também uma atividade financeira, visando a obtenção, a gerência e a utilização de receitas que lhe possibilitem o desempenho daquelas outras atividades da administração.

São três os campos da atividade financeira: o da receita, ou seja, a obtenção de recursos; o da gestão, no qual se administra e conserva o patrimônio público; e o da despesa, isto é, o emprego de recursos patrimoniais para realização dos fins visados pelo Estado. No tocante às receitas, obtidas para atender a finalidade do Estado, destacam-se os arts. 145 a 162 da Constituição Federal de 1988, que tratam dos princípios gerais, das limitações do poder de tributar, das competências para instituir impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além da repartição das receitas tributárias.

O papel da despesa do governo ganha um destaque especial quando se estuda o papel do Estado na geração de renda, produção e emprego. O governo, através de gastos em investimentos — obras de infra-estrutura, hidroelétricas, rodovias etc. — provoca um aumento da demanda agregada, com importantes reflexos sobre a produção, o emprego e a renda nacional.

#### **4. Atualização de valores de contratos ou dívidas**

Quanto à atualização de valores oriundos de contratos, de dívidas, de indenizações a serem pagas ou recebidas, é de suma importância a utilização de índices que permitam fazer essa correção monetária, trazendo os valores de épocas passadas para valores que representem o poder aquisitivo no momento presente. No Capítulo 9 os índices de preços são analisados do ponto de vista econômico quanto a sua metodologia, período de coleta, classes de renda etc. Exemplos práticos permitirão que o profissional da área de Direito elabore corretamente seus cálculos, quer na área trabalhista, quer na área administrativa, tributária ou outras situações análogas com as quais ele possa se defrontar.

#### **5. O efeito de normas jurídicas sobre o comportamento dos agentes econômicos**

A intervenção do Estado, através de leis ou medidas provisórias, afeta o comportamento dos agentes econômicos, assim como as próprias despesas do governo. É o que ocorre, por exemplo, quando se fixam leis sobre: 1) valores de salário mínimo; 2) valores a serem pagos pela previdência social; 3) política penal; 4) tabelamento de preços; 5) locação de imóveis; 6) mudanças no zoneamento da cidade etc.

No capítulo dos direitos sociais, a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso IV, aponta que é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais: “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Desse modo, o valor do salário mínimo deveria ser de tal montante que pudesse atender a esse conjunto de necessidades básicas previstas constitucionalmente.

Quanto à Previdência Social, a norma constitucional assegura aposentadoria, após 35 anos de trabalho, ao homem, e, após 30, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho e condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei. Vários estudos econômicos têm analisado o impacto dessa norma constitucional sobre os gastos da Previdência. Em função dos resultados encontrados, o governo federal deseja modificar o sistema de aposentadoria, que hoje é por tempo de trabalho, por outro, que levaria em conta a idade do trabalhador — por exemplo, aos 65 anos para o homem e aos 60 anos para a mulher.

As leis penais anteriores à Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984, fixaram-se na idéia de que as penas privativas de liberdade teriam o poder de exercer sobre o preso um processo de reeducação, permitindo-lhe sua volta ao convívio da sociedade. Contudo, foi-se percebendo que o tratamento penal freqüentemente é inadequado e pernicioso, dado que seus métodos são praticamente inúteis para o tratamento de delinquentes habituais e multirreincidentes, além de gerar conseqüências maléficas para os infratores de pequenos delitos, sujeitos a sevícias, corrupção e perda paulatina da aptidão para o trabalho.

Estudos econômicos elaborados em outros países e também no Brasil têm demonstrado a existência de elevados custos no sistema carcerário, ensejando um conjunto de críticas à política criminal, notadamente às penas privativas de liberdade. De um lado, porque o tipo de tratamento penal freqüentemente é inadequado e quase sempre pernicioso para os infratores primários, ocasionais ou responsáveis por delitos de pequena monta; de outro, por causa dos custos relacionados ao trabalho remunerado e aos benefícios concedidos aos presos, e pelas elevadas somas envolvidas na construção de novos prédios e na manutenção dos estabelecimentos penais. Levando-se em conta esses fatores, a política criminal vem sendo recentemente orientada no sentido de proteger a sociedade, mas restringindo as penas privativas de liberdade aos casos de reconhecida necessidade.

Outro exemplo de intervenção do Estado são as leis que estabelecem tabelamento de preços. Quando o Plano Cruzado foi implementado, ao final de fevereiro de 1986, fixou-se, por meio de norma legal, que os preços permaneceriam fixos ao nível de cada estabelecimento.

Muitos economistas, na ocasião, alertaram as autoridades governamentais de que o tabelamento dos preços seria ineficiente, pois os empresários, ao terem reduzidas suas margens de lucro, diminuiriam a quantidade ofertada. Ora, como houve um aumento na demanda, em razão da queda da taxa de inflação, a “lei da oferta e da demanda” foi desrespeitada. Em conseqüência, houve escassez de muitos bens, serviços e matérias-primas, e surgiu o ágio, ou seja, uma cobrança adicional de preço que não era contabilizada. Quando o prazo do Plano chegou a seu final — início de 1987 —, como era de esperar, os preços se elevaram rapidamente, voltando-se à situação pré-Plano.

A intervenção do Estado no mercado de locação tem oscilado bastante ao longo do tempo. Ora têm sido editadas leis que protegem mais o inquilino, ora leis que dão mais garantias ao locador; contudo, o equilíbrio entre esses agentes econômicos é o desejável. O mercado de locação tem como agentes, de um lado, os ofertantes de imóveis e, de outro, os demandantes dos serviços oferecidos por esses imóveis. Quem possui um imóvel vê nele uma fonte adicional de renda: ela aumentará pela escassez de imóveis e diminuirá pela oferta dos mesmos. A ação governamental deve guiar-se pela criação de leis que protejam os interesses dos agentes da relação jurídica, porém sem afetar as expectativas de rendimentos dos ofertantes, sob pena de eles se retirarem do mercado e, com isso, acentuar-se a escassez de serviços de locação de imóveis.

Leis municipais, como de zoneamento, provocam mudanças na geografia da cidade e nos valores patrimoniais de muitos municípios. É o que ocorre quando determinada rua é modificada, por legislação, de residencial para comercial. Os proprietários desses imóveis usufruem de uma valorização não prevista em virtude da ação municipal. Já no caso de desapropriação para a abertura de uma nova avenida, muitos serão beneficiados, pois gastarão menos tempo em trânsito, enquanto outros, os desapropriados, perderão seus imóveis em troca de indenização fixada em lei.

## 6. O Estado propiciando bem-estar à sociedade

A ação do Estado, tanto do ponto de vista econômico quanto do jurídico, supõe-se esteja voltada para o bem-estar da população. O Direito tem como objeto o comportamento do homem em sociedade; as normas regulam as relações entre indivíduos, entre grupos e mesmo entre Estados, indivíduos e organizações internacionais. Segundo John Locke, teórico do contrato social, os indivíduos, por um acordo, teriam colocado parte de seus direitos naturais sob o controle de um governo parlamentar, limitado em suas competências e responsável perante o povo. Assim, de maneira voluntária e unânime, os homens decidiram entrar num acordo para criar uma sociedade civil cuja finalidade fosse promover e ampliar seus direitos naturais “à vida, à liberdade e à propriedade”.

Com base nesses princípios, foram criadas normas constitucionais com vistas à promoção do bem-estar da coletividade. Elas encontram-se na Constituição Federal de 1988, nos capítulos relacionados à tributação, às finanças públicas e aos orçamentos anuais. Do ponto de vista econômico, essas são áreas de intensa intervenção do Estado.

É por meio dos tributos — impostos, taxas e contribuição de melhoria — que as várias esferas governamentais arrecadam suas receitas, que serão gastas de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas em lei; nas finanças públicas, leis dispõem sobre dívida pública interna e externa, sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública e sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Estado tem uma função redistributiva, voltada para canalizar recursos para as camadas economicamente desfavorecidas, bem como para as regiões mais pobres do país.

Procurando garantir uma qualidade razoável de vida à população, os governos têm procurado também criar normas jurídicas para proteger o meio ambiente. Sanções são impostas a empresas que poluem o ar ou jogam detritos nos rios ou nos mares. Essas normas jurídicas, entretanto, ao tornar obrigatório o uso de filtros antipoluentes, fazem com que as empresas repassem seu aumento de custos aos consumidores. Entretanto, há um benefício social em termos de melhor qualidade de vida para a população como um todo.

Ao longo do livro, sempre quando for pertinente, retomaremos alguns pontos abordados neste capítulo.

## Questões para revisão

1. O objetivo das empresas é maximizar os lucros. As normas jurídicas, entretanto, objetivando proteger a sociedade, delimitam o campo de atuação das empresas. Você acha que a Lei n. 8.137/90 tem essa finalidade?
2. O que vem a ser uma lei antitruste?
3. De que órgão é a competência para a execução da política monetária, de crédito, cambial e de comércio exterior? Qual o fundamento legal?
4. Em sua opinião, o mercado de locação deveria ser totalmente livre, isto é, sem nenhuma lei que o regulamentasse? Por quê?
5. Levando-se em conta os altos custos do sistema carcerário, qual deveria ser a política criminal para os delitos de pequena monta? Comente.

# INTRODUÇÃO À MICROECONOMIA

4

## 1. Conceito

**A** Microeconomia, ou Teoria dos Preços, analisa a formação de preços no mercado, ou seja, como a empresa e o consumidor interagem e decidem qual o preço e a quantidade de um determinado bem ou serviço em mercados específicos.

Assim, enquanto a Macroeconomia enfoca o comportamento da Economia como um todo, considerando variáveis globais como consumo agregado, renda nacional e investimentos globais, a análise microeconômica preocupa-se com a formação de preços de bens e serviços (soja, automóveis) e de fatores de produção (salários, aluguéis, lucros) em mercados específicos.

A Teoria Microeconômica não deve ser confundida com economia de empresas, pois tem enfoque distinto. A Microeconomia estuda o funcionamento da oferta e da demanda na formação do preço no mercado, isto é, o preço sendo obtido pela interação do conjunto de consumidores com o conjunto de empresas que fabricam um dado bem ou serviço. Do ponto de vista da economia de empresas, onde se estuda uma empresa específica, prevalece a visão contábil-financeira na formação do preço de venda de seu produto, baseada principalmente nos custos de produção, enquanto na Microeconomia prevalece a visão do mercado.

A abordagem econômica se diferencia da contábil mesmo quando são abordados os custos de produção, pois o economista analisa não só os custos efetivamente incorridos, mas também aqueles decorrentes das oportunidades sacrificadas, ou seja, dos custos de oportunidade ou implícitos. Como detalharemos mais tarde, os custos de produção do ponto de vista econômico não são apenas os gastos ou desembolsos financeiros incorridos pela empresa (custos explícitos), mas também quanto as empresas gastariam se tivessem de alugar ou comprar no mercado os insumos que são de sua propriedade (custos implícitos).

Os agentes da demanda — os consumidores — são aqueles que se dirigem ao mercado com o intuito de adquirir um conjunto de bens ou serviços que lhes maximize sua função utilidade. No Direito utilizou-se a conceituação econômica para se definir consumidor: pessoa natural ou jurídica que no mercado adquire bens ou contrata serviços como destinatário final, visando atender a uma necessidade própria. Deve-se salientar que o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor considera o consumidor como hipossuficiente, uma vez que entre fornecedor e consumidor há um desequilíbrio que favorece o primeiro.

A conceituação de empresa, entretanto, possui duas visões: a econômica e a jurídica. Do ponto de vista econômico, empresa ou estabelecimento comercial é a combinação, pelo empresário, dos fatores de produção: capital, trabalho, terra e tecnologia, de tal modo organizados para se obter o maior volume possível de produção ou de serviços ao menor custo.

Na doutrina jurídica reconhece-se o estabelecimento como uma universalidade de direito, incluindo-se na atividade econômica um complexo de relações jurídicas entre o empresário e a empresa<sup>1</sup>. O empresário é, assim, o sujeito da atividade econômica, e o objeto é constituído pelo estabelecimento, que é o complexo de bens corpóreos e incorpóreos utilizados para o processo de produção. A empresa, nesse contexto, é o complexo de relações jurídicas que unem o sujeito ao objeto da atividade econômica<sup>2</sup>.

## 2. Pressupostos básicos da análise microeconômica

### 2.1. A hipótese *coeteris paribus*

Para analisar um mercado específico, a Microeconomia se vale da hipótese de que "tudo o mais permanece constante" (em latim, *coeteris paribus*). O foco de estudo é dirigido apenas àquele mercado, analisando-se o papel que a oferta e a demanda nele exercem, supondo que outras variáveis interfiram muito pouco, ou que não interfiram de maneira absoluta.

Adotando-se essa hipótese, torna-se possível o estudo de um determinado mercado selecionando-se apenas as variáveis que influenciam os agentes econômicos — consumidores e produtores — nesse particular mercado, independentemente de outros fatores, que estão em outros mercados, poderem influenciá-los. Sabemos, por exemplo, que a procura de uma mercadoria é normalmente mais afetada por seu preço e pela renda dos consumidores. Para analisar o efeito do preço sobre a procura, supomos que a renda permaneça constante (*coeteris paribus*); da mesma forma, para avaliar a relação entre a procura e a renda dos consumidores, supomos que o preço da mercadoria não varie. Temos, assim, o efeito "puro" ou "líquido" de cada uma dessas variáveis sobre a procura.

### 2.2. Papel dos preços relativos

Na análise microeconômica, são mais relevantes os preços relativos, isto é, os preços de um bem em relação aos demais, do que os preços absolutos (isolados) das mercadorias.

1. No Brasil, a lei reconhece o estabelecimento como uma universalidade de fato e não de direito.  
2. É de notar que no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, em vez de serem utilizados termos como "industrial", "comerciante", "banqueiro" etc., ou genericamente "empresário", preferiu-se "fornecedor", na realidade o responsável, nas relações de consumo (relações jurídicas), pela colocação de produtos e serviços à disposição do consumidor.

Por exemplo, se o preço do guaraná cair em 10%, mas também o preço da soda cair em 10%, nada deve acontecer com a demanda (procura) dos dois bens (supondo que as demais variáveis permaneceram constantes). Agora, tudo o mais permanecendo constante, se cair apenas o preço do guaraná, permanecendo inalterado o preço da soda, deve-se esperar um aumento na quantidade procurada de guaraná, e uma queda na de soda. Embora não tenha havido alteração no preço absoluto da soda, seu preço relativo aumentou, quando comparado com o do guaraná.

### 2.3. Objetivos da empresa

A grande questão na Microeconomia, que inclusive é a origem das diferentes correntes de abordagem, reside na hipótese adotada quanto aos objetivos da empresa produtora de bens e serviços.

A análise tradicional supõe o *Princípio da Racionalidade*, segundo o qual o empresário sempre busca a maximização do lucro total, otimizando a utilização dos recursos de que dispõe<sup>3</sup>. Essa corrente enfatiza conceitos como receita marginal, custo marginal e produtividade marginal em lugar de conceitos de média (receita média, custo médio e produtividade média), daí ser chamada de *marginalista*. Como veremos no Capítulo 6, a maximização do lucro da empresa ocorre quando a receita marginal iguala-se ao custo marginal.

As correntes alternativas consideram que o móvel do empresário não seria a maximização do lucro, mas fatores como aumento da participação nas vendas do mercado, ou maximização da margem sobre os custos de produção, independente da demanda de mercado.

Geralmente, nos cursos de Economia, a abordagem marginalista compõe a Teoria Microeconômica propriamente dita, pelo que é chamada de Teoria Tradicional, enquanto as demais abordagens são usualmente analisadas nas disciplinas denominadas Teoria da Organização Industrial ou Economia Industrial.

### 3. Aplicações da análise microeconômica

A análise microeconômica, ou Teoria dos Preços, como parte da Ciência Econômica, preocupa-se em explicar como se determina o preço dos bens e serviços, bem como dos fatores de produção. O instrumental microeconômico procura responder, também, a questões aparentemente triviais; por exemplo, por que, quando o preço de um bem se eleva, a quantidade demandada desse bem deve cair, *ceteris paribus*.

3. O *Princípio da Racionalidade* (que supõe um *homo economicus*) é aplicado extensamente na Teoria Microeconômica tradicional. Por esse princípio, os empresários tentam sempre maximizar lucros condicionados pelos custos de produção, os consumidores procuram maximizar sua satisfação (ou utilidade) no consumo de bens e serviços (limitados por sua renda e por seus preços das mercadorias), os trabalhadores procuram maximizar *lazer* etc.

Entretanto, deve-se salientar que, se a Teoria Microeconômica não é um manual de técnicas para a tomada de decisões do dia-a-dia, mesmo assim ela representa uma ferramenta útil para estabelecer políticas e estratégias, dentro de um horizonte de planejamento, tanto ao nível de empresas quanto ao nível de política econômica.

A nível de empresas, a análise microeconômica pode subsidiar as seguintes decisões:

- política de preços da empresa
- previsões de demanda e de faturamento
- previsões de custos de produção
- decisões ótimas de produção (escolha da melhor alternativa de produção, isto é, da melhor combinação de fatores de produção)
- avaliação e elaboração de projetos de investimentos (análise custo-benefício da compra de equipamentos, ampliação da empresa etc.)
- política de propaganda e publicidade (como as preferências dos consumidores podem afetar a procura do produto)
- localização da empresa (se a empresa deve situar-se próxima aos centros consumidores ou aos centros fornecedores de insumos)
- diferenciação de mercados (possibilidades de preços diferenciados, em diferentes mercados consumidores do mesmo produto)

A nível de política econômica, a Teoria Microeconômica pode contribuir na análise e tomada de decisões das seguintes questões:

- efeitos de impostos sobre mercados específicos
- política de subsídios (nos preços de produtos como trigo e leite, ou na compra de insumos como máquinas, fertilizantes etc.)
- fixação de preços mínimos na agricultura
- controle de preços
- política salarial
- política de tarifas públicas (água, luz etc.)
- política de preços públicos (petróleo, aço etc.)
- leis antitruste (controle de lucros de monopólios e oligopólios)

Como se observa, são decisões necessárias ao planejamento estratégico das empresas e à política e programação econômica do setor público.

Evidentemente, a contribuição da Microeconomia está associada à utilização de outras disciplinas, como a Estatística, a Matemática Financeira, a Contabilidade e mesmo a Engenharia, de forma a dar conteúdo empírico a suas formulações e conceitos teóricos.

### 4. Divisão do estudo microeconômico

A Teoria Microeconômica consiste nos seguintes tópicos:

- Análise da Demanda

A Teoria da Demanda ou Procura de uma mercadoria ou serviço divide-se em *Teoria do Consumidor (demanda individual)* e *Teoria da Demanda de Mercado*.

Na realidade, tanto a *Teoria do Equilíbrio Geral* e do *Bem-Estar* como a *Teoria do Consumidor* são fundamentalmente abstratas, utilizando-se, com frequência, modelos matemáticos de razoável grau de dificuldade. Como o objetivo deste livro é procurar fornecer aos estudantes e profissionais de Direito e áreas de humanas em geral conceitos básicos de Economia, que dêem subsídios para sua atuação no dia-a-dia e um melhor entendimento das principais questões econômicas de nosso tempo, esses dois tópicos não serão discutidos aqui. Esses temas também não costumam ser abordados nos cursos introdutórios de Economia, sendo normalmente ministrados ao final da disciplina de Teoria Microeconômica.

### Questões para revisão

1. Qual o papel dos preços relativos na análise microeconômica?
2. O estabelecimento comercial pode ser conceituado sob duas óticas: a econômica e a jurídica. Explique cada uma delas.
3. No raciocínio econômico, qual a importância da hipótese do *coeteris paribus*?
4. Qual o principal campo de atuação da Teoria Microeconômica?
5. Como se divide o estudo microeconômico?

#### • Análise da oferta

A *Teoria da Oferta* de um bem ou serviço também subdivide-se em *oferta da firma individual* e *oferta de mercado*. Dentro da análise da oferta da firma são abordadas a *Teoria da Produção*, que analisa as relações entre quantidades físicas e o produto e os fatores de produção, e a *Teoria dos Custos de Produção*, que incorpora, além das quantidades físicas, os preços dos insumos.

#### • Análise das estruturas de mercado

A partir da demanda e da oferta de mercado são determinados o preço e a quantidade de equilíbrio de um dado bem ou serviço. O preço e a quantidade, entretanto, dependerão da particular forma ou estrutura desse mercado, ou seja, se ele é competitivo, com muitas empresas produzindo um dado produto, ou concentrado em poucas ou em uma única empresa.

Na análise das estruturas de mercado avaliam-se os efeitos da oferta e da demanda, tanto no mercado de bens e serviços quanto no mercado de fatores de produção. As estruturas do *mercado de bens e serviços* são:

- a) concorrência perfeita;
- b) concorrência imperfeita ou monopolista;
- c) monopólio;
- d) oligopólio.

As estruturas do *mercado de fatores de produção* são:

- a) concorrência perfeita;
- b) concorrência imperfeita;
- c) monopsonio;
- d) oligopsonio.

No mercado de fatores de produção, a procura de fatores produtivos é chamada de *demanda derivada*, uma vez que a demanda por insumos (mão-de-obra, capital) está condicionada, ou deriva, da procura pelo produto final da empresa no mercado de bens e serviços.

#### • Teoria do equilíbrio geral

A *análise do equilíbrio geral* leva em conta as inter-relações entre todos os mercados, diferentemente da análise de equilíbrio parcial, que analisa um mercado isoladamente, sem considerar suas inter-relações com os demais. Ou seja, procura-se analisar se o comportamento independente de cada agente econômico conduz todos a uma posição de equilíbrio global, embora todos sejam, na realidade, inter-dependentes.

A *Teoria do Bem-Estar*, ou *Welfare*, estuda como alcançar soluções socialmente eficientes para o problema da alocação e distribuição dos recursos, ou seja, encontrar a "alocação ótima dos recursos".

Há de se destacar que no estudo microeconômico um dos tópicos consiste na *análise das imperfeições de mercado*, onde analisam-se situações nas quais os preços não são determinados isoladamente em cada mercado.

# DEMANDA, OFERTA E EQUILÍBRIO DE MERCADO



## 1. Introdução

### 1.1. Breve histórico

Os fundamentos da análise da demanda ou procura estão alicerçados no conceito subjetivo de utilidade. A *utilidade* representa o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços que podem adquirir no mercado. Ou seja, a utilidade é a qualidade que os bens econômicos possuem de satisfazer as necessidades humanas. Como está baseada em aspectos psicológicos ou preferências, a utilidade difere de consumidor para consumidor (uns preferem uísque, outros cerveja etc.).

A *Teoria do Valor-Utilidade* contrapõe-se à chamada Teoria do Valor-Trabalho, desenvolvida pelos economistas clássicos (Malthus, Smith, Ricardo, Marx). A Teoria do Valor-Utilidade pressupõe que o valor de um bem se forma pela sua *demand*, isto é, pela *satisfação* que o bem representa para o consumidor. Ela é portanto *subjetiva*, e considera que o valor nasce da *relação do homem com os objetos*. Representa a chamada *visão utilitarista*, onde prepondera a soberania do consumidor, pilar do capitalismo.

A *Teoria do Valor-Trabalho* considera que o valor de um bem se forma do lado da *oferta*, através dos custos do trabalho incorporados ao bem. Os custos de produção eram representados basicamente pelo fator mão-de-obra, em que a terra era praticamente gratuita (abundante) e o capital pouco significativo. Pela Teoria do Valor-Trabalho, o valor do bem surge da *relação social* entre homens, dependendo do tempo produtivo que eles incorporam ao bem. Nesse sentido, a Teoria do Valor-Trabalho é *objetiva* (depende de *custos*).

Pode-se dizer que a Teoria do Valor-Utilidade veio complementar a Teoria do Valor-Trabalho, pois não era mais possível prever o comportamento dos preços dos bens apenas com base nos custos da mão-de-obra (ou mesmo custos em geral) sem considerar o lado da demanda (padrão de gostos, hábitos, renda etc.).

Ademais, a Teoria do Valor-Utilidade permitiu distinguir o valor de uso do valor de troca de um bem. O *valor de uso* é a utilidade que ele representa para o consumidor. *Valor de troca* se forma pelo preço no mercado, pelo encontro da oferta e da demanda do bem.

A Teoria da Demanda, objeto deste capítulo, baseia-se na Teoria do Valor-Utilidade.

### 1.2. Utilidade Total e Utilidade Marginal

Ao final do século passado, alguns economistas elaboraram o conceito de utilidade marginal e dele derivaram a curva da demanda e suas propriedades. Tem-se que a *utilidade total* tende a aumentar quanto maior a quantidade consumida do bem ou serviço. Entretanto, a *utilidade marginal*, que é a satisfação adicional (na margem) obtida pelo consumo de mais uma unidade do bem, é decrescente, porque o consumidor vai perdendo a capacidade de percepção da utilidade por ele proporcionada, chegando à saturação.

O chamado *paradoxo da água e do diamante* ilustra a importância do conceito de utilidade marginal. Por que a água, mais necessária, é tão barata, e o diamante, supérfluo, tem preço tão elevado? Ocorre que a água tem grande utilidade *total*, mas baixa utilidade *marginal* (é abundante), enquanto o diamante, por ser escasso, tem grande utilidade marginal e total.

## 2. Demanda de mercado

### 2.1. Conceito

A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de um determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo.

A procura depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor. São elas: o preço do bem ou serviço, o preço dos outros bens, a renda do consumidor e o gosto ou preferência do indivíduo. Para estudar-se a influência dessas variáveis utiliza-se a hipótese do *coeteris paribus*, ou seja, considera-se cada uma dessas variáveis afetando separadamente as decisões do consumidor.

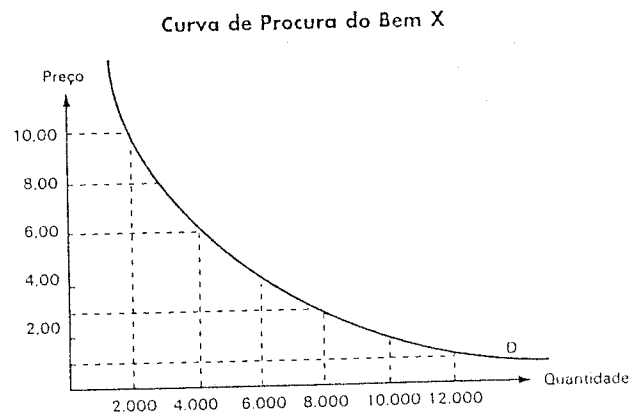
### 2.2. Relação entre quantidade procurada e preço do bem: a Lei Geral da Demanda

Há uma relação inversamente proporcional entre a quantidade procurada e o preço do bem, *coeteris paribus*. É a chamada *Lei Geral da Demanda*. Essa relação pode ser observada a partir dos conceitos de escala de procura, curva de procura ou função de demanda.

A relação quantidade/preço procurada pode ser representada por uma escala de procura, conforme a apresentada a seguir:

Alternativa de preço (\$)	Quantidade demandada
1,00	12.000
3,00	8.000
6,00	4.000
8,00	3.000
10,00	2.000

Outra forma de apresentar essas diversas alternativas seria através da curva de procura. Para tanto, traçamos um gráfico com dois eixos, colocando no eixo vertical os vários preços  $P$ , e no horizontal as quantidades demandadas  $Q$ . Assim:



Os economistas supõem que a curva ou a escala de procura revela as preferências dos consumidores, sob a hipótese de que estão maximizando sua utilidade, ou grau de satisfação no consumo daquele produto. Ou seja, subjacente à curva há toda uma teoria de valor, que envolve, como vimos, os fundamentos psicológicos do consumidor<sup>1</sup>.

A curva de procura inclina-se de cima para baixo, no sentido da esquerda para a direita, refletindo o fato de que a quantidade procurada de determinado produto varia inversamente com relação a seu preço, *coeteris paribus*.

1. Essa parte da análise microeconômica é denominada *Teoria do Consumidor*. Como é relativamente abstrata, inclusive com razoável grau de formalização matemática, não costuma ser discutida em cursos introdutórios de Economia.

Matematicamente, a relação entre a quantidade demandada e o preço de um bem ou serviço pode ser expressa pela chamada *função demanda* ou *equação da demanda*:

$$Q_d = f(P)$$

onde:

$Q_d$  = quantidade procurada de um determinado bem ou serviço, num dado período de tempo;

$P$  = preço do bem ou serviço.

A expressão  $Q_d = f(P)$  significa que a quantidade demandada  $Q_d$  é uma função  $f$  do preço  $P$ , isto é, depende do preço  $P$ .

A curva de demanda é negativamente inclinada devido ao efeito conjunto de dois fatores: o efeito substituição e o efeito renda. Se o preço de um bem aumenta, a queda da quantidade demandada será provocada por esses dois efeitos somados:

- efeito substituição: se um bem possui um substituto, ou seja, outro bem similar que satisfaça a mesma necessidade, quando seu preço aumenta, *coeteris paribus*, o consumidor passa a adquirir o bem substituto, reduzindo assim sua demanda. Exemplo: se o preço da caixa de fósforos subir demasiadamente, os consumidores passarão a demandar isqueiros, reduzindo assim sua demanda por fósforo;
- efeito renda: quando aumenta o preço de um bem, tudo o mais constante (renda do consumidor e preços de outros bens constantes), o consumidor perde poder aquisitivo, e a demanda por esse produto diminui. Assim, embora seu salário monetário não tenha sofrido nenhuma alteração, seu salário "real", em termos de poder de compra, foi corroído<sup>2</sup>.

### 2.3. Outras variáveis que afetam a demanda de um bem

Efetivamente, a procura de uma mercadoria não é influenciada apenas por seu preço. Existe uma série de outras variáveis que também afetam a procura.

Para a maioria dos produtos, a procura será também afetada pela renda dos consumidores, pelo preço dos bens substitutos (ou concorrentes), pelo preço dos bens complementares e pelas preferências ou hábitos dos consumidores.

2. Existe uma exceção à Lei da Demanda — o *bem de Giffen* ou *Paradoxo de Giffen*. Essa situação, pouco provável de ocorrer na prática, acontece quando há uma relação direta entre preço e quantidade procurada do bem (curva de demanda positivamente inclinada). Como um exemplo, suponha que as pessoas consumam uma grande quantidade de um produto e que ocorra uma queda no preço desse bem. Com o aumento de seu poder aquisitivo, as pessoas, em vez de gastar mais nesse produto, do qual já estão entediadas, reduzem seu consumo, demandando outros — ou seja, a queda de preço levou à queda do consumo, o que contraria a Lei da Demanda.

Se a *renda dos consumidores* aumenta e a demanda do produto também, temos um *bem normal*. Existe também uma classe de bens que são chamados *bens inferiores*, cuja demanda varia em sentido inverso às variações da renda; por exemplo, se o consumidor ficar mais rico, diminuirá o consumo de carne de segunda e aumentará o consumo de carne de primeira. Temos ainda o caso de *bens de consumo saciado*, quando a demanda do bem não é influenciada pela renda dos consumidores (arroz, farinha, sal etc.).

A demanda de um bem ou serviço também pode ser influenciada pelos *preços de outros bens e serviços*. Quando há uma relação direta entre preço de um bem e quantidade de outro, *coeteris paribus*, eles são chamados de *bens substitutos* ou *concorrentes*, ou ainda *sucedâneos*. Por exemplo, um aumento no preço da carne deve elevar a demanda de peixe, tudo o mais constante. Quando há uma relação inversa entre o preço de um bem e a demanda de outro, eles são chamados de *bens complementares* (quantidade de automóveis e preço da gasolina, quantidade de camisas sociais e preço das gravatas etc.).

Finalmente, a demanda de um bem ou serviço também sofre a influência dos *hábitos e preferências dos consumidores*. Os gastos em publicidade e propaganda objetivam justamente aumentar a procura de bens e serviços influenciando suas preferências e hábitos.

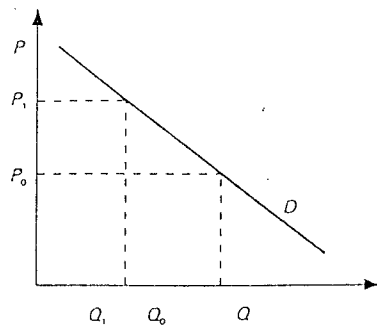
Além das variáveis anteriores, que se aplicam ao estudo da procura pela maior parte dos bens, alguns produtos são afetados por fatores mais específicos, como efeitos sazonais e localização do consumidor, ou fatores mais gerais, como condições de crédito, perspectivas da economia, congelamentos ou tabelamentos de preços e salários etc.

#### 2.4. Distinção entre demanda e quantidade demandada

Embora tendam a ser utilizados como sinônimos, esses termos têm significados diferentes. Por *demand* entende-se toda a escala ou curva que relaciona os possíveis preços a determinadas quantidades. Por *quantidade demandada* devemos entender um ponto específico da curva relacionando um preço a uma quantidade.

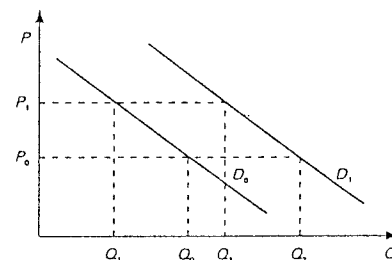
No gráfico ao lado a *demand* está indicada pela letra *D*, sendo que a quantidade procurada relacionada ao preço  $P_0$  é  $Q_0$ . Caso o preço aumentasse para  $P_1$ , haveria uma diminuição na quantidade *demandada* e não na *demand*. Ou seja, as alterações da quantidade *demandada* ocorrem ao longo da própria curva.

Alteração na Quantidade Demandada



Suponhamos que agora a curva da procura inicial fosse a indicada no gráfico pela letra  $D_0$ . Sendo o bem superior, caso houvesse um aumento na renda dos consumidores, *coeteris paribus*, a curva da procura iria se deslocar para a direita, o que estaria indicando que, aos mesmos preços, o consumidor estaria disposto a adquirir maiores quantidades. A nova curva será  $D_1$ .

Alteração na Demanda



Antes do aumento da renda	Após o aumento da renda
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ao preço <math>P_0</math>, o consumidor pode comprar <math>Q_0</math></li> <li>• ao preço <math>P_1</math>, o consumidor pode comprar <math>Q_1</math></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ao mesmo preço <math>P_0</math>, o consumidor pode comprar <math>Q_2</math></li> <li>• ao mesmo preço <math>P_1</math>, o consumidor pode comprar <math>Q_3</math></li> </ul>

Dessa forma, movimentos da quantidade demandada ocorrem ao longo da própria curva, devido a mudanças no preço do bem. Quando a curva de procura se desloca (em virtude de variações da renda ou de outras variáveis, que não o preço do bem), temos uma mudança na demanda (e não na quantidade demandada).

### 3. Oferta de mercado

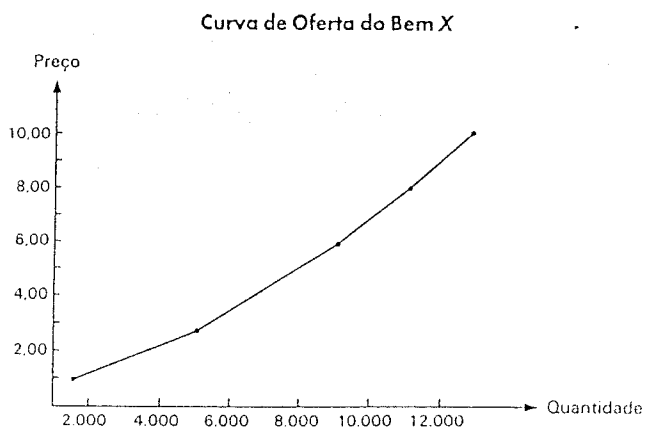
Pode-se conceituar *oferta* como as várias quantidades que os produtores desejam oferecer ao mercado em determinado período de tempo. Da mesma maneira que a demanda, a oferta depende de vários fatores; dentre eles, de seu próprio preço, dos demais preços, do preço dos fatores de produção, das preferências do empresário e da tecnologia.

Diferentemente da função demanda, a função oferta mostra uma correlação direta entre quantidade ofertada e nível de preços, *coeteris paribus*. É a chamada *Lei Geral da Oferta*.

Podemos expressar uma *escala de oferta* de um bem  $X$ , ou seja, dada uma série de preços, quais seriam as quantidades ofertadas a cada preço:

Preço (\$)	Quantidade ofertada
1,00	1.000
3,00	5.000
6,00	9.000
8,00	11.000
10,00	13.000

Essa escala pode ser expressa graficamente como a seguir:



Matematicamente, a *função ou equação da oferta* é dada pela expressão

$$Q_o = f(P)$$

onde:

$Q_o$  = quantidade ofertada de um bem ou serviço, num dado período;

$P$  = preço do bem ou serviço.

A relação direta entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem deve-se ao fato de que, *coeteris paribus*, um aumento do preço no mercado estimula as empresas a produzirem mais, aumentando sua receita. Outra forma de leitura: os custos de produção aumentarão, e a empresa deverá elevar seus preços para continuar produzindo o mesmo que antes.

Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matérias-primas, salários, preço da terra) e por alterações tecnológicas, ou pelo aumento do número de empresas no mercado.

Parece claro que a relação entre a oferta e o *custo dos fatores de produção* seja inversamente proporcional. Por exemplo, um aumento dos salários ou do custo das matérias-primas deve provocar, *coeteris paribus*, uma retração da oferta do produto.

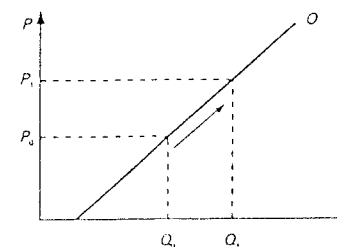
A relação entre a oferta e uma *melhoria tecnológica* é diretamente proporcional, o mesmo ocorrendo com uma variação no *número de empresas ofertantes no setor*.

### Oferta e Quantidade Ofertada

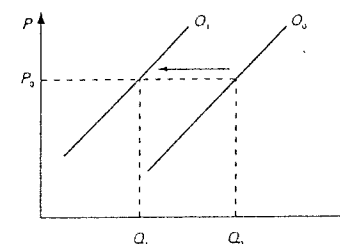
Como no caso da demanda, também devemos distinguir entre a oferta e a quantidade ofertada de um bem. A *oferta* refere-se à escala (ou toda a curva), enquanto a *quantidade ofertada* diz respeito a um ponto específico da curva de oferta. Assim, um aumento no preço do bem provoca um aumento da quantidade ofertada, *coeteris paribus* (movimento ao longo da curva — diagrama a), enquanto uma alteração nas outras variáveis (como nos custos de produção ou no nível tecnológico) desloca a oferta (isto é, a curva de oferta).

Por exemplo, um aumento no custo das matérias-primas provoca uma queda na oferta: mantido o mesmo preço  $P_o$  (isto é, *coeteris paribus*), as empresas são obrigadas a diminuir a produção (diagrama b).

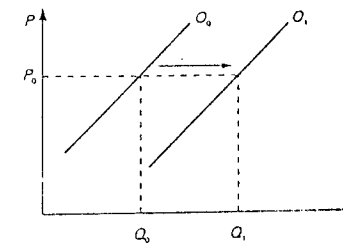
(a) Aumento na Quantidade Ofertada



(b) Diminuição da Oferta



(c) Aumento da Oferta



Por outro lado, uma diminuição no preço dos insumos, ou uma melhoria tecnológica na utilização dos mesmos, ou ainda um aumento no número de empresas no mercado, conduz a um aumento da oferta, dados os mesmos preços praticados, deslocando-se, desse modo, a curva de oferta para a direita (diagrama c).

## 4. Equilíbrio de mercado

### 4.1. A Lei da Oferta e da Procura: tendência ao equilíbrio

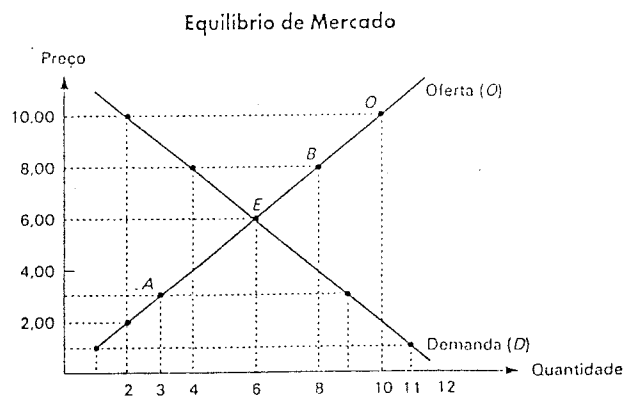
A interação das curvas de demanda e de oferta determina o preço e a quantidade de equilíbrio de um bem ou serviço em um dado mercado.

Seja o quadro a seguir representativo da oferta e da demanda do bem X:

Preço (\$)	Quantidade		Situação de mercado
	Procurada	Ofertada	
1,00	11	1	Excesso de procura (escassez de oferta)
3,00	9	3	Excesso de procura (escassez de oferta)
6,00	6	6	Equilíbrio entre oferta e procura
8,00	4	8	Excesso de oferta (escassez de procura)
10,00	2	10	Excesso de oferta (escassez de procura)

Como se observa na tabela, existe equilíbrio entre oferta e demanda do bem X quando o preço é igual a 6,00 unidades monetárias.

Graficamente:



Na intersecção das curvas de oferta e demanda (ponto E) teremos o preço e a quantidade de equilíbrio, isto é, o preço e a quantidade que atendem às aspirações dos consumidores e dos produtores simultaneamente.

Se a quantidade ofertada se encontrar abaixo daquela de equilíbrio E (A, por exemplo), teremos uma situação de escassez do produto. Haverá uma competição entre os consumidores, pois as quantidades procuradas serão maiores que as ofertadas. Formar-se-ão filas, o que forçará a elevação dos preços, até atingir-se o equilíbrio, quando as filas cessarão.

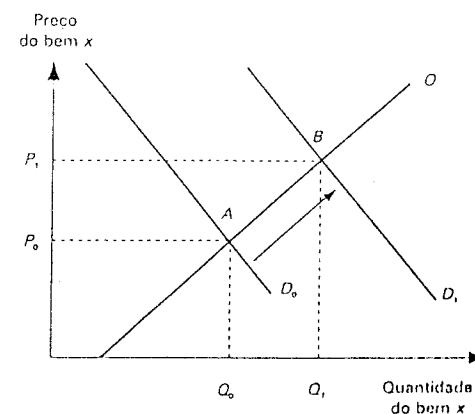
Analogamente, se a quantidade ofertada se encontrar acima do ponto de equilíbrio E (B, por exemplo), haverá um excesso ou excedente de produção, um acúmulo de estoques não programado do produto, o que provocará uma competição entre os produtores, conduzindo a uma redução dos preços, até que se atinja o ponto de equilíbrio.

Como se observa, quando há competição tanto de consumidores quanto de ofertantes, há uma *tendência natural* no mercado para se chegar a uma situação de equilíbrio estacionário — sem filas e sem estoques não desejados pelas empresas.

Desse modo, se não há obstáculos para a livre movimentação dos preços, ou seja, se o sistema é de concorrência pura ou perfeita, será observada essa tendência natural de o preço e a quantidade atingirem um determinado nível desejado tanto pelos consumidores quanto pelos ofertantes. Para que isso ocorra, é necessário que não haja interferência nem do governo nem de forças oligopólicas, que normalmente impedem quedas de preços dos bens e serviços.

### 4.2. Deslocamento das curvas de demanda e oferta

Como vimos, existem vários fatores que podem provocar deslocamento das curvas de oferta e demanda, com evidentes mudanças do ponto de equilíbrio. Suponhamos, por exemplo, que o mercado do bem x (um bem normal, não inferior) esteja em equilíbrio. O preço de equilíbrio inicial é  $P_0$  e a quantidade,  $Q_0$  (ponto A).



Se, por hipótese, os consumidores obtêm um aumento de renda real (aumento de poder aquisitivo), *ceteris paribus*, a demanda do bem  $x$ , aos mesmos preços anteriores, será maior. Isso significa um deslocamento da curva de demanda para a direita, para  $D_1$ . Assim, ao preço  $P_0$  teremos um excesso de demanda, que provocará um aumento de preços até que o excesso de demanda se acabe.

O novo equilíbrio se dará ao preço  $P_1$  e quantidade  $Q_1$  (ponto  $B$ ).

Da mesma forma, um deslocamento da curva de oferta afetará a quantidade de mercado e o preço de equilíbrio. Suponha, para exemplificar, que haja uma diminuição dos preços das matérias-primas usadas na produção do bem  $x$ . Conseqüentemente, a curva de oferta do bem  $x$  se deslocará para a direita, e, por raciocínio análogo ao anterior, o preço de equilíbrio se tornará menor e a quantidade, maior. O leitor poderá, como exercício, construir o gráfico para esse caso.

## 5. Interferência do governo no equilíbrio de mercado

O governo intervém na formação de preços de mercado, a nível microeconômico, quando fixa impostos e subsídios, estabelece os critérios de reajuste do salário mínimo, fixa preços mínimos para produtos agrícolas, decreta tabelamentos ou, ainda, congelamento de preços e salários.

### 5.1. Estabelecimento de impostos

Embora seja tratado nos capítulos de Macroeconomia o papel do governo por meio dos instrumentos da política tributária, é interessante observar o enfoque microeconômico da tributação, que ressalta a questão da incidência do tributo, ou seja, é sabido que quem recolhe a totalidade do tributo é a empresa, mas isso não quer dizer que é ela quem efetivamente o paga. Assim, saber sobre quem recai efetivamente o ônus do tributo é uma questão de maior importância na análise dos mercados.

Os tributos se dividem em impostos, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos dividem-se em:

- Impostos indiretos: impostos incidentes sobre o consumo ou sobre as vendas. Exemplo: Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- Impostos diretos: impostos incidentes sobre a renda. Exemplo: Imposto de Renda (IR).

Entre os impostos indiretos destacamos:

- Imposto específico: recai sobre a unidade vendida. Exemplo: para cada carro vendido, recolhe-se, a título de imposto, R\$ 5.000 ao governo (esse valor é fixo e independe do valor da mercadoria).

- Imposto *ad valorem*: é um percentual (alíquota) aplicado sobre o valor da venda. Exemplo: supondo a alíquota do IPI sobre automóveis de 10%, se o valor do automóvel for de R\$ 50.000, o valor do IPI será de R\$ 5.000; se seu valor aumentar para R\$ 60.000, o valor do IPI será de R\$ 6.000. Assim, como se pode notar, a alíquota permanece inalterada em 10%, enquanto o valor do imposto varia com o preço do automóvel.

No Brasil, há poucos impostos específicos, sendo a quase totalidade dos impostos incidentes sobre o consumo do gênero *ad valorem*.

No ato do recolhimento, um aumento de impostos representa um aumento de custos de produção para a empresa. Se ela quiser continuar vendendo as mesmas quantidades anteriores, terá de elevar o preço de seu produto, ou seja, procurará repassar o imposto para o consumidor. Caso contrário, terá de reduzir seu volume de produção.

A proporção do imposto paga por produtores e consumidores é a chamada *incidência tributária*, que mostra sobre quem recai efetivamente o ônus do imposto<sup>3</sup>.

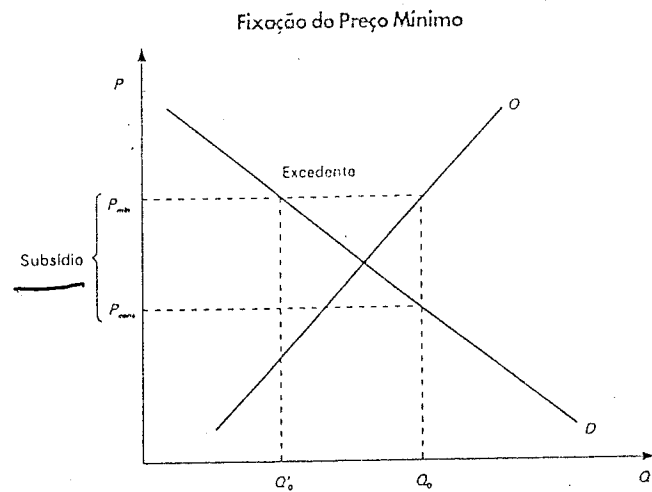
O produtor procurará repassar a totalidade do imposto ao consumidor. Entretanto, a margem de manobra de repassá-lo dependerá do grau de sensibilidade deste a alterações do preço do bem. E essa sensibilidade (ou elasticidade) dependerá do tipo de mercado. Quanto mais competitivo ou concorrencial o mercado, maior a parcela do imposto paga pelos produtores, pois eles não poderão aumentar o preço do produto para nele embutir o tributo. O mesmo ocorrerá se os consumidores dispuserem de vários substitutos para esse bem. Por outro lado, quanto mais concentrado o mercado — ou seja, com poucas empresas —, maior o grau de transferência do imposto para os consumidores finais, que contribuirão com maior parcela do imposto.

### 5.2. Política de preços mínimos na agricultura

Trata-se de uma política que visa dar uma garantia de preços ao produtor agrícola, com o propósito de protegê-lo das flutuações dos preços no mercado, ou seja, ajudá-lo diante de uma possível queda acentuada de preços e conseqüentemente da renda agrícola. O governo, antes do início do plantio, garante um preço que ele pagará após a colheita do produto. Se, por ocasião da colheita, os preços de mercado forem superiores aos preços mínimos, o agricultor preferirá vendê-la no mercado. Contudo, se os preços mínimos forem superiores aos preços de mercado, o produtor preferirá vender sua produção para o governo ao preço anteriormente fixado. Nesse caso, com o preço mínimo acima do preço de equilíbrio de mercado, teremos um excedente de produto adquirido pelo governo, que será utilizado como estoque regulador em momentos subseqüentes do tempo.

3. Há uma diferença entre o conceito jurídico e o conceito econômico de incidência. Do ponto de vista legal, a incidência refere-se a quem recolhe o imposto aos cofres públicos; do ponto de vista econômico, diz respeito a quem arca efetivamente com o ônus. Normalmente os impostos indiretos são recolhidos pelas empresas, mas elas repassam parte do imposto, aumentando o preço do produto e assim onerando o consumidor final.

Graficamente:



Nesse caso, o governo pode adotar dois tipos alternativos de políticas:

- comprar o excedente ( $Q_0$  menos  $Q'_0$ ) ao preço mínimo  $P_{min}$  (*política de compras*);
- pagar subsídio no preço (*política de subsídios*): o governo deixa os produtores colocarem no mercado toda a produção  $Q'_0$ , o que provocará uma grande queda no preço pago pelos consumidores ( $P_{min}$ ). Os produtores receberão  $P_{min}$ , e o governo bancará a diferença ( $P_{min} - P_0$ ).

Evidentemente, o governo optará pela política menos onerosa.

### 5.3. Tabelamento

Refere-se à intervenção do governo no sistema de preços de mercado visando coibir abusos por parte dos vendedores, controlar preços de bens de primeira necessidade ou então refrear o processo inflacionário, como foi adotado no Brasil (Planos Cruzado, Bresser etc.), quando se aplicou o congelamento de preços e salários.

## 6. Conceito de elasticidade

Cada produto tem sua própria sensibilidade com relação às variações dos preços e da renda. Essa sensibilidade ou reação pode ser medida através do conceito de elasticidade. Genericamente, a elasticidade reflete o grau de reação ou sensibilidade de uma variável quando ocorrem alterações em outra variável, *coeteris paribus*.

Trata-se de um conceito econômico que pode ser objeto de cálculo a partir de dados do mundo real, permitindo-se, desse modo, o confronto das proposições da Teoria Econômica com os dados da realidade.

O conceito de elasticidade representa uma informação bastante útil tanto para as empresas quanto para a administração pública. Nas empresas a previsão de vendas é de extrema importância, pois permite uma estimativa da reação dos consumidores em face de alterações nos preços da empresa, dos concorrentes e em seus salários. Para o planejamento macroeconômico é de igual importância, pois poder-se-ia prever, por exemplo, qual seria o impacto de uma desvalorização cambial de 30% sobre o saldo da balança comercial, ou qual a sensibilidade dos investimentos privados a alterações na tributação ou na taxa de juros etc.

### 6.1. Elasticidade-preço da demanda

#### a) Conceito

É a resposta relativa da quantidade demandada de um bem X às variações de seu preço, ou, de outra forma, é a variação percentual na quantidade procurada do bem X em relação a uma variação percentual em seu preço, *coeteris paribus*.

Podemos expressar simbolicamente tal conceito da seguinte forma:

$$E_{p_0} = \frac{\text{variação percentual em } Q}{\text{variação percentual em } P}$$

Como a correlação entre preço e quantidade demandada é inversa, ou seja, a uma alteração positiva de preços corresponderá uma variação negativa da quantidade demandada, o valor encontrado da elasticidade-preço da demanda será sempre negativo. Para evitar-se problemas com o sinal, o valor da elasticidade normalmente é colocado em módulo.

Suponhamos, por exemplo, os seguintes dados:

$P_0$  = preço inicial = \$ 20,00

$P_1$  = preço final = \$ 16,00

$Q_0$  = quantidade demandada, ao preço  $Q_0 = 30$

$Q_1$  = quantidade demandada, ao preço  $Q_1 = 39$

$$\begin{array}{r} 100 - 10 \\ 100 \dots 90 \end{array}$$

A variação percentual do preço é dada por:

$$\frac{P_1 - P_0}{P_0} = \frac{-4}{20} = -0,2 \text{ ou } -20\%$$

A variação percentual da quantidade demandada é dada por:

$$\frac{Q_1 - Q_0}{Q_0} = \frac{9}{30} = 0,3 \text{ ou } 30\%$$

O valor da elasticidade-preço da demanda é dado por:

$$E_{pd} = \frac{\text{variação percentual de } Q}{\text{variação percentual de } P} = \frac{+30\%}{-20\%} = -1,5 \quad \text{ou} \quad |E_{pd}| = 1,5$$

Significa que, dada uma queda de 20% no preço, a quantidade demandada aumenta em 1,5 vez os 20%, ou seja, 30%. Trata-se de um produto cuja demanda tem grande sensibilidade a variações do preço. Isso nos remete aos conceitos de demanda elástica, inelástica, e de elasticidade unitária.

- Demanda elástica: A variação da quantidade demandada supera a variação do preço, ou

$$|E_{pd}| > 1$$

No exemplo anterior  $E_{pd} = -1,5$ , ou, em módulo  $|E_{pd}| = 1,5$

Os consumidores desse produto têm grande reação ou resposta, nas quantidades, a eventuais variações de preços. Em caso de aumentos de preços, diminuem drasticamente o consumo; quando há quedas do preço de mercado, aumentam o consumo, em uma vez e meia a variação do preço.

- Demanda inelástica: Ocorre quando uma variação percentual no preço provoca uma variação percentual relativamente menor nas quantidades procuradas, *coeteris paribus*, ou

$$|E_{pd}| < 1$$

Exemplo:

$$|E_{pd}| = 0,5 \text{ ou } E_{pd} = -0,5$$

Nesse caso, uma redução, suponhamos, de 10% nos preços, provoca um aumento de 5% nas quantidades procuradas. Os consumidores desse produto reagem pouco a variações dos preços, isto é, possuem baixa sensibilidade ao que acontece com os preços de mercado.

- Demanda de elasticidade-preço unitária: As variações percentuais no preço e na quantidade são de mesma magnitude, porém em sentido inverso, ou seja:

$$E_{pd} = -1 \text{ ou } |E_{pd}| = 1$$

Observa-se que o conceito de elasticidade fornece um *número puro*, pois independe das unidades de medida consideradas, já que se refere a uma razão entre duas percentagens (variação percentual da quantidade sobre variação percentual do preço). Por exemplo, é indiferente se a quantidade está expressa em quilos ou toneladas, já que a variação percentual é a mesma, embora as variações absolutas sejam diferentes (a variação percentual

de 5 toneladas sobre 10 toneladas é igual à variação percentual de 5.000 quilos sobre 10.000 quilos, ou seja, 50%). Essa característica nos permite comparar a elasticidade entre produtos e setores diferentes (algodão × aço, alimentos × manufaturados etc.).

#### b) Fatores que influenciam o grau de elasticidade-preço da demanda

Afinal, o que faz com que alguns bens tenham demanda elástica ou inelástica, isto é, que fatores explicam os valores obtidos para a elasticidade-preço da demanda?

- Disponibilidade de bens substitutos: Quanto mais substitutos houver para um bem, mais elástica será sua demanda, pois pequenas variações em seu preço, para cima, por exemplo, farão com que o consumidor passe a adquirir seu substituto, provocando queda em sua demanda mais que proporcional à variação do preço.

Nesse sentido, quanto mais *específico* o mercado, maior a elasticidade. Ou seja, a elasticidade-preço da demanda de guaraná será maior que a de refrigerantes em geral, pois existem mais substitutos para o guaraná do que para refrigerantes em geral. Na mesma linha, a elasticidade-preço da procura da pasta de dente de mentol é maior que a de pastas de dente em geral etc.

- Essencialidade do bem: Se o bem é essencial, será pouco sensível à variação de preço; terá, portanto, demanda inelástica.
- Importância do bem, quanto a seu gasto, no orçamento do consumidor: Quanto mais importante o gasto referente a um determinado bem (maior ponderação) em relação ao gasto total (orçamento) do consumidor, mais sensível torna-se o consumidor a alterações em seu preço (ou seja, a demanda é mais elástica). Por exemplo, a elasticidade-preço da demanda de carne tende a ser mais elevada que a de fósforos, já que o consumidor gasta uma parcela maior de seu orçamento com carne do que com fósforos.

#### c) Formas de cálculo: elasticidade num ponto específico, ou no ponto médio

- Elasticidade num ponto específico: Quando calculamos a elasticidade apenas para um dado preço e quantidade, como no exemplo anterior.
- Elasticidade no ponto médio (ou no arco): Em vez de utilizar-se apenas um ponto, consideram-se as médias de preços e de quantidades. Basta substituir na fórmula anterior,  $P_0$  e  $Q_0$  pelas médias entre  $P_0$  e  $P_1$  e entre  $Q_0$  e  $Q_1$ . Chamando de  $P_{01}$  o preço médio e de  $Q_{01}$  a quantidade média, e utilizando-se os dados do exercício anterior, tem-se:

$$E_{pd} = \frac{\frac{P_1 - P_0}{\text{média de } P_0 \text{ e } P_1}}{\frac{Q_1 - Q_0}{\text{média de } Q_0 \text{ e } Q_1}} = \frac{\frac{9}{34,5}}{\frac{-4}{18}} = \frac{0,26}{-0,22} = -1,18$$

Nesse exemplo tem-se que a demanda é elástica entre os preços R\$ 20,00 e R\$ 16,00 (a quantidade demandada varia 1,18 vez a variação de preços do produto).

d) *Relação entre receita total do produtor e o grau de elasticidade*

A receita total do produtor, que equivale ao gasto total dos consumidores, para uma dada mercadoria é igual à quantidade vendida vezes seu preço unitário de venda.

$$RT = P \times Q$$

onde:

RT = receita total;

P = preço unitário;

Q = quantidade vendida.

Dada uma variação no preço do produto, o que acontecerá com a receita total do produtor? Tal resposta dependerá da reação dos consumidores, isto é, do grau de elasticidade-preço da demanda.

Podem ocorrer três possibilidades:

- Demanda elástica: A redução no preço do bem tenderá a aumentar a receita total, pois o aumento percentual na quantidade vendida será maior do que a redução percentual do preço (trata-se de um mercado onde os consumidores têm demanda bastante sensível a preços). Da mesma forma, um aumento de preço provocará redução da receita total.
- Demanda inelástica: O raciocínio é inverso — aumento de preço provoca aumento da receita total, e redução de preço provoca diminuição da receita total.
- Demanda de elasticidade unitária: Aumento ou redução no preço não afetam a receita total, já que o percentual de variação no preço corresponde a igual percentual de variação na quantidade (em sentido contrário).

Isso explica, por exemplo, o que ocorre com mercados agrícolas. Via de regra, a demanda por alimentos é inelástica, dada sua essencialidade. Ou seja, a variação da quantidade é inferior à variação de preço. Assim, se a produção for reduzida, ela será compensada por uma variação de preços proporcionalmente mais elevada, o que representará um aumento de seu faturamento. Isso explica por quê, muitas vezes, o produtor agrícola prefere até destruir parte de sua produção para manter os preços.

Evidentemente essa possibilidade tem um limite, pois poder-se-ia imaginar que, sempre que a demanda é inelástica, é vantajoso aumentar os preços do produto, de forma indefinida. Entretanto, vimos que um dos fatores que determinam o valor da elasticidade-preço é o peso do bem no orçamento do consumidor. Então, quando se eleva o preço de mercado, o gasto com o bem aumenta, e o consumidor passa a ser cada vez mais sensível aos preços desse produto, tornando a demanda cada vez mais elástica.

Esse exemplo revela um outro ponto: quanto maior o preço do bem, maior a elasticidade-preço da demanda. Ou seja, a elasticidade-preço varia ao longo de uma mesma curva de demanda.

e) *Incidência tributária e elasticidade-preço da demanda*

Dado um aumento de imposto sobre vendas — tipo IPI e ICMS — vimos anteriormente que o recolhimento aos cofres públicos é feito pelas empresas. Entretanto, isso não significa que a empresa efetivamente pagará a totalidade do imposto, pois ela pode repassar parte do ônus ao consumidor final, via aumento de preços de seus produtos. Parece claro que:

- Quanto mais inelástica for a demanda do bem, maior será a proporção do imposto repassada ao consumidor e menor a parcela paga pelo produtor. O consumidor não tem muitas condições de diminuir o consumo do bem, provavelmente porque tem poucos produtos substitutos ou sucedâneos.
- Quanto mais elástica for a demanda do bem, menor será a proporção do imposto repassada ao consumidor e maior a parcela paga pelo produtor.

## 6.2. Elasticidade-renda da demanda

O coeficiente de elasticidade-renda da demanda ( $E_R$ ) mede a variação percentual da quantidade da mercadoria comprada resultante de uma variação percentual na renda do consumidor, *coeteris paribus*.

$$E_R = \frac{\text{variação percentual na quantidade demandada}}{\text{variação percentual na renda do consumidor}}$$

Se a elasticidade-renda da demanda ( $E_R$ ) é negativa, o bem é *inferior*, ou seja, aumentos de renda levam a quedas no consumo desse bem, *coeteris paribus*.

Se a elasticidade-renda da demanda ( $E_R$ ) é positiva mas menor que 1, o bem é *normal*, isto é, aumentos de renda levam a aumentos no consumo.

Se a elasticidade-renda da demanda ( $E_R$ ) é positiva e maior que 1, o bem é *superior* ou *de luxo*, ou seja, aumentos na renda dos consumidores levam a um aumento mais que proporcional no consumo do bem. Por exemplo:  $E_R = 1,5$  — um aumento da renda do consumidor de, digamos, 10% levará a um aumento do consumo desse bem de 15%, *coeteris paribus*.

Esse conceito é muito utilizado para ilustrar a questão da chamada *deterioração dos termos de troca no comércio internacional*. Estudos empíricos mostram que os países desenvolvidos tendem a exportar bens manufaturados, de elasticidade-renda elevada, enquanto os países em vias de desenvolvimento tendem a exportar produtos básicos (alimentos, matérias-primas etc.), de elasticidade-renda relativamente mais baixa, e importar bens manufaturados. Havendo um incremento da renda mundial, deve ocorrer um aumento relativamente maior no comércio de manufaturados, o que tenderia a gerar déficits constantes na balança comercial dos países em vias de desenvolvimento.

## 6.3. Elasticidade-preço cruzada da demanda

O conceito é muito semelhante ao da elasticidade-preço, sendo que a diferença está no fato de que se quer saber qual a mudança percentual que ocorre na quantidade demandada do bem  $x$  quando se modifica percentualmente o preço de um outro bem. Desse modo, a elasticidade-preço cruzada da demanda ( $E_{xy}$ ) mede a variação percentual na quantidade procurada do bem  $x$  com relação à variação percentual no preço do bem  $y$ , *coeteris paribus*.

$$E_{xy} = \frac{\text{variação percentual na quantidade demandada de um bem } x}{\text{variação percentual no preço de um bem } y}$$

Se  $x$  e  $y$  forem bens substitutos,  $E_{xy}$  será positiva: um aumento no preço do guaraná deve provocar uma elevação do consumo de soda, *coeteris paribus*.

Se  $x$  e  $y$  forem bens complementares,  $E_{xy}$  será negativa: um aumento no preço da camisa social levará a uma queda na demanda de gravatas, *coeteris paribus*.

#### 6.4. Elasticidade-preço da oferta

O mesmo raciocínio utilizado para a demanda também se aplica para a oferta, observando-se, no entanto, que o resultado da elasticidade será positivo, pois a correlação entre preço e quantidade ofertada é direta. Quanto maior o preço, maior a quantidade que o empresário estará disposto a ofertar, *coeteris paribus*.

$$E_{po} = \frac{\text{variação percentual da quantidade ofertada}}{\text{variação percentual do preço do bem}}$$

Como na demanda, a elasticidade-preço da oferta também pode ser calculada no ponto, no arco etc.

As elasticidades da oferta são menos difundidas que as da demanda. A elasticidade-preço da oferta mais frequentemente estudada é a dos produtos agrícolas, sendo inclusive apontada como a principal causa da inflação, de acordo com a chamada *corrente estruturalista*.

Segundo essa tese, em países em vias de desenvolvimento, a elasticidade da oferta de produtos agrícolas seria inelástica, pouco sensível a variações de preços. Isso se deveria à estrutura fundiária na agricultura, pouco voltada a estímulos dados pela demanda (e, portanto, de preços). De um lado há latifúndios que estão mais preocupados com a especulação com terras do que com produtividade; e, de outro, existem os minifúndios, que praticariam uma agricultura apenas para sua subsistência, não produzindo para o mercado. Assim, a produção agrícola seria inelástica a estímulos de preços.

## APÊNDICE

### Determinação do preço e quantidade de equilíbrio

Dadas as equações representativas da demanda e da oferta, o preço e a quantidade de equilíbrio serão determinados na intersecção dessas duas curvas. Suponhamos, por simplificação, que ambas sejam lineares ou retas, tipo

$$D_x = a - bP_x$$

$$O_x = c + dP_x$$

onde:

$D_x$  = quantidade demandada do bem  $x$

$O_x$  = quantidade ofertada do bem  $x$

$P_x$  = preço do bem  $x$

$a$  = intercepto da função demanda

$c$  = intercepto da função oferta

$b$  = declividade da função demanda

$d$  = declividade da função oferta

Como era de esperar, pela Lei da Procura, a declividade da função demanda é negativa, evidenciando uma reta negativamente inclinada, e, pela Lei da Oferta, a declividade da função oferta é positiva (reta positivamente inclinada).

#### Exemplo numérico

Suponhamos que, estatisticamente, foram calculadas as funções oferta e demanda do bem  $x$ , assim:

$$D_x = 300 - 8P_x$$

$$O_x = 48 + 10P_x$$

O preço e a quantidade do bem  $x$  que equilibram o mercado são calculados fazendo-se:

$$D_x = O_x$$

Portanto

$$300 - 8P_x = 48 + 10P_x$$

$$252 = 18P_x$$

$$P_x^o = \frac{252}{18} = 14$$

Para determinar  $Q^o$ , basta substituir  $P_x^o = 14$  na função oferta ou na função demanda (em equilíbrio, o resultado tem de ser idêntico).

$$Q_x^o = 48 + 10(14) = 188$$

$$\therefore P_x^o = 14,00$$

$$Q_x^o = 188$$

### Questões para revisão

1. Conceitue a função demanda. Que diferenças há entre demanda e quantidade demandada?
2. Conceitue a função oferta. De que variáveis depende a oferta de uma mercadoria?
3. Por que o governo costuma estabelecer preços mínimos (garantidos) para os produtos agrícolas?
4. Sobre a elasticidade-preço da demanda?
  - a) Quais os fatores que influenciam a elasticidade-preço da demanda?
  - b) Por que a elasticidade-preço da demanda de sal é próxima de zero?
  - c) Por que, quando a demanda é inelástica, aumentos do preço do produto devem elevar a receita total dos vendedores?
5. Defina: elasticidade-renda, elasticidade-preço cruzada da demanda e elasticidade-preço da oferta.

# PRODUÇÃO E CUSTOS

6

## I — TEORIA DA PRODUÇÃO

### 1. Introdução

A Teoria da Produção e a Teoria dos Custos de Produção constituem a chamada Teoria da Oferta da Firma Individual. Esses temas foram inicialmente tratados pela Teoria Econômica e, com o decorrer do tempo, foram incorporados nas áreas da Contabilidade, Engenharia e Administração.

Os princípios da Teoria da Produção e da Teoria dos Custos de Produção são peças fundamentais para a análise dos preços e do emprego dos fatores, assim como de sua alocação entre os diversos usos alternativos na economia. Assim sendo, a Teoria da Produção e a Teoria dos Custos de Produção desempenham dois papéis extremamente importantes:

- a) servem de base para a análise das relações existentes entre produção e custos de produção: numa economia moderna, cuja tecnologia e processos produtivos evoluem diariamente, o relacionamento entre a produção e os custos de produção é muito importante na análise da Teoria da Formação dos Preços;
- b) servem de apoio para a análise da procura da firma com relação aos fatores de produção que utiliza: para produzirem bens, as empresas dependem da disponibilidade de fatores de produção.

A Teoria da Produção propriamente dita preocupa-se com a relação técnica ou tecnológica entre a quantidade física de produtos (*outputs*) e de fatores de produção (*inputs*), enquanto a Teoria dos Custos de Produção relaciona a quantidade física de produtos com os preços dos fatores de produção. Ou seja, a Teoria da Produção trata apenas de relações físicas, enquanto a Teoria dos Custos de Produção envolve também os preços dos insumos.

Este capítulo está dividido em três partes. Na Parte I, apresentamos a Teoria da Produção. Em seguida, na Parte II, discutimos os conceitos relativos aos custos de produção. Na Parte III, mostramos qual o nível de produção ideal para a firma maximizar seus lucros dentro do modelo tradicional.

## 2. Conceitos básicos da Teoria da Produção

### Produção

É o processo de transformação dos fatores adquiridos pela empresa em produtos para a venda no mercado. É importante ressaltar que o conceito de produção não se refere apenas aos bens físicos e materiais, mas também a serviços, como transportes, atividades financeiras, comércio e outras atividades.

No processo de produção, diferentes insumos ou fatores de produção são combinados, de forma a produzir o bem ou serviço final. As formas como esses insumos são combinados constituem os chamados *métodos de produção*, que podem ser intensivos em mão-de-obra (utilizam mais mão-de-obra em relação a outros insumos), intensivos em capital ou intensivos em terra etc.

Se, a partir da combinação de fatores, for possível produzir um único produto (ou *output*), teremos um *processo de produção simples*; se for possível produzir mais de um produto, teremos um *processo de produção múltiplo*, ou *produção múltipla*.

A escolha do método ou processo de produção depende de sua eficiência. O conceito de eficiência pode ser enfocado do ponto de vista técnico ou tecnológico, ou do ponto de vista econômico.

Um método é tecnicamente eficiente (*eficiência técnica* ou *tecnológica*) quando, comparado com outros métodos, utiliza menor quantidade de insumos para produzir uma quantidade equivalente do produto. A *eficiência econômica* está associada ao método de produção mais barato (isto é, os custos de produção são menores) relativamente a outros métodos.

### Função Produção

O empresário, ao decidir o quê, como e quanto produzir, com base nas respostas do mercado consumidor, variará a quantidade utilizada dos fatores, para com isso variar a quantidade produzida do produto. A *função produção* é a relação que mostra a quantidade física obtida do produto a partir da quantidade física utilizada dos fatores de produção num determinado período de tempo.

A função produção assim definida admite sempre que o empresário esteja utilizando a maneira mais eficiente de combinar os fatores e, conseqüentemente, obter a maior quantidade produzida do produto. Ou seja, supomos que a questão da melhor tecnologia de produção já esteja resolvida pela área de Engenharia.

É possível representar a função produção, analiticamente, da seguinte maneira:

$$q = f(x_1, x_2, x_3, \dots, x_n)$$

onde:

$q$  é a quantidade produzida do bem ou serviço, num determinado período de tempo;  $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$  identificam as quantidades utilizadas de diversos fatores de produção;  $f$  indica que  $q$  depende, ou seja, é uma função da quantidade de insumos utilizados.

Para efeitos didáticos, costuma-se considerá-la com uma função de apenas duas variáveis:

$$q = f(N, K)$$

onde:

$N$  = a quantidade utilizada de mão-de-obra;

$K$  = a quantidade utilizada de capital.

Supõe-se que todas as variáveis ( $q, N, K$ ) são expressas num fluxo no tempo, isto é, consideradas ao longo de um dado período de tempo (produção mensal, produção anual etc.). Supõe-se também que o nível tecnológico está dado<sup>1</sup>.

### Fatores Fixos e Fatores Variáveis de Produção — Curto e Longo Prazos

- Fatores de produção variáveis são aqueles cujas quantidades utilizadas variam quando o volume de produção varia. Por exemplo: quando aumenta a produção, são necessários mais trabalhadores e maior quantidade de matérias-primas.
- Fatores de produção fixos são aqueles cujas quantidades não variam quando o produto varia. Por exemplo: as instalações da empresa e a tecnologia, que são fatores que só são alterados a longo prazo.

A análise microeconômica considera dois tipos de relações entre a quantidade produzida e a quantidade utilizada dos fatores:

1. Na função de produção, quando alguns fatores são considerados fixos e outros variáveis, identifica-se o que a teoria denomina uma situação de *curto prazo*. Ou seja, curto prazo é o período de tempo onde pelo menos um fator de produção se mantém fixo. Nesse sentido, o curto prazo para uma siderúrgica será maior que o curto prazo para uma padaria, já que as instalações de uma siderúrgica demandam mais tempo para ser alteradas do que as instalações de uma padaria.
2. Quando todos os fatores da função de produção são considerados variáveis, identifica-se uma situação de *longo prazo*.

A seguir desenvolvemos a Teoria da Produção de acordo com as duas situações acima: curto e longo prazos.

1. Há uma diferença entre nível de tecnologia e método ou processo de produção. O nível de tecnologia é o "estado da arte", o conhecimento tecnológico global, enquanto um *método de produção* é a escolha de uma particular combinação de fatores, com a tecnologia conhecida e disponível.

### 3. Análise de curto prazo

Tomemos uma função de produção simplificada, ou seja, com apenas dois fatores (um fixo e outro variável):

$$q = f(N, K)$$

onde:

$q$  = quantidade;

$N$  = mão-de-obra (fator variável);

$K$  = capital (fator fixo).

Nesse caso, a quantidade produzida, para que possa variar, dependerá da variação da quantidade utilizada do fator variável, a mão-de-obra. Podemos então expressar a função produção simplesmente como

$$q = f(N)$$

#### Conceitos de Produto Total, Produtividade Média e Produtividade Marginal

- **Produto total:** É a quantidade do produto que se obtém da utilização do fator variável, mantendo-se fixa a quantidade dos demais fatores.
- **Produtividade média do fator:** É o resultado do quociente da quantidade total produzida pela quantidade utilizada desse fator. Temos então:

a) Produtividade média da mão-de-obra:

$$Pme_n = \frac{\text{quantidade do produto}}{\text{número de trabalhadores}}$$

b) Produtividade média do capital:

$$Pme_k = \frac{\text{quantidade do produto}}{\text{número de máquinas}}$$

- **Produtividade marginal do fator:** É a relação entre as variações do produto total e as variações da quantidade utilizada do fator. Ou seja, é a variação do produto total quando ocorre uma variação no fator de produção.

a) Produtividade marginal da mão-de-obra:

$$Pmg_n = \frac{\text{variação do produto}}{\text{acréscimo de 1 unidade de mão-de-obra}}$$

b) Produtividade marginal do capital:

$$Pmg_k = \frac{\text{variação do produto}}{\text{acréscimo de 1 unidade do fator capital}}$$

Especificamente no caso da agricultura, podemos definir também a produtividade do fator terra (área cultivada). Temos então:

c) Produtividade média da terra:

$$Pme_t = \frac{\text{quantidade produzida}}{\text{área cultivada}}$$

d) Produtividade marginal da terra:

$$Pmg_t = \frac{\text{variação do produto}}{\text{acréscimo de 1 unidade de área cultivada}}$$

#### Lei dos Rendimentos Decrescentes

Um dos conceitos mais conhecidos entre os economistas, dentro da Teoria da Produção, é o da Lei ou Princípio dos Rendimentos Decrescentes, que pode ser assim enunciado: elevando-se a quantidade do fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção inicialmente aumentará a taxas crescentes; a seguir, depois de certa quantidade utilizada do fator variável, continuará a crescer, mas a taxas decrescentes (ou seja, com acréscimos cada vez menores); continuando o incremento da utilização do fator variável, a produção total chegará a um máximo, para depois decrescer.

Exemplo: considerando-se dois fatores: terra (fixo) e mão-de-obra (variável), podemos verificar que, se várias combinações de terra e mão-de-obra forem utilizadas para produzir arroz e se a quantidade de terra for mantida constante, os aumentos da produção dependerão do aumento da mão-de-obra utilizada na lavoura. Nesse caso, a produção de arroz aumentará até certo ponto e depois decrescerá, isto é, a maior quantidade de homens para trabalhar, associada à área constante de terra, permitirá que a produção cresça até um máximo e depois passe a decrescer. Como a proporção entre os fatores fixo e variável vai se alterando, quando aumenta a produção, essa Lei também é chamada de *Lei das Proporções Variáveis*.

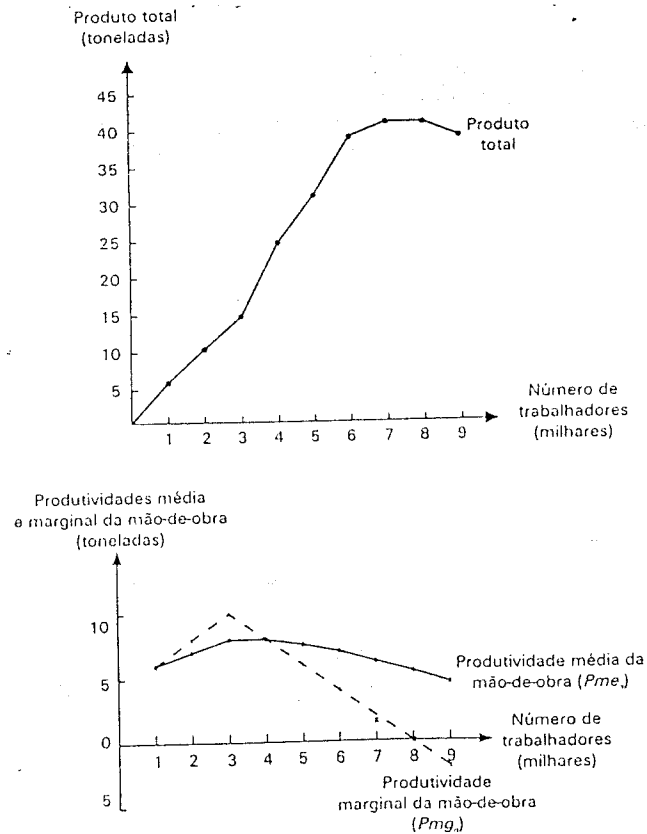
O quadro a seguir ilustra os conceitos acima definidos:

Terra (fator fixo) (alqueires) (1)	Mão-de-obra (fator variável) (em milhares de trabalhadores) (2)	(Produto total) (toneladas) (3)	Produtividade média da mão-de-obra (toneladas) (4) = (3) : (2)	Produtividade marginal da mão-de-obra (toneladas) (5) = $\frac{\text{variação em (3)}}{\text{variação em (2)}}$
10	1	6	6,0	6
10	2	14	7,0	8
10	3	24	8,0	10
10	4	32	8,0	8
10	5	38	7,6	6
10	6	42	7,0	4
10	7	44	6,2	2
10	8	44	5,4	0
10	9	42	4,6	-2

O quadro foi construído colocando-se, arbitrariamente, números no exemplo dado, para as três primeiras colunas. Os valores das duas últimas colunas decorrem das anteriores.

Verifica-se que, de início, podem ocorrer rendimentos crescentes, isto é, os acréscimos de utilização do fator variável provocam incrementos na produção. A partir da quarta unidade de mão-de-obra incluída no processo produtivo, começam a surgir os rendimentos decrescentes. A oitava unidade, associada a 10 unidades do fator fixo terra, maximiza o produto (44 unidades). A produtividade marginal dessa oitava unidade é nula. Daí por diante, cada unidade do fator variável mão-de-obra, associada às 10 unidades do fator fixo terra, passará a ser ineficiente, ou seja, sua produtividade marginal torna-se negativa.

Tais relações permitem o traçado dos seguintes gráficos, cujos formatos se devem à Lei dos Rendimentos Decrescentes:



Como pode ser observado, a curva do produto inicialmente sobe a taxas crescentes, depois a taxas decrescentes, até atingir seu máximo; em seguida, decresce. As curvas de produtividade média e marginal são construídas a partir da curva do produto total.

A Lei dos Rendimentos Decrescentes é tipicamente um fenômeno de curto prazo, com pelo menos um insumo fixo. Se, no exemplo anterior, a quantidade de terra também fosse variável (por exemplo, passasse de 10 para 15 alqueires), o produto total teria um comportamento completamente diferente. Se isso ocorrer, sairemos de uma análise de curto prazo e entraremos na análise de longo prazo, pois também o fator capital variará.

A nível de uma firma individual, não é fácil imaginar que um empresário racional permita que a situação chegue ao ponto de o produto marginal ser negativo. Antes que isso ocorra, ele por certo procurará investir em novas instalações, ou comprar mais máquinas.

A nível agregado, existe um exemplo clássico na literatura econômica, denominado *desemprego disfarçado*, que pode ser verificado em agriculturas de subsistência, em países subdesenvolvidos. São agriculturas não voltadas ao mercado (por exemplo, a roça), com famílias muito numerosas, de sorte que a retirada de parte dessa população do campo não provocaria queda do produto agrícola (ou seja, a produtividade marginal na mão-de-obra é nula). A transferência desse tipo de mão-de-obra para as regiões urbanas, embora em atividades de pouca qualificação, pode ser um dos primeiros requisitos para que um país inicie um processo de industrialização e de crescimento econômico.

#### 4. Análise de longo prazo

A hipótese de que todos os fatores são variáveis caracteriza a análise de longo prazo.

A função de produção simplificada, considerando a participação de apenas dois fatores de produção, é representada da seguinte forma:

$$q = f(N, K)$$

A suposição de que todos os fatores de produção variam, inclusive o tamanho da empresa, dá origem aos conceitos de economias ou deseconomias de escala.

##### Economias de Escala ou Rendimentos de Escala

Os rendimentos de escala ou economias de escala representam a resposta da quantidade produzida a uma variação da quantidade utilizada de todos os fatores de produção, ou seja, quando a empresa aumenta seu tamanho.

Os rendimentos de escala podem ser:

- **Rendimentos crescentes de escala** (ou economias de escala): Ocorrem quando a variação na quantidade do produto total é mais do que proporcional à variação da quantidade utilizada dos fatores de produção. Por exemplo, aumentando-se a utilização dos fatores em 10%, o produto cresce 20%. Equivale a dizer que a produtividade dos fatores aumentou.

Pode-se apontar como causas geradoras dos rendimentos crescentes de escala:

- a) maior especialização no trabalho, quando a empresa cresce;
  - b) a existência de indivisibilidades entre os fatores de produção (por exemplo, numa siderúrgica, como não existe "meio forno"; quando se adquire mais um forno, deve ocorrer um grande aumento na produção).
- **Rendimentos constantes de escala**: Ocorrem quando a variação do produto total é proporcional à variação da quantidade utilizada dos fatores de produção: aumentando-se a utilização dos fatores em 10%, o produto também aumenta em 10%.
  - **Rendimentos decrescentes de escala** (ou deseconomias de escala): Ocorrem quando a variação do produto é menos do que proporcional à variação na utilização dos fatores: por exemplo, aumenta-se a utilização dos fatores em 10% e o produto cresce em 5%. Houve, nesse caso, uma queda na produtividade dos fatores.

A causa geradora dos rendimentos decrescentes de escala reside no fato de que o poder de decisão e a capacidade gerencial e administrativa são "indivisíveis e incapazes de aumentar"; ou seja, pode ocorrer uma descentralização nas decisões que faça com que o aumento de produção obtido não compense o investimento feito na ampliação da empresa.

## II — CUSTOS DE PRODUÇÃO

### 1. Introdução

O objetivo básico de uma firma é a maximização de seus resultados quando da realização de sua atividade produtiva. Assim sendo, procurará sempre obter a máxima produção possível em face da utilização de certa combinação de fatores.

A otimização dos resultados da firma poderá ser obtida quando for possível alcançar um dos dois objetivos seguintes: a) maximizar a produção para um dado custo total ou b) minimizar o custo total para um dado nível de produção. Em qualquer uma das situações, a firma estará maximizando ou otimizando seus resultados. Estará, pois, em uma situação que a Teoria Econômica denomina *equilíbrio da firma*.

Uma observação importante: nas curvas de custos que veremos a seguir, são considerados também os *custos de oportunidade*, que são custos implícitos, e não apenas os *custos contábeis*, que são explícitos, pois envolvem desembolso monetário. Por exemplo, é considerada nas curvas de custos, no sentido econômico, uma estimativa do aluguel que uma firma, que possui prédio próprio, eventualmente pagaria se precisasse alugá-lo. Ao final deste tópico discutiremos um pouco mais detalhadamente essa questão.

### 2. Custos totais de produção

Conhecidos os preços dos fatores, é sempre possível determinar um custo total de produção ótimo para cada nível de produção. Assim, define-se *custo total de produção* como o total das despesas realizadas pela firma com a utilização da combinação mais econômica dos fatores, por meio da qual é obtida uma determinada quantidade do produto.

Os custos totais de produção (*CT*) são divididos em custos variáveis totais (*CVT*) e custos fixos totais (*CFT*):

$$CT = CVT + CFT$$

- **Custos fixos totais (CFT)** — Correspondem à parcela dos custos totais que independem da produção. São decorrentes dos gastos com os fatores fixos de produção. Por exemplo: aluguel, iluminação etc. Na contabilidade empresarial, são também chamados de *custos indiretos*.
- **Custos variáveis totais (CVT)** — Parcela dos custos totais que depende da produção e por isso muda com a variação do volume de produção. Representam as despesas realizadas com os fatores variáveis de produção. Por exemplo: folha de pagamentos, gastos com matérias-primas etc. Na contabilidade privada, são chamados de *custos diretos*.

Como na Teoria da Produção, a análise dos custos de produção também é dividida em curto e longo prazos:

- Custos totais de curto prazo: São caracterizados pelo fato de serem compostos por parcelas de custos fixos e de custos variáveis.
- Custos totais de longo prazo: São formados unicamente por custos variáveis. Ou seja, a longo prazo, não existem fatores fixos.

### 2.1. Custos de curto prazo

Suponhamos que uma firma realize sua produção por meio da utilização de fatores fixos e variáveis. Consideremos, a título de exemplo, a existência de apenas um fator fixo, identificado pelo tamanho ou dimensão da firma, e de um fator variável: mão-de-obra.

Assim, essa firma só poderá aumentar ou diminuir sua produção por meio da utilização do fator mão-de-obra, uma vez que seu tamanho é constante, não podendo ser aumentado ou diminuído em curto prazo.

Como o custo fixo total permanece inalterado, o custo total de curto prazo variará apenas em decorrência de modificações no custo variável total.

#### Custos Médios e Marginais

- Custo total médio (CTMe ou CMe): É obtido por meio do quociente entre o custo total e a quantidade produzida:

$$CTMe = CMe = \frac{CT}{q} = \frac{\text{custo total (em \$)}}{\text{total produzido}}$$

Ou seja, é o custo por unidade produzida, também chamado *custo unitário*.

- Custo variável médio (CVMe): É o quociente entre o custo variável total e a quantidade produzida:

$$CVMe = \frac{CVT}{q} = \frac{\text{custo variável total}}{\text{total produzido}}$$

- Custo fixo médio (CFMe): É o quociente entre o custo fixo total e a quantidade produzida:

$$CFMe = \frac{CFT}{q} = \frac{\text{custo fixo total}}{\text{total produzido}}$$

- Custo marginal (CMg): É dado pela variação do custo total em resposta a uma variação da quantidade produzida:

$$CM_g = \frac{\Delta CT}{\Delta q} = \frac{\text{variação do custo total}}{\text{acréscimo de 1 unidade na produção}}$$

Como o custo fixo total não se modifica com as variações da produção, a curto prazo, o custo marginal é determinado apenas pela variação do custo variável total.

### Formato das Curvas de Custos: a Lei dos Custos Crescentes

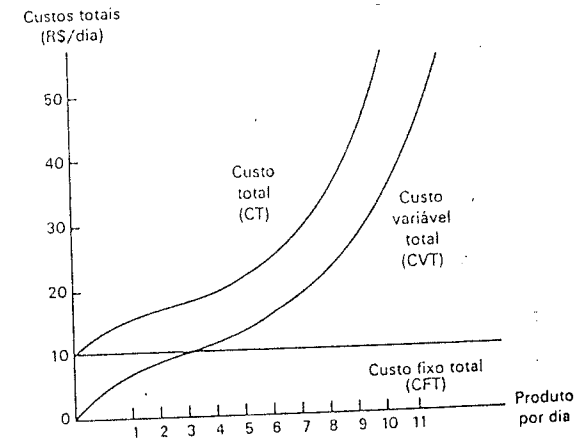
Para verificar o formato das curvas de custos, vamos utilizar os dados da tabela a seguir.

Custos de Produção

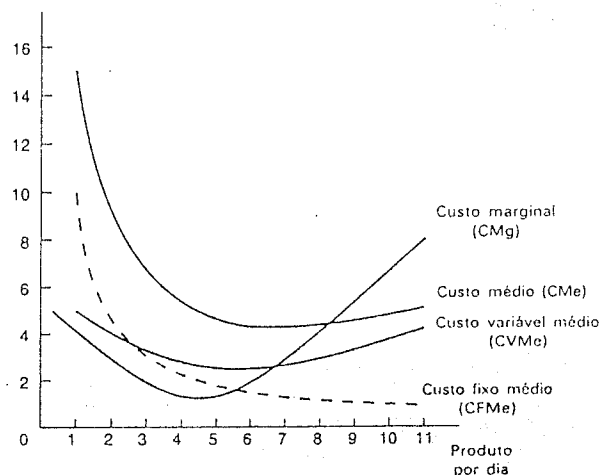
Produção total (Q/dia)	Custo fixo total (CFT) R\$	Custo variável total (CVT) R\$	Custo total (CT) R\$	Custo fixo médio (CFMe) R\$	Custo variável médio (CVMe) R\$	Custo médio (CMe) R\$	Custo marginal (CMg) R\$
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) = (2) : (1)	(6) = (3) : (1)	(7) = (4) : (1)	variação em (4) / variação em (1)
0	10,00	0	10,00	—	—	—	—
1	10,00	5,00	15,00	10,00	5,00	15,00	5,00
2	10,00	8,00	18,00	5,00	4,00	9,00	3,00
3	10,00	10,00	20,00	3,33	3,33	6,67	2,00
4	10,00	11,00	21,00	2,50	2,75	5,25	1,00
5	10,00	13,00	23,00	2,00	2,60	4,60	2,00
6	10,00	16,00	26,00	1,67	2,67	4,33	3,00
7	10,00	20,00	30,00	1,43	2,86	4,28	4,00
8	10,00	25,00	35,00	1,25	3,13	4,38	5,00
9	10,00	31,00	41,00	1,11	3,44	4,56	6,00
10	10,00	38,00	48,00	1,00	3,80	4,80	7,00
11	10,00	46,00	56,00	0,91	4,18	5,09	8,00

A partir dos dados da tabela anterior, temos os seguintes formatos das curvas de custos:

Curvas de Custos



Custos médios e marginais  
(RS por produto por dia)



Como podemos observar nos gráficos, com o aumento do volume produzido, os custos totais, com exceção dos custos fixos, só podem crescer. Os custos médio e marginal, entretanto, podem ser decrescentes numa certa etapa do processo de produção.

O custo variável médio, o custo total médio e o custo marginal têm todos o formato em *U*: primeiro decrescem, para depois crescer. Isso porque, no início do processo de produção, a empresa trabalha com reservas de capacidade (muito capital e pouca mão-de-obra). Assim, os custos totais crescem menos que a produção, fazendo com que os custos médios e marginais decresçam (o "denominador" cresce mais que o "numerador").

Após um certo nível de produto, os custos totais passam a crescer mais que o aumento da produção, e os custos médios e marginais passam a ser crescentes.

Essa é a chamada *Lei dos Custos Crescentes*, que no fundo é a *Lei dos Rendimentos Decrescentes*, da Teoria da Produção, aplicada à Teoria dos Custos da Produção.

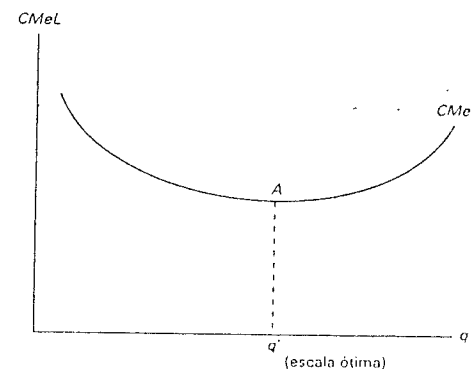
## 2.2. Custos de longo prazo

Conforme observado, uma situação de longo prazo caracteriza-se pelo fato de todos os fatores de produção serem variáveis, inclusive o tamanho ou dimensão da empresa. Ou seja, os custos totais correspondem aos custos variáveis, uma vez que não existem custos fixos a longo prazo.

É importante saber que o comportamento do custo total e do custo médio de longo prazo está intimamente relacionado ao tamanho ou dimensão da planta escolhida para operar em longo prazo.

Tomando como exemplo a curva de Custo Médio de Longo Prazo (*CM<sub>EL</sub>*), ela também terá um formato em *U*, como o custo médio de curto prazo, devido à existência de rendimentos ou economias de escala, pois o tamanho da empresa está variando em cada ponto da curva. No gráfico abaixo, até o ponto *A*, o aumento da produção da empresa leva a uma diminuição do custo médio (existem ganhos de produtividade), revelando a existência de rendimentos crescentes ou economias de escala. Após esse ponto, o custo médio de longo prazo tende a crescer, revelando rendimentos decrescentes ou deseconomias de escala.

Custo Médio de Longo Prazo



Dessa forma, o formato em *U* da curva de custo médio de longo prazo deve-se às economias de escala, com todos os fatores de produção variando, incluindo o próprio tamanho ou escala da empresa, enquanto o formato em *U* do custo médio de curto prazo deve-se à lei dos custos crescentes (*Lei dos Rendimentos Decrescentes*), que supõe um fator fixo de produção.

## 3. Diferenças entre a visão econômica e a visão contábil-financeira dos custos de produção

Existem muitas diferenças entre a ótica utilizada pelo economista e a utilizada nas empresas, por contadores e administradores. Em linhas gerais, pode-se dizer que a visão econômica é mais genérica, olhando mais o mercado (o ambiente externo da empresa), enquanto na ótica contábil-financeira a preocupação centra-se mais no detalhamento dos gastos da empresa específica.

As principais diferenças estão nos seguintes conceitos:

- custos de oportunidade e custos contábeis
- externalidades
- custos e despesas

### 3.1. Custos de oportunidade versus custos contábeis

Os custos contábeis são os custos como normalmente são conhecidos na contabilidade privada, ou seja, são custos explícitos, que sempre envolvem um dispêndio monetário. É o gasto efetivo da empresa, na compra ou aluguel de insumos.

Os custos de oportunidade são custos implícitos, que não envolvem desembolso monetário. Representam os valores dos insumos que pertencem à empresa e são usados no processo produtivo. Esses valores são estimados a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo (por isso são também chamados *custos alternativos*).

Os custos de oportunidade não são contabilizados no balanço das empresas, como por exemplo:

- a) o capital que permanece parado no caixa da empresa: o custo de oportunidade é o que a empresa poderia estar ganhando se aplicasse esse capital no mercado financeiro;
- b) quando a empresa tem prédio próprio, ela deve imputar um custo de oportunidade correspondente ao que pagaria se tivesse de alugar um prédio.

Para o economista, as curvas de custos das firmas devem considerar, além dos custos contábeis, os custos de oportunidade, pois assim estariam refletindo a verdadeira escassez relativa do recurso utilizado. Ou seja, quanto custa efetivamente para a sociedade (o custo social).

### 3.2. Externalidades (economias externas)

Como já observamos no Capítulo 3, as externalidades (ou economias externas) podem ser definidas como as alterações de custos e benefícios para a sociedade derivadas da produção das empresas, ou também como as alterações de custos e receitas da empresa devidas a fatores externos.

Temos uma externalidade positiva (ou economia externa) quando uma unidade econômica cria benefícios para outras, sem receber pagamento por isso. Por exemplo, uma empresa treina a mão-de-obra, que acaba, após o treinamento, transferindo-se para outra empresa; a beleza do jardim do vizinho, que valoriza sua casa; uma nova estrada; os comerciantes de um mesmo ramo que se localizam na mesma região.

Temos uma externalidade negativa (ou deseconomia externa) quando uma unidade econômica cria custos para outras, sem pagar por isso. Por exemplo, poluição e congestionamento causados por automóveis, caminhões e ônibus; uma indústria que polui um rio e impõe custos à atividade pesqueira; a construção de uma barragem etc.

Essas externalidades podem ser incorporadas (internalizadas) com a aplicação adequada de taxas ou impostos sobre a fonte causadora.

### 3.3. Custos versus despesas

Na Teoria Microeconômica tradicional, não é feita uma distinção rigorosa entre os conceitos de custos e despesas, como é feito na Contabilidade.

A definição contábil coloca que *custos* são os gastos associados ao processo de fabricação de produtos, enquanto as *despesas* são associadas ao exercício social e alocadas para o resultado geral do período (como despesas financeiras, comerciais e administrativas).

Os custos são normalmente divididos em diretos (que correspondem aos custos variáveis) e indiretos (que se referem aos custos fixos).

Os custos diretos são os salários da mão-de-obra direta, custo das matérias-primas e componentes, e gastos correntes com o estoque de capital, tais como energia, manutenção e reparação. Os custos indiretos referem-se aos salários da administração, aluguel do prédio, depreciação do equipamento e das instalações, retorno sobre capital fixo e provisão para risco.

Dentro do campo da chamada *Teoria da Organização Industrial*, que é um desenvolvimento relativamente recente da Teoria Microeconômica, as definições de custos e despesas são tratadas com mais precisão, pelo fato de essa Teoria ter muita proximidade com os conceitos contábeis e financeiros utilizados nas empresas.

Nos manuais de Economia, essa diferenciação normalmente não é feita, subentendendo-se que o conceito de custo fixo engloba também as despesas financeiras, comerciais e administrativas.

### III — MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS

A Teoria Microeconômica tradicional (também chamada Teoria Neoclássica ou Teoria Marginalista) parte da premissa de que as empresas têm como objetivo maior a *maximização de lucros*, seja a curto ou a longo prazos. Define-se *lucro total* como a diferença entre as receitas de vendas da empresa e seus custos totais de produção. Assim:

$$LT = RT - CT$$

onde:

LT = lucro total;  
RT = receita total de vendas;  
CT = custo total de produção.

A empresa, desejando maximizar seus lucros, escolherá o nível de produção para o qual a diferença positiva entre RT e CT seja a maior possível (máxima).

Define-se como *Receita Marginal (RMg)* o acréscimo da receita total da empresa quando esta vende uma unidade adicional de seu produto. *Custo Marginal (CMg)*, como vimos, é o acréscimo do custo total de produção da empresa quando esta produz uma unidade adicional de seu produto.

Pode-se demonstrar que a empresa maximizará seu lucro num nível de produção tal que a receita marginal da última unidade produzida seja igual ao custo marginal desta última unidade produzida:

$$RMg = CMg$$

O raciocínio da maximização é o seguinte: suponhamos que a empresa esteja num ponto de produção onde a receita marginal supera o custo marginal ( $RMg > CMg$ ). Nesse caso, o empresário terá interesse em aumentar a produção, porque cada unidade adicional fabricada aumenta seus lucros, já que sua receita marginal é maior que o custo marginal. Suponhamos agora, num outro nível de produção,  $RMg < CMg$ . O empresário terá interesse em diminuir a produção, pois cada unidade adicional que deixa de ser fabricada aumenta seus lucros, já que seu custo marginal é maior que a receita marginal. Por via de consequência, o empresário fabricará a quantidade de seu produto no ponto em que  $RMg = CMg$ , pois nesse caso seu lucro total será máximo?

2. Na verdade podem existir duas situações onde  $RMg = CMg$  — uma onde o custo marginal é decrescente, e outra onde o custo marginal é crescente. Se  $RMg = CMg$ , mas  $CMg$  é decrescente, é possível que o aumento da produção ainda leve a um lucro maior, se a receita superar o custo marginal. Então a empresa não estava maximizando o lucro, mesmo com  $RMg = CMg$ . O lucro só será maximizado se o custo da produção adicional ( $CMg$ ) for crescente, pois um aumento da produção provocaria uma diminuição do lucro. Usando a terminologia matemática, a igualdade entre  $RMg$  e  $CMg$  é uma condição necessária, mas não suficiente, para que a empresa opere com o nível de produção que maximize seus lucros.

A tabela a seguir permite comprovar essas observações:

Maximização do Lucro Total (\*)

Produção e vendas (por dia)	Custo total (CT) R\$	Preço unitário de mercado (P) R\$	Receita total (RT) R\$	Lucro total (LT) = RT - CT R\$	Custo marginal (CMg) R\$	Receita marginal (RMg) R\$
(1)	(2)	(3)	(4) = (3) × (1)	(5) = (4) - (2)	(6) = $\frac{\text{variação em (2)}}{\text{variação em (1)}}$	(7) = $\frac{\text{variação em (4)}}{\text{variação em (1)}}$
0	10,00	5,00	0	-10,00	—	—
1	15,00	5,00	5,00	-10,00	5,00	5,00
2	18,00	5,00	10,00	-8,00	3,00	5,00
3	20,00	5,00	15,00	-5,00	2,00	5,00
4	21,00	5,00	20,00	-1,00	1,00	5,00
5	23,00	5,00	25,00	2,00	2,00	5,00
6	26,00	5,00	30,00	4,00	3,00	5,00
7	30,00	5,00	35,00	5,00	4,00	5,00
8	35,00	5,00	40,00	5,00	5,00	5,00
9	41,00	5,00	45,00	4,00	6,00	5,00
10	48,00	5,00	50,00	2,00	7,00	5,00
11	56,00	5,00	55,00	-1,00	8,00	5,00

(\*) Supondo uma firma em um mercado de concorrência perfeita.

Ao nível de produção de 8 unidades, quando  $RMg = CMg$ , tem-se o lucro máximo no valor de R\$ 5,00.

#### Questões para revisão

1. Defina: produto, insumos e função de produção.
2. Explique o significado da Lei dos Rendimentos Decrescentes.
3. Defina produto total, produto marginal e produto médio. Mostre as principais relações entre esses conceitos.
4. Explique por que a maximização dos lucros ocorre onde a receita marginal iguala o custo marginal.
5. Mostre as diferenças entre a visão econômica e a contábil-financeira dos custos de produção.

# ESTRUTURAS DE MERCADO

7

## 1. Introdução

Vimos nos capítulos anteriores quais variáveis afetam a demanda e a oferta de bens e serviços, e como são determinados os preços, supondo que, sem interferências, o mercado automaticamente encontra seu equilíbrio. Implicitamente, estava sendo suposta uma estrutura específica de mercado, qual seja, a de concorrência perfeita. Discutiremos neste capítulo mais detidamente esta e outras formas de mercado.

As várias formas ou estruturas de mercado dependem fundamentalmente de três características:

- número de empresas que compõem esse mercado;
- tipo do produto (se as firmas fabricam produtos idênticos ou diferenciados);
- se existem ou não barreiras ao acesso de novas empresas nesse mercado.

A maior parte dos modelos existentes pressupõe que as empresas maximizam o lucro total, o que, como vimos no final do capítulo anterior, corresponde ao nível de produção no qual a receita marginal iguala o custo marginal. Essa é a hipótese da Teoria Tradicional ou Marginalista. *Equilíbrio*

Especificamente para o caso de estruturas oligopolistas de mercado, veremos que existe uma teoria alternativa, que pressupõe que a empresa maximiza o mark-up, que é a margem entre a receita e os custos diretos (ou variáveis) de produção.

## 2. Concorrência pura ou perfeita

É um tipo de mercado em que há um grande número de vendedores (empresas), de tal sorte que uma empresa, isoladamente, por ser insignificante, não afeta os níveis de oferta do mercado e, conseqüentemente, o preço de equilíbrio. É um mercado "atomizado", pois é composto de um número expressivo de empresas, como se fossem átomos. Nesse tipo de mercado devem prevalecer ainda as seguintes premissas:

- Produtos homogêneos:** Não existe diferenciação entre produtos ofertados pelas empresas concorrentes.
- Não existem barreiras para o ingresso de empresas no mercado.
- Transparência do mercado:** Todas as informações sobre lucros, preços etc. são conhecidas por todos os participantes do mercado.

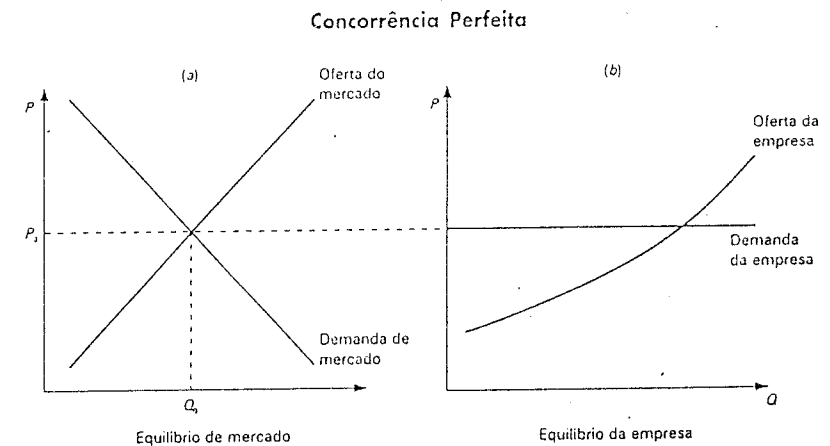
Uma característica do mercado em concorrência perfeita é que, a longo prazo, não existem *lucros extras ou extraordinários* (onde as receitas superam os custos), mas apenas os chamados *lucros normais*, que representam a remuneração implícita do empresário (seu custo de oportunidade, ou o que ele ganharia se aplicasse seu capital em outra atividade, que pode ser associado a uma espécie de rentabilidade média de mercado).

Assim, no longo prazo, quando a receita total se iguala ao custo total, o lucro extraordinário é zero, embora existam lucros normais, pois nos custos totais, como vimos no capítulo anterior, estão incluídos os custos implícitos (que não envolvem desembolso), o que inclui os lucros normais.

Em concorrência perfeita, como o mercado é transparente, se existirem lucros extraordinários, isso atrairá novas firmas para o mercado, pois que também não há barreiras ao acesso. Com o aumento da oferta de mercado (devido ao aumento no número de empresas), os preços de mercado tenderão a cair, e conseqüentemente os lucros extras, até chegar-se a uma situação onde só existirão lucros normais, cessando o ingresso de novas empresas nesse mercado.

Deve-se salientar que, na realidade, não há o mercado tipicamente de concorrência perfeita no mundo real, sendo talvez o mercado de produtos hortifrutigranjeiros o exemplo mais próximo que se poderia apontar.

O gráfico a seguir evidencia a situação de uma empresa operando em um mercado de concorrência perfeita.



A curva da demanda, do ponto de vista da empresa perfeitamente competitiva, tem a configuração de uma reta (gráfico b), mostrando o preço estabelecido pelas forças de mercado (gráfico a), e todas as firmas componentes desse mercado tornam-se tomadoras de preço. Nenhuma firma isoladamente tem condições de alterar o preço ou praticar preço superior ao estabelecido no mercado. Ela possui uma pequena participa-

ção no mercado (é um "átomo"), e sua atuação não influenciará o preço de mercado por não dispor da quantidade suficiente. Contudo, a esse preço dado pelo mercado, ela poderá vender quanto puder, limitada apenas por sua estrutura de custos.

### 3. Monopólio

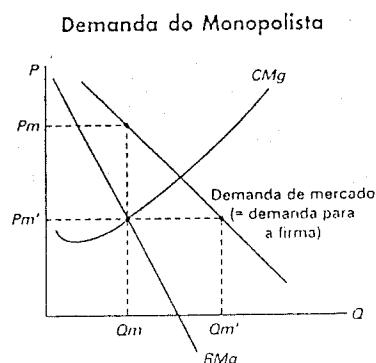
O mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existe, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, concorrência, nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, ou os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixarão de consumir o produto.

Nessa estrutura de mercado, a curva da demanda da empresa é a própria curva da demanda do mercado como um todo. Ao ser exclusiva no mercado, a empresa não estará sujeita aos preços vigentes. Mas isso não significa que poderá aumentar os preços indefinidamente, conforme se verifica no gráfico ao lado.

O monopolista não utiliza a igualdade entre oferta e demanda para determinar preço e quantidade de equilíbrio. A maximização dos lucros é obtida igualando-se o custo marginal (CMg) à receita marginal (RMg). Nesse ponto, determina-se a quantidade que levará ao mercado, traçando-se uma perpendicular ao eixo das abscissas. Essa quantidade, a seguir, é substituída na curva da demanda determinando-se o preço de mercado.

Para a existência de monopólios, deve haver barreiras que praticamente impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras podem advir das seguintes condições:

- **Monopólio puro ou natural:** Ocorre quando o mercado, por suas próprias características, exige a instalação de grandes plantas industriais, que operam normalmente com economias de escala e custos unitários bastante baixos, possibilitando à empresa cobrar preços baixos por seu produto, o que acaba praticamente inviabilizando a entrada de novos concorrentes.
- **Elevado volume de capital:** A empresa monopolista necessita de um elevado volume de capital e uma alta capacitação tecnológica.
- **Patentes:** Enquanto a patente não cai em domínio público, a empresa é a única que detém a tecnologia apropriada para produzir aquele determinado bem.
- **Controle de matérias-primas básicas:** Por exemplo, o controle das minas de bauxita pelas empresas produtoras de alumínio.



Existem ainda, os monopólios institucionais ou estatais em setores considerados estratégicos ou de segurança nacional (energia, comunicações, petróleo).

Diferentemente da concorrência perfeita, como existem barreiras à entrada de novas empresas, os lucros extraordinários devem persistir também a longo prazo em mercados monopolizados.

### 4. Oligopólio

É um tipo de estrutura normalmente caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode caracterizar-se como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou então onde há um grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como a indústria de bebidas.

O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebidas, indústria química, indústria farmacêutica etc.

No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluíus ou cartéis. O cartel é uma organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor que determina a política de preços para todas as empresas que a ele pertencem.

Nos oligopólios, normalmente as empresas discutem suas estruturas de custos, embora o mesmo não ocorra com relação a sua estratégia de produção e de marketing. Há uma empresa líder que, via de regra, fixa o preço, respeitando as estruturas de custos das demais, e há empresas satélites que seguem as regras ditadas pelas líderes. Esse é um modelo chamado de liderança de preços. Como exemplo no Brasil, podemos citar a indústria de bebidas.

Podemos caracterizar também tanto oligopólios com produtos diferenciados (como a indústria automobilística) como oligopólios com produtos homogêneos (alumínio, cimento).

Quanto aos objetivos da empresa oligopolista, a Teoria Microeconômica tem duas correntes: a Teoria Marginalista ou Neoclássica, pela qual o oligopolista maximiza lucros, vista no capítulo anterior, e a Teoria da Organização Industrial, na qual o objetivo do oligopolista é maximizar mark-up, que é igual a:

$$\text{Mark-up} = \text{Receita de vendas} - \text{Custos diretos (ou variáveis)}$$

O preço cobrado pela empresa, no modelo de mark-up, é calculado da seguinte forma:

$$p = (1 + m) C$$

onde:

$p$  = preço do produto;

$C$  = custo direto unitário (que corresponde, na Teoria Marginalista, ao custo variável médio);

$m$  = taxa de mark-up, que é uma porcentagem sobre os custos diretos.

A taxa de mark-up deve cobrir, além dos custos diretos, os custos fixos, e atender uma certa taxa de rentabilidade desejada pela empresa.

A Teoria do Mark-Up repousa na constatação empírica de que as empresas não conseguem prever adequadamente a demanda por seu produto e, portanto, suas receitas, mas conhecem muito bem seus custos. Como têm poder oligopolista, podem então fixar os preços com base nos custos. Difere assim da Teoria Marginalista, na qual a empresa, para fixar seu preço no lucro máximo, precisa prever também as receitas (o que envolve conhecer a demanda por seu produto), para igualar suas receitas marginais aos custos marginais.

## 5. Concorrência monopolista

Trata-se de uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com o oligopólio, pelas seguintes características:

- Número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos de mercados e produtos diferenciados, seja por características físicas, embalagem ou prestação de serviços complementares (pós-venda).
- Margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado.

Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço de seu produto, embora o mercado seja competitivo (daí o nome concorrência monopolista).

O quadro a seguir resume as principais diferenças entre as estruturas do mercado de bens e serviços.

### Principais Características das Estruturas Básicas de Mercado

Característica	Concorrência perfeita	Monopólio	Oligopólio	Concorrência Monopolista
1. Quanto ao número de empresas	Muito grande.	Só há uma empresa.	Pequeno.	Grande.
2. Quanto ao produto	Homogêneo. Não há quaisquer diferenças.	Não há substitutos próximos.	Pode ser homogêneo ou diferenciado.	Diferenciado.
3. Quanto ao controle das empresas sobre os preços	Não há possibilidades de manobras pelas empresas.	As empresas têm grande poder para manter preços relativamente elevados, sobretudo quando não há intervenções restritivas do governo (leis antitrustes).	Embora dificultado pela interdependência entre as empresas, estas tendem a formar cartéis controlando preços e quotas de produção.	Pouca margem de manobra, devido à existência de substitutos próximos.
4. Quanto à concorrência extrapreço	Não é possível nem seria eficaz.	A empresa geralmente recorre a campanhas institucionais, para salvaguardar sua imagem.	É intensa, sobretudo quando há diferenciação do produto.	É intensa, exercendo-se através de diferenças físicas, embalagens e prestação de serviços complementares.
5. Quanto às condições de ingresso na indústria	Não há barreiras.	Barreiras ao acesso de novas empresas.	Barreiras ao acesso de novas empresas.	Não há barreiras.

## 6. Estruturas do mercado de fatores de produção

Até aqui identificamos as estruturas de mercados de bens e serviços. O mercado de fatores de produção — mão-de-obra, capital, terra e tecnologia — também apresenta diferentes estruturas. Como o mercado de fatores depende da demanda de insumos pelos setores produtores de bens e serviços, ou seja, deriva do mesmo, a demanda por esses fatores é chamada de *demanda derivada*.

As estruturas no mercado de fatores são resumidas a seguir.

### 6.1. Concorrência perfeita no mercado de fatores

É um mercado onde existe uma oferta abundante do fator de produção (por exemplo, mão-de-obra não especializada), o que torna o preço desse fator constante. Os ofertantes ou fornecedores, como são em grande número, não têm condições de obter preços mais elevados por seus serviços.

### 6.2. Monopsônio

Trata-se de uma forma de mercado na qual há somente um comprador para muitos vendedores dos serviços dos insumos. É o caso da empresa que se instala em uma determinada cidade do interior e, por ser a única, torna-se demandante exclusiva da mão-de-obra local e das cidades próximas, tendo para si a totalidade da oferta de mão-de-obra.

### 6.3. Oligopsônio

É um mercado onde existem poucos compradores que dominam o mercado para muitos vendedores. Exemplo: indústria de laticínios. Em cada cidade existem dois ou três laticínios que adquirem a maior parte do leite dos inúmeros produtores rurais locais. A indústria automobilística, além de oligopolista no mercado de bens e serviços, também é oligopsônista na compra de autopeças.

### 6.4. Monopólio bilateral

O monopólio bilateral ocorre quando um monopsonista, na compra do fator de produção, defronta-se com um monopolista na venda desse fator. Por exemplo, só a empresa *A* compra um tipo de aço que é produzido apenas pela siderúrgica *B*. A empresa *A* é monopsonista, porque só ela compra esse tipo de aço, e a siderúrgica *B* é monopolista, porque só ela vende esse tipo de aço.

Nesses casos, a determinação dos preços de mercado dependerá não só de fatores económicos, mas do poder de barganha de ambos: o monopsonista tentando pagar o preço mais baixo (usando a força de ser o único comprador), e o monopolista tentando vender por um preço mais elevado (usando o poder de ser o único fornecedor).

## 7. Ação governamental e abusos de mercado

Criado em 1962 (Lei n. 4.137), o Conselho Administrativo de Direito Económico (CADE) é uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça, que tem por objetivo julgar processos administrativos relativos a abusos do poder económico, bem como analisar fusões de empresas que podem criar situações de monopólio ou maior domínio de mercado. Quando se prova que a limitação da concorrência não propicia ganhos aos consumidores em termos de menores preços ou produtos tecnologicamente mais avançados, o CADE manda desfazer o negócio entre as partes.

## 8. Grau de concentração econômica no Brasil

Uma medida comumente utilizada para verificar o grau de concentração económica é calcular a proporção do valor do faturamento das quatro maiores empresas de cada ramo de atividade sobre o total faturado no ramo respectivo. Em termos percentuais, quanto mais próximo de 100%, maior o grau de concentração do setor (as quatro maiores respondem com a quase totalidade do faturamento); quanto mais próximo de 0%, menor o grau de concentração (e, portanto, maior o grau de concorrência) do setor.

A tabela a seguir apresenta esse indicador de concentração económica para os ramos da indústria e do comércio. Observa-se que os setores mais concentrados são aços planos (100%), material de transporte (94%), fumo (91%), amianto e gesso (88%) e cerveja (86%). Os setores mais competitivos são fiação e tecelagem (20%), petroquímica (43%) e confecções (46%).

Grau de Concentração na Indústria e Comércio por Setores  
(1988 — segundo os quatro maiores grupos económicos)

Setor Industrial					
	Faturamento total do setor (em Cr\$ bilhões)	Faturamento dos grupos considerados (em Cr\$ bilhões)	Número de grupos considerados	Grau de concentração (%)	Grau de concentração média do setor (%)
1. Alimentos					54
Açúcar e álcool	1.511	771	4	51	
Moinhos	385	227	4	59	
Frigoríficos	945	501	4	53	
Conservas	121	90	4	74	
2. Bebidas e fumo					85
Sucos e concentrados	259	202	4	78	
Cerveja	282	243	2*	86	
Cigarros e fumo	226	206	3*	91	
3. Eletroeletrónico					66
Eletrodomésticos	1.116	670	4	60	
Equipamentos para construção	490	353	4	72	
Condutores eléctricos	310	251	4	81	
Computadores	665	426	2*	64	
4. Borracha (pneus e artigos)	541	406	4	75	75
5. Material de transporte	2.501	2.351	4	94	94
6. Mecânica					67
Motores e implementos agrícolas	410	267	4	65	
Máquinas operatrizes	99	67	4	68	
Equipamentos pesados	247	170	4	69	
7. Metalurgia					72
Aços planos	1.213	1.213	1**	100	
Aços não planos e especiais	1.095	602	4	55	
Metalurgia de não-ferrosos	1.132	657	4	58	
8. Química					49
Petroquímica	1.715	737	4	43	
Fertilizantes	760	365	4	48	
Produtos de higiene e limpeza	482	342	4	71	
9. Papel e celulose	1.113	623	5***	56	56
10. Têxtil					29
Fiação e tecelagem	1.484	297	2*	20	
Confecções	737	339	2*	46	
11. Minerais não metálicos					73
Cimento e cal	524	356	4	68	
Vidro e cristal	237	180	4	76	
Amianto e gesso	133	117	4	88	
12. Mineração	975	741	4	76	76
13. Construção civil					47
Construção pesada	1.113	523	4	47	

Setor Comércio					
	Faturamento total do setor (em Cr\$ bilhões)	Faturamento dos grupos considerados (em Cr\$ bilhões)	Número de grupos considerados	Grau de concentração (%)	Grau de concentração média do setor (%)
1. Varejista Supermercados (redes)	1.867	1.027	4	55	55
2. Distribuição de gás	239	158	4	66	66
3. Distribuição de derivados de petróleo	3.908	3.087	4	79	79

Média da concentração na indústria dos setores considerados: 63%

Média da concentração no comércio dos setores considerados: 71%

Média da concentração geral: 64,35%

\* O grupo que segue é inexpressivo

\*\* Monopólio absoluto

\*\*\* O 4º e 5º estão bem próximos

Fonte: Lawrence Pih, "O desafio brasileiro", em *Folha de S. Paulo*, 2 de dezembro de 1990.

### Questões para revisão

1. Caracterize o mercado concorrencial. Que regra o empresário segue para maximizar seus lucros?
2. O que é lucro normal? E lucro extraordinário?
3. Confronte o monopólio com o oligopólio. Mostre as características de cada estrutura de mercado e o modo como o preço é fixado em cada uma delas.
4. O que vem a ser o monopólio bilateral?
5. Quais as estruturas do mercado de fatores? Como elas se caracterizam?

# INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA

8

## 1. Introdução

A *Macroeconomia* estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Ao estudar e procurar relacionar os grandes agregados, a *Macroeconomia* negligencia o comportamento das unidades econômicas individuais e de mercados específicos. Como já vimos anteriormente, estas são preocupações da *Microeconomia*. A *Macroeconomia* trata o mercado de bens e serviços como um todo (agregando produtos agrícolas, industriais e serviços de transporte, por exemplo), assim como o mercado de trabalho (não se preocupando com diferenças na qualificação, sexo, idade, origem da força de trabalho etc.).

Esse enfoque mais agregativo pode omitir fatores específicos importantes. Por exemplo, quando consideramos apenas o nível geral de preços, não atentamos devidamente para o comportamento diferenciado das variações de preços de produtos relevantes, como preços agrícolas, construção civil etc.

Apesar disso, a abordagem global tem a vantagem de estabelecer relações entre grandes agregados, e permite uma compreensão maior de algumas das interações mais relevantes da economia, entre os mercados de bens e serviços, o mercado monetário e o mercado de trabalho, representando assim um importante instrumento para a política e a programação econômica.

Entretanto, embora exista um aparente contraste, não há um conflito entre a *Micro* e a *Macroeconomia*, uma vez que o conjunto da economia é a soma de seus mercados individuais. A diferença é primordialmente uma questão de ênfase, de enfoque. Ao estudar a determinação de preços numa indústria, na *Microeconomia* consideram-se constantes os preços das outras indústrias (a hipótese de *coeteris paribus*). Na *Macroeconomia* estuda-se o nível geral de preços ignorando-se as mudanças de preços relativos dos bens das diferentes indústrias.

A Teoria Macroeconômica propriamente dita preocupa-se mais com aspectos de curto prazo. Especificamente, preocupa-se com questões como o desemprego, que aparece

sempre que a economia está trabalhando abaixo de seu máximo de produção, e com as implicações sobre os vários mercados quando se alcança a estabilização do nível geral de preços.

A parte da Teoria Económica que estuda questões de longo prazo é denominada *Teoria do Crescimento Económico*. Analisa também os grandes agregados, mas com um enfoque um pouco diferenciado, preocupando-se com questões como progresso tecnológico, abertura comercial, estratégias de crescimento etc., numa visão de *longo prazo*.

## 2. Metas de política macroeconômica

São as seguintes as metas de política macroeconómica:

- alto nível de emprego
- estabilidade de preços
- distribuição de renda socialmente justa
- crescimento económico

As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais, de curto prazo. É a preocupação central das chamadas *políticas de estabilização*. As questões relativas ao crescimento económico são predominantemente de longo prazo, enquanto o problema da distribuição de renda envolve aspectos de curto e longo prazos.

Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas este não representa um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento para se atingir as quatro metas assinaladas. Isso posto, segue-se uma visão geral dessas questões.

### Alto Nível de Emprego

Pode-se dizer que a questão do desemprego, a partir dos anos 30, permitiu um aprofundamento da análise macroeconómica. Surgiu o livro de John Maynard Keynes — *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda* —, em 1936, que forneceu aos governantes os instrumentos necessários para que a economia recuperasse seu nível de emprego potencial ao longo do tempo.

Deve-se salientar que antes da crise mundial dos anos 30, a questão do desemprego não preocupava a maioria dos economistas, pelo menos nos países capitalistas. Isso porque predominava o *pensamento liberal*, que acreditava que os mercados, sem interferência do Estado, conduziriam a economia ao pleno emprego de seus recursos, ou a seu produto potencial: milhões de consumidores e milhares de empresas, como que guiados por uma “mão invisível”, determinariam os preços e a produção de equilíbrio, e, desse modo, nenhum problema surgiria no mercado de trabalho.

De fato, desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII, até o início do século XX, o mundo económico parece ter funcionado mais ou menos assim. Entretanto, a evolução da economia mundial trouxe em seu bojo novas variáveis, como o

surgimento dos sindicatos de trabalhadores, os grupos económicos e o desenvolvimento do mercado de capitais e do comércio internacional, de sorte a complicar e trazer incertezas sobre o funcionamento da economia. A ausência de políticas económicas levou à quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e uma crise de desemprego atingiu todos os países do mundo ocidental nos anos seguintes.

Com a contribuição de Keynes, contudo, firmaram-se as bases da moderna Teoria Macroeconómica, e da intervenção do Estado na economia de mercado. Na verdade, Keynes praticamente inaugurou uma questão da Macroeconomia que perdura até hoje, qual seja, qual deve ser o grau de intervenção do Estado na economia e em que medida ele deve ser produtor de bens ou serviços. A corrente dos economistas liberais (hoje neoliberais) prega a saída do governo da produção de bens e serviços, enquanto outra corrente de economistas apregoa um maior grau de atuação do Estado na atividade económica.

### Estabilidade de Preços

Define-se *inflação* como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços.

Por que a inflação é um problema? Como será mostrado em detalhes mais adiante, a inflação acarreta distorções, principalmente sobre a distribuição da renda, sobre as expectativas dos agentes económicos e sobre o balanço de pagamentos.

Costuma-se aceitar que um pouco de inflação faz parte dos ajustes de uma sociedade dinâmica, em crescimento. Efetivamente, a experiência histórica mostra que existem algumas condições inflacionárias que são inerentes ao próprio processo de crescimento económico. As tentativas dos países em vias de desenvolvimento de alcançarem estágios mais avançados de crescimento económico dificilmente se realizam sem que também ocorram, concomitantemente, elevações no nível geral de preços.

Mesmo em países mais desenvolvidos, a inflação também é uma questão presente, dado que, quanto maior o nível de atividade económica, mais próxima permanece a utilização dos recursos produtivos de seu limite máximo, gerando tensões inflacionárias.

É importante salientar que, enquanto nos países industrializados o problema central é o do desemprego, nos países em vias de desenvolvimento o foco mais importante de análise é o da inflação. Esse tema é de difícil abordagem, dado que as causas da inflação diferem entre países (deve-se levar em conta, por exemplo, o estágio de desenvolvimento e a estrutura dos mercados) e, mesmo num dado país, diferem no tempo (alguns dos fatores inflacionários hoje no Brasil não estavam presentes quando do surto ocorrido a partir de meados dos anos 60).

### Distribuição Equitativa de Renda

A economia brasileira cresceu razoavelmente entre o fim dos anos 60 e a maior parte da década de 70. Apesar disso, verificou-se uma disparidade muito acentuada de nível de renda, tanto a nível pessoal como a nível regional. Isso fere, evidentemente, o sentido de equidade ou justiça.

No Brasil, os críticos do "milagre" argumentavam que havia piorado a concentração de renda no país, nos anos 1967-1973, devido a uma política deliberada do governo baseada em crescer primeiro para depois distribuir (a chamada *Teoria do Bolo*).

A posição oficial era de que um certo aumento na concentração de renda seria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, dadas as transformações estruturais que ocorrem (êxodo rural, com trabalhadores de baixa qualificação, aumento da proporção de jovens etc.). Nesse processo gera-se uma demanda por mão-de-obra qualificada, a qual, por ser escassa, obtém ganhos extras. Assim, o fator educacional seria a principal causa da piora distributiva. *Simonsen* argumentava que há "desigualdade com mobilidade", isto é, o indivíduo permanece pouco tempo na mesma faixa salarial e tem facilidade de ascensão. Isso seria um fator importante para a convivência com má distribuição de renda.

Deve ser observado que, embora tenha ocorrido no Brasil uma concentração de renda naquele período, a renda média de todas as classes aumentou. O problema é que, embora o pobre tenha ficado menos pobre, o rico ficou relativamente mais rico no período considerado.

#### Crescimento Econômico

Se existe desemprego e capacidade ociosa, pode-se aumentar o produto nacional através de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. Mas, feito isso, há um limite à quantidade que se pode produzir com os recursos disponíveis.

Aumentar o produto além desse limite exigirá:

- a) ou um aumento nos recursos disponíveis;
- b) ou um avanço tecnológico (ou seja, melhoria tecnológica, novas maneiras de organizar a produção, qualificação da mão-de-obra).

Quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da *renda nacional per capita*, ou seja, em colocar à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. A renda per capita é considerada um razoável indicador — o mais operacional — para se aferir a melhoria do padrão de vida da população, embora apresente falhas (os países árabes têm as maiores rendas per capita, mas não o melhor padrão de vida do mundo).

Durante os anos 60 e 70, começaram a surgir dúvidas em relação à importância do crescimento como meta principal da política econômica. Nos países desenvolvidos tem-se considerado a questão da piora do meio ambiente (poluição, agrotóxicos etc.). Nos países em desenvolvimento (ou economias emergentes), como o Brasil, conforme observamos, o rápido crescimento dos anos do chamado "milagre brasileiro" coincidiu com uma redistribuição de renda a favor dos segmentos mais ricos da população.

#### Inter-Relações e Conflitos entre Objetivos

Os objetivos não são independentes uns dos outros, podendo inclusive ser conflitantes.

Atingir uma meta pode ajudar a alcançar outras. O crescimento pode facilitar a solução dos problemas de pobreza, pois pode-se abrandar conflitos sociais sobre a divisão do bolo produtivo quando ele aumenta. Nesse sentido, poder-se-ia aumentar a renda dos pobres sem diminuir a dos ricos.

Entretanto, no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, as metas de crescimento e equidade distributiva têm-se mostrado conflitantes, uma vez que o aumento do nível de poupança (necessário para sustentar os investimentos geradores de crescimento) parece ser mais facilmente obtido através de uma distribuição desigual de renda — especificamente aumentando a parte dos lucros e da poupança dos mais ricos na renda nacional.

Outro conflito pode ser observado entre as metas de redução de desemprego e a estabilidade de preços. É fato observável que, quando o desemprego diminui e a economia aproxima-se da plena utilização de recursos, passam a ocorrer pressões por aumentos de preços, principalmente nos setores fornecedores de insumos básicos (aço, embalagens, matérias-primas), o que explica o freqüente controle do crescimento do consumo pelas autoridades para não provocar inflação.

### 3. Instrumentos de política macroeconômica

A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (produção agregada) e despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e uma distribuição justa de renda.

Os principais instrumentos para atingir tais objetivos são as políticas fiscal, monetária, cambial e comercial, e de rendas.

#### Política Fiscal

Refere-se a todos os instrumentos que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (*política tributária*) e o controle de suas despesas (*política de gastos*). Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, é utilizada para estimular (ou inibir) os gastos de consumo do setor privado.

Se o objetivo da política econômica é reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo é um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

Para uma política que vise melhorar a distribuição de renda, esses instrumentos devem ser utilizados de forma seletiva, em benefício dos grupos menos favorecidos. Por exemplo, impostos progressivos, gastos do governo em regiões mais atrasadas etc.

Toda política tributária deve obedecer a um princípio constitucional, chamado *Princípio da Anterioridade* (anteriormente conhecido como *Princípio da Anualidade*), segundo o qual a implementação de uma medida só pode ocorrer a partir do ano seguinte ao de sua aprovação pelo Congresso Nacional. Como consta do art. 150, inciso III, b, da Constituição Federal de 1988, é vedado às autoridades públicas cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

### Política Monetária

Refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos. Como veremos em outra parte do curso, os instrumentos disponíveis para tal são:

- emissões
- reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos, que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central)
- *open market* (compra e venda de títulos públicos)
- descontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais)
- regulamentação sobre crédito e taxa de juros

Assim, por exemplo, se o objetivo é o controle da inflação, a medida apropriada de política monetária seria diminuir o estoque monetário da economia (por exemplo, aumento da taxa de reservas compulsórias, ou compra de títulos no *open market*). Se a meta é o crescimento econômico, a medida adotada seria o aumento do estoque monetário.

As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada através de uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.

Podem-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxação às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária é mais difusa no tocante à questão distributiva.

Uma vantagem freqüentemente apontada da política monetária sobre a fiscal é que a primeira pode ser implementada logo após sua aprovação, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto a implementação de políticas fiscais depende de votação do Congresso, e deve obedecer ao Princípio da Anterioridade, o que aumenta a defasagem entre a tomada de decisão e a implementação das medidas fiscais.

### Políticas Cambial e Comercial

São políticas que atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia.

A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio. O governo, através do Banco Central, pode fixar a taxa de câmbio (regime de taxas fixas de

câmbio), ou permitir que ela seja flexível e determinada pelo mercado de divisas (regime de taxas flutuantes de câmbio).

A política comercial diz respeito aos instrumentos de incentivos às exportações e/ou estímulo e desestímulo às importações, ou seja, refere-se aos estímulos fiscais (crédito-prêmio do ICMS, IPI etc.) e creditícios (taxas de juros subsidiadas) às exportações e ao controle das importações (via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações).

### Política de Rendas

A política de rendas refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), através de controle e congelamentos de preços.

Alguns tipos de controle exercidos pelas autoridades econômicas podem ser considerados dentro do âmbito das políticas monetária, fiscal ou cambial. Por exemplo, o controle das taxas de juros e da taxa de câmbio. Entretanto os controles sobre preços e salários situam-se em categoria própria de política econômica. A característica especial é que, nesses controles, os preços são congelados, e os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas normais do mercado.

Normalmente esses controles são utilizados como política de combate à inflação. No Brasil, a fixação da política salarial, o salário mínimo, a atuação do CIP (Conselho Interministerial de Preços), depois o SEAP (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) e os congelamentos de preços e salários nos recentes planos econômicos situam-se no contexto de políticas antiinflacionárias.

## 4. Estrutura de análise macroeconômica

Tradicionalmente, a estrutura básica do modelo macroeconômico compõe-se de cinco mercados:

- |   |   |                               |
|---|---|-------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• mercado de bens e serviços</li> <li>• mercado de trabalho</li> </ul>                     | } | Parte "real" da economia      |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• mercado monetário</li> <li>• mercado de títulos</li> <li>• mercado de divisas</li> </ul> | } | Parte "monetária" da economia |

As variáveis ou agregados macroeconômicos são determinados pelo encontro da oferta e da demanda em cada um desses mercados.

A seguir apresentamos um esboço da estrutura básica do modelo macroeconômico. Nos próximos capítulos, essa estrutura, bem como as variáveis macroeconômicas determinadas, será discutida com mais detalhes.

### Mercado de Bens e Serviços

A idéia básica seria a de idealizarmos a economia como se ela teoricamente produzisse apenas um único bem, que seria obtido através da agregação dos diversos bens produzidos. Esse mercado determina o nível de produção agregada, bem como o nível geral de preços.

A determinação do nível geral de preços e do nível agregado de produção está condicionada pela evolução do nível de demanda e oferta agregadas de bens e serviços. A demanda agregada depende fundamentalmente da evolução da demanda dos quatro grandes setores ou agentes macroeconômicos:

- consumidores (C)
- empresas (I)
- governo (G)
- setor externo (X-M)

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Por outro lado, a oferta ou produção agregada depende da evolução do nível de emprego e da capacidade instalada na economia.

A condição de equilíbrio do mercado é dada por:

$$\text{Oferta agregada de bens e serviços} = \text{Demanda agregada de bens e serviços}$$

As variáveis determinadas nesse mercado são as seguintes:

- nível de renda e produto nacional (Y)
- nível de preços (P)
- consumo agregado (C)
- poupança agregada (S)
- investimentos agregados (I)
- exportações globais (X)
- importações globais (M)

### Mercado de Trabalho

Assim como no mercado de bens e serviços não nos preocupamos com os diferentes tipos de bens produzidos pela economia, nesse mercado não distinguimos os diferentes tipos de trabalho. Admitimos a existência de um único tipo de mão-de-obra, independente de características como grau de qualificação, de escolaridade, sexo etc. Esse mercado determina a taxa de salários e o nível de emprego. A demanda ou procura de mão-de-obra depende de dois fatores básicos: da taxa de salário real (ou custo efetivo da mão-de-obra para as empresas) e do nível de produção desejado pelas empresas. A oferta de mão-de-obra depende do salário real (custo efetivo da cesta básica de consumo para os trabalhadores) e da evolução da população economicamente ativa.

A condição de equilíbrio nesse mercado é dada por:

$$\text{Oferta de mão-de-obra} = \text{Demanda de mão-de-obra}$$

As variáveis determinadas são:

- nível de emprego
- taxa de salários monetários

$$N^d = N^s$$

Em conjunto com o mercado de bens e serviços, que determina a taxa de inflação, o mercado de trabalho determina também o *salário real*, isto é, o salário monetário, descontada a inflação.

### Mercado Monetário

Dado que todas as transações da economia são efetuadas através da utilização de moeda, admitimos também a existência de um mercado monetário. Nesse mercado, supomos a existência de uma demanda de moeda (em função da necessidade de transações dos agentes econômicos, ou seja, da necessidade de liquidez) e de uma oferta de moeda, determinada pelo Banco Central e atuação dos bancos comerciais. A demanda e a oferta de moeda determinam a taxa de juros.

A condição de equilíbrio é dada por:

$$\text{Oferta de moeda} = \text{Demanda de moeda}$$

As variáveis determinadas neste mercado são:

- taxa de juros
- estoque de moeda (meios de pagamentos)

$$L^d = L^s$$

### Mercado de Títulos

O mercado de títulos é incluído no modelo macroeconômico básico para analisar o papel dos agentes econômicos superavitários e deficitários. Os agentes econômicos superavitários, que possuem um nível de gastos inferior a seu volume de renda, podem efetuar empréstimos para os agentes econômicos deficitários (aqueles que possuem nível de gastos superiores a seu nível de renda).

De maneira semelhante aos mercados de bens e serviços e ao mercado de trabalho, não se considera a existência de diferentes tipos de títulos; ao contrário, supõe-se que exista um título padrão. Normalmente utiliza-se o título público federal como exemplo.

A condição de equilíbrio nesse mercado é dada por:

$$\text{Oferta de títulos} = \text{Demanda de títulos}$$

e a variável determinada nesse mercado é o preço dos títulos.

Normalmente os mercados monetário e de títulos são analisados conjuntamente, dada sua grande interdependência. Na verdade, a taxa de juros é determinada por esses dois mercados.

### Mercado de Divisas

Como a economia mantém transações com o resto do mundo, existem mercados de divisas ou de moeda estrangeira. A oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capitais financeiros, enquanto a demanda de divisas é determinada pelo volume de importações e saída de capital financeiro.

Assim, a condição de equilíbrio é dada por:

$$\text{Oferta de divisas} = \text{Demanda de divisas}$$

sendo que a variável determinada nesse mercado é a taxa de câmbio.

O Banco Central interfere no mercado de divisas fixando antecipadamente a taxa de câmbio (*regime de taxas de câmbio fixas*) ou deixando a taxa flutuar (*regime de taxas de câmbio flutuantes ou flexíveis*), mas praticamente determinando a taxa de equilíbrio, pois ele atua tanto na compra como na venda de divisas (o que é chamado de "flutuação suja", ou *dirty floating*).

Na análise macroeconômica, os gastos do governo e a oferta de moeda são exógenos, isto é, não são determinados nesses mercados, mas sim de forma autônoma pelas autoridades. Dizemos que são *variáveis determinadas institucionalmente*, já que dependem do tipo de política econômica adotado pelas autoridades. Por exemplo, se a meta é conter o processo inflacionário, deve ocorrer uma diminuição tanto nos gastos do governo como na oferta de moeda; se o objetivo é o crescimento econômico, devem ser adotadas políticas de expansão monetária e de gastos públicos. Elas vão condicionar o comportamento de todos os demais agregados, mas não são determinadas por eles.

O mercado de *capitais físicos* está embutido no mercado de bens e serviços através dos investimentos (gastos com a formação de capital) e da poupança (financiamento da formação de capital). O mercado de *capitais financeiros* é analisado no mercado monetário e de títulos.

A análise que se segue acompanha a maior parte da literatura contemporânea, que se baseia na obra do economista inglês John Maynard Keynes, *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, cuja preocupação principal eram as *questões conjunturais*, de *curto prazo*, em particular a questão do *desemprego*. Ao final do livro discutiremos alguns aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo.

### Questões para revisão

1. Conceitue e aponte as principais diferenças entre os enfoques da Macroeconomia e da Microeconomia.
2. Sintetize os objetivos de política econômica.
3. Políticas de estabilização da inflação não são compatíveis com melhoria no grau de distribuição de renda. Você concorda? Justifique sua resposta.
4. Comente a questão da compatibilidade (ou não) entre as metas de melhoria no grau de distribuição de renda e a busca do crescimento econômico, à luz da experiência brasileira no período do "milagre econômico".
5. Resuma os instrumentos de política econômica.
6. Qual é a condição de equilíbrio, e quais são as variáveis macroeconômicas determinadas:
  - a) no mercado de bens e serviços;
  - b) no mercado monetário;
  - c) no mercado de títulos;
  - d) no mercado de trabalho;
  - e) no mercado de divisas.

# CONTABILIDADE SOCIAL



## 1. Introdução

Como vimos anteriormente, a Teoria Macroeconômica estuda a determinação e o comportamento dos agregados econômicos nacionais. A parte relativa à medição desses agregados é denominada *Contabilidade Social*, que é o registro contábil da atividade produtiva de um país, ao longo de um dado período de tempo (normalmente um ano). A análise do comportamento dos agregados econômicos constitui a Teoria Macroeconômica propriamente dita, onde a preocupação é com a evolução desses agregados, e como atuar sobre eles através dos instrumentos de política econômica.

Na Contabilidade Social procuramos definir e medir os principais agregados a partir de valores já realizados ou efetivados (ou *ex post*, *a posteriori*, após ocorridos). Na Macroeconomia, procuramos antecipar ou prever o que pode ocorrer, e trabalhamos com valores teóricos, previstos, planejados (ou *ex-ante*, *a priori*, antes de ocorrerem). Assim, quando falamos, por exemplo, em poupança agregada na Contabilidade Social, referimo-nos à poupança realizada (*ex-post*); na Teoria Macroeconômica falaremos em poupança planejada ou desejada (*ex-ante*).

Neste capítulo apresentaremos a parte relativa à Contabilidade Social. Nos capítulos seguintes discutiremos as questões pertinentes à Teoria e Política Macroeconômica.

### Sistemas de Contabilidade Social

Os agregados macroeconômicos, que definiremos neste capítulo, são determinados a partir de um sistema contábil que trata o país como se ele fosse uma grande empresa produzindo um produto único, o Produto Nacional Bruto, que é o agregado de tudo o que é produzido nesse país.

Existem dois sistemas principais de Contabilidade Social, adotados na quase totalidade dos países: Sistema de Contas Nacionais e Matriz de Relações Intersetoriais. A ONU (Organização das Nações Unidas) apresenta modelos e manuais desses sistemas, que orientam os institutos de pesquisas na medição dos agregados nacionais.

### Sistema de Contas Nacionais

Assim como na contabilidade privada, o Sistema de Contas Nacionais utiliza o método tradicional das partidas dobradas. Não se consideram as transações com bens e serviços intermediários que são utilizados como insumos ou matérias-primas na produção de outros bens (os bens finais).

### Matriz de Relações Intersectoriais (ou Matriz Insumo-Produto, ou Matriz de Leontief)

Diferentemente do Sistema de Contas Nacionais, inclui as transações intermediárias, permitindo analisar também relações econômicas entre os vários setores de atividade (o que cada setor gasta e o que vende para outros setores).

A Matriz fornece informações mais completas, por incluir também as transações intersectoriais. Entretanto, ela exige dados mais detalhados, que só são obtidos nos censos econômicos, elaborados normalmente com intervalos de cinco anos.

Assim, por questões operacionais, o Sistema de Contas Nacionais é o mais adotado no mundo todo, permitindo obter mais rapidamente estimativas anuais dos agregados macroeconômicos. Os conceitos apresentados neste capítulo baseiam-se nesse Sistema.

## 2. Princípios básicos das contas nacionais

Alguns princípios básicos devem ser observados no levantamento e medição dos agregados macroeconômicos, a saber:

- Consideram-se apenas as transações com *bens* e *serviços finais*, não sendo computados bens e serviços intermediários (matérias-primas, componentes). Os custos de produção referem-se, então, apenas à remuneração aos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros), não sendo considerados os preços de matérias-primas e demais produtos intermediários.
- Mede-se apenas a *produção corrente* do próprio período. Assim, não são considerados o valor de transações com bens produzidos em períodos anteriores (automóveis, máquinas, imóveis usados, por exemplo). Entretanto, como as atividades econômicas compõem-se também do setor de serviços, a atividade comercial é um serviço corrente. Então, considera-se a remuneração do vendedor (mesmo que de um produto de segunda mão) como parte do produto corrente, mas não o valor do objeto de transação (o produto em si).
- As transações referem-se a um *fluxo*, ou seja, são definidas ao longo de um certo período de tempo. Normalmente, considera-se o ano, embora existam também estimativas trimestrais, como no Brasil, mas que são amostras parciais.
- Na Contabilidade Social, não são considerados os valores das *transações puramente financeiras*, dado que estas não representam diretamente acréscimos do produto real da economia. Esses agregados (depósitos e empréstimos bancários, transações na Bolsa de Valores) são considerados como transferências financeiras entre aplicadores e tomadores<sup>1</sup>.
- A moeda é apenas um *padrão de medida* na Contabilidade Social. As variáveis monetárias são definidas e analisadas no capítulo seguinte.

1. Deve ficar claro que não são computados os valores dessas transações como parte da formação do produto e da renda nacionais. Entretanto, a remuneração dos corretores da Bolsa, os salários e os lucros gerados pelas atividades financeiras são computados, já que representam geração de renda oriunda da prestação de serviços pelo setor financeiro da economia.

## 3. Economia a dois setores: famílias e empresas

A seguir trataremos dos agregados macroeconômicos. Seguindo a metodologia tradicionalmente adotada na Teoria Macroeconômica, partiremos inicialmente de algumas hipóteses simplificadoras. Primeiro, consideraremos apenas dois agentes, empresas e famílias (a chamada *Economia a dois Setores*). A seguir introduziremos as variáveis relativas do setor público (*Economia a três Setores*), para, finalmente, chegarmos ao modelo completo, com o setor externo (*Economia a quatro Setores*).

### 3.1. O fluxo circular de renda: as óticas do produto, da despesa e da renda

O estudo macroeconômico trata da formação e distribuição do produto e da renda gerados pela atividade econômica a partir de um fluxo contínuo que se estabelece entre os chamados *agentes macroeconômicos*: famílias, empresas, governo e setor externo. Esse fluxo (fluxo circular de renda) precisa ser periodicamente quantificado, para se avaliar o desempenho da economia no período.

O resultado da atividade econômica do país pode ser medido sob três óticas: pelo lado da produção e venda de bens e serviços finais na economia (*ótica do produto* e *ótica da despesa*), e também pela renda gerada no processo de produção (*ótica da renda*), que vem a ser a remuneração dos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros). As óticas do produto e da despesa são medidas no mercado de bens e serviços, enquanto a ótica da renda é medida no mercado de fatores de produção.

Para melhor entendermos os conceitos dos agregados macroeconômicos, vamos supor uma economia em que só existam três empresas. A empresa A produz trigo, sendo que o total de sua produção é vendido para a empresa B, que produz a farinha de trigo. O total de farinha de trigo produzido pela empresa B é vendido para a empresa C, que produz o pão e vende aos consumidores finais.

Suponhamos que os balancetes das três empresas sejam os seguintes:

Quadro 1  
Empresa A  
Produção de trigo  
(em \$)

Despesas		Receitas	
Salários	80	Vendas de trigo para a empresa B	140
Juros	30		
Aluguéis	20		
Lucros	10		
Total	140	Total	140

Quadro 2  
Empresa B  
Produção de farinha de trigo  
(em \$)

Despesas		Receitas	
Compra de farinha de trigo da empresa A	140	Vendas de farinha de trigo para a empresa C	245
Salários	50		
Juros	10		
Aluguéis	15		
Lucros	30	105	
Total	245	Total	245

Quadro 3  
Empresa C  
Produção de pães  
(em \$)

Despesas		Receitas	
Compra de farinha de trigo da empresa B	245	Vendas de pães para os consumidores finais	390
Salários	60		
Juros	20		
Aluguéis	30		
Lucros	35	145	
Total	390	Total	390

Consideremos, inicialmente, apenas o balancete da empresa A. Do lado esquerdo do quadro encontram-se relacionadas as despesas necessárias para a produção de \$ 140 de trigo. Por simplificação, e supondo que só existam as três empresas citadas, o setor trigo não tem despesas com a compra de matérias-primas. Assim, a despesa da empresa A (\$ 140) é apenas o que ela gasta com o pagamento ou remuneração dos fatores de produção:

- salário, que é a remuneração do trabalho: \$ 80
- juros, que remuneram o capital: \$ 30
- aluguel da terra: \$ 20
- lucro: \$ 10

O lucro é interpretado nas contas nacionais como a remuneração da capacidade empresarial, ou gerencial, obtida da diferença entre a receita da venda (\$ 140) e o pagamento dos demais fatores (\$ 0 + 30 + 20 = \$ 130). Aliás, aqui se revela uma diferença entre a interpretação econômica e a contábil, pois, para os economistas, o lucro é uma

parcela dos custos de produção das empresas, onde ela remunera seus proprietários ou acionistas. Na visão contábil, é apenas a diferença entre as receitas e as despesas, e não é interpretado como custo.

Do exposto até aqui, podemos verificar a existência de uma identidade ou igualdade entre produto, renda e despesa. Se nossa economia fosse constituída apenas pela empresa A, teríamos:

Produto = \$ 140 de trigo (produto final)

Renda = \$ 140 de remuneração dos fatores de produção

Despesa = \$ 140 despendida pela empresa B na aquisição do trigo<sup>2</sup>

Assim, considerando apenas as transações da empresa A:

$$\text{Produto} = \text{Despesa} = \text{Renda} = 140$$

Consolidando as informações das três empresas, vamos introduzir os conceitos de produto nacional, despesa nacional e renda nacional.

### Produto Nacional

Produto nacional (PN) é o valor de todos os bens e serviços finais, medidos a preços de mercado, produzidos num dado período de tempo.

$$PN = \sum p_i \cdot q_i$$

onde:

$p_i$  = preço unitário dos bens e serviços finais;

$q_i$  = quantidades produzidas dos bens e serviços finais;

$\Sigma$  = símbolo de somatório, ou soma.

$$PN = \begin{array}{ccc} p & \cdot & q \\ \text{sacas} & \cdot & \text{sacas} \\ \text{feijão} & \cdot & \text{feijão} \end{array} + \dots + \begin{array}{ccc} p & \cdot & q \\ \text{automóveis} & \cdot & \text{automóveis} \end{array} + \dots + \begin{array}{ccc} p & \cdot & q \\ \text{tarifas} & \cdot & \text{viagens} \\ \text{ônibus} & \cdot & \text{ônibus} \end{array}$$

*Setor primário*  
(agricultura,  
pecuária, pesca,  
extração vegetal)
*Setor secundário*  
(indústria, extração  
mineral)
*Setor terciário*  
(serviços,  
comércio,  
transportes,  
comunicação)

No exemplo anterior, o produto nacional é determinado apenas pela venda de pães, que é o único bem final correspondendo a \$ 390.

2. Considerando apenas a empresa A, as vendas de trigo representam o produto final, ou consumo final. Quando consideramos as três empresas, o trigo é um produto intermediário, e o pão passa a ser o produto final. Na prática, o trigo pode ser também um bem final, desde que vendido diretamente ao consumidor, para uso final.

### Despesa Nacional

Despesa nacional (DN) é o gasto dos agentes econômicos com o produto nacional. Revela quais são os setores compradores do produto nacional.

No exercício anterior, bastante simplificado, a despesa nacional é composta apenas pelos gastos das famílias com *bens de consumo* (C), isto é:

$$DN = C$$

igual à compra de pão, \$ 390. Ou seja, é um valor idêntico ao produto nacional, mas medido pela ótica de quem compra (ótica da despesa), enquanto o produto nacional é medido pela ótica de quem produz e vende (ótica da produção).

A fórmula mais completa, que inclui os demais agentes de despesa (empresa, governo e setor externo), que discutiremos adiante, é a seguinte:

$$DN = C + I + G + (X - M)$$

onde:

C = despesas das famílias com bens de consumo;

I = despesas das empresas com investimentos;

G = despesas do governo;

X - M = despesas líquidas do setor externo (sendo X = exportações e M = importações).

Significa que o produto nacional é vendido para os quatro agentes de despesa: consumidores, empresas, governo e setor externo (este em termos líquidos, já que os estrangeiros compram nosso produto, mas nós importamos produtos de outros países).

### Renda Nacional

Renda nacional (RN) é a soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção no período:

$$RN = \text{Salários} + \text{Juros} + \text{Aluguéis} + \text{Lucros}$$

$$RN = w + j + a + l$$

onde w = wages = salário.

Se somarmos todos os pagamentos de salários, juros, aluguéis e lucros das três empresas do exercício anterior, chegaremos novamente ao valor de \$ 390.

Observamos, finalmente, a *identidade básica das contas nacionais*:

$$\underline{\text{Produto nacional} = \text{Despesa nacional} = \text{Renda nacional}}$$

ou:

$$PN = DN = RN$$

No exercício, consolidando as três empresas, temos que:

$$PN = DN = RN = 390$$

Isso ocorre porque, como os bens intermediários acabam se anulando (venda de empresa a empresa), tudo o que a empresa recebe (PN = DN), ela gasta na remuneração aos fatores de produção (RN), que inclui o lucro dos empresários, igualando o fluxo do produto e o fluxo dos rendimentos.

Essas são as três óticas de medição do resultado da atividade econômica de um país num dado período. Em termos operacionais, entretanto, a forma mais prática utilizada pelos estatísticos é a do valor adicionado, que veremos a seguir.

### Valor Adicionado

Valor adicionado (ou valor agregado) é o valor que se adiciona ao produto em cada estágio de produção. Somando o valor adicionado em cada estágio de produção, chegaremos ao produto final da economia. No Quadro 4, o valor adicionado é encontrado por diferença (valor das vendas menos os custos dos bens intermediários). No Quadro 5, o valor adicionado é dado pelo somatório da remuneração dos fatores de produção, alocados nos três estágios da produção do pão (trigo, farinha de trigo e pão), o que dá, evidentemente, o mesmo resultado.

Quadro 4

Estágio de produção	Vendas no período (\$) (1)	Custos dos bens intermediários (\$) (2)	Valor adicionado (\$) (1) - (2)
Empresa A • Trigo	140	0	140
Empresa B • Farinha de trigo	245	140	105
Empresa C • Pão	390	245	145
Valor adicionado = produto final			390

Quadro 5

Estágio de produção	Salários (\$)	Juros (\$)	Aluguéis (\$)	Lucros (\$)	Total (\$)
Trigo	80	30	20	10	140
Farinha de trigo	50	10	15	30	105
Pão	60	20	30	35	145
Total	190	60	65	75	390

Como dificilmente dispomos de informações tão detalhadas como as do Quadro 5 (no Brasil, temos dados de salários apenas em anos de Censo), em termos práticos o valor adicionado é medido como no Quadro 4, ou seja:

$$\text{Valor adicionado} = \text{Valor bruto da produção (receita de vendas)} - \text{Compra de bens e serviços intermediários}$$

A vantagem é que o valor adicionado pode ser obtido a partir de notas fiscais, já que todas as transações acima são realizadas entre empresas (vendas de bens finais e intermediários), e cópias dessas notas são enviadas aos órgãos de arrecadação. De outra forma, para obter a renda nacional, seria necessário medi-la pelas declarações de Imposto de Renda, que é um tipo de informação menos segura do que a obtida por notas fiscais.

### 3.2. Formação de capital: poupança, investimento e depreciação

Até esta altura, consideramos apenas transações com bens de consumo corrente. Consideraremos, ainda dentro do modelo de uma *Economia a 2 Setores*, que as famílias não gastam toda sua renda em bens de consumo (elas também poupam para o futuro), e as empresas não produzem apenas bens de consumo, mas também bens de capital, que aumentarão a capacidade produtiva da economia. Isso introduz os conceitos de poupança, investimento e depreciação, em nível agregado.

#### Poupança Agregada (S)<sup>3</sup>

É a parcela da *renda nacional (RN)* que não é consumida no período, isto é:

$$S = RN - C$$

onde *C* é o consumo agregado. Ou seja, de toda a renda recebida pelas famílias, na forma de salários, juros, aluguéis e lucros, a parcela que não for gasta em consumo num dado período é a poupança agregada, não importando o que será feito posteriormente com ela (se ficará embaixo do colchão, se será aplicada, se será transformada em investimentos etc.). Poupança é o ato de não consumir no período, deixando para consumo futuro.

#### Investimento Agregado (I)

É o gasto com bens que foram produzidos mas não foram consumidos no período, e que aumentam a capacidade produtiva da economia para os períodos seguintes. O investimento (também chamado de *taxa de acumulação do capital*) é composto pelo *investimento em bens de capital* (máquinas e imóveis) e pela *variação de estoques* de produtos que não foram consumidos. Os bens de capital são chamados, nas contas nacionais, de *formação bruta de capital fixo*.

3. *S* = saving em inglês.

Tem-se, então, que:

$$\text{Investimento total} = \text{Investimentos em bens de capital} + \text{Variação de estoques}$$

Deve ser observado que o investimento agregado é um conceito que envolve produtos físicos. Assim, "investir em ações", por exemplo, não é um investimento no sentido econômico. Trata-se de uma transferência financeira, que não aumentou a capacidade produtiva da economia. Agora, quando a empresa utiliza esse recurso ou parte dele para a compra de equipamentos, por exemplo, aí, sim, temos caracterizado um investimento no sentido macroeconômico (a compra do equipamento, não a transação na Bolsa).

Uma segunda observação é que o investimento em ativos de segunda mão (máquinas, equipamentos, imóveis) não entram no investimento agregado, pois, no fundo, constitui uma transferência de ativos que se compensa: alguém "desinvestiu". Esse bem já foi computado como investimento no passado.

#### Depreciação

É o desgaste do equipamento de capital da economia num dado período.

Sabemos que, no processo de produção, as máquinas e os equipamentos sofrem desgastes, tornando-se obsoletos, de forma que precisam ser repostos, para garantir a manutenção da capacidade produtiva. A depreciação é justamente a parte do produto que se destina a tal reposição. O conceito de depreciação introduz uma diferenciação entre *investimento bruto* e *investimento líquido*, que é dada pela depreciação:

$$\text{Investimento líquido} = \text{Investimento bruto} - \text{Depreciação}$$

Da mesma forma, podemos distinguir o *Produto Nacional Líquido (PNL)* e o *Produto Nacional Bruto (PNB)*, assim:

$$\text{Produto Nacional Líquido} = \text{Produto Nacional Bruto} - \text{Depreciação}$$

## 4. Economia a três setores: agregados relacionados ao setor público

Vamos adicionar a nosso modelo, que continha apenas famílias e empresas, o setor público.

O setor público é considerado em suas três esferas: União, Estados e Municípios. Com sua inclusão, introduzimos os conceitos de receita fiscal e gastos públicos.

### Receita Fiscal do Governo

A receita ou arrecadação fiscal do governo constitui-se das seguintes receitas:

- Impostos indiretos: Incidem sobre transações com bens e serviços. Exemplos: IPI, ICMS.
- Impostos diretos: Incidem sobre as pessoas físicas e jurídicas. Exemplo: Imposto de Renda.
- Contribuições à Previdência Social (de empregados e empregadores).
- Outras receitas (taxas, multas, pedágios, aluguéis).

### Gastos do Governo

Nas contas nacionais são considerados três tipos de gastos do governo:

- Gastos dos ministérios e autarquias, cujas receitas provêm de dotações orçamentárias. Como os serviços do governo (justiça, educação, planejamento) não têm preço de venda de mercado, o produto gerado pelo governo é medido por suas *despesas correntes* ou *de custeio* (salários, compras de materiais para a manutenção da máquina administrativa) e *despesas de capital* (aquisição de equipamentos, construção de estradas, hospitais, escolas, prisões).
- Gastos das empresas públicas e sociedades de economia mista: Como suas receitas provêm da venda de bens e serviços no mercado, atuando como empresas privadas, são consideradas, nas contas nacionais, dentro do setor de produção, junto com empresas privadas, e não como governo. Exemplos: Petrobrás, USP, Eletrobrás etc.
- Gastos com transferências e subsídios: Considerados nas contas nacionais como transferências (normalmente, donativos, pensões e subsídios). Não são computados como parte da renda nacional, pois representam apenas uma transferência financeira do setor público ao setor privado, não ocorrendo qualquer aumento da produção corrente. Por exemplo, aposentadorias e bolsas de estudo, que não são fatores de produção do período corrente.

### Renda Nacional a Custo de Fatores e Produto Nacional a Preços de Mercado

O preço de mercado de um produto normalmente está acima do valor remunerado aos fatores de produção necessários a sua produção. Isso porque em seu preço estão incorporados os impostos indiretos cobrados pelo governo (ICMS, IPI etc.). Além disso, quando o produto é essencial para a população, o governo, em alguns casos, subsidia o preço do produto, fazendo com que o preço pelo qual o produto é vendido seja inferior a seu custo de produção. Por exemplo, o governo concede subsídios ao produtor de trigo para que este tenha condição de vendê-lo abaixo do custo de produção, sem sofrer prejuízo, pois o diferencial entre o preço de mercado e o preço do produto é coberto pelo governo.

Com isso, torna-se necessário distinguir os conceitos de custo de fatores e preços de mercado. *Custo de fatores* é o que a empresa paga aos fatores de produção, salários, juros, aluguéis e lucros, enquanto *preço de mercado*, que é o preço final pago na venda, adiciona ao custo de fatores de produção os impostos indiretos (ICMS e IPI), e subtrai os subsídios.

Assim, partindo, por exemplo, da *RNL* (ou *PNL*) a custo de fatores para chegarmos ao *PNL* a preços de mercado temos<sup>4</sup>:

$$PNL \text{ a preços de mercado} = RNL \text{ a custo de fatores} + \text{Impostos indiretos} - \text{Subsídios}$$

ou:

$$PNL_{pm} = RNL_{cf} + \text{Impostos indiretos} - \text{Subsídios}$$

Evidentemente, a mesma diferença vale em termos brutos, não só líquidos: se partirmos, por exemplo, da *RNBcf* em vez da *RNLcf*, chegaremos ao *PNBpm* ao somarmos impostos indiretos e subtrairmos os subsídios.

Apenas os impostos *indiretos*, e não os *diretos*, são relevantes nessa diferenciação. Isso porque os impostos diretos não representam uma diferença entre o custo de fatores e o preço no final de venda, já que não são as empresas que pagam, mas os proprietários dos fatores de produção. Ou seja, incidirá sobre salários, juros, aluguéis e lucros. Não é custo para empresa, mas para os proprietários dos fatores de produção.

### Renda Pessoal Disponível

Esse conceito procura medir o quanto da renda gerada no processo econômico fica em poder das famílias. Partindo da renda nacional líquida a custo de fatores, que é a soma dos salários, juros, aluguéis e lucros e já descontada a depreciação, temos de deduzir os lucros retidos (não distribuídos) pelas empresas para reinvestimentos, pois, apesar de essa parcela da renda se encontrar de posse das empresas, não é transferida de imediato às famílias. Devemos deduzir ainda os impostos diretos e as contribuições previdenciárias pagas pelas famílias e empresas ao governo. Finalmente, temos de deduzir as demais receitas correntes do governo e adicionar as transferências correntes do governo às famílias, como aposentadorias, bolsas de estudo etc.

Temos então:

$$\text{Renda pessoal disponível} = RNL_{cf} - \text{Lucros retidos} - \text{Impostos diretos} - \text{Contribuições previdenciárias} - \text{Outras receitas correntes do governo} + \text{Transferências do governo às famílias}$$

Ou seja, a renda pessoal disponível mede quanto "sobra" para as famílias decidirem gastar na compra de bens e serviços ou então poupar.

4. Por convenção, costuma-se associar aos preços de mercado o produto, e ao custo de fatores, a renda. Assim, quando passamos de custo de fatores para preços de mercado, também passamos de renda para produto. Mas muitos textos consideram isso uma convenção de pouca importância.

### Carga Tributária Bruta e Líquida

A carga tributária bruta é o total da arrecadação fiscal do governo (impostos diretos e indiretos e outras receitas do governo, como taxas, multas e aluguéis). No entanto, parte desses tributos retorna ao setor privado na forma de transferências e subsídios. Ao deduzirmos da carga tributária bruta os subsídios e as transferências do setor privado, chegamos à carga tributária líquida:

$$\text{Carga tributária líquida} = \text{Carga tributária bruta} - \text{Transferências e subsídios do governo ao setor privado}$$

## 5. Economia a quatro setores: agregados relacionados ao setor externo

Finalmente, o esquema da Contabilidade Social fica completo quando consideramos a economia "aberta" ao exterior. Com isso definimos os conceitos de exportação, importação e renda líquida do exterior, e introduzimos uma diferença entre produto interno e produto nacional.

### Exportações e Importações

As *exportações* representam as compras de mercadorias produzidas pelas empresas localizadas em nosso país efetuadas pelos estrangeiros. As *importações* representam as despesas que nós fazemos com produtos estrangeiros.

### Produto Interno Bruto, Produto Nacional Bruto e Renda Líquida do Exterior

O Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período, valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes.

Entretanto, para produzir o PIB, utilizamos fatores de produção que pertencem a não-residentes, cuja remuneração é remetida a seus proprietários no exterior, na forma de juros, lucros e royalties. Os juros representam o pagamento pela utilização do capital monetário externo; as remessas de lucros são a remuneração pelo capital físico de propriedade das empresas estrangeiras instaladas no país; e os royalties representam o pagamento pela utilização da tecnologia estrangeira. Também existem residentes que possuem fatores de produção fora do país e recebem, portanto, renda do exterior (extração de petróleo pela Petrobrás, grandes construtoras brasileiras no exterior etc.).

Somando ao PIB a renda recebida do exterior e subtraindo a renda enviada ao exterior temos o *Produto Nacional Bruto (PNB)*, que é a renda que efetivamente pertence aos nacionais, aos residentes do país.

Temos então:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{Renda recebida do exterior} - \text{Renda enviada ao exterior}$$

A diferença entre a renda recebida e a renda enviada ao exterior é chamada de *renda líquida do exterior (RLE)*. Temos então:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{RLE}$$

No Brasil, como a renda enviada supera a renda recebida, a diferença é chamada de *renda líquida enviada ao exterior*. Então, o PIB é maior que o PNB, o que significa que utilizamos mais os serviços dos fatores de produção estrangeiros do que o contrário.

### Exercício de Fixação de Conceitos

Suponhamos que sejam dados, em bilhões de reais:

• Renda interna bruta, a custo de fatores (salários + juros + aluguéis + lucros) (RIBcf)	= 500
• Impostos diretos	= 50
• Impostos indiretos	= 60
• Subsídios do governo às empresas privadas	= 5
• Transferências do governo às famílias (aposentadorias e bolsas de estudo)	= 8
• Renda enviada ao exterior (juros, lucros, royalties)	= 3
• Renda recebida do exterior (lucros)	= 1
• Depreciação de ativos fixos	= 25

### Calcular:

- Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB<sub>pm</sub>)
- Produto Nacional Bruto a preços de mercado (PNB<sub>pm</sub>)
- Produto Nacional Líquido a preços de mercado (PNL<sub>pm</sub>)
- Carga tributária bruta
- Carga tributária líquida

### Respostas:

$$\begin{aligned} \text{a) } \text{PIB}_{pm} &= \text{RIBcf} + \text{Impostos indiretos} - \text{subsídios} \\ &= 500 + 60 - 5 \\ &= 555 \end{aligned}$$

$$\text{b) } \text{PNB}_{pm} = \text{PIB}_{pm} + \text{Renda líquida do exterior (RLE)}$$

como:

$$\text{RLE} = \text{Renda recebida do exterior} - \text{Renda enviada ao exterior}$$

temos:

$$\text{RLE} = 1 - 3 = -2$$

Então:

$$\text{PNB}_{pm} = 555 - 2 = 553$$

$$\begin{aligned} \text{c) } PNL_{pm} &= PNB_{pm} - \text{Depreciação} \\ &= 553 - 25 \\ &= 528 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{d) } \text{Carga tributária bruta} &= \text{Impostos indiretos} + \text{Impostos diretos} + \text{Outras receitas do governo} \\ &= 60 + 50 + 0 \\ &= 110 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{e) } \text{Carga tributária líquida} &= \text{Carga tributária bruta} - (\text{Transferências} + \text{Subsídios}) \\ &= 110 - (8 + 5) \\ &= 97 \end{aligned}$$

Para medir a carga fiscal costuma-se utilizar como indicador a carga tributária líquida como percentagem do PIB<sub>pm</sub>. É o chamado *índice da carga tributária líquida (ICTL)*:

$$ICTL = \frac{\text{Carga tributária líquida}}{PIB_{pm}} \times 100 = \frac{97 \times 100}{555} = 17,48\%$$

## 6. PIB nominal e PIB real

Até o momento lidamos com valores nominais ou monetários, a preços correntes do período. Quando comparamos esses valores em períodos diferentes, eles incorporam o aumento da inflação. Para tirarmos o efeito da inflação, precisamos desinflacionar esses valores, transformando valores nominais em valores reais ou deflacionados. Daí surge a diferença entre PIB nominal e PIB real.

### PIB Nominal ou Monetário

É o PIB medido a preços correntes, do próprio ano:

$$PIB_{93} = \sum p_{93} q_{93}$$

$$PIB_{94} = \sum p_{94} q_{94}$$

$$PIB_{95} = \sum p_{95} q_{95}$$

Quando comparamos os valores do PIB nominal ou monetário entre os dois anos, não sabemos diferenciar qual parcela deve-se ao aumento de preços ( $p$ ) e qual deve-se à da quantidade física ( $q$ ).

### PIB Real

Para medir o crescimento do produto físico ( $q$ ) temos de supor que os preços mantiveram-se constantes entre os dois anos. O PIB real é o PIB medido a preços constantes de um dado ano qualquer, chamado *ano-base*. Os preços ficam fixados nesse

ano, como se a inflação fosse zerada a partir de então. Por exemplo, se tomarmos 1993 como ano-base teremos:

$$PIB_{real\ 93} = \sum p_{93} q_{93}$$

$$PIB_{real\ 94} = \sum p_{93} q_{94}$$

$$PIB_{real\ 95} = \sum p_{93} q_{95}$$

Como se observa, só as quantidades variaram, enquanto os preços permaneceram fixados em 1993, como se a inflação fosse zero desde então. Nota-se também que no ano-base 1993 o PIB real e o nominal eram iguais.

Assim, quando comparamos o PIB real nos vários anos, temos o crescimento real, ou da produção física, livre do efeito da inflação.

Para transformarmos uma série nominal em uma série real temos de *deflacionar* a série nominal. Isso pode ser feito para qualquer série monetária (salários, impostos, custos de produção, faturamento da empresa, depósitos etc.). Para tanto, precisamos encontrar um índice de preços (*deflador*) que represente o crescimento da inflação no período.

No caso do PIB, aplicamos a fórmula:

$$PIB_{real} = \frac{PIB_{nominal}}{\text{Índice geral de preços}} \times 100$$

Como o numerador está "inflacionado", parece claro que, dividindo-o justamente pelo índice de preços, estamos tirando esse componente do PIB monetário, restando apenas a componente real ou física.

O quadro a seguir ilustra esses conceitos. Apresenta, ainda, o PIB *per capita*, que é o PIB total dividido pela população do país (PIB por habitante).

### PIB Nominal e PIB Real (Absolutos e Per Capita), Índice Geral de Preços (IGP)

Anos	(1) PIB a preços correntes R\$ 1.000.000	(2) Índice Geral de Preços (IGP) (base 1990 = 100)	(3) = (1) . 100 / (2) PIB a preços constantes 1990 R\$ 1.000.000	(4) Taxa de crescimento do PIB absoluto (%)	(5) Taxa de crescimento do PIB per capita (*)
1990	10,9	100	10,9	-4,3	-5,9
1991	57,1	523	10,9	0,3	-1,3
1992	620,2	5.726	10,8	-0,8	-2,3
1993	14.039,4	124.390	11,3	4,2	2,7
1994	355.566,8	2.979.021	11,9	5,8	4,3
1995	620.366,1	4.986.881	12,4	4,2	2,7

Fonte: IBGE.

(\*) Obtida a partir da variação do PIB real e da população.

### Exercício de Deflação

Suponha que uma empresa hipotética apresente informações sobre o faturamento mensal (coluna 1) e queria saber qual a evolução do faturamento real a preços constantes de um dado mês, digamos, março. Para tanto, precisa deflacionar o faturamento nominal (a preços correntes dos respectivos meses), o que requer o conhecimento de um índice de preços, divulgado pelas instituições especializadas (IBGE, FIPE, DIEESE, Fundação Getúlio Vargas etc.) (coluna 2).

Meses	(1) Faturamento (R\$ mil)	(2) Índice de preços (janeiro = 100)
Janeiro	500	100
Fevereiro	508	102
Março	600	103
Abril	630	105
Maio	660	108

Para obtermos a série do faturamento real, a preços constantes de janeiro, basta dividir a coluna 1 pela coluna 2 e multiplicar por 100. Obtemos:

Meses	(3) = $\frac{1}{2} \times 100$ Faturamento real (a preços de janeiro) (R\$ mil)
Janeiro	500,0
Fevereiro	498,0
Março	582,5
Abril	600,0
Maio	611,1

Cabem duas observações quando da deflação de uma série:

- Escolha do índice deflator: O índice a ser utilizado deve ser aquele que represente o crescimento dos preços do setor. Assim, para deflacionar uma série agrícola, utiliza-se como deflator o índice de preços agrícolas; numa série do setor, por exemplo, metalúrgico, utiliza-se o índice de preços do setor metalúrgico. Nessa linha, para deflacionar o PIB, utiliza-se o índice geral de preços (IGP); para saber a evolução do salário real, que reflete a variação do poder aquisitivo dos trabalhadores, utiliza-se um índice de preços ao consumidor.

- Mudança da base de comparação do índice de preços: No exemplo anterior desejava-se obter o faturamento real a preços de janeiro. E se quisermos o faturamento a preços de março, por exemplo? Basta fazer uma "regra de 3" para cada mês, dando o valor 100 para o mês de março, assim:

Janeiro	100 : x 103 : 100 (março)
Fevereiro	102 : x 103 : 100
Março	100,0
Abril	105 : x 103 : 100
Maio	108 : x 103 : 100

e obtemos uma nova série para o índice, o que nos permite calcular o faturamento a preços de março, como mostrado na tabela a seguir:

Meses	(1) Faturamento (R\$ mil)	(2) Índice de preços (março = 100)	(3) Faturamento real (a preços de março) (R\$ mil)
Janeiro	500	97,1	514,9
Fevereiro	508	99,0	513,1
Março	600	100,0	600,0
Abril	630	101,9	618,3
Maio	660	104,9	629,2

É interessante observar que a alteração do mês-base afeta o valor (em R\$) do faturamento real, mas não afeta a variação percentual (ou taxa de crescimento) mês a mês. Tanto com base em janeiro como em março (ou qualquer outro mês), as taxas entre um mês e outro, calculadas pela expressão

$$\left( \frac{\text{mês de referência} - 1}{\text{mês anterior}} \right) \times 100$$

serão:

Janeiro	Desconhecida	(o exemplo não apresenta o mês de dezembro)
Fevereiro	-0,4%	
Março	16,9%	
Abril	3,0%	
Maio	1,8%	

Dada a necessidade de utilização de índices de preços, para atualizar valores de demandas jurídicas, apresentamos no Apêndice B uma discussão mais detalhada sobre esses índices, incluindo alguns exemplos práticos.

## 7. O PIB como medida do bem-estar

Muitos economistas argumentam que o PIB não mede adequadamente o bem-estar da coletividade, isto é, não reflete as condições econômicas e sociais de um país.

Ou seja:

- não registra a economia informal<sup>5</sup>;
- não considera os custos sociais derivados do crescimento econômico, tais como poluição, congestionamentos, piora do meio ambiente etc.;
- não considera diferenças na distribuição de renda entre os vários grupos da sociedade.

Dentro da discussão da adequação (ou não) do PIB como medida de bem-estar, é interessante observar que as Nações Unidas calculam periodicamente um *índice de desenvolvimento humano* (IDH), que, além de um indicador econômico (PIB *per capita*), inclui indicadores sociais (em particular, a expectativa de vida e o nível de alfabetização). Há nações com diferenças notáveis entre o indicador socioeconômico (IDH) e o puramente econômico (PIB), principalmente os países árabes, que apresentam alta renda per capita, mas padrão social relativamente baixo. Mas, no geral, há alta correlação do PIB per capita com o grau de desenvolvimento social de um país. Se classificarmos os países em 10 grupos, o Brasil, por exemplo, localiza-se no quarto grupo, tanto em termos de renda per capita, como pelo índice das Nações Unidas.

Nessa linha, podemos concluir que, apesar de algumas limitações, a medida do PIB é um indicador útil tanto para comparações internacionais como para medir o crescimento do país ao longo dos anos, captando o grau de desenvolvimento social e econômico. Entretanto, é sempre oportuno considerar também outros indicadores, como grau de distribuição de renda, analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida, leitos hospitalares per capita, calorias e proteínas per capita, para que tenhamos uma avaliação mais completa da real condição socioeconômica de um país.

5. *Economia informal* é a desobediência civil de atividades formais, como por exemplo a sonegação fiscal, o não-registro de empregados, o "caixa 2" etc.

## APÊNDICE A

### O Sistema de Contas Nacionais do Brasil

O Sistema de Contas Nacionais no Brasil é elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Ele segue o padrão recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas), que consiste em agrupar a atividade econômica em quatro contas básicas, a saber:

1. **Conta Produto Interno Bruto** (conta de produção): Representa as transações que refletem a atividade produtiva das empresas.
2. **Conta renda nacional disponível bruta** (conta de apropriação): Mostra as transações que indicam a apropriação e a utilização da renda pelas famílias e governo.
3. **Conta consolidada de capital** (conta de acumulação): Inclui transações que representam aumento da capacidade produtiva e seu financiamento pelas poupanças.
4. **Conta das transações correntes com o resto do mundo**: Inclui transações de mercadorias e serviços entre residentes e não-residentes do país.

Existe uma conta complementar, a *conta corrente das administrações públicas*, que discrimina um pouco mais as receitas e despesas do governo.

A seguir apresentamos essas contas. Os códigos entre parênteses indicam a contrapartida da transação em outra das quatro contas, no detalhamento abaixo.

#### Conta PIB

Essa conta registra, como débito, os pagamentos das empresas. O Produto Interno Líquido a custo de fatores representa o que as empresas pagam de salários, juros, aluguéis e lucros, todos somados, já que é calculado pelo valor adicionado. Do lado dos créditos das empresas temos os diferentes tipos de dispêndio realizados pelos setores de atividade na compra de bens e serviços fabricados pelas empresas, que constituem as receitas das empresas.

Deve ser observado que o IBGE está fazendo uma revisão do item *Variação de estoques*, razão pela qual não vem sendo apresentado desde 1986.

Débito	Crédito
1.1. Produto Interno Líquido a custo de fatores (2.4)	1.4. Consumo pessoal (2.1)
1. Produto do setor primário	1.5. Consumo do governo (2.2)
2. Produto do setor secundário	1.6. Formação bruta de capital fixo (4.1)
3. Produto do setor terciário	1. Governo
1.2. Impostos indiretos (2.5)	2. Setor privado
1.3. Menos subsídios (2.6)	1.7. Exportação de mercadorias e serviços (3.1)
	1.8. Menos importação de mercadorias e serviços (3.4)
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>Despesa interna bruta a preços de mercado</b>

### Conta Renda Nacional Disponível Bruta

São registradas as despesas e as receitas das famílias e do governo. O saldo da conta é lançado junto dos débitos.

No sistema original da ONU, essa conta é chamada de *renda nacional disponível líquida*, porque apresenta o item *Depreciação de ativos fixos*, que não vem sendo calculado nas contas do Brasil.

Débito	Crédito
2.1. Consumo pessoal (1.4)	2.4. Produto Interno Bruto a custo de fatores (1.1)
2.2. Consumo do governo (1.5)	2.5. Impostos indiretos (1.2)
2.3. Saldo: Poupança interna (4.2)	2.6. Menos subsídios (1.3)
	Subtotal: PIB a preços de mercado
	2.7. Menos renda enviada ao exterior (3.5)
	2.8. Renda recebida do exterior (3.2)
Total da despesa	Apropriação da renda nacional disponível

### Conta das Transações Correntes com o Resto do Mundo

Os débitos do resto do mundo (créditos do Brasil) são lançados à esquerda, e os créditos do resto do mundo (débitos do Brasil) entram à direita.

Débito	Crédito
3.1. Exportação de mercadorias e serviços (1.7)	3.4. Importação de mercadorias e serviços (1.8)
3.2. Renda recebida do exterior (2.8)	3.5. Renda enviada para o exterior (2.7)
3.3. Saldo: poupança externa (4.3)	
Total de recebimentos	Total de pagamentos

### Conta Consolidada de Capital

Nessa conta entram como débito os gastos com bens de capital, estoques e construções, que representam aumento do estoque de capital da economia. Os créditos representam as fontes de financiamento dos investimentos.

Débito	Crédito
4.1. Formação bruta de capital fixo (1.6)	4.2. Poupança interna (2.5)
	4.3. Poupança externa (3.3)
Total da formação de capital	Total dos recursos para formação de capital

## APÊNDICE B

### Números-índices

#### 1. Conceito de Número-índice

Número-índice é uma estatística da variação de um conjunto composto por bens fisicamente diferentes.

Não haveria dificuldades se a questão fosse conhecer a variação de preços de um único bem. A necessidade da construção de índices aparece quando precisamos saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes e/ou que variam a taxas diferentes.

Existem índices de preços e índices de quantidade. Os índices de preços são mais difundidos, dada sua utilidade para deflacionar (tirar o efeito da inflação) ou inflacionar informações monetárias e para o acompanhamento da taxa de inflação. Os índices de quantidade (ou de *quantum*) são úteis para determinar a variação física de séries compostas por produtos diferentes (por exemplo, o produto real).

#### 2. Índices de Preços

Existem índices de preços por atacado (indústria e agricultura) e índice de preços de varejo (consumidor e construção civil). Aqui estamos considerando como principal base de referência os índices de preços ao consumidor (IPC), também chamados índices de custo de vida (ICV).

Suponha três bens na economia, e a respectiva variação de preços entre dois meses:

	Variação de preços no período	Participação no gasto total do consumidor
Carne	10%	30%
Arroz	10%	60%
Fósforo	100%	10%
Soma		100%

No conjunto, quanto variou a taxa de inflação? Evidentemente, não podemos calcular uma média aritmética, pois os três bens têm pesos diferentes. Calculamos, então, uma média aritmética ponderada:

$$\begin{aligned} \text{Média aritmética} &= 0,1 \times 0,3 + 0,1 \times 0,6 + 1 \times 0,1 = \\ \text{ponderada} &= 0,03 + 0,06 + 0,1 = 0,19 \text{ ou } 19\% \end{aligned}$$

Esse exemplo revela que, para calcular um número-índice, são necessários três componentes:

- a variação de preços no período;
- a importância relativa (ou peso relativo) de cada produto ou serviço, no orçamento mensal do consumidor;
- a fórmula de cálculo.

A forma como as instituições de pesquisa determinam esses componentes é o que provoca algumas diferenças entre índices. Apresentamos, a seguir, um quadro-resumo dos principais índices de preços no Brasil.

#### Principais Índices que Acompanham os Preços

Índice/Instituições	Período de coleta de preços	Local de pesquisa	Orçamento familiar em salários mínimos	Para que é usado
IPCA especial IBGE	Dias 16 a 16	11 regiões	1 a 40	UFIR
IPCA IBGE	Mês completo	11 regiões	1 a 40	Genérico
INPC IBGE	Mês completo	11 regiões	1 a 8	Genérico
IGP FGV*	Mês completo	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33 (inclui preços por atacado e construção civil)	Contratos
IGP-M FGV**	Dias 21 a 20	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33 (inclui preços por atacado e construção civil)	Contratos
IGP-10 FGV	Dias 11 a 10	RJ/SP e 10 regiões	1 a 33 (inclui preços por atacado e construção civil)	Antecipação IGP
IPC FIPE***	Mês completo	São Paulo	1 a 20	Contratos
IPC DIEESE****	Mês completo	São Paulo	1 a 30	Acordos salariais

#### Índices:

IPCA  
Índice de Preços ao Consumidor Amplo

INPC  
Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IGP  
Índice Geral de Preços

IGP-M  
Índice Geral de Preços do Mercado

ICV  
Índice de Custo de Vida

#### Instituições:

IBGE  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FGV  
Fundação Getúlio Vargas

FIPE  
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

DIEESE  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

#### Notas:

\* É uma composição de três subíndices: Índice de Preços por Atacado (60%), Índice de Preços ao Consumidor (30%) e Índice Nacional da Construção Civil (10%).

\*\* Divulga prévios de 10 em 10 dias.

\*\*\* Divulgado semanalmente, considera variações quadrissemanais.

\*\*\*\* Pesquisa também para famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos e de 1 a 5 salários mínimos.

A necessidade de se dispor de um índice de inflação nos primeiros dias do mês, para reajuste de contratos financeiros, UFIR etc., levou à criação de índices cujo período de coleta de preços não é do dia 1º ao último dia do mês (que só são divulgados cerca de 10 dias após o levantamento das informações), o que cria um fato curioso. Por exemplo, o IGP e o IGP-M só se diferenciam justamente no período de coleta (o IGP-M é levantado de 21 de um mês a 20 do outro, e o IGP corresponde ao mês completo). Se a inflação for crescente nos últimos 10 dias do mês (digamos abril), a inflação de abril medida pelo IGP será maior que a inflação de abril medida pelo IGP-M, já que o IGP captou a inflação desse final de mês, e o IGP-M não. O mesmo ocorre entre o IPCA e IPCA especial, todos do IBGE.

Notamos que os índices diferem também na região considerada. Por exemplo, o IPC-FIPE refere-se apenas ao município de São Paulo, o IPC-DIEESE cobre a região metropolitana de São Paulo, enquanto os demais índices são mais abrangentes, considerando 10 capitais mais o Distrito Federal.

Outra diferenciação reside nas classes de renda consideradas, que é uma informação necessária para o cálculo da importância relativa dos bens e serviços no orçamento do consumidor. Assim, por exemplo, o INPC considera, em sua amostra, os preços dos bens e serviços relevantes para famílias que têm renda de 1 a 8 mínimos, enquanto o IPCA (IPC amplo) considera famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos. Obviamente, a escolha das classes de renda da amostra fará com que os pesos relativos dos itens componentes do índice sejam significativamente diferentes. Por exemplo, o item "alimentação" tem peso maior quanto menores as classes de renda consideradas.

### 3. Interpretação de Uma Série de Um Número-índice

As séries de índices divulgados têm sempre um mês-base (ou ano) igual a 100. Todos os demais valores da série devem ser comparados com o valor do mês-base.

Suponhamos uma série de um índice hipotético, com base em janeiro:

Meses/ano	Índice de preços (base: 1995)
Janeiro	100
Fevereiro	120
Março	138
Abril	152
Maior	177

Assim, os preços cresceram 20% em fevereiro, o que é a taxa de inflação do mês.

Agora, em março, o valor do índice (138) indica que os preços cresceram 38% em relação a janeiro, mas não indica a taxa de inflação de março, que deve ser calculada sobre o mês anterior (fevereiro) da seguinte forma:

$$\frac{138}{120} - 1 = 0,15 \text{ ou } 15\%, \text{ em valores percentuais}$$

A mesma interpretação vale para os meses seguintes.

Ou seja, o índice representa uma estimativa do *nível* de preços do mês, e não da taxa de variação. Normalmente as publicações especializadas trazem as duas séries (a do índice e sua taxa de variação).

#### 4. Exemplo de Atualização de Uma Dívida

No corpo do capítulo apresentamos um exemplo de como deflacionar, ou seja, retirar o efeito da inflação, de uma série expressa em valores correntes, que é a utilização mais usual de números-índices. Embora existam tabelas de atualização de dívidas, neste apêndice julgamos interessante apresentar alguns exemplos.

##### Exemplo 1

Suponhamos que em 10-2-1995 A ingressou em juízo pedindo a tutela jurisdicional para cobrar dívida de B, representada por nota promissória, com vencimento em 31-1-1995, no valor de R\$ 50.000,00. O juiz prolatou sentença em 31-5-1995, condenando B a pagar a dívida atualizada em 24 horas. Qual o valor que A deve receber?

Para atualizar-se o valor da dívida deve tomar-se o IGP-DI (Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna), calculado pela FGV-SP, publicado na *Revista Conjuntura Econômica* e reproduzido a seguir:

IGP-DI  
Base: Agosto de 1994 = 100

1994		1995	
Abril	37,1461	Janeiro	107,561
Maior	52,5551	Fevereiro	108,852
Junho	77,2428	Março	111,058
Julho	96,9731	Abril	113,574
Agosto	100,000	Maior	114,185
Setembro	101,443		
Outubro	103,695		
Novembro	105,724		
Dezembro	106,035		

Fonte: *Revista Conjuntura Econômica*, julho de 1995.

Deve-se levar em conta a inflação de fevereiro de 1995, pois o título de crédito teve seu vencimento em 31-1-1995, e também a inflação do mês de maio, uma vez que a sentença condenatória foi prolatada em 31-5-1995.

Tem-se que a inflação acumulada de fevereiro a maio de 1995 foi:

$$\frac{114,185}{107,561} - 1 = 0,06158 \text{ ou } 6,158\%$$

isto é, o índice apurado em maio dividido pelo índice calculado em janeiro. O resultado dessa divisão menos a unidade indica a taxa de inflação do período fevereiro a maio de 1995.

Com a taxa de inflação acumulada e o valor da dívida em 31-5-1995, calcula-se o valor atual da dívida fazendo-se os seguintes cálculos:

a) R\$ 50.000,00 vezes 6,158% = R\$ 3.079,00;

b) esse valor é somado à dívida inicial de R\$ 50.000,00, gerando o valor de R\$ 53.079,00, que corresponde à dívida atualizada.

O mesmo resultado pode ser obtido multiplicando-se o valor da dívida inicial — R\$ 50.000,00 — pela divisão entre o índice de maio e o de fevereiro (114,185/107,561), ou seja:

$$R\$ 50.000,00 \times 1,06158 = R\$ 53.079,00$$

##### Exemplo 2

Vamos supor que a nota promissória tinha o vencimento no mês de agosto de 1994 e que a sentença condenatória foi prolatada em 31-5-1995. Qual seria o valor da dívida atualizada?

Nesse caso, divide-se o índice de maio de 1995 (114,185) pelo índice de agosto de 1994, cujo resultado é 1,14185. Multiplicando-se esse número pelo valor da dívida, tem-se:

$$R\$ 50.000,00 \times 1,14185 = R\$ 57.092,50$$

Esse procedimento será válido para se calcular a inflação acumulada entre os dois períodos de tempo.

Em atualizações de valores muito antigos, dois pontos devem ser observados. Primeiro, tome cuidado com as constantes alterações do valor da moeda nacional. Por exemplo, em ações judiciais com início anterior à implantação do Plano Real, em 1º de julho de 1994, os valores em cruzeiros reais, para passar para reais, têm de ser divididos por 2.750.

Tome cuidado ainda ao utilizar números diferentes de uma mesma revista, pois podem ter bases diferentes, mesmo se tratando de um só índice. Por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas, que publica a *Revista Conjuntura Econômica*, altera o mês-base de comparação de seus índices a cada dois anos. Nesse caso, a atualização deve ser feita por etapas, tantas quantas forem as alterações ocorridas.

### Questões para revisão

1. Mostre como opera o fluxo circular de renda e como surge a identidade entre as três óticas de medição do resultado da atividade econômica de um país, conforme a Contabilidade Social.
2. Sobre o setor de formação de capital, na Contabilidade Social:
  - a) Defina poupança agregada e investimento agregado, e mostre a identidade entre ambos.
  - b) Quais os componentes do investimento agregado? A compra de ações constitui um investimento no sentido macroeconômico?
  - c) Defina depreciação de ativos fixos, investimento bruto e investimento líquido.
3. Com relação ao setor governo:
  - a) Em que se constituem a receita fiscal e os gastos do governo, na contabilidade social?
  - b) Defina produto nacional a preços de mercado e renda nacional a custo de fatores.
  - c) Defina carga tributária bruta e carga tributária líquida.
4. Quanto ao setor externo, na Contabilidade Social:
  - a) Defina renda líquida ao exterior, Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB).
  - b) No Brasil, a renda enviada supera a renda recebida do exterior. Qual o maior: o PNB ou o PIB?
5. Conceitue PIB real, PIB monetário e deflação.

# DETERMINAÇÃO DA RENDA E DO PRODUTO NACIONAL: O MERCADO DE BENS E SERVIÇOS

10

## 1. Introdução

Como já observado, até 1930 os economistas acreditavam que as forças de mercado se encarregariam de equilibrar o fluxo econômico, conduzindo a economia automaticamente ao pleno emprego de recursos. No entanto, a crise econômica vivida pelo mundo capitalista a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que redundou numa queda brutal do nível de atividade e numa elevação do desemprego e da capacidade ociosa, mostrou que o mercado sozinho não teria condições de conduzir a economia ao pleno emprego.

A partir desse marco histórico, o economista inglês John Maynard Keynes desenvolveu suas teorias, cuja base se assenta no pressuposto de que é necessária a intervenção do governo no sentido de regular a atividade econômica e levar a economia ao pleno emprego. O governo, principalmente através de seus gastos, seria um elemento fundamental para a inversão do quadro de recessão e desemprego, uma vez que, aumentando seus gastos, estaria aumentando a despesa agregada e, conseqüentemente, o nível de produção (dada a capacidade ociosa existente nas empresas na época).

Desde então, o grande paradigma da Teoria Macroeconômica tem sido a questão do grau de intervenção do Estado na atividade econômica, que contrapõe, de um lado, os chamados economistas liberais ou conservadores (ou ainda clássicos, neoclássicos ou monetaristas) e, de outro, os keynesianos (intervencionistas, fiscalistas ou pós-keynesianos), contraposição que perdura até hoje.

Esta parte do estudo econômico é denominada *Teoria de Determinação do Equilíbrio da Renda Nacional*, ou *modelo keynesiano básico*, que se divide em lado real (mercado de bens e serviços e mercado de trabalho) e lado monetário (mercado monetário e de títulos). Neste capítulo discutiremos o lado real; no próximo, o lado monetário.

Antes de prosseguir, é oportuno destacar novamente a diferença entre a abordagem da Contabilidade Social e a utilizada na Teoria Macroeconômica.

A Contabilidade Social trabalha com informações efetivas, reais, que já se realizaram. Com essas informações, são calculados os valores do produto nacional, do consumo, do investimento e dos demais agregados macroeconômicos. A Macroeconomia trata do problema da determinação do nível de renda e do emprego na economia como um todo. Em resumo: a Contabilidade Social refere-se a *valores ex post* (após ocorrerem), enquanto a Teoria Macroeconômica preocupa-se com *valores ex ante* (antecipados, antes de ocorrerem).

Quando falamos em consumo, poupança, investimento, são os realizados (*ex post*) na Contabilidade Social; na Teoria Macroeconômica, são os planejados (*ex ante*).

## 2. Hipóteses do modelo básico

### Desemprego de Recursos (Subemprego)

O modelo macroeconômico básico foi criado por Keynes a partir da crise dos anos 30, período em que a taxa de desemprego alcançou valores elevados não só nos Estados Unidos, mas também em todos os países da Europa Ocidental. O modelo keynesiano supõe a existência de desemprego, ou seja, que a economia esteja em equilíbrio abaixo do pleno emprego, produzindo abaixo de seu potencial: as empresas estão com capacidade ociosa, e uma parcela da força de trabalho está desempregada<sup>1</sup>.

### Nível Geral de Preços Fixado

Como a economia está em desemprego, não há razões para as empresas elevarem os preços de seus produtos, num eventual aumento da demanda. Ou seja, supõe-se que as empresas, quando estimuladas por um aumento de demanda por seus produtos, elevem sua produção, e não os preços.

1. Existem várias definições e tipos de desemprego na literatura econômica. Neste capítulo utilizamos o conceito de *desemprego keynesiano* que se refere à insuficiência de demanda agregada em relação à produção (oferta) de pleno emprego. Outras definições:

- *desemprego friccional*: devido à mobilidade transitória da mão-de-obra (por exemplo, trabalhador que vem do interior para a capital, à procura de emprego). É também chamado de *taxa natural de desemprego*.
- *desemprego estrutural ou tecnológico*: o desenvolvimento tecnológico do capitalismo leva a um "exército de reserva", pois é capital intensivo e marginaliza a mão-de-obra. É também chamado de *desemprego marxista*.
- *desemprego distorção*: a produtividade marginal da mão-de-obra é zero. Por exemplo, numa agricultura de subsistência, a transferência de trabalhadores do campo para as cidades praticamente não diminui o produto agrícola.

Em decorrência dessa hipótese tem-se que todas as variáveis monetárias do modelo que veremos a seguir são, ao mesmo tempo, *variáveis reais*, pois não há inflação.

### Curto Prazo

O modelo básico analisa a Teoria de Determinação da Renda no curto prazo, ou seja, analisa o papel das políticas macroeconômicas na estabilização do nível de atividade e emprego, e do nível de preços. Como vimos na Teoria da Produção, em Economia o *curto prazo* é definido como o período em que pelo menos um fator de produção permanece constante. Supõe-se que o estoque de fatores de produção (mão-de-obra, capital, tecnologia etc.) não se altera a curto prazo: o que se altera é apenas o *grau de utilização* desse estoque. Por exemplo, pode existir um "estoque" de 40 milhões de trabalhadores disponíveis, mas 10% não esteja sendo empregado.

### Oferta Agregada Potencial Fixada a Curto Prazo

A *oferta agregada de bens e serviços (OA)* é o valor total da produção de bens e serviços finais colocados à disposição da coletividade num dado período. É o próprio produto real, ou PIB. A oferta agregada varia em função da disponibilidade de fatores de produção: mão-de-obra (força de trabalho ou população economicamente ativa), estoque de capital e nível de tecnologia.

É interessante distinguir oferta agregada potencial e oferta agregada efetiva ou real. A *oferta agregada potencial* refere-se à produção máxima da economia, quando os fatores de produção estão plenamente empregados (toda a população economicamente ativa está empregada, não há capacidade ociosa, a tecnologia disponível está sendo plenamente utilizada).

A *oferta agregada efetiva* refere-se à produção que está sendo efetivamente colocada no mercado, o que pode ocorrer sem que os fatores de produção estejam sendo plenamente empregados. Ou seja, a produção pode atender à demanda desejada pelo mercado, mesmo apresentando capacidade ociosa, desemprego de mão-de-obra etc. Evidentemente, a oferta agregada efetiva será igual à potencial, quando os recursos estiverem plenamente empregados.

Como a Teoria Keynesiana supõe curto prazo, e portanto fatores fixos de produção, a oferta agregada potencial permanece constante a curto prazo. Vale observar que permanece constante a oferta agregada *potencial*, de pleno emprego, que só se altera se houver alterações na quantidade física de fatores de produção. Mas a produção *efetiva* (*oferta agregada efetiva*) pode estar abaixo do pleno emprego, e pode ser alterada em função de mudanças na demanda do mercado.

### As Flutuações da Demanda Agregada São as Responsáveis pelas Variações do Produto e da Renda Nacional a Curto Prazo (Princípio da Demanda Efetiva)

A *demand a ou procura agregada de bens e serviços (DA)* é a soma dos gastos dos quatro agentes macroeconômicos: despesas das famílias com bens de consumo (*C*), gastos das empresas com investimentos (*I*), gastos do governo (*G*) e despesas líquidas do setor externo ( $X - M$ ), isto é:

$$DA = C + I + G + (X - M)$$

lembrando que *X* são as exportações e *M* as importações.

Uma vez que a oferta agregada potencial não se altera no curto prazo dados os estoques de fatores de produção, as alterações do nível de equilíbrio da renda e do produto nacional devem-se exclusivamente às variações da demanda agregada de bens e serviços. Esse é o chamado *Princípio da Demanda Efetiva*<sup>2</sup>.

Assim, numa situação de desemprego de recursos, a política econômica deve procurar elevar a demanda agregada, o que permitiria às empresas recuperar sua produção potencial e restabelecer os níveis de renda e emprego. Embora a elevação da demanda agregada possa se dar através de políticas que estimulem o consumo, o investimento privado e as exportações, Keynes enfatizava o papel dos gastos do governo para que a economia saia mais rapidamente da crise de desemprego.

De fato, a demanda agregada (global) é realmente mais sensível, mais fácil de ser alterada e produz resultados mais rápidos a curto prazo do que a oferta (produção) agregada, que depende de recursos físicos, normalmente só disponíveis a médio ou longo prazos.

Entretanto, o modelo keynesiano minimizou muito o papel da oferta agregada ao supor que ela se ajustaria rapidamente aos estímulos da demanda. O papel da oferta ficou relativamente negligenciado na Teoria Macroeconômica pelo menos até a ocorrência da crise do petróleo em 1973, que popularizou a expressão *choque de oferta*, pois o aumento dos preços do petróleo, ao elevar os custos de produção, provocou uma retração e conseqüente escassez da oferta de bens e serviços em muitos países.

### 3. O Equilíbrio macroeconômico

As observações anteriores revelam que existe uma diferença entre produto ou renda de equilíbrio e produto de pleno emprego.

Vimos que a *renda de pleno emprego* ocorre quando todos os recursos produtivos disponíveis estão empregados e a economia está produzindo com plena capacidade.

A *renda de equilíbrio* ou *renda efetiva* é determinada quando a oferta agregada iguala a demanda agregada de bens e serviços. Isso pode ocorrer abaixo do pleno emprego, significando que a produção agregada, apesar de abaixo de sua capacidade potencial, atende às necessidades da demanda. É uma situação tipicamente keynesiana, com equilíbrio macroeconômico com desemprego, ou equilíbrio abaixo do pleno emprego.

2. O *Princípio da Demanda Efetiva*, que prioriza o papel da demanda agregada na condução de políticas macroeconômicas, inverteu completamente a crença que prevalecia até então, segundo a qual "a oferta cria sua própria procura", a chamada *Lei de Say*. Como vimos no Capítulo 2, segundo o francês Jean Baptiste Say, a produção das empresas transformava-se em renda dos trabalhadores e capitalistas, que seria gasta na compra de bens e serviços. Tinha como suposição que as pessoas não especulavam com a moeda, e só lhes restava gastar a renda que recebiam. De fato, quando foi criado esse conceito, praticamente não existia mercado de capitais, e tudo o que as pessoas recebiam, gastavam.

O objetivo de política econômica, no modelo keynesiano, é encontrar o equilíbrio a pleno emprego, ou seja, fazer o equilíbrio entre oferta e demanda agregadas coincidirem com a renda ou produto de pleno-emprego.

Como a oferta agregada é fixada a curto prazo, a política econômica deve-se concentrar em elevar a demanda agregada, por meio de instrumentos que proporcionem aumento dos gastos em consumo, investimento, gastos do governo, elevação das exportações acima das importações etc.

## 4. Comportamento dos agregados macroeconômicos no mercado de bens e serviços

Para o manejo de políticas macroeconômicas, torna-se necessário tentar estabelecer relações funcionais, de causa e efeito, entre os grandes agregados, isto é, que fatores afetam seu comportamento. Se se conseguir estabelecer essas relações, as autoridades econômicas poderão ter uma melhor visão de como atuar sobre as mesmas, através da aplicação dos instrumentos de política econômica.

Essas relações entre variáveis macroeconômicas devem ser relativamente estáveis e regulares, isto é, ser válidas tanto na expansão como na recessão econômica, de forma a permitir às autoridades uma maior margem de previsibilidade em seu comportamento.

### 4.1. Consumo agregado

O consumo global de um país é influenciado por uma série de fatores, tais como: renda nacional, estoque de riqueza ou patrimônio, taxa de juros de mercado, disponibilidade de crédito, expectativas sobre a renda futura, rentabilidade das aplicações financeiras etc.

Os estudos empíricos (estatísticos) mostram, entretanto, que as decisões de consumo da coletividade são influenciadas fundamentalmente pela *renda nacional disponível*, que pode ser definida como a renda nacional deduzidos os impostos. A renda disponível é a parcela da renda que fica disponível para os consumidores gastarem (ou pouparem).

Podemos expressar essa relação assim:

$$C = f(RND)$$

onde:

$C$  = consumo agregado;

$RND$  = renda nacional disponível.

Um conceito importante, criado por Keynes, é o de *propensão marginal a consumir*<sup>3</sup>, que é o acréscimo esperado no consumo decorrente de um acréscimo na renda disponível. Ou seja, é a propensão que a coletividade tem ao consumo, dada uma variação na renda. Por exemplo, uma propensão marginal a consumir igual a 0,8 indica que, dado um aumento na renda nacional de \$ 100 milhões, o consumo aumentará em 0,8 de \$ 100 milhões, isto é, \$ 80 milhões.

#### 4.2. Poupança agregada

A poupança é a parte residual da renda nacional disponível, ou seja, a parcela da renda nacional que não é gasta em bens de consumo. Ela pode ser assim expressa:

$$S = f(RND)$$

onde:

S = poupança agregada;

RND = renda nacional disponível.

Define-se também a *propensão marginal a poupar*, que é a relação entre a variação da poupança e a variação da renda disponível. No exemplo anterior, a propensão marginal a poupar é igual a 0,2, significando que de cada acréscimo da renda as famílias no agregado destinam 20% à poupança e 80% ao consumo.

A partir de séries estatísticas de consumo, poupança e renda nacional disponível, é possível calcular-se empiricamente essas relações, que são de grande utilidade para a política e a programação econômica. Os estudos revelam que os países mais desenvolvidos apresentam propensão marginal a consumir menor que a dos países em desenvolvimento. Evidentemente, as propensões a poupar dos países mais ricos são relativamente mais elevadas.

#### 4.3. Investimento agregado

*Investimento* é o acréscimo ao estoque de capital que leva ao crescimento da capacidade produtiva (construções, instalações, máquinas etc.). Ele pode ser interpretado sob dois ângulos: a curto prazo, é visto pelo lado dos gastos necessários para a ampliação da capacidade produtiva. Como decorre um certo período de tempo até a maturação do investimento, considera-se que ele afetará a produção ou oferta agregada apenas a longo prazo. Ou seja, a curto prazo o investimento afeta apenas a demanda agregada.

O investimento é a principal variável para explicar o crescimento da renda nacional de um país. Entretanto, apresenta uma grande instabilidade, pois seu comportamento é de difícil previsão, por depender de fatores não apenas econômicos, mas das expectativas reinantes quanto ao futuro.

3. Existe também o conceito de *propensão média a consumir*, que é o nível (não o acréscimo) de consumo sobre o nível de renda disponível. A propensão marginal a consumir refere-se à variação (à "margem") do consumo dada uma adição na renda.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o investimento agregado é determinado por dois fatores básicos: a taxa de rentabilidade esperada e a taxa de juros de mercado.

A taxa de *rentabilidade esperada* ou taxa de *retorno* é calculada a partir da estimativa do retorno líquido esperado pela aquisição do bem de capital. Esses valores são calculados, através de matemática financeira, pelo valor presente ou valor atual dos retornos futuros. A taxa de rentabilidade esperada é também chamada, na literatura econômica, de *eficiência marginal do capital*<sup>4</sup>. Maior a rentabilidade esperada dos projetos, maiores as inversões das empresas na ampliação da capacidade produtiva<sup>5</sup>.

O investimento tem uma relação inversamente proporcional com as *taxas de juros de mercado*. Se a empresa já dispõe de capital próprio, a taxa de juros representará quanto a empresa ganharia se, em vez de investir em suas instalações, aplicasse no mercado financeiro. Se a empresa precisa tomar emprestado, para comprar equipamentos ou ampliar suas instalações, a taxa de juros de mercado representa para ela o custo do empréstimo. Nas duas situações, quanto maior a taxa de juros de mercado, menores os investimentos agregados.

Para a tomada de decisões sobre as despesas de investimento, o empresário compara então as duas taxas:

- se a taxa de retorno superar a taxa de juros de mercado, ele investirá na compra de bens de capital;
- se a taxa de retorno for inferior à taxa de juros de mercado, ele não investirá.

A demanda de investimentos também pode ser afetada pela disponibilidade de fundos de longo prazo.

### 5. O multiplicador keynesiano de gastos

Um dos principais conceitos criados por Keynes foi o do multiplicador de despesas ou gastos. Ele mostra que, se uma economia estiver com recursos desempregados, um aumento de um elemento na demanda agregada provocará um aumento da renda nacional mais que proporcional ao aumento da demanda. Isso ocorre porque, numa economia em desemprego, abaixo de seu produto potencial, qualquer injeção de despesas, seja via gastos com consumo, ou investimento, ou exportações, mas principalmente despesas do governo, provoca um efeito multiplicador nos vários setores da economia, pois o aumento de renda de um setor significará que os assalariados e empresários desse setor gastarão sua renda com outros setores (com alimentação, vestuário, lazer etc.), que por sua vez gastarão com outros bens e serviços, e assim continuamente.

4. Rigorosamente, a eficiência marginal do capital é a taxa de desconto que iguala o valor presente do fluxo de rendas líquidas esperadas na compra de um bem de capital a seu preço de custo (ou de aquisição).

5. Estamos nos referindo basicamente ao investimento em bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações) das empresas. Existem também os *investimentos em moradias*, que dependem das condições de financiamento e das taxas de juros de mercado, e os *investimentos em estoques*, que dependem também das taxas de juros e das oscilações de mercado.

Suponhamos que o governo resolva gastar, por exemplo, \$ 100 milhões em estradas, hospitais e escolas. Ele contratará construtoras, que aumentarão a produção da construção civil nesse valor. Isso se transformará em renda dos trabalhadores e capitalistas do setor de construção civil, que, por sua vez, gastarão com, digamos, alimentos e vestuário.

Esses gastos dependerão das propensões marginais a consumir e a poupar. Supondo a propensão a consumir igual a 0,8 e a propensão a poupar igual a 0,2, os trabalhadores e capitalistas da construção civil gastarão \$ 80 milhões com alimentos e vestuário, poupando \$ 20 milhões. A produção de alimentos e vestuário elevar-se-á em \$ 80 milhões, e será transformada em renda (salários, lucros) dos trabalhadores e empresários dos setores de alimentos e vestuário. Com a propensão a consumir agregada de 0,8, estes, por sua vez, gastarão \$ 64 milhões (80% de \$ 80 milhões) com, digamos, lazer. O setor de lazer receberá um incremento de renda de \$ 64 milhões, e o processo continuará. Evidentemente, tende a se encerrar, pois a propensão a poupar limita esse mecanismo: a cada etapa, vaza 20% da renda adicional.

Ao final desse processo ocorrerá um acréscimo da renda e produto nacionais muito superior ao gasto inicial de \$ 100 milhões.

Como se observa, essa multiplicação dependerá das propensões marginais a consumir e a poupar: quanto maior a propensão a consumir da coletividade, maiores os gastos com bens e serviços, em cada etapa, e maior o efeito multiplicador; maior a propensão a poupar, menor o multiplicador.

O multiplicador keynesiano ( $k$ ) costuma ser expresso genericamente como:

$$k = \frac{\Delta RN}{\Delta DA} = \frac{\text{Variação da renda nacional}}{\text{Variação da demanda agregada}}$$

Os mais conhecidos são o multiplicador dos gastos de investimentos ( $k_i$ ) e o de gastos de governo ( $k_g$ ), iguais a:

$$k_i = \frac{\Delta RN}{\Delta I} = \frac{\text{Variação da renda nacional}}{\text{Variação dos gastos de investimentos}}$$

$$k_g = \frac{\Delta RN}{\Delta G} = \frac{\text{Variação da renda nacional}}{\text{Variação dos gastos do governo}}$$

Se, no exemplo anterior, o multiplicador fosse igual a 5, o aumento inicial de gastos do governo de \$ 100 milhões levaria a um aumento da renda nacional de \$ 500 milhões ( $5 \times 100$  milhões).

Entretanto, deve-se observar que:

- a) o multiplicador também tem um efeito perverso: se os gastos caírem em \$ 100 milhões, a renda cairá num múltiplo de \$ 100 milhões (no exemplo anterior, \$ 500 milhões). Os multiplicadores de tributos e de importações são negativos, já que representam vazamentos do fluxo econômico;

- b) supõe-se que a economia esteja operando abaixo de seu potencial, ou seja, com desemprego. Em todas as etapas do processo, os setores sempre responderão ao estímulo de recursos com aumentos de produção. Parece claro que, se os setores estivessem operando à plena capacidade, uma injeção adicional de recursos só levaria ao aumento de preços, não do produto, podendo detonar um processo inflacionário.

## 6. Política fiscal, inflação e desemprego

Nesta seção veremos como podem ser aplicados os instrumentos de política fiscal para se reduzir inflação e desemprego. Trataremos de *política fiscal pura*, que é a aplicação de políticas tributárias ou de gastos públicos independente de políticas monetárias, ou seja, não nos preocuparemos com as implicações monetárias dessas políticas (o que só será feito no próximo capítulo).

### 6.1. Economia com desemprego de recursos

Como já observamos, o modelo macroeconômico básico, ou keynesiano, preocupa-se mais com a questão do desemprego de recursos, quando a economia está operando abaixo de seu potencial, ou pleno emprego.

Essa situação também é denominada *hiato deflacionário*, que é a insuficiência da demanda agregada em relação à produção de pleno emprego. A questão básica, nesse caso, é como tirar a economia do desemprego.

Já foi colocado que, como a produção agregada potencial, de pleno emprego, não se altera a curto prazo, a política econômica deve recair sobre os elementos da demanda agregada, que deverá ser elevada, de forma que todo o produto potencial da economia possa ser comprado. Isso pode ser feito através dos seguintes instrumentos de política fiscal:

- aumento dos gastos públicos;
- diminuição da carga tributária, estimulando as despesas de consumo e de investimento;
- subsídios e estímulos às exportações, que elevam a demanda do setor externo por nossa produção;
- tarifas e barreiras às importações, que devem beneficiar a produção nacional.

O governo pode também aumentar a demanda agregada e manter o orçamento público equilibrado. Mostra-se, através do chamado *Teorema do Orçamento Equilibrado*, que, numa situação de desemprego, se os gastos públicos forem elevados no mesmo montante da arrecadação fiscal, a renda nacional aumentará nesse mesmo montante. Isso ocorre devido à diferença exercida pelos gastos públicos e pelos impostos sobre a demanda agregada. Um aumento nos gastos, digamos, de \$ 100 milhões aumenta imediatamente a demanda agregada nesse montante, enquanto um aumento de impostos nesse mesmo valor não reduz a demanda agregada em \$ 100 milhões, porque os consu-

midores não reduzirão seu consumo nesse valor, pois parte do imposto será pago com sua poupança, e não pela redução do consumo.

Supondo uma propensão marginal a consumir igual a 0,8, o consumo agregado diminuirá em \$ 80 milhões, e não em \$ 100 milhões. Ou seja, um aumento nos gastos do governo no mesmo valor dos impostos (\$ 100 milhões) ainda permitirá um aumento da demanda agregada e da renda nacional em \$ 20 milhões num primeiro momento. Se levarmos em consideração o efeito multiplicador nos momentos seguintes, prova-se<sup>6</sup> que o aumento da renda nacional chega aos \$ 100 milhões, ou seja,

$$\text{Aumentos dos gastos públicos} = \text{Aumento da tributação} = \text{Aumento da renda nacional} = \$ 100 \text{ milhões}$$

## 6.2. Economia com inflação

Embora o arcabouço teórico criado por Keynes esteja baseado em uma situação de desemprego, ele pode ser aplicado, *mutatis mutandi*, para uma conjuntura inflacionária.

O hiato inflacionário ocorre quando a demanda agregada de bens e serviços supera a capacidade produtiva da economia. Ou seja, a procura agregada está muito aquecida, e a oferta de bens e serviços não tem condições de acompanhá-la, o que leva à elevação dos preços. Trata-se de um diagnóstico de inflação de demanda.

Nesse caso, os instrumentos de política fiscal seriam:

- diminuição dos gastos públicos;
- elevação da carga tributária sobre bens de consumo, desestimulando os gastos em consumo;
- elevação das importações, pela redução das tarifas e barreiras, o que aumentaria o grau de abertura da economia para produtos estrangeiros, aumentando a competitividade, o que inibiria elevações de preços internos.

O aumento da carga tributária deve sempre preservar, na medida do possível, os investimentos e as exportações, mesmo numa conjuntura inflacionária, sob o risco de comprometer a produção futura e de perder mercados já conquistados.

Ressalte-se que essas medidas antiinflacionárias devem ser aplicadas dentro de um diagnóstico de inflação de demanda. Se tivermos inflação de custos, isso significa que a produção está abaixo do pleno emprego, pois, como veremos mais tarde, a inflação de custos, ou de oferta, deve-se ao aumento dos custos de produção, que retrai a produção agregada. Nesse caso, políticas de contenção da demanda agregada apenas rebaixarão ainda mais o nível de produção, aprofundando a crise de desemprego.

No capítulo seguinte discutiremos como os instrumentos de política monetária podem ser utilizados para debelar inflação e desemprego. No capítulo sobre setor externo veremos os instrumentos de política comercial e cambial dentro desses mesmos objetivos.

6. Esta prova pode ser encontrada, por exemplo, em Vasconcelos e Troster, *Economia básica*, p. 240.

## APÊNDICE A

### Determinação da renda nacional de equilíbrio

O modelo macroeconômico básico, ou modelo keynesiano, costuma ser formalizado matematicamente como se segue.

A renda nacional de equilíbrio ( $RN$ ) é determinada pelo encontro da oferta agregada ( $OA$ ) com a demanda agregada de bens e serviços ( $DA$ ):

$$OA = DA$$

A oferta agregada é o próprio produto ou renda nacional:

$$OA = RN$$

e a demanda agregada é dada por

$$DA = C + I + G + (X - M)$$

onde  $C$  é a despesa com bens de consumo,  $I$  os gastos das empresas com investimentos,  $G$  os gastos do governo,  $X$  as exportações e  $M$  as importações agregadas.

A condição de equilíbrio fica então

$$RN = C + I + G + (X - M)$$

Um exemplo numérico mostra como  $RN$  é determinada.

Suponhamos uma economia a dois setores (sem governo e setor externo) e que a estimativa da relação entre consumo e renda seja dada pela equação:

$$C = 10 + 0,8 RN$$

(trata-se de uma relação crescente, com inclinação igual a 0,8, e intercepto igual a 10).

Suponhamos ainda que o investimento seja igual a 5 e, apenas para simplificar, não dependa de variações da renda nacional.

Vimos que a condição de equilíbrio é igual a:

$$OA = DA$$

ou

$$RN = C + I + G + (X - M)$$

Substituindo

$$C = 10 + 0,8 RN$$

e

$$I = 5$$

na condição de equilíbrio, e lembrando que, por simplificação,  $G = 0$ ,  $T = 0$ ,  $X = 0$  e  $M = 0$ , vem

$$RN = 10 + 0,8 RN + 5$$

$$RN = 15 + 0,8 RN$$

Isolando  $RN$  no primeiro termo, vem

$$RN - 0,8 RN = 15$$

$$0,2 RN = 15$$

$$RN = \frac{15}{0,2}$$

ou

$$RN = 75$$

Essa seria então a renda nacional de equilíbrio. Ou seja, a renda efetiva da economia, que equilibra a oferta e a demanda agregadas de bens e serviços.

Não corresponde necessariamente à renda ou produção de pleno emprego. Observamos no texto que a característica principal do modelo básico é justamente supor a economia operando abaixo do pleno emprego, o que diferencia a renda de equilíbrio (entre a oferta e a demanda agregadas) da renda de pleno emprego.

## APÊNDICE B

### O multiplicador keynesiano de gastos

Para exemplificar como opera o multiplicador keynesiano, suponhamos, no exemplo do apêndice anterior, um aumento de 2 nos gastos de investimento ( $\Delta I = 2$ ). Assim, o investimento passa de um nível  $I_0 = 5$  para um nível  $I_1 = 7$ .

Determinemos o novo equilíbrio da renda:

$$OA = DA$$

$$RN = C + I + G + (X - M)$$

$$RN = 10 + 0,8 RN + 7$$

$$RN = 17 + 0,8 RN$$

$$RN_1 = 85$$

Observamos que um acréscimo dos gastos de investimento de 2 ( $\Delta I = 2$ ) elevou a renda nacional de 75 para 85 ( $\Delta RN = 10$ ); ou seja, houve um efeito multiplicador igual a 5, pois:

$$k_1 = \frac{\Delta RN}{\Delta I} = \frac{10}{2} = 5$$

Prova-se matematicamente<sup>1</sup> que o multiplicador keynesiano de gastos é o inverso da propensão marginal a poupar, ou

$$k_1 = \frac{1}{\text{Propensão marginal a poupar}}$$

ou ainda

$$k_1 = \frac{1}{1 - \text{Propensão marginal a consumir}}$$

No exercício anterior, pode-se comprovar que:

$$k_1 = \frac{1}{1 - 0,8} = \frac{1}{0,2} = 5$$

Por essa razão, um aumento de investimentos de apenas 2 levou a um aumento da renda nacional de 10 ( $2 \times 5$ ).

### Questões para revisão

1. O que diferencia fundamentalmente a abordagem dada na Contabilidade Social e aquela dada na Teoria Macroeconômica?

1. Ver *Manual de Economia*, Ed. Saraiva, cap. 14, parte II.

2. Defina oferta agregada e demanda agregada de bens e serviços. Quais hipóteses cercam esses conceitos dentro do modelo keynesiano básico?
3. Do que depende a demanda de investimentos em bens de capital?
4. Explique, através de um exemplo, como opera o multiplicador keynesiano de gastos.
5. Coloque-se na posição de uma autoridade governamental e dê um exemplo de uma medida de política fiscal para cada um dos casos a seguir:
  - a) desemprego de recursos produtivos;
  - b) inflação de demanda;
  - c) desigualdade na distribuição entre classes de renda.

Do que tem a ver o conceito de oferta agregada e demanda agregada com a distribuição de renda? Como se relacionam com a distribuição de renda? Como se relacionam com a distribuição de renda?

# DETERMINAÇÃO DA RENDA E DO PRODUTO NACIONAL: O LADO MONETÁRIO

# 11

## 1. Conceito de moeda

**M**oeda é um instrumento ou objeto que é aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento dos bens, serviços e fatores de produção. Essa aceitação é garantida por lei, ou seja, a moeda tem "curso forçado".

Antes da existência da moeda, o fluxo de trocas de bens e serviços na economia dava-se através do escambo, com trocas diretas de mercadoria por mercadoria (economia de trocas). É fácil imaginar os transtornos trazidos por tal mecanismo. Se alguém tivesse a mercadoria sal em excesso e precisasse trocá-la por outra (por exemplo, carne), precisaria primeiro localizar alguém que tivesse carne em excesso e desejasse sal, e, em seguida, teria de resolver o problema das quantidades e divisibilidade: quanto de sal seria necessário para comprar um boi? E se a pessoa precisasse de apenas meio boi?

Com a evolução da sociedade, certas mercadorias passaram a ser aceitas por todos, por suas características peculiares ou pelo próprio fato de serem escassas. Por exemplo, o sal, que por ser escasso era aceito na Roma Antiga como moeda. Em diversas épocas e locais diferentes, outros bens assumiram idêntica função. Portanto, a *moeda mercadoria* constitui a forma mais primitiva de moeda na economia.

Os metais preciosos passaram a assumir a função de moeda por diversas razões: são limitados na natureza, possuem durabilidade e resistência, são divisíveis em peso etc. Para exercer o controle sobre os metais em circulação, foi implantada a "cunhagem" da moeda pelos governantes, o que deu origem a nossa atual *moeda metálica*.

Nosso atual *papel-moeda* teve origem na moeda-papel. As pessoas de posse de ouro, por questão de segurança, o guardavam em casas especializadas (embrião do atual

sistema bancário), onde os ourives — pessoas que trabalhavam o ouro e a prata — emitiam certificados de depósitos dos metais. Ao adquirir bens e serviços, as pessoas podiam então fazer os pagamentos com esses certificados, já que, por serem transferíveis, o novo detentor do título poderia retirar o montante correspondente de metal junto ao ourives. Como o depositário do metal merecia a confiança de todos, esses certificados foram ganhando livre circulação, passando a ter aceitação geral, já que possuíam lastro e podiam ser convertidos a qualquer instante em ouro. Ao longo do tempo, entretanto, o lastro tornou-se menor que 100%, pois o ourives, percebendo que sempre permanecia em sua firma um determinado montante de metais preciosos sobre os quais não havia comando, passou a emitir moeda-papel em proveito próprio, sem nenhum lastro.

Mais tarde, com a criação dos Estados nacionais aparece o papel-moeda. Cada Estado passou a emitir seu papel-moeda, sendo este lastreado em ouro (*padrão-ouro*). O ouro, contudo, era um metal com reservas limitadas na natureza, e como a capacidade de emitir moeda estava vinculada à quantidade de ouro existente, o padrão-ouro passou a apresentar um obstáculo à expansão das economias nacionais e do comércio internacional, ao impor um limite à oferta monetária. Dessa forma, a partir de 1920 o padrão-ouro foi abandonado, e a emissão de moeda passou a ser livre, ou a critério das autoridades monetárias de cada país. Assim, a moeda passa a ser aceita por força de lei, denominando-se *moeda de curso forçado* ou *moeda fiduciária* (de *fidúcia*, confiança), não sendo lastreada em metais preciosos.

## 2. Funções da moeda e tipos de moeda

As funções da moeda no sistema econômico são fundamentalmente as seguintes:

- **Instrumento ou meio de trocas:** Por ter aceitação geral, serve para intermediar o fluxo de bens, serviços e fatores de produção da economia.
- **Denominador comum monetário:** Possibilita que sejam expressos em unidades monetárias os valores de todos os bens e serviços produzidos pelo sistema econômico. É um padrão de medida.
- **Reserva de valor:** A posse da moeda representa liquidez imediata para quem a possui. Assim, pode ser acumulada para a aquisição de um bem ou serviço no futuro. Claro está que o requisito básico para que a moeda funcione como reserva de valor é sua estabilidade diante dos preços dos bens e serviços, já que a inflação corrói o poder de compra da moeda, e a deflação (queda de preços) a valoriza.

### Tipos de Moeda

- **Moedas metálicas:** Emitidas pelo Banco Central, constituem pequena parcela da oferta monetária e visam facilitar as operações de pequeno valor e/ou com unidade monetária fracionada (troco).
- **Papel-moeda:** Também emitido pelo Banco Central, representa parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder do público.

O *papel-moeda* e as *moedas metálicas em poder do público* (famílias e empresas) são denominadas *moeda manual*.

- **Moeda escritural:** É representada pelos depósitos a vista (depósitos em conta corrente) nos bancos comerciais (é a moeda contábil, escriturada nos bancos comerciais).

## 3. Oferta de moeda

Como qualquer mercadoria, a moeda tem seu preço e quantidade determinados pela oferta e demanda. A oferta de moeda é o suprimento de moeda para atender às necessidades da coletividade. Veremos que a moeda pode ser ofertada pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais.

### 3.1. Conceito de meios de pagamento

A oferta de moeda também é chamada de meios de pagamento.

*Meios de pagamento* constituem o total de moeda à disposição do setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para efetuar transações. A *liquidez* da moeda é a capacidade que ela tem de ser um ativo prontamente disponível e aceito para as mais diversas transações.

Os meios de pagamento em sua forma tradicional são dados pela soma da moeda em poder do público mais os depósitos a vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da moeda manual e da moeda escritural.

Os meios de pagamento representam, então, quanto a coletividade tem de moeda "física" (metálica e papel) com o público ou no cofre das empresas somado a quanto ela tem em conta corrente nos bancos.

Enfim, é a moeda que não está rendendo juros, aquela que não está aplicada em contas ou ativos remunerados.

Note-se, também, que o conceito econômico de moeda é representado apenas pela moeda que está com o setor privado não bancário, ou seja, excluem-se os próprios bancos comerciais, e a moeda que está com as autoridades monetárias. Nesse sentido, os depósitos a vista ou em conta corrente não são dinheiro dos bancos, mas dinheiro que pertence ao público não bancário. O dinheiro que pertence aos bancos são seus encaixes (caixa dos bancos comerciais) e suas reservas (quanto os bancos comerciais mantêm depositado junto ao Banco Central).

Também não são considerados, na definição tradicional de meios de pagamento, as cadernetas de poupança e os depósitos a prazo nos bancos comerciais (captados via CDBs — Certificados de Depósitos Bancários), por duas razões: não são de liquidez imediata e são remunerados, isto é, rendem juros.

Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não rendem juros, também são chamados, na literatura mais específica, de *M1*. Para alguns objetivos, os economistas incluem como moeda a chamada *quase-moeda*<sup>1</sup> — ativo que tem alta liquidez (embora não tão imediata) e que rende juros, como os títulos públicos, as cadernetas de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, como letras de câmbio e letras imobiliárias.

Os meios de pagamento, no conceito *M1*, também são chamados de *ativos* ou *haveres monetários*. Os demais ativos financeiros, que rendem juros, são chamados de *ativos* ou *haveres não monetários*.

### Monetização e Desmonetização da Economia

Em processos inflacionários intensos normalmente ocorre a chamada desmonetização da economia, isto é, diminui a quantidade de moeda sobre o total de ativos financeiros, em decorrência do fato de as pessoas procurarem defender-se da inflação com aplicações financeiras que rendem juros.

A *monetização* é o processo inverso: com inflação baixa, as pessoas mantêm mais moeda que não rende juros em relação aos demais ativos financeiros.

O grau de *monetização* ou *desmonetização* pode ser medido pela razão  $M1/M4$ : quando *M1* aumenta em relação a *M4*, temos uma monetização; quando *M1* cai relativamente a *M4*, ocorre a desmonetização.

Observando a tabela da página 155, que apresenta os principais parâmetros monetários no Brasil, notamos como o grau de monetização aumentou após julho de 1994 (Plano Real), em decorrência do aumento da relação  $M1/M4$ .

### Criação e Destruição de Moeda (ou de Meios de Pagamento)

Ocorre criação de moeda quando há um aumento do volume de meios de pagamento, e destruição de moeda quando ocorre uma redução dos meios de pagamento. Alguns exemplos ilustram esses fatos:

- Aumento dos empréstimos ao setor privado: Criação de moeda (os bancos comerciais tiram de suas reservas e emprestam ao público).
- Resgate de um empréstimo no banco: Destruição de moeda (reduz os meios de pagamento, já que sai do público e retorna ao caixa dos bancos).
- Saque de um cheque no balcão do banco: Não há nem criação nem destruição de meios de pagamento, pois simplesmente houve uma transferência de depósitos a vista (moeda escritural) para moeda em poder do público (moeda manual).

1. A inclusão da *quase-moeda* origina mais três definições de moeda. Sabendo que *M1* = moeda em poder do público + depósitos a vista nos bancos comerciais, podemos também conceituar:

$M2 = M1 +$  títulos públicos.

$M3 = M2 +$  depósitos de poupança (cadernetas de poupança).

$M4 = M3 +$  títulos privados (depósitos a prazo — CDB, RDB —, letras de câmbio, letras imobiliárias).

- Depositante retira depósito a vista e o coloca em depósito a prazo: Destruição de moeda, pois os depósitos a prazo são meios de pagamento, dado que não são de liquidez imediata, e rendem juros.

### 3.2. Oferta de moeda pelo Banco Central

O Banco Central é o órgão responsável pela política monetária que tem como objetivo regular o montante de moeda e de crédito e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica. Ou seja, o Banco Central deve procurar manter a liquidez da economia, atendendo às necessidades de transações do sistema econômico<sup>2</sup>.

Compete ao Banco Central do Brasil (Bacen) cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central do Brasil é o órgão executor da política monetária, além de exercer a regulamentação e a fiscalização de todas as atividades de intermediação financeira no país.

#### Funções do Banco Central

- Banco dos bancos: O fluxo de caixa dos bancos tanto pode apresentar insuficiência de recursos como excesso. No primeiro caso, precisam ser socorridos, e quem o faz é o Banco Central. No segundo caso, os bancos, para não deixarem seus recursos ociosos, os depositam no Banco Central. Além disso, há a necessidade de transferência de fundos entre os bancos comerciais, como resultado positivo ou negativo da câmara de compensação de cheques e outros papéis, o que é feito através de suas contas no Banco Central.

No Brasil, a câmara de compensação de cheques e outros papéis é realizada pelo Banco do Brasil em local onde todos os bancos trocam seus débitos e créditos do dia. O Banco do Brasil também recebe depósitos do governo, e não o Banco Central. Isso porque o Banco Central, junto com o Conselho Monetário Nacional, é um órgão normativo, enquanto o Banco do Brasil é um órgão executivo.

- Banco do governo: Grande parte dos recursos do governo é depositada no Banco Central. Quando o governo necessita de recursos, saca junto ao Banco Central em contrapartida à entrega de títulos da dívida pública.
- Controle e regulamentação da oferta de moeda, que é uma função normativa: regula a moeda e crédito do sistema econômico.
- Controle dos capitais estrangeiros e das operações com moeda estrangeira.
- Fiscalização das instituições financeiras.

Para exercer essas funções, o Banco Central utiliza os instrumentos de política monetária.

2. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal, conforme estipula o art. 48 da Constituição Federal.

### Instrumentos de Política Monetária

#### • Controle das Emissões

O Banco Central controla, por força de lei, o volume de moeda manual da economia, cabendo a ele as determinações das necessidades de novas emissões e respectivos volumes.

#### • Depósitos Compulsórios ou Reservas Obrigatórias

Os bancos comerciais, além de possuírem os chamados *encaixes técnicos* (o caixa dos bancos comerciais), são obrigados a depositar no Banco Central um percentual determinado por este sobre os depósitos a vista. Basta o Banco Central aumentar ou diminuir o percentual do depósito compulsório para influir no volume ofertado de empréstimos bancários (e, portanto, na *criação de depósitos ou moeda escritural*).

Além de uma conta de depósitos compulsórios, os bancos comerciais mantêm junto ao Banco Central uma conta de *depósitos voluntários* (ou *reservas livres*), onde são lançados os cheques de compensação entre os bancos.

#### • Operações com Mercado Aberto (Open Market)

Consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. Quando o governo coloca seus títulos junto ao público, o efeito é de reduzir os meios de pagamento ("enxuga" os meios de pagamento), já que parte da moeda em poder do público retorna ao governo como pagamento desses títulos. Ao contrário, quando o governo compra os títulos, efetua pagamento em moeda aos portadores dos mesmos, o que aumenta a oferta de moeda (os meios de pagamento).

#### • Política de Redesconto

Consiste na liberação de recursos pelo Banco Central aos bancos comerciais, que podem ser empréstimos ou redesconto de títulos. Existem os *redescontos de liquidez*, que são empréstimos para os bancos comerciais cobrirem um eventual débito na compensação de cheques, e os *redescontos especiais ou seletivos*, que são empréstimos autorizados pelo Banco Central visando beneficiar setores específicos. Por exemplo, para estimular a compra de máquinas agrícolas, o Banco Central abre uma linha especial de crédito, pela qual os bancos comerciais emprestam (descontam) aos produtores rurais e redescontam o título junto ao Banco Central.

Além desses instrumentos típicos da política econômica, o Banco Central pode afetar o fluxo de moeda através da *regulamentação da moeda e do crédito* (como contingenciamento de crédito, fixação da taxa de juros, limites de prazos para o crédito ao consumidor etc.).

### 3.3. Oferta de moeda pelos bancos comerciais. O multiplicador monetário

Os bancos comerciais também podem aumentar os meios de pagamento (isto é, aumentar a oferta de moeda) através da multiplicação da moeda escritural ou depósitos a vista.

Um depósito a vista ou em conta corrente num banco comercial representa um fundo disponível, que pode ser movimentado a qualquer instante pelo titular da conta corrente através de cheque. No entanto existe um fluxo contínuo de depósitos e saques, de tal forma que o banco não precisa manter a totalidade dos recursos captados (de depósitos a vista para fazer frente aos pagamentos dos cheques emitidos pelos correntistas). Dessa forma, o banco precisa guardar em seus cofres apenas a parte dos depósitos a vista que lhe permita cobrir as reservas técnicas ou caixa (para pagamento dos cheques) e os depósitos compulsórios e voluntários (cheques de compensação), podendo emprestar o restante a seus clientes, pois dispõe de uma carta-patente que lhe permite fazer isso. O cliente que tomou o dinheiro emprestado faz um depósito a vista no mesmo ou em outro banco. Desse novo depósito, o banco retém o montante de reservas que cubra as reservas técnicas, bem como o depósito compulsório e o depósito voluntário junto ao Banco Central, e o restante torna a emprestar para outro cliente, que, por sua vez, faz novo depósito a vista, e assim sucessivamente.

Note-se que apenas os bancos comerciais, dentre os intermediários financeiros privados, podem efetuar empréstimos com suas obrigações, isto é, depósitos a vista. Os chamados *intermediários financeiros não bancários*, como as financeiras, bancos de investimentos, apenas transferem recursos de aplicadores para tomadores, e suas obrigações não são consideradas meios de pagamento. Ou seja, os bancos comerciais podem emitir ativos monetários e não monetários, enquanto as instituições financeiras não bancárias operam exclusivamente com ativos não monetários.

O efeito de criação múltipla de depósito a vista e, portanto, de meios de pagamento pode ser visualizado no quadro a seguir, onde se supõe que:

- a emissão primária da moeda pelo Banco Central seja \$ 100.000, sendo essa quantidade de moeda entregue ao público;
- as pessoas depositarão todo o dinheiro nos bancos comerciais para movimentá-lo através de cheques (por simplificação, estamos supondo por enquanto que, nesse processo, a moeda em poder do público é nula);
- os bancos precisam manter em reservas técnicas, compulsórias e voluntárias 40% dos depósitos;
- os bancos irão reter apenas o necessário para cobrir as reservas e emprestarão os recursos remanescentes.

Banco	Depósito a vista	Reserva dos bancos comerciais (40% dos depósitos a vista)	Empréstimos
A	100.000	40.000	60.000
B	60.000	24.000	36.000
C	36.000	14.400	21.600
D	21.600	8.640	12.960
E	12.960	5.184	7.776
Demais bancos somados	19.440	7.776	11.664
Total	250.000	100.000	150.000

Como observado, a oferta inicial de *moeda manual* de até \$ 100.000 transformou-se em uma oferta total de *moeda escritural* (depósitos a vista) de \$ 250.000.

O efeito multiplicador da *moeda escritural* é dado por uma progressão geométrica decrescente. De uma forma mais simples, ele é dado pelo *inverso da porcentagem da reserva bancária*, ou:

$$m = 1/r$$

onde:

$m$  = efeito multiplicador monetário;

$r$  = taxa ou porcentagem de reserva dos bancos comerciais sobre os depósitos a vista.

#### Multiplicador da Base Monetária

O multiplicador do exercício anterior está bastante simplificado, uma vez que não considera o efeito da retenção de moeda em poder do público no mecanismo de multiplicação. Quanto mais o público (pessoas físicas e empresas não financeiras) retém, menos deposita nos bancos, e menor a multiplicação monetária.

A fórmula do multiplicador mais conhecida é a do multiplicador da base monetária. A *base monetária* é a soma da moeda em poder do público e das reservas bancárias (técnicas, compulsórias e voluntárias). É praticamente o total da moeda emitida, excluindo apenas a moeda que permaneceu com o Banco Central. Assim, do que foi emitido, uma parte está em mãos do público e nos cofres das empresas, e a outra está em poder de bancos comerciais (ou em seu caixa, ou então depositado no Banco Central, à sua ordem).

Chamando:

$P$  = saldo da moeda em poder do público

$R$  = total das reservas bancárias

$D$  = saldo dos depósitos a vista

$M$  = saldo dos meios de pagamento =  $P + D$

$B$  = saldo da base monetária =  $P + R$

e sabendo que os meios de pagamento são um múltiplo da base monetária (pois os depósitos a vista superam o total de reservas bancárias), temos:

$$M = mB$$

O multiplicador da base monetária é dado pela fórmula:

$$m = M/B$$

Há uma relação inversa entre o multiplicador e as taxas de retenção de moeda pelo público e de reservas bancárias. A decisão do público de reter mais moeda em seu poder, não depositando nos bancos comerciais, bem como o aumento da taxa de reservas requeridas pelos bancos comerciais (um aumento no compulsório), diminui a quantidade disponível de recursos na rede bancária para os bancos emprestarem<sup>3</sup>.

3. Prova-se que o multiplicador da base monetária pode também ser calculado a partir das taxas de retenção do público e da taxa de reservas bancárias. Assim:  $m = (1 + c)/(c + r)$ , onde  $c$  é a porcentagem de moeda manual sobre os depósitos a vista, e  $r$  é a taxa de reservas bancárias sobre os depósitos a vista.

No Brasil, a fórmula utilizada, que leva aos mesmos resultados da anterior, é:  $m = 1/[1 - d(1 - r_1 - r_2)]$ , onde  $d$  é a porcentagem dos depósitos a vista sobre os meios de pagamento,  $r_1$  é a taxa de encaixes (caixa dos bancos comerciais) sobre os depósitos a vista, e  $r_2$  é a taxa de reservas (voluntárias mais compulsórias) sobre os depósitos a vista.

Ressaltamos que o multiplicador monetário não tem nenhuma relação com o multiplicador keynesiano de gastos visto no capítulo anterior. O multiplicador monetário se refere ao mecanismo de multiplicação de moeda (meios de pagamento), enquanto o multiplicador keynesiano diz respeito ao efeito dos gastos sobre o nível de renda (não na moeda), refletindo um efeito na produção real de bens e serviços.

Observando a tabela da página 154, verificamos uma queda no multiplicador da base monetária a partir da implementação do Plano Real, em julho de 1994: de uma média de aproximadamente 1,7 caiu para cerca de 1,2 a 1,3. Isso ocorreu porque uma das principais medidas do Plano foi o aumento da taxa de reservas compulsórias (100% sobre todo o volume de depósitos que excedesse o saldo dos depósitos a vista em 30 de junho de 1994). De uma média entre 0,35 a 0,40 até junho, passou para cerca de 0,70 após essa data.

#### 4. Demanda de moeda

A demanda de moeda pela coletividade corresponde à quantidade de moeda que o setor privado não bancário retém, em média, seja com o público, seja no cofre das empresas, e em depósitos a vista nos bancos comerciais.

O que faz com que as pessoas e empresas retenham dinheiro, que não rende juros, em vez de utilizá-lo na compra de títulos, imóveis etc.? Isto é, quais os motivos ou razões para a demanda de moeda *per se*?

São três as razões pelas quais se retém moeda:

- **Demanda de moeda para transações:** As pessoas e empresas precisam de dinheiro para suas transações do dia-a-dia, para alimentação, transporte, aluguel etc.
- **Demanda de moeda por precaução:** O público e as empresas precisam ter uma certa reserva monetária para fazer face a pagamentos imprevistos ou atrasos em recebimentos esperados.
- **Demanda de moeda por especulação:** Dentro de sua carteira de aplicações (portfólio), os investidores devem deixar uma "cesta" para a moeda, observando o comportamento da rentabilidade dos vários títulos, para fazer algum novo negócio. Ou seja, a moeda, embora não apresente rendimentos, tem a vantagem de ter liquidez imediata, e pode viabilizar novas aplicações.

As duas primeiras razões (transações e precaução) dependem diretamente do nível de renda. É de esperar que, quanto maior a renda (seja das pessoas, seja a renda nacional), maior a necessidade de moeda para transações e por precaução.

Considerando que a taxa de juros, para quem possui moeda, representa um rendimento, isto é, quanto se ganha com aplicações financeiras, há uma relação inversa entre demanda de moeda por especulação e taxa de juros. Quanto maior o rendimento dos títulos (a taxa de juros), menor a quantidade de moeda que o aplicador retém em sua carteira, já que é melhor utilizá-la na compra de ativos rentáveis.

O motivo especulação (e, portanto, a influência da taxa de juros sobre a demanda de moeda) foi outra contribuição de Keynes para a Teoria Macroeconômica. Antes, na chamada Teoria Clássica e Neoclássica, a demanda de moeda era associada apenas à renda nacional, ou seja, só eram considerados os motivos transação e precaução para reter moeda.

## 5. O papel das taxas de juros

A taxa de juros tem um papel estratégico nas decisões dos mais variados agentes econômicos.

Ao nível das empresas, as decisões dos empresários quanto à compra de máquinas, equipamentos, aumentos ou diminuição de estoques, de matérias-primas ou de bens finais, e de montantes de capital de giro, serão determinadas não só pelo nível atual, mas também pelas expectativas quanto aos níveis futuros das taxas de juros. Se as expectativas quanto à trajetória das taxas de juros se tornarem pessimistas, os empresários deverão manter níveis baixos de estoques e mesmo de capital de giro no presente, uma vez que o custo de manutenção desses ativos poderá ser extremamente oneroso no futuro. O nível da taxa de juros também vai afetar as decisões de investimento em bens de capital: se as taxas estiverem elevadas, isso inviabilizará muitos projetos de investimentos, e os empresários optarão por aplicar seus recursos no mercado financeiro.

Os consumidores, por sua vez, exercerão um maior poder de compra à medida que as taxas de juros diminuírem, e o contrário, se as taxas de juros aumentarem. Desse modo, se as autoridades governamentais optam por uma redução do nível da demanda, a taxa de juros tem um importante papel, pois a determinação de seu patamar acabará por influenciar o volume de consumo, notadamente de bens de consumo duráveis, por parte das famílias. Além de representar um aumento do custo do financiamento de bens de consumo, taxas de juros elevadas acarretam também uma diminuição no consumo, porque as pessoas passam a preferir poupança a consumo, e dirigem sua renda não gasta para os bancos, com o intuito de auferirem receitas financeiras.

A fixação da taxa de juros doméstica, por outro lado, está relacionada com a demanda de crédito junto aos mercados financeiros internacionais. Se, por exemplo, tudo o mais constante, a taxa de juros no Brasil se tornar relativamente mais elevada do que a taxa praticada nos Estados Unidos, haverá uma maior demanda de crédito externo por parte das empresas brasileiras comparativamente à situação anterior; o contrário se observará se a taxa de juros diminuir no mercado interno. O movimento de capitais financeiros internacionais está, desse modo, condicionado aos diferenciais de taxas de juros entre os diversos países.

### Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real

As diferenças entre as taxas de juros nominais e as taxas de juros reais merecem uma atenção especial, pois elas têm implicações nas decisões de investimento. As taxas de juros nominais constituem um pagamento expresso em percentagem, mensal, tri-

mestral, anual etc., que um tomador de empréstimos faz ao emprestador em troca do uso de uma determinada quantidade de dinheiro. Se não houver inflação no período, a taxa de juros nominal será igual à taxa de juros real desse mesmo período de tempo.

Contudo, quando há inflação, torna-se importante distinguir a taxa de juros nominal da taxa de juros real. Assim, enquanto a taxa de juros nominal mede o preço pago ao poupador por suas decisões de poupar, ou seja, de transferir o consumo presente para o consumo futuro, a taxa de juros real mede o retorno de uma aplicação em termos de quantidades de bens, isto é, já descontada a taxa de inflação.

A relação entre a taxa nominal de juros, a taxa real e a inflação é dada pela equação de Fisher:

$$(1 + i) = (1 + r)(1 + \pi)$$

onde:

$i$  = taxa nominal de juros;

$r$  = taxa real de juros;

$\pi$  = taxa de inflação.

Tem-se, então, que:

$$(1 + r) = \frac{(1 + i)}{(1 + \pi)}$$

e:

$$r = \frac{(1 + i)}{(1 + \pi)} - 1$$

Como exemplo, vamos supor que a taxa de inflação em um certo mês seja igual a 10,3%. Se a taxa de juros nominal for de 10,8515% nesse mesmo mês, qual será a taxa real de juros? Aplicando-se a fórmula anterior, obtemos 0,05, ou 5% de juros em termos reais nesse mês.

Na legislação brasileira, há duas determinações sobre taxa de juros. A primeira encontra-se no art. 1.262 do Código Civil, que trata de juros *nominais*. A segunda está na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 192, § 3º, fixa o teto de 12% para a taxa de juros *real* (ou seja, a taxa nominal descontada a taxa de inflação). Esse dispositivo constitucional, contudo, até o presente momento não foi regulamentado, devido às dificuldades que as autoridades monetárias encontrariam para gerenciar a dívida pública se as taxas de juros fossem limitadas a esse percentual.

## 6. Moeda, nível de atividade e inflação: interligação entre o lado real e o lado monetário da economia

No capítulo anterior analisamos o mercado de bens e serviços (lado real) e destacamos o papel dos instrumentos fiscais (tributação e gastos públicos) e sua aplicação no equacionamento de questões econômicas como desemprego e inflação. Mostraremos

agora como os instrumentos de política monetária podem ser utilizados na solução dessas questões. A base para essa análise é a chamada Teoria Quantitativa da Moeda, que passamos a discutir.

### 6.1. Teoria Quantitativa da Moeda

Existe uma relação direta entre o volume de moeda no sistema econômico e o lado real da economia, ou seja, há uma correspondência entre o total dos meios de pagamentos num sistema econômico e o valor global dos bens e serviços transacionados.

Para entender como se dá a correspondência entre moeda, nível de atividade e inflação, precisamos de um novo conceito, o de velocidade-renda da moeda.

A *velocidade-renda da moeda* é o número de vezes em que o estoque de moeda passa de mão em mão, num certo período, gerando produção e renda. É o número de giros da moeda, criando renda. É dada pela expressão:

$$V = \frac{\text{PIB nominal}}{\text{Saldo dos meios de pagamento (M)}}$$

Supondo um PIB nominal (ou PIB monetário, igual ao PIB real vezes o nível geral de preços) igual a \$ 500 bilhões, e um saldo de meios de pagamento de \$ 100 bilhões,

$$V = \frac{\$ 500 \text{ bilhões}}{\$ 100 \text{ bilhões}} = 5$$

Isso significa que o estoque de moeda de \$ 100 bilhões girou cinco vezes no período, criando \$ 500 bilhões de renda e produto (PIB). Cada unidade monetária criou cinco unidades de renda.

Na tabela da página 155, na última coluna, temos o comportamento da velocidade-renda da moeda a partir de janeiro de 1994. Notamos uma grande mudança em seu valor a partir de julho de 1994, quando a taxa de inflação caiu substancialmente, após a implantação do Plano Real. Isso ocorreu porque as pessoas diminuíram o giro da moeda, restando mais moeda que não rende juros (*M1*). Ou seja, como a velocidade é a razão entre o PIB nominal e *M1*, *M1* aumentou mais que proporcionalmente em relação ao PIB, o que corresponde a um aumento do grau de monetização da economia (como comentamos anteriormente).

Isto posto, a *Teoria Quantitativa da Moeda*, que mostra a correspondência entre os fluxos real e monetário, é dada pela expressão:

$$MV = Py$$

onde:

*M* = a quantidade de moeda na economia (manual + escritural), isto é, nas mãos do público e das empresas e em depósitos em conta corrente nos bancos comerciais;

*V* = velocidade-renda da moeda;

*P* = nível geral de preços;

*y* = nível de renda nacional real (que é igual ao PIB nominal, deflacionado pelo índice geral de preços, ou seja,  $y = \frac{\text{PIB nominal}}{P}$ ).

O lado esquerdo da equação (*MV*) é explicado a partir do fato de que a quantidade de moeda na economia depende da velocidade com que ela circula. O lado direito da equação (*Py*) mostra que o valor total do PIB nominal será igual à quantidade de bens e serviços finais (PIB real) produzida, vezes o preço dos bens e serviços finais transacionados no período.

Evidentemente, os dois lados da equação são iguais, por definição: a quantidade de moeda multiplicada pelo número de vezes que ela circula, criando renda, é igual ao valor da renda (PIB) criada.

Usando o exemplo anterior, o saldo monetário de \$ 100 bilhões, multiplicando sua velocidade-renda (5), será igual ao próprio PIB monetário de \$ 500 bilhões.

Existem várias teorias sobre os fatores que afetam a velocidade-renda da moeda. Na chamada Teoria Clássica, supõe-se que seja constante a curto prazo, já que depende de fatores que só atuam ao longo prazo — quais sejam, os *hábitos da coletividade* (uso de cartões de crédito, de cheques) e o *grau de verticalização* da economia. O grau de verticalização ocorre quando, por exemplo, as empresas produtoras de bens finais resolvem também produzir alguns componentes (por exemplo, a Ford, na compra da Philco). Evidentemente, a Ford não precisa pagar a Philco em moeda corrente, bastando apenas o registro contábil, o que dispensa o uso de numerário.

Para Keynes, a velocidade-renda da moeda é afetada a curto prazo pelas taxas de juros. Com o aumento do nível das taxas de juros, as pessoas reterão menos moeda, e sua velocidade de giro aumentará (isto é, como o saldo *M* diminui e, a um dado PIB, *V* se eleva). As pessoas procuram livrar-se rapidamente da moeda que não rende juros.

Outros economistas, principalmente os chamados monetaristas, ligados à Universidade de Chicago, consideram que a velocidade-renda da moeda é afetada também pelas expectativas de inflação futura: se as pessoas julgam que a inflação deve aumentar, elas procuram se livrar da moeda, que não rende juros, e seu poder aquisitivo é corroído pela inflação. A velocidade de giro aumentaria, então.

Certamente, as razões que explicam o comportamento da velocidade-renda da moeda constitui um dos principais temas de debates dentro da Teoria Monetária.

### 6.2. Moeda e políticas de expansão do nível de atividade

Suponhamos que a economia esteja operando abaixo do pleno emprego de sua produção potencial.

Como vimos no capítulo anterior, a estratégia adequada, a curto prazo, é estimular a demanda ou procura de bens e serviços de sorte que as empresas tenham compradores para sua produção. Vimos também que a política fiscal de efeito mais rápido é o aumento dos gastos públicos. O governo deve promover também o estímulo ao consumo de bens e serviços e aos investimentos em bens de capital e na ampliação de empresas, através de uma redução da carga tributária. Ainda dentro da política fiscal, as autoridades econômicas devem criar estímulos às exportações (como isenções fiscais, por exemplo).

Agora estamos interessados na contribuição da política monetária para elevar o nível de atividade e de emprego da economia a curto prazo. Evidentemente, trata-se de promover uma *política monetária expansionista*, o que pode ser feito utilizando-se vários instrumentos:

- Aumentar as emissões de moeda, na exata medida das necessidades dos agentes econômicos, para não gerar inflação.
- Diminuir a taxa do compulsório, ou seja, diminuir o percentual dos depósitos que os bancos comerciais devem reter à ordem do Banco Central, o que permitirá elevar o crédito bancário.
- Recomprar títulos públicos no mercado, ou seja, "trocar papel por moeda", o que elevará a quantidade de moeda disponível no mercado.
- Diminuir a regulamentação no mercado de crédito, principalmente nos limites impostos aos prazos de empréstimos, ou no montante do crédito direto ao consumidor etc.

Tais medidas causarão impactos diretos sobre o nível de produto e renda da economia. Em termos da Teoria Quantitativa da Moeda, e supondo que a velocidade-renda ( $V$ ) e o nível de preços ( $P$ ) não se alterem, se tivermos um aumento, por exemplo, de 10% na oferta monetária  $M$ , poderemos esperar um aumento de renda (e do emprego) da mesma magnitude, pois:

$$\begin{array}{ccccccc} M & & V & & = & & P & & y \\ \text{(aumenta 10\%)} & & \text{(constante)} & & & & \text{(constante)} & & \text{(aumenta 10\%)} \end{array}$$

O sentido geral de uma política monetária expansionista é esse. Evidentemente, na prática, não existe em Economia proporcionalidades tão exatas. A expansão da moeda e do crédito devem diminuir a taxa de juros de mercado. Se for válida a hipótese de Keynes de que existe uma demanda especulativa de moeda, parte da expansão monetária ficará retida em mãos dos especuladores, dependendo do nível de taxas de juros, e não será utilizada imediatamente para atividades produtivas.

Por outro lado, precisamos conhecer a *elasticidade dos investimentos em relação às taxas de juros*, isto é, a sensibilidade ou resposta dos investimentos das empresas em relação à taxa de juros de mercado, para verificar qual o impacto final sobre a demanda agregada e sobre o nível de atividade e emprego.

É oportuno salientar que a expansão monetária deve levar ao aumento do nível de renda real  $y$ , mas também pode levar ao aumento de preços  $P$ . Apesar de um desemprego ao nível agregado, alguns setores ou ramos de atividade podem estar operando à plena capacidade. Nesses setores, o estímulo ao aumento da demanda agregada, através de políticas monetárias ou fiscais expansionistas, provocaria apenas aumento do nível de preços, e não da produção e emprego.

### 6.3. A relação entre a oferta monetária e o processo inflacionário

Vamos supor agora uma economia que atravessa um processo de inflação. Veremos como os instrumentos de política monetária podem ser utilizados para debelar ou amenizar o processo.

Definimos no capítulo anterior o hiato inflacionário, onde a demanda agregada de bens e serviços está bastante aquecida, superando a capacidade produtiva da economia, ou a oferta de pleno emprego. É uma típica inflação de demanda.

Em tese, como se trata de uma situação onde a oferta agregada é escassa em relação à demanda, o ideal seria elevar a oferta, e não diminuir a procura. Em termos de política monetária, a oferta pode ser elevada por maior disponibilidade de financiamento à produção e diminuição das taxas de juros, inclusive subsidiadas. Entretanto, como já foi colocado anteriormente, a oferta agregada é relativamente rígida a curto prazo, pois depende de recursos como bens de capital, disponibilidade de mão-de-obra e tecnologia, que requerem um prazo maior para aquisição e posterior maturação, quando a produção se inicia.

Assim, para obter resultados mais rápidos, a política antiinflacionária deve centrar-se mais no controle da demanda agregada. Os instrumentos recomendados de política monetária seriam dirigidos no sentido de "enxugar" os meios de pagamento, tais como:

- a) controle das emissões pelo Banco Central;
- b) venda de títulos públicos, retirando moeda de circulação;
- c) elevação da taxa sobre as reservas compulsórias, diminuindo a disponibilidade dos bancos comerciais de efetuarem empréstimos ao setor privado;
- d) alteração das normas e regulamentação da concessão de créditos, diminuindo os prazos ou aumentando as exigências de contrapartida do comprador no crédito direto ao consumidor.

Recorrendo novamente à Teoria Quantitativa da Moeda, supondo a velocidade-renda e a renda real  $y$  constantes, ao nível de pleno emprego teremos:

$$\begin{array}{ccccccc} M & & V & & = & & P & & y \\ \text{(queda)} & & \text{(constante)} & & & & \text{(queda)} & & \text{(constante)} \end{array}$$

Medidas de controle da demanda agregada, sejam fiscais ou monetárias, só são eficazes se a inflação for de demanda. No caso de um diagnóstico de inflação de custos onde existe uma escassez de oferta devido aos altos custos de produção (a oferta encontra-se abaixo do pleno emprego), apertos monetários e fiscais aprofundam ainda mais o desemprego já existente. Voltaremos a esse ponto no capítulo sobre inflação.

### 6.4. Eficácia das políticas monetária e fiscal

A eficácia das políticas monetária e fiscal pode ser avaliada a partir de sua velocidade de implementação, pelo grau de intervenção na economia e pela importância relativa das taxas de juros e do multiplicador keynesiano.

Quanto à *velocidade de implementação*, já pudemos observar anteriormente que a política monetária é mais eficaz que a política fiscal, pois as decisões das autoridades monetárias normalmente são aplicadas de imediato, enquanto as decisões na área fiscal, de acordo com a Constituição Federal, devem passar pelo Poder Legislativo, e só são implementadas no exercício fiscal seguinte, devido ao Princípio da Anterioridade.

Quanto ao grau de intervenção na economia, a política fiscal é mais profunda que a política monetária. Uma alteração numa alíquota de impostos, ou a criação de novos impostos, por exemplo, afeta muito mais o setor privado do que qualquer política monetária (que sempre deixa um grau de liberdade para o setor privado para tomada de decisões).

A discussão da eficácia das políticas econômicas também depende do papel da taxa de juros — em particular, na sensibilidade (elasticidade) dos investimentos privados e na demanda de moeda especulativa em relação à taxa de juros — e do multiplicador keynesiano, a saber:

- a) quanto maior a sensibilidade dos investimentos em relação à taxa de juros, maior a eficácia da política monetária. Por exemplo, uma política monetária expansionista tende a diminuir o custo do dinheiro (e, portanto, da taxa de juros). Se os investidores forem sensíveis a essa queda dos juros, tenderão a aumentar seus investimentos, com o conseqüente aumento da demanda agregada e do nível de produto e renda;
- b) quanto maior a sensibilidade da demanda especulativa relativamente à taxa de juros, menor a eficácia da política monetária. Supondo novamente uma política monetária expansionista, e a conseqüente queda dos juros, pode ocorrer que a maior parte da moeda fique nas mãos dos especuladores, já que a rentabilidade dos títulos está baixa (juros baixos) e eles esperam que deva melhorar no futuro (por isso guardam moeda para especulação). Keynes imaginou uma situação, inclusive, em que toda a moeda adicional iria para especulação. A essa situação ele denominou *armadilha da liquidez*, onde a política monetária é totalmente ineficaz (e a única política econômica adequada seria a política fiscal);
- c) quanto maior o valor do multiplicador keynesiano de gastos, maior a eficácia da política fiscal. Por exemplo, dada uma expansão dos gastos públicos, ou investimentos, ou redução da carga fiscal, o impacto sobre o nível de atividade e emprego seria mais poderoso quanto maior o efeito multiplicador.

A questão da eficácia das políticas monetárias e fiscais está no cerne do debate entre os *fiscalistas* ou *ativistas*, ou ainda *keynesianos*, e os *monetaristas* ou *neoclássicos*, principalmente nos Estados Unidos. Os fiscalistas são mais intervencionistas, e consideram que a demanda de moeda e de investimentos é altamente sensível (elástica) a variações na taxa de juros de mercado. Os fiscalistas enfatizam o papel do mecanismo multiplicador keynesiano, enquanto os monetaristas são liberais, adeptos de uma economia de mercado, com o mínimo de intervenção do Estado na atividade econômica, e não dão tanto destaque ao papel da taxa de juros.

## 7. O sistema financeiro

Para se avaliar o grau de desenvolvimento de um determinado país, há vários indicadores econômicos. Um deles, sem dúvida alguma, é o tamanho e a diversificação de seu sistema financeiro. Um sistema financeiro forte e bem diversificado é uma condição necessária para atrair poupanças, sejam estas nacionais ou estrangeiras.

Com o crescimento econômico, inúmeros agentes vislumbram possibilidades de ganhos em determinados setores da produção. Pelo fato de não possuírem os recursos necessários para montar seus negócios, buscam junto aos intermediários financeiros os montantes requeridos para poder iniciar o processo de produção desejado.

Essa decisão, embora seja hoje bastante corriqueira, levou muitos anos para se consolidar. Isso porque ela pressupõe, de um lado, a existência de unidades econômicas que apresentam balanços com superávit, ou seja, que possuem gastos menores do que os rendimentos recebidos, e, de outro, que os agentes econômicos confiam no papel exercido pelos intermediários financeiros.

A pré-condição para o estabelecimento da intermediação financeira é a existência, de um lado, de agentes econômicos superavitários (poupadores) — dispostos a transformar suas disponibilidades monetárias em ativos financeiros, sujeitando-se aos riscos de mercado, com o fim de obter retornos reais positivos — e, de outro, de agentes econômicos deficitários (investidores) — com disposição para financiar seus déficits aos custos de mercado. Podemos entender o sistema financeiro como sendo um fundo no qual as unidades deficitárias retiram recursos, enquanto as superavitárias os depositam.

Na verdade, o fato de haver agentes superavitários implica a possibilidade de geração de poupança, que é condição necessária para o crescimento econômico, embora não suficiente; agora, a existência de agentes deficitários, cuja necessidade de obtenção de recursos deriva de sua vontade de incorrer em gastos com bens de capital, demarca a criação de investimentos, condição suficiente para o crescimento econômico.

Assim, sem um sistema eficiente de intermediação financeira, o objetivo do crescimento econômico e o do aprimoramento das condições de vida da sociedade ficam comprometidos, uma vez que passa a existir uma obstrução à indispensável transformação da poupança em investimentos produtivos.

Devemos entender por eficiência do sistema financeiro sua capacidade de viabilizar a realização de financiamentos de curto, médio e longo prazos, sob condições de minimização de riscos e de atendimento aos desejos e necessidades dos agentes superavitários — que determinam oferta de recursos — e dos agentes deficitários — que materializam a demanda de recursos.

### 7.1. Os segmentos do sistema financeiro

No que diz respeito às suas finalidades e às instituições que as praticam, as operações do sistema financeiro podem ser agregadas em quatro grandes mercados:

#### Mercado Monetário

Nesse segmento são realizadas as operações de curtíssimo prazo com a finalidade de suprir as necessidades de caixa dos diversos agentes econômicos, entre os quais se incluem as instituições financeiras. A oferta de liquidez nesse mercado é afetada pelas operações de mercado aberto, executadas pelo Banco Central. Exemplos: Fundo-Ouro, *open market*, *hot-money*, CDI etc.

### Mercado de Crédito

Nesse mercado são atendidas as necessidades de recursos de curto, de médio e de longo prazos, principalmente oriundas da demanda de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis e da demanda de capital de giro das empresas. A oferta, no mercado de crédito, é determinada fundamentalmente pelas instituições bancárias. Exemplos: crédito rápido, desconto de duplicatas, PASEP, giro etc.

Em linhas gerais, os financiamentos de longo prazo (investimentos) são atendidos por instituições oficiais de crédito, principalmente pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Exemplo: Finame.

### Mercado de Capitais

Esse segmento supre as exigências de recursos de médio e de longo prazos, principalmente com vistas à realização de investimentos em capital. A geração de oferta, nesse mercado, é feita por instituições não bancárias, dentre as quais se destacam as bolsas de valores, por sua importância vital para o crescimento econômico e para a democratização do capital. Exemplos: compra e venda de ações, debêntures etc.

### Mercado Cambial

Nele são realizadas a compra e a venda de moeda estrangeira, para atender a diversas finalidades, como a compra de câmbio, para a importação; a venda, por parte dos exportadores; e venda/compra, para viagens e turismo. As operações no mercado cambial são realizadas pelas instituições financeiras — bancos e casas de câmbio — autorizadas pelo Banco Central.

Há, complementarmente a essa classificação, duas outras, a saber:

### Mercados Primários e Secundários

Os mercados primários são aqueles em que se realiza a primeira compra/venda de um ativo recém-emitido; os mercados secundários caracterizam-se por negociarem ativos financeiros já negociados anteriormente.

### Mercados a Vista, Futuros e de Opções

Os mercados a vista negociam apenas ativos com preços a vista; os mercados futuros negociam os preços esperados de certos ativos e de mercadorias para determinada data futura; os mercados de opções negociam opções de compra/venda de determinados ativos em data futura.

## 7.2. Estrutura do sistema financeiro

A estrutura do sistema financeiro pode ser subdividida em dois subsistemas: normativo e operativo.

### Subsistema Normativo

- Conselho Monetário Nacional — CMN
- Banco Central do Brasil — Bacen
- Comissão de Valores Mobiliários — CVM

### Subsistema Operativo

#### Instituições Bancárias (Públicas e Privadas)

- Bancos comerciais
- Caixas econômicas

#### Instituições Não Bancárias (Públicas e Privadas)

- Bancos de investimentos
- Bancos de desenvolvimento
- Companhias de desenvolvimento
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento
- Sociedades de crédito imobiliário
- Associações de poupança e empréstimo
- Companhias seguradoras

#### Instituições Auxiliares (Públicas e Privadas)

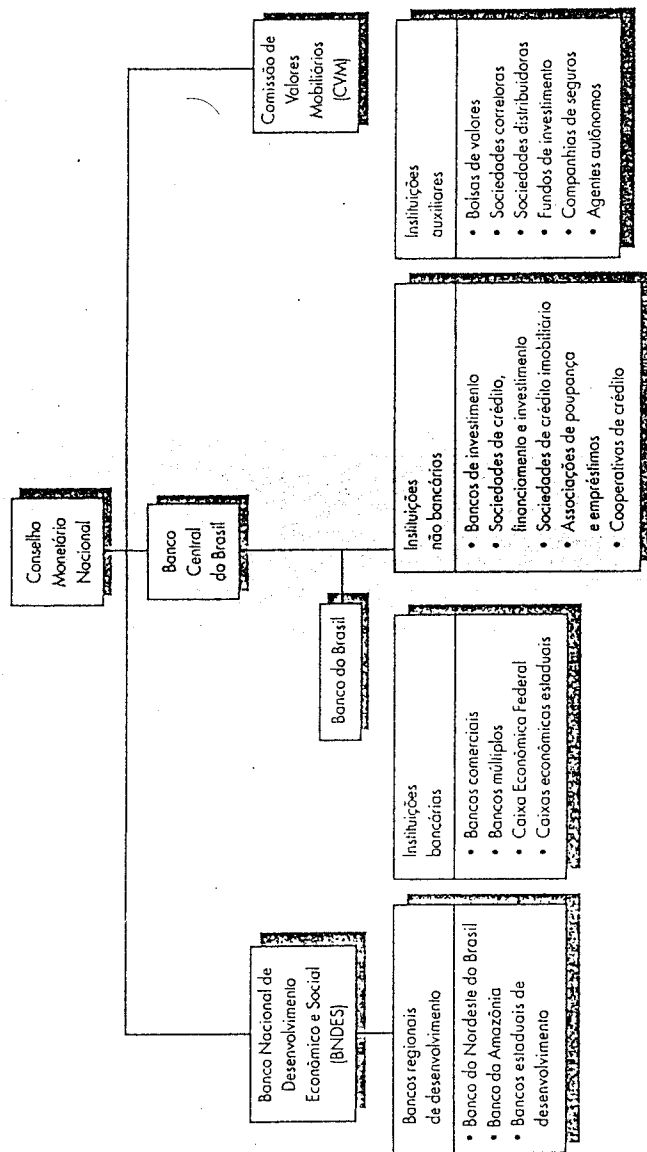
- Bolsas de valores (de ações, futuros e commodities)
- Sociedades corretoras
- Sociedades distribuidoras
- Agentes autônomos de investimentos
- Outros (leasing, factoring, cobrança, análise e cadastramento)

#### Agentes Especiais

- Banco do Brasil (BB)
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

No Apêndice detalhamos o papel dos principais agentes do sistema. O quadro a seguir sintetiza o sistema financeiro do Brasil.

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



### 7.3. Os intermediários financeiros do Brasil: breve histórico

#### Período 1945-1965

O crescimento econômico do país observado nesse período, bem como a existência de uma inflação crônica e ascendente, propiciou uma acentuada expansão dos intermediários financeiros.

Criou-se a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) como órgão normativo. Foram criados também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco da Amazônia e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul. Houve, por sua vez, e de forma autônoma, um crescimento das companhias de crédito, financiamento e investimento ao longo desse período.

#### Período das Reformas (1964-1965)

Nesse período promoveram-se reformas importantes na economia brasileira. Destacam-se: a criação de um sofisticado esquema de incentivos fiscais à exportação, a reforma tributária, a reforma bancária e a reforma do mercado de capitais.

A área financeira sofreu mudanças profundas desde 1964; isso porque, apesar de todo o desenvolvimento do período anterior, até meados dos anos 60 o mercado financeiro consistia basicamente no mercado bancário, especializado em empréstimos de curto prazo, em decorrência da inflação crônica e ascendente e da limitação imposta às taxas de juros pela lei da usura (Dec. n. 22.626, de 7-4-1933).

Por meio da Lei n. 14.380, de 21-8-1964, criou-se o Banco Nacional da Habitação (BNH, extinto pelo Dec.-Lei n. 2.291, de 21-11-1986 e incorporado à Caixa Econômica Federal — CEF) e institucionalizou-se o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Já a Lei n. 4.595, de 31-12-1964, dispôs sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional. O Sistema Financeiro Nacional (SFN), de acordo com o art. 1º da lei, passou a ser constituído pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais instituições financeiras públicas e privadas.

A Lei n. 4.728, de 14-7-1965, disciplinou o mercado de capitais no Brasil e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento. Em seu art. 1º, essa lei estabelece que os mercados financeiros e de capitais serão disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

A idéia da reforma era abrir a economia brasileira, de modo a acoplá-la ao sistema financeiro internacional e com isso internalizar parte da excessiva liquidez que existia nos mercados financeiros externos, de modo a dirigi-la para financiar a produção dos vários setores de atividade doméstica.

Ao mesmo tempo, com a criação do mecanismo da correção monetária, implantado em 1964, criaram-se as condições para que os agentes econômicos pudessem manter suas poupanças junto aos intermediários financeiros sem o risco de vê-las depreciadas pela ação da taxa de inflação (Lei n. 4.380, de 21-8-1964).

Um dos objetivos básicos da correção monetária, quando plena, foi eliminar a necessidade de se antecipar corretamente a taxa de inflação, pois os contratos, ao terem embutidas cláusulas de indexação, passaram a estipular taxas de juros reais em vez de taxas de juros nominais.

#### Período de Concentração Bancária (1968-1974)

A partir de 1968 observou-se um movimento de formação de conglomerados financeiros médios e grandes na economia brasileira. Evidenciou-se, a partir dessa data, uma reversão na tendência de se criarem instituições especializadas, conforme era a característica dos anos imediatamente anteriores.

Esse movimento foi consequência dos efeitos da política econômica do PAEG (Programa de Ação Econômica de Governo) quando a taxa de inflação, situada em torno de 100% em 1964, passou para cerca de 35% em 1967. Com a queda na taxa de inflação, muitos bancos se tornaram deficitários, devido à perda do imposto inflacionário, o que provocou sua absorção por outras empresas bancárias superavitárias, dentro de um processo de fusões e incorporações.

A ação das autoridades monetárias foi a de facilitar o processo de fusões e incorporações, uma vez que limitaram a concessão de cartas-patentes para a abertura de novos bancos e agências, o que condicionou o tamanho da rede bancária. Entretanto, elas permitiram que os bancos existentes pudessem transacionar cartas-patentes entre si, uma vez que entendiam que o sistema bancário naquela ocasião deveria contar com empresas de maior porte e, portanto, com menores custos administrativos.

Como consequência desse conjunto de fatores observou-se, ao longo do período 1968-1974, uma diminuição gradativa do número de bancos, passando de 338 (1960) para 216 (1968), 155 (1971) e 109 (1974). Hoje há cerca de 240 bancos entre comerciais e múltiplos.

#### Criação e Regulamentação dos Bancos Múltiplos (1988)

Através da Constituição de 1988 procurou-se promover a concorrência no setor financeiro, visando facilitar a entrada de novas instituições nessa área. Foi dado um prazo de cinco anos para que todas as instituições existentes pudessem se reorganizar e para que se transformassem em bancos múltiplos.

O Conselho Monetário Nacional regulamentou a matéria, e o Banco Central do Brasil resolveu, através da Resolução 2.099, de 20-8-1994, que o banco múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: I — comercial; II — de investimento e/ou desenvolvimento, a última exclusiva para bancos oficiais; III — de crédito imobiliário; IV — de crédito, financiamento e investimento; V — de arrendamento mercantil.

## 8. Indicadores do comportamento monetário no Brasil

Período	Grau de monetização (1)	Multiplicador da base monetária			Velocidade-renda da moeda (5)
		Taxa de retenção do público (2)	Taxa de reservas bancárias (3)	Multiplicador da base monetária (4)	
1994 Jan.	0.05	0.61	0.39	1.61	75.7
Fev.	0.05	0.65	0.36	1.68	70.8
Mar.	0.05	0.58	0.36	1.68	81.8
Abr.	0.05	0.55	0.33	1.76	79.0
Mai.	0.05	0.56	0.38	1.66	75.5
Jun.	0.05	0.57	0.36	1.69	64.3
Jul.	0.07	0.52	0.46	1.55	45.4
Ago.	0.08	0.58	0.60	1.34	38.6
Ser.	0.10	0.56	0.64	1.30	32.1
Out.	0.10	0.51	0.68	1.27	31.2
Nov.	0.10	0.56	0.74	1.20	29.8
Dez.	0.13	0.56	0.73	1.21	23.6
1995 Jan.	0.10	0.60	0.78	1.16	30.2
Fev.	0.11	0.56	0.74	1.20	28.4
Mar.	0.09	0.69	0.78	1.15	34.1
Abr.	0.09	0.61	0.72	1.21	34.8
Mai.	0.08	0.57	0.75	1.19	37.9
Jun.	0.09	0.61	0.72	1.21	35.7
Jul.	0.08	0.73	0.70	1.21	36.0
Ago.	0.08	0.71	0.68	1.23	35.7
Ser.	0.08	0.69	0.63	1.28	33.3
Out.	0.09	0.65	0.66	1.26	32.2
Nov.	0.09	0.69	0.64	1.27	29.6
Dez.	0.12	0.74	0.62	1.28	23.0

Fonte: Banco Central do Brasil

- Notas: (1) Relação entre M1 e M4 (saldos ao final do mês).  
 (2) Razão entre moeda em poder do público e depósitos a vista nos bancos comerciais (médias mensais).  
 (3) Razão entre o caixa dos bancos comerciais mais reservas bancárias e os depósitos a vista dos bancos comerciais (médias mensais).  
 (4) Relação entre o saldo dos meios de pagamento (M1) e a base monetária (B) (médias mensais).  
 (5) Relação entre Produto Interno Bruto (PIB) e o saldo dos meios de pagamento (M1) (saldos ao final do mês).

## APÊNDICE

### Estrutura do sistema financeiro nacional

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 192, incisos I a VIII, o sistema financeiro estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

- a) autorização para o funcionamento de instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;
- b) a organização, o funcionamento e as atribuições das instituições financeiras públicas e privadas.

Segundo o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 192, no tocante ao capital estrangeiro, são vedados: I — a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior. II — o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior". Em seu parágrafo único tem-se "a vedação a que se refere este Artigo não se aplica às autoridades resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro".

O Sistema Financeiro Nacional possui dois subsistemas: o *normativo* e o da *intermediação financeira*. No primeiro encontram-se as autoridades monetárias: o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e tem como finalidade formular a política de moeda e do crédito objetivando o progresso econômico e social do país (art. 2º da Lei n. 4.595, de 31-12-1964).

O Banco Central do Brasil, por meio de resoluções, circulares e instruções, decorrentes das decisões do Conselho Monetário Nacional, fiscaliza, controla e regula a atuação dos intermediários financeiros.

No subsistema da intermediação financeira existem instituições bancárias e não bancárias. As primeiras são constituídas pelos bancos comerciais e também pelo Banco do Brasil, que deixou de ser autoridade monetária.

As demais instituições de intermediação, além dos bancos comerciais, completam o sistema financeiro brasileiro. É o caso do Sistema Financeiro da Habitação, que, com a extinção do Banco Nacional da Habitação (criado em 1964), tem na Caixa Econômica Federal (CEF) seu órgão máximo, estando, porém, atrelada às decisões do Conselho Monetário Nacional.

No Sistema Financeiro da Habitação encontram-se também as demais caixas econômicas e as sociedades de crédito imobiliário (Lei n. 4.380, de 21-8-1964). As caixas

econômicas estaduais, diz o art. 24, da Lei n. 4.595, foram equiparadas, no que couber, à Caixa Econômica Federal.

Destacam-se, também, os bancos de desenvolvimento, sendo o BNDES a principal instituição financeira de investimentos do governo federal, nos termos das Leis n. 1.628, de 20-6-1952, e 2.973, de 26-11-1956. O BNDES foi criado na década de 50, juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia. Antes da década de 60, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo-Sul. Mais tarde foram criados bancos estaduais de desenvolvimento, atuando para o fomento das atividades econômicas do país e, em particular, do Estado-sede.

Os bancos de investimento, por sua vez, tiveram sua base legal estabelecida pela Lei n. 4.278/65, em seu art. 29. Estabeleceu a lei a competência ao Banco Central para autorizar a constituição de bancos de investimento de natureza privada, cujas operações e condições de funcionamento são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional.

Essas instituições foram criadas para canalizar recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo e de giro das empresas. Elas operam em um segmento específico do sistema da intermediação financeira.

De maneira geral, são as seguintes as operações dos bancos de investimento:

- a) efetuar empréstimos, a prazo mínimo de 1 ano, para financiamento de capital fixo e de giro das empresas;
- b) adquirir ações, obrigações ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais (operações de *underwriting*);
- c) repassar empréstimos obtidos no exterior;
- d) prestar garantias em empréstimos no país ou provenientes do exterior;
- e) repassar recursos de instituições oficiais no país, notadamente programas especiais, tais como: Finame, Fipeme, Pis etc.

Por sua vez, as companhias de crédito, financiamento e investimento começaram a surgir espontaneamente no pós-guerra, em função da mudança observada na estrutura de produção do país, que se tornou mais complexa, notadamente após a década de 60.

Essa alteração na estrutura de produção teve de ser acompanhada de uma estrutura creditícia adequada, em face dos novos prazos de produção e financiamento das vendas dos bens de consumo duráveis, exigidos pelas condições de mercado. Ocorreu, porém, que a estrutura de crédito vigente não poderia, de forma adequada, atender a esse novo tipo de demanda de crédito a médio e longo prazos. O processo inflacionário atingia níveis bastante elevados, o que ocasionava, além de outras conseqüências, sérias distorções na aplicação dos recursos poupados pelas unidades com superávits.

Desse modo, a saída foi a expansão das financeiras, muitas delas pertencentes a grupos financeiros, que conseguiam se ajustar à demanda de crédito, que exigia prazos mais dilatados do que os proporcionados pelo sistema bancário.

### As instituições do Sistema Monetário

Por ser o subsistema monetário o núcleo básico de nossa análise, torna-se necessário examiná-lo mais detalhadamente. Destacamos que ele é composto pelas autoridades monetárias, bancos comerciais privados e públicos. Cabe agora detalhar as funções de cada uma dessas instituições.

#### Conselho Monetário Nacional (CMN)

Como salientado, o Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo de todo o sistema financeiro nacional. A política do Conselho Monetário Nacional objetivará (art. 3º da Lei n. 4.595):

- a) adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
  - b) regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
  - c) regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do país, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira.
- Deverá, também:
- d) orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
  - e) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas a maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
  - f) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
  - g) coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

#### Banco Central do Brasil (Bacen)

Compete ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central do Brasil é o órgão executor da política monetária, além de exercer a regulamentação e fiscalização de todas as atividades de intermediação financeira do país.

Compete, privativamente, ao Bacen, entre outras atribuições (art. 10, da Lei n. 4.595):

- a) determinar o recolhimento de até 100% do total dos depósitos a vista e de até 60% de outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de Letras ou Obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através do recolhimento em espécie. Esses percentuais poderão ser diferentes, dependendo da região geoeconômica, da natureza da instituição financeira e das prioridades que atribuir às aplicações;

- b) receber os depósitos compulsórios tratados no item a e, ainda, os depósitos voluntários a vista das instituições financeiras.

Compete-lhe também:

- c) realizar operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias;
- d) exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- e) efetuar o controle dos capitais estrangeiros, nos termos da lei.

Também é de sua competência:

- f) conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam funcionar no país; instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive, no exterior; ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas; praticar operações de crédito e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;
- g) estabelecer, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais.

Deve-se lembrar que, quanto à emissão de moeda, a competência é da União, conforme determina o art. 21, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal (CF, art. 48, XIV). A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

Quanto a empréstimos concedidos pelo Banco Central ao Tesouro Nacional, diz o art. 164, §§ 1º a 3º, que é vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. As disponibilidades da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

#### Banco do Brasil (BB)

Até fevereiro de 1986, o Banco do Brasil era parte integrante das autoridades monetárias. Após o Plano Cruzado, entretanto, o Banco do Brasil deixou de ser autoridade monetária ao perder a conta "movimento" que lhe permitia sacar, a custo zero, volumes monetários contra o Tesouro Nacional e, com essa massa monetária, atender, notadamente, as demandas de crédito do setor estatal.

#### Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Essa comissão possui caráter normativo. Sua principal atribuição é fiscalizar as bolsas de valores e a emissão de valores mobiliários negociados nessas instituições, principalmente ações e debêntures. Compete à CVM, de acordo com a Lei n. 6.385, de 7-12-1976, art. 8º:

- a) regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias expressamente previstas nesta Lei e na Lei das Sociedades por Ações;
- b) fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários — ações, partes beneficiárias e debêntures, os cupões desses títulos, os bônus de subscrição e os certificados de depósito de valores mobiliários.

#### Bancos comerciais

A atividade bancária compreende duas funções básicas: receber depósitos e efetuar empréstimos. Por lei, os bancos comerciais são obrigados a manter reservas obrigatórias iguais a um certo percentual dos depósitos a vista. Esse percentual é fixado pelo Banco Central do Brasil e faz parte dos instrumentos que essa instituição dispõe para controlar os meios de pagamento.

Os bancos comerciais também mantêm substancial volume de títulos federais, estaduais e, em muitos casos, municipais. Mantêm também encaixes voluntários no Bacen, com o intuito de atender a desequilíbrios momentâneos de caixa, em geral provocados pelo serviço de compensação de cheques.

#### Questões para revisão

1. Sobre o conceito de moeda:
  - a) Defina moeda e suas funções.
  - b) Defina moeda fiduciária e moeda lastreada.
2. Com relação aos meios de pagamento:
  - a) Conceitue meios de pagamento.
  - b) Defina  $M1$ ,  $M2$ ,  $M3$  e  $M4$ .
  - c) O que vêm a ser monetização e desmonetização? Qual a relação desses conceitos com a taxa de inflação?
  - d) Dê dois exemplos de criação e dois exemplos de destruição de meios de pagamento.
  - e) O saque de um cheque representa criação ou destruição de meios de pagamento?
3. Sobre oferta e demanda de moeda:
  - a) Quais as funções do Banco Central? Quais os instrumentos de que dispõe para operar a política monetária?
  - b) O que são reservas ou depósitos compulsórios? Qual o efeito de um aumento da taxa de reservas compulsórias sobre a oferta de moeda?
  - c) Por que bancos de investimentos, financeiras e outros intermediários financeiros não podem afetar a oferta de moeda e os bancos comerciais têm essa prerrogativa?
  - d) Qual a diferença entre os conceitos de base monetária e meios de pagamento?
  - e) O que vem a ser o multiplicador monetário? De que parâmetros depende?
  - f) Quais as razões que levam a colerividade a demandar ou reter moeda? Quais variáveis afetam essa decisão?

4. Sobre a Teoria Quantitativa da Moeda:
  - a) Defina Teoria Quantitativa da Moeda.
  - b) Defina velocidade-renda da moeda. Qual seu comportamento a curto prazo, de acordo com a Teoria Clássica e com a Teoria Keynesiana?
  - c) Como as expectativas de inflação futura podem afetar a velocidade-renda da moeda?
  - d) Supondo a velocidade-renda da moeda constante e uma economia com desemprego de recursos produtivos, mostre o efeito de uma política monetária expansionista sobre o nível geral de preços e a renda real da economia.
5. Coloque-se na posição de uma autoridade monetária e apresente dois instrumentos de política monetária para cada um dos objetivos a seguir:
  - a) expansão do nível de atividade;
  - b) política antiinflacionária.

# O SETOR EXTERNO

# 12

## 1. Introdução

Atualmente, ao menos do ponto de vista econômico, o mundo se apresenta crescentemente interligado, seja através dos fluxos comerciais, seja através dos fluxos financeiros. De modo geral, as relações econômicas internacionais têm posição fundamental para a maioria dos países, inclusive o Brasil. A partir dessa constatação, o estudo da chamada "Economia Internacional", como um ramo específico da Teoria Econômica, ganhou destaque. Dentro do ramo da Economia Internacional, costuma-se dividir as questões teóricas em dois grandes blocos: os aspectos microeconômicos, ou a Teoria do Comércio Internacional, que procura justificar os benefícios para cada país, advindos do comércio internacional; e os aspectos macroeconômicos, relativos à taxa de câmbio e ao balanço de pagamentos, que trataremos nos tópicos seguintes.

## 2. Fundamentos do comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas

O que leva os países a comercializarem entre si? Esta é a questão básica a ser respondida. Muitas explicações podem ser levantadas, como a diversidade de condições de produção, ou a possibilidade de redução de custos (a obtenção de economias de escala) na produção de determinado bem vendido para um mercado global. Os economistas clássicos forneceram a explicação teórica básica para o comércio internacional através do chamado *Princípio das Vantagens Comparativas*.

O *Princípio das Vantagens Comparativas* sugere que cada país deva se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor). Esta será, portanto, a mercadoria a ser exportada. Por outro lado, esse mesmo país deverá importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (cuja produção é relativamente menos eficiente). Desse modo, explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, a partir da qual concretiza-se o processo de troca entre eles.

A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo em 1817. No exemplo construído por esse autor, existem dois países (Inglaterra e Portugal), dois produtos (tecidos e vinho) e apenas um fator de produção (mão-de-obra).

A partir da utilização do fator trabalho, obtém-se a produção dos bens mencionados, conforme o quadro a seguir:

Quantidade de homens/hora para a produção de uma unidade de mercadoria	Tecidos	Vinho
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

Em termos absolutos, Portugal é mais produtivo na produção de ambas as mercadorias. Mas em termos relativos, o custo de produção de tecidos em Portugal é maior que o da produção de vinho, e, na Inglaterra, o custo da produção de vinho é maior que o da produção de tecidos. Comparativamente, Portugal tem vantagem relativa na produção de vinho, e a Inglaterra na produção de tecidos. Segundo Ricardo, os dois países obterão benefícios ao especializarem-se na produção da mercadoria em que possuem vantagem comparativa, exportando-a, e importando o outro bem. Não importa, aqui, o fato de que um país possa ter vantagem absoluta em ambas as linhas de produção, como é o caso de Portugal, no exemplo acima.

Os benefícios da especialização e do comércio podem ser observados ao se comparar a situação sem e com comércio internacional.

Sem comércio internacional, na Inglaterra são necessárias 100 horas de trabalho para a produção de 1 unidade de tecido e 120 horas para a produção de 1 unidade de vinho. Desse modo, uma unidade de vinho deve custar 1,2 unidade de tecido (120/100). Por outro lado, em Portugal, essa unidade de vinho custará 0,89 unidade de tecido (80/90). Se houver comércio entre os países, a Inglaterra poderá importar 1 unidade de vinho por um preço inferior a 1,2 unidade de tecido, e Portugal poderá comprar mais que 0,89 unidade de tecido vendendo seu vinho.

Assim, por exemplo, se a relação de troca entre o vinho e o tecido for de 1 para 1, ambos os países sairão beneficiados. A Inglaterra em autarquia gastará 120 horas de trabalho para obter 1 unidade de vinho; com o comércio com Portugal, poderá utilizar apenas 100 horas de trabalho, produzir 1 unidade de tecido e trocá-la por 1 unidade de vinho, poupando, portanto, 20 horas de trabalho, que poderiam ser utilizadas produzindo mais tecidos (obtendo, assim, um maior nível de consumo). O mesmo raciocínio vale para Portugal: em vez de gastar 90 horas produzindo 1 unidade de tecido, poderia usar apenas 80 produzindo 1 unidade de vinho e trocá-la no mercado internacional por 1 unidade de tecido, também economizando 10 horas de trabalho.

Desse modo, a Inglaterra deverá se especializar na produção de tecidos, exportando-os e importando vinho de Portugal, que se especializou em tal produção e passou a importar tecidos. Conclui-se, portanto, que dada uma certa quantidade de recursos, um país poderá obter ganhos através do comércio internacional, produzindo aqueles bens que gerarem comparativamente mais vantagens relativas.

A teoria desenvolvida por Ricardo fornece uma explicação para os movimentos de mercadorias no comércio internacional, a partir da oferta ou dos custos de produção existentes nesses países. Logo, os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente menor em relação àqueles existentes, para os mesmos bens, nos demais países exportadores.

Deve-se destacar que a Teoria das Vantagens Comparativas apresenta a limitação de ser relativamente estática, não levando em consideração a evolução das estruturas da oferta e da demanda, bem como das relações de preços entre produtos negociados no mercado internacional, à medida que as economias se desenvolvem e seu nível de renda cresce. Utilizando o exemplo anterior, à medida que crescesse o nível de renda e o volume do comércio internacional, a demanda por tecidos cresceria mais que proporcionalmente à demanda por vinho, e ocorreria uma tendência à deterioração da relação de trocas entre Portugal e Inglaterra, favorecendo este último país.

Como vimos no Capítulo 5, no tópico sobre elasticidade, esta é uma crítica desenvolvida pelos economistas de *visão estruturalista* ou *cepalina*<sup>1</sup>. Segundo essa corrente, os produtos manufaturados apresentam elasticidade-renda da demanda maior que um, e os produtos primários, menor que um, significando que o crescimento da renda mundial provocaria um aumento relativamente maior no comércio de manufaturados, acarretando uma tendência crônica ao déficit no balanço de pagamentos dos países exportadores de produtos básicos ou primários (justamente os países periféricos ou em vias de desenvolvimento).

### 3. Determinação da taxa de câmbio

#### 3.1. Conceito

Quando dois países mantêm relações econômicas entre si, entram necessariamente em jogo duas moedas, exigindo que se fixe a relação de troca entre ambas. A *taxa de câmbio* é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Pode, também, ser definida como o preço da moeda estrangeira (divisa) em termos da moeda nacional. Assim, 1 dólar pode custar 0,97 real, 1 libra pode custar 1,27 real etc.

A determinação da taxa de câmbio pode ocorrer de dois modos: institucionalmente, através de decisão das autoridades econômicas com fixação periódica das taxas (*taxas fixas de câmbio*), ou através do funcionamento do mercado, onde as taxas flutuam automaticamente, em decorrência das pressões de oferta e demanda por divisas estrangeiras (*taxas flutuantes* ou *flexíveis*).

A demanda de divisas é constituída pelos importadores, que precisam delas para pagar suas compras no exterior, uma vez que a moeda nacional não é aceita fora do país,

1. Nome devido à CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, organismo da ONU sediado no Chile, berço da corrente estruturalista, e liderado pelo economista argentino Raul Prebisch.

e pela saída de capitais financeiros. O Banco Central recebe do importador nacional a importância em reais, e troca por moeda estrangeira o valor correspondente.

A oferta de divisas é realizada tanto pelos exportadores, que recebem moeda estrangeira em contrapartida de suas vendas, como através da entrada de capitais financeiros internacionais. Como a divisa não pode ser utilizada internamente, precisa ser convertida em moeda nacional. Isso é feito pelo Banco Central da seguinte forma: recebe dos importadores do exterior a quantia em divisas — dólar, por exemplo —, retendo-as em seus cofres, e paga, ao exportador nacional, em reais, a importância correspondente.

Uma taxa de câmbio elevada significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada. Assim, a expressão *desvalorização cambial* indica que houve um *aumento da taxa de câmbio* — maior número de reais por unidade de moeda estrangeira. Por sua vez, *valorização cambial* significa moeda nacional mais forte, isto é, paga-se menos reais por dólar, por exemplo, e tem-se, em consequência, uma *queda na taxa de câmbio*.

A taxa de câmbio está intimamente relacionada com os preços dos produtos exportados e importados e, conseqüentemente, com o resultado da balança comercial do país. Se a taxa de câmbio se encontrar em patamares elevados, estimulará as exportações, pois os exportadores passarão a receber mais reais pela mesma quantidade de divisas derivadas da exportação; em consequência, haverá maior oferta de divisas. Por exemplo, suponhamos uma taxa de câmbio de 0,90 real por dólar, e que o exportador vendia 1.000 unidades de seu produto a 50 dólares cada. Seu faturamento era de 50.000 dólares, ou 45.000 reais. Se o câmbio for desvalorizado em 10%, a taxa de câmbio subirá para 0,99 real o dólar e, vendendo as mesmas 1.000 unidades, receberá os mesmos 50.000 dólares, só que valendo agora 49.500 reais. Isso estimulará o exportador a vender mais, aumentando a oferta de divisas.

Do lado das importações, a situação se inverte, pois se os preços dos produtos importados se elevam, em moeda nacional (os importadores pagarão mais reais pelos mesmos dólares pagos antes nas importações), haverá um desestímulo às importações e, conseqüentemente, uma queda na demanda por divisas.

Uma taxa de câmbio sobrevalorizada (isto é, a moeda nacional encontra-se valorizada) surte efeito contrário tanto nas exportações como nas importações. Há um desestímulo às exportações e um estímulo às importações.

#### 3.2. A inflação interna e seus efeitos sobre a taxa de câmbio

Até aqui analisamos a paridade cambial sem considerarmos os efeitos da inflação. No entanto, o aumento do nível de preços internos — ocorrência da inflação — provoca uma redução da taxa real de câmbio, ou seja, a taxa nominal permanece a mesma, mas com a inflação gera-se, internamente, uma queda no poder aquisitivo da moeda. Os efeitos da perda de poder aquisitivo são: um desestímulo às exportações, uma vez que o preço do produto exportado não sofre correção equivalente à inflação; e um estímulo às importações, já que os bens importados, ao não serem corrigidos, ficam mais baratos.

Em países com inflação crônica, ocorre um verdadeiro círculo vicioso. O aumento da inflação interna em relação à externa, isto é, da relação entre preços internos e preços externos, encarece os produtos nacionais relativamente aos estrangeiros, piorando o saldo comercial do país com o resto do mundo. Para recuperar as exportações e inibir as importações, o governo desvaloriza o câmbio nominal. Embora desestimule, no geral, a compra de produtos importados, alguns produtos essenciais, como petróleo, não terão sua importação diminuída, mas apenas elevação de seu preço, em moeda nacional. Isso provocará elevação dos custos de produção, que serão repassados aos preços finais, e temos então caracterizada uma inflação de custos. A relação entre preços internos e preços externos se eleva novamente, e o círculo vicioso continua.

### 3.3. Desvalorização real e desvalorização nominal do câmbio

A desvalorização real é igual à desvalorização nominal, menos a taxa de inflação do período. Assim, se a taxa de câmbio variar 20% no mês, mas a inflação alcançar também 20%, teremos apenas uma desvalorização nominal (de 20%), mas não desvalorização real. Só ocorrerá desvalorização real se a desvalorização nominal superar a taxa de inflação. Evidentemente, para efeito de política cambial, e do impacto sobre exportações e importações, é relevante a desvalorização real, e não a nominal.

Rigorosamente, para que ocorra a desvalorização real, não basta a desvalorização nominal superar a taxa de inflação interna. É necessário também que a inflação interna seja superior à inflação internacional (externa). Suponhamos, por exemplo, que não haja desvalorização cambial (nominal) e que a taxa de inflação interna seja de, digamos, 30% no ano. Se a inflação externa for de 30%, a desvalorização real será nula, e nada deve acontecer com o fluxo de exportações e importações, já que a paridade foi mantida. Se a inflação externa for superior a 30%, na realidade houve uma valorização cambial (a taxa de câmbio real caiu, e nossa moeda compra mais divisas); se a inflação externa for inferior a 30%, ocorreu uma desvalorização cambial.

## 4. A atuação governamental no mercado de divisas: políticas externas

Estudou-se anteriormente a determinação da taxa de câmbio pelas forças de mercado — oferta e procura de divisas. No entanto, na maioria dos países, notadamente naqueles em desenvolvimento, faz-se necessária a intervenção do governo no mercado de divisas, dada a instabilidade do balanço de pagamentos nessas economias.

O governo pode atuar através da política cambial ou da política comercial. A política cambial diz respeito a alterações na taxa de câmbio, enquanto a política comercial constitui-se de mecanismos que interferem no fluxo de mercadorias e serviços.

As políticas cambiais mais frequentes são as seguintes:

- Regime de taxas fixas de câmbio: O Banco Central fixa antecipadamente a taxa de câmbio, com a qual o mercado deve operar.
- Regime de taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio: A taxa de câmbio é determinada pelo mercado, através da oferta e da demanda de moeda estrangeira. Na verdade, como já observamos, em quase todos os países o Banco Central é o principal agente tanto na compra como na venda de divisas, o que lhe permite praticamente manter a taxa de câmbio nos níveis em que ele deseja. Esse fato também é chamado de *flutuação suja*, ou *dirty floating*.
- Regime de bandas cambiais: O Banco Central fixa os limites superior e inferior (uma banda) dentro dos quais a taxa de câmbio pode flutuar.

Dentre as políticas comerciais externas, podemos destacar as que se seguem:

- Alterações das tarifas sobre importações: Se a política adotada visar proteger a produção interna, como por exemplo no processo de substituição de importações adotado pela maior parte dos países em desenvolvimento até os anos 70, isso normalmente é feito através da elevação do imposto de importação e de outros tributos e taxas sobre os produtos importados. No caso oposto, com a abertura comercial, ou liberalização das importações, as tarifas sobre produtos importados são diminuídas.
- Regulamentação do comércio exterior: Entraves burocráticos dificultando as transações com o exterior, bem como o estabelecimento de quotas ou proibições às importações de determinados produtos, representam barreiras qualitativas às importações.

As políticas comerciais estão sujeitas às normas estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão que substituiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT — General Agreement on Tariffs and Trade). A função desse órgão é tentar coibir políticas protecionistas e práticas de dumping, ou seja, que um país venda a preços de mercado inferiores a seus custos de produção, que é uma forma de se aumentar a participação nos mercados mundiais.

## 5. Fatores determinantes do comportamento das exportações e importações

Para objetivos de política econômica, é interessante conhecer-se quais os fatores que mais influenciam as exportações e as importações.

### 5.1. Exportações

Por simplificação, consideraremos como moeda estrangeira o dólar. Isso posto, as exportações agregadas são influenciadas, *ceteris paribus*, pelas seguintes variáveis:

- **Preços externos em dólares:** Se os preços de nossos produtos se elevarem no exterior, as exportações nacionais deverão se elevar.
- **Preços internos em reais:** Uma elevação dos preços internos de produtos exportáveis pode desestimular as exportações e incentivar a venda no mercado interno.
- **Taxa de câmbio (reais por dólares):** Como salientamos, o aumento da taxa de câmbio (isto é, uma desvalorização cambial) deve estimular as exportações, seja porque nossos exportadores receberão mais reais pelos mesmos dólares anteriores, seja porque os compradores externos, com os mesmos dólares anteriores, poderão comprar mais produtos nacionais.
- **Renda mundial:** Um aumento da renda mundial certamente estimulará o comércio internacional e, em consequência, as exportações nacionais.
- **Subsídios e incentivos às exportações:** Subsídios e incentivos às exportações, sejam de ordem fiscal (isenções de impostos), sejam de ordem financeira (taxas de juros subsidiadas, disponibilidade de financiamentos etc.), sempre representam um fator de estímulo às exportações.

## 5.2. Importações

Os principais fatores determinantes do comportamento das importações agregadas são os seguintes:

- **Preços externos em dólares:** Se os preços dos produtos importados se elevarem no exterior em dólares, haverá uma retração das importações brasileiras.
- **Preços internos em reais:** Um aumento dos preços dos produtos produzidos internamente incentivará a compra dos similares no mercado externo, elevando as importações.
- **Taxa de câmbio (reais por dólares):** Uma elevação da taxa de câmbio (desvalorização cambial) acarretará uma maior despesa aos importadores, pois pagarão mais reais pelos mesmos produtos antes importados, os quais, embora mantenham seus preços em dólares, exigirão mais moeda nacional por dólar.
- **Renda e produto nacional:** Enquanto as exportações são mais afetadas pelo que ocorre com a renda mundial, as importações estão mais relacionadas à renda nacional. Um aumento da produção e da renda nacional significa que o país está crescendo e que demandará mais produtos importados, seja na forma de matérias-primas, bens de capital ou bens de consumo.
- **Tarifas e barreiras às importações:** A imposição de barreiras quantitativas (elevação das tarifas sobre importações) ou qualitativas (proibição da importação de certos produtos, estabelecimento de quotas ou entraves burocráticos) ocasionam uma inibição nas compras de produtos importados.

A partir das informações disponíveis sobre essas variáveis, torna-se possível estabelecer relações estatísticas que permitem avaliar o efeito de cada uma delas sobre o comportamento das exportações e das importações, direcionando as decisões da política econômica junto ao setor externo da economia.

## 6. A estrutura do balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos é o registro estatístico-contábil de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes do país com os residentes dos demais países.

Desse modo, estão registrados no balanço de pagamentos, por exemplo, todas as exportações e importações do período considerado: os fretes, os seguros, os empréstimos obtidos no exterior etc. Ou seja, todas as transações com mercadorias, serviços e capitais físicos e financeiros entre o país e o resto do mundo.

A contabilidade dessas transações segue as normas gerais de contabilidade geral, utilizando-se o método das partidas dobradas. Todavia, no caso das transações externas, não existe propriamente uma conta Caixa, e, para se contornar tal situação, usa-se uma conta especial denominada Haveres e Obrigações no Exterior (HOE). O processo é o mesmo da contabilidade privada: quando há ingresso de dinheiro na empresa debitamos na conta Caixa. Na contabilização do balanço de pagamentos, quando isso acontece, debitamos na conta Haveres e Obrigações no Exterior. Quando há saída de dinheiro, creditamos HOE.

Exemplos:

Exportações a Vista:

C — Exportações  
D — HOE

Fretes Pagos:

C — HOE  
D — Fretes

A conta "Haveres e Obrigações no Exterior" apresenta três tipos de transações:

- **Divisas (moedas estrangeiras).**
- **Ouro monetário (no comércio internacional, é aceito como meio de pagamentos)<sup>2</sup>.**
- **Direitos Especiais de Saque (DES) (uma espécie de "cheque especial" que os países têm ao FMI, cujo limite varia inversamente com a renda per capita e participação no comércio internacional).**

2. Movimentos de ouro não monetário são transações que as autoridades monetárias do país realizam com os próprios residentes do país. Embora sejam transações entre residentes, por convenção são consideradas transações internacionais e, por isso, fazem parte do balanço de pagamentos.

As compras e vendas internas de ouro entre as autoridades monetárias e os residentes do país são transações equivalentes às exportações e importações de mercadorias e serviços, são movimentos de ouro como mercadoria e, por isso, aparecem na balança comercial como ouro não-monetário. Isso porque as vendas internas de ouro ao Banco Central expandem as reservas internacionais do país, exatamente como a venda de qualquer outra mercadoria.

As compras e vendas internacionais de ouro, entre autoridades monetárias nacionais e estrangeiras, são movimentos oficiais de capital monetário e, por isso, aparecem no balanço de capitais, abaixo da linha, como ouro monetário (dentro da conta Haveres e Obrigações no Exterior).

É oportuno salientar que as contas do balanço de pagamentos referem-se apenas ao fluxo num dado ano, e não indicam o total de endividamento externo e de reservas intermediárias do país (que são estoques). Mas é possível saber a *variação* da dívida externa, obtida pela diferença entre a entrada de empréstimos e financiamentos, e os pagamentos efetuados (amortizações e liquidação de atrasados comerciais). A variação das reservas internacionais, que são as divisas estrangeiras, ouro e DES que estão em poder do Banco Central ou depositados no FMI (Fundo Monetário Internacional), é dada pela conta Haveres e Obrigações no Exterior.

O balanço de pagamentos está dividido em quatro grupos de contas, a saber:

- **Balança Comercial:** Essa conta compreende basicamente o comércio de mercadorias. Se as exportações FOB (free on board, isto é, isentas de fretes e seguros) excedem as importações FOB, temos um superávit no balanço de comércio; caso contrário, temos um déficit.
- **Balanço de Serviços:** Registram-se todos os serviços pagos e/ou recebidos pelo Brasil, tais como: fretes, seguros, lucros, juros, royalties e assistência técnica, viagens internacionais. Os serviços que representam remuneração a fatores de produção externos (juros, lucros, royalties e assistência técnica) são chamados de *serviços de fatores*, e é a própria *renda líquida do exterior*, que vimos em Contabilidade Social (diferença entre o PIB e o PNB). Os *serviços de não-fatores* correspondem aos itens do balanço de serviços que se referem a pagamentos às empresas estrangeiras pela prestação de serviços de fretes, seguros, transporte, viagens etc.
- **Transferências Unilaterais:** Também conhecidas como *conta de donativos*, registram as doações interpais. Os donativos podem ser em divisas (como os que os *dekasseguéis* enviam do Japão ao Brasil) ou em mercadorias.
- **Balanço de Transações Correntes:** O somatório dos balanços comercial, de serviços e de transferências unilaterais resulta no saldo em conta corrente e/ou balanço de transações correntes. Se o saldo do balanço de transações correntes for negativo, temos uma *poupança externa positiva*, pois indica que o país aumentou seu endividamento externo, em termos financeiros, mas absorveu bens e serviços em termos reais do exterior. Se o balanço de transações correntes for positivo, isso indica que enviamos mais bens e serviços para o exterior do que recebemos. Em termos reais, é uma *poupança externa negativa*.

#### Movimento de Capitais ou Balanço de Capitais

Na *conta de capital* aparecem as transações que produzem variações no ativo e no passivo externos do país e que, portanto, modificam sua posição devedora ou credora perante o resto do mundo. Aí são registradas:

- a) as contrapartidas financeiras das exportações e importações de mercadorias e serviços, excetuadas as que se referem a transferências unilaterais;
- b) as transações financeiras puras, ou seja, como ações e quota-parte do capital das empresas, quotas de participação governamental em organismos internacionais, títulos de outros países, empréstimos em moeda etc.

A conta de capital subdivide-se em duas:

- **Movimentos autônomos de capital**, na forma de investimentos diretos de empresas multinacionais, de empréstimos e financiamentos para projetos de desenvolvimento do país e de capitais financeiros de curto prazo, aplicados no mercado financeiro nacional.
- **Movimentos induzidos de capital**, para financiar o saldo do balanço de pagamentos. Inclui as contas Haveres e Obrigações no Exterior, Atrasados Comerciais (quando o país não paga suas obrigações na data de vencimento) e Empréstimos de Regularização do FMI (quando o país tem problemas de liquidez internacional). Ou seja, são as formas pelas quais é financiado o saldo do balanço de pagamentos: ou sai do Caixa, ou toma emprestado, ou deixa de pagar. Esse item é denominado *Financiamento do Resultado*, e corresponde ao saldo do balanço de pagamentos, com o sinal trocado.

Cabe uma observação sobre a rubrica *Erros e Omissões*. É a diferença entre o saldo do balanço de pagamentos e o financiamento do resultado que surge quando se tenta compatibilizar transações físicas e financeiras e as várias fontes de informações (Banco Central, Departamento de Comércio Exterior, Receita Federal etc.). Como o Banco Central tem maior controle sobre o item Financiamento do Resultado, supõe-se seu saldo correto, e joga-se a diferença entre esse item e a soma de Transações Correntes e Movimento de Capitais Autônomos em Erros e Omissões. A regra internacional é admitir para Erros e Omissões um valor de, no máximo, 5% da soma das exportações com as importações.

#### Balanço de Pagamentos

##### A. Balança Comercial (Mercadorias)

- Importações FOB (débito)
- Exportações FOB (crédito)

##### B. Balanço de Serviços

- Viagens internacionais (turismo)
- Transportes (fretes)
- Seguros
- Rendas de capitais (juros, lucros, dividendos e lucros reinvestidos pelas multinacionais)
- Serviços diversos (royalties, assistência técnica)
- Serviços governamentais (embaixadas)

##### C. Transferências Unilaterais (Donativos em Divisas ou Mercadorias)

##### D. Balanço de Transações Correntes ou Saldo em Conta Corrente (Resultado Líquido de A + B + C)

### E. Movimento de Capitais Autônomos ou Balanço de Capitais Autônomos (Transações Monetárias)

- Investimentos diretos líquidos (novas firmas estrangeiras)
- Reinvestimentos (multinacionais já instaladas no país)
- Empréstimos e financiamentos (Banco Mundial, BID, bancos privados e oficiais estrangeiros)
- Amortizações
- Capitais de curto prazo

### F. Erros e Omissões

### G. Saldo do Balanço de Pagamentos (Resultado Líquido de D + E + F)

### H. Financiamento do Resultado ou Financiamento Oficial Compensatório

- Haveres e obrigações no exterior ou contas de caixa (reservas)
- Empréstimos de regularização (FMI)
- Atrasados comerciais

### Exercício

Dadas as seguintes informações sobre o balanço de pagamentos, em milhões de dólares:

Exportações FOB	100
Importações FOB	80
Empréstimos externos recebidos	20
Donativos recebidos em dólares	5
Frete pagos	20
Amortizações pagas	10

pede-se:

- o saldo da balança comercial (BC);
- o saldo da balança de transações correntes (BTC); e
- o saldo do balanço de pagamentos (BP).

### Respostas:

- $BC = \text{Exportações} - \text{Importações} = 100 - 80 = 20$
- $BTC = BC + \text{Balanço de serviços} + \text{Transferências unilaterais} = 20 - 20 + 5 = 5$
- $BP = BTC + \text{Balanço de capitais} = 5 + (20 - 10) = 15$ .

No Apêndice apresentamos um exercício completo, com os principais lançamentos contábeis com partidas dobradas.

US\$ bilhões

### Balanço de Pagamentos — Brasil (1968-1995)

Anos	Balanço comercial		Balanço de serviços (1)		Balanço de transações correntes		Movimento de capitais		Saldo do balanço de pagamentos (2)	(E - C + D)
	Exportação	Importação	Saldo	Juros	Outros serviços	Saldo	Investimentos diretos	Empréstimos - amortizações		
1968	1,9	-1,9	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
1969	2,3	-2,0	0,3	-0,2	-0,4	-0,5	-0,3	0,1	0,8	0,5
1970	2,7	-2,5	0,2	-0,3	-0,6	-0,9	0,2	0,7	0,9	0,5
1971	2,9	-3,2	-0,3	-0,2	-0,9	-1,2	0,3	0,9	1,0	0,5
1972	4,0	-4,2	-0,2	-0,3	-1,1	-1,4	0,2	1,6	1,8	0,5
1973	6,2	-6,2	0,0	-0,5	-1,1	-1,6	0,9	3,1	3,4	2,4
1974	8,0	-12,6	-4,6	-0,6	-1,7	-2,3	0,9	2,6	3,5	2,1
1975	8,7	-12,2	-3,5	-1,2	-1,6	-2,8	0,9	3,1	3,4	2,4
1976	10,1	-12,4	-2,3	-1,8	-1,9	-3,3	0,9	3,3	3,9	0,9
1977	10,1	-12,0	-1,9	-2,1	-2,0	-4,1	0,8	4,5	6,6	0,6
1978	12,6	-13,4	-0,8	-2,7	-2,9	-5,0	0,8	5,6	9,4	0,6
1979	15,2	-18,1	-2,9	-4,2	-3,7	-7,9	0,9	8,5	12,8	0,6
1980	20,1	-23,0	-2,9	-6,3	-3,8	-10,8	1,0	10,5	17,7	0,6
1981	23,3	-22,1	1,2	-2,9	-3,9	-13,0	1,3	12,8	19,7	0,6
1982	23,3	-22,1	1,2	-2,9	-3,9	-13,0	1,3	12,8	19,7	0,6
1983	21,9	-19,4	2,5	-2,9	-3,8	-11,9	1,5	10,5	12,8	0,6
1984	27,0	-13,9	13,1	-10,2	-3,0	-13,2	1,5	10,5	12,8	0,6
1985	25,6	-13,1	12,5	-9,6	-3,3	-12,9	1,4	10,5	12,8	0,6
1986	22,3	-14,0	8,3	-9,1	-0,4	-12,5	1,3	10,5	12,8	0,6
1987	22,2	-15,0	7,2	-8,8	-1,6	-12,7	1,3	10,5	12,8	0,6
1988	33,8	-14,6	19,2	-9,8	-5,3	-15,1	1,1	10,5	12,8	0,6
1989	34,4	-14,6	19,8	-9,8	-5,3	-15,1	1,1	10,5	12,8	0,6
1990	31,4	-18,3	13,1	-10,2	-3,0	-13,2	1,4	10,5	12,8	0,6
1991	31,6	-18,3	13,3	-10,2	-3,0	-13,2	1,4	10,5	12,8	0,6
1992	35,8	-20,6	15,2	-7,2	-4,1	-13,5	1,4	10,5	12,8	0,6
1993	38,8	-25,7	13,1	-8,5	-4,9	-15,3	1,4	10,5	12,8	0,6
1994	43,5	-33,1	10,5	-6,3	-4,1	-15,4	1,4	10,5	12,8	0,6
1995	46,5	-49,7	-3,2	-8,2	-5,4	-17,8	1,4	10,5	12,8	0,6

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Inclui donativos.  
(2) A diferença observada entre o saldo do balanço de pagamentos (E) em relação à soma dos itens C e D refere-se a erros e omissões.

## 7. O balanço de pagamentos no Brasil

Como vimos anteriormente, um déficit em conta corrente (isto é, no balanço de transações correntes) significa que o país absorveu poupanças externas no valor equivalente, em princípio, a esse excedente de importações sobre as exportações de mercadorias e serviços. Esse ingresso líquido de recursos reais é que permitiu ao país investir internamente, em termos reais, mais do que lhe seria possível se não fosse esse déficit. Reciprocamente, um superávit quer dizer que o país investiu liquidamente no exterior, durante o período, quantia equivalente de recursos.

Em suma, o déficit em conta corrente é a maneira que os países em desenvolvimento têm de captar poupança externa para manter seu nível interno de crescimento. É o caso do Brasil. O quadro ao lado descreve o comportamento do balanço de pagamentos brasileiro desde 1968.

Como se observa, historicamente, a economia brasileira tem apresentado em quase todos os anos uma balança comercial superavitária (exportações maiores que importações), mas um balanço de serviços deficitário, principalmente devido ao pagamento de juros da dívida externa, mas também devido à remessa de lucros e pagamentos de fretes e seguros. Como o saldo negativo do balanço de serviços tem superado, na maior parte das vezes, o saldo positivo da balança comercial e das transferências unilaterais, o balanço de transações correntes tem sido quase sempre negativo. Esse déficit em conta corrente tem sido financiado pela entrada líquida de capitais externos, o que torna o saldo do balanço de pagamentos positivo.

## 8. Organismos internacionais

As grandes guerras mundiais, assim como os conturbados anos da Grande Depressão, que culminaram com a crise dos anos 30, provocaram enormes perturbações na economia de praticamente todos os países e, por conseguinte, nas relações econômicas internacionais. Já ao final da Segunda Guerra Mundial evidenciava-se a necessidade de mudanças no sistema de pagamentos internacionais.

O objetivo de criar-se um *Sistema Monetário Internacional* foi o de viabilizar as transações entre países, estabelecendo regras e convenções que regulassem as relações monetárias e financeiras e não criassem entraves ao desenvolvimento mundial. Nesse sentido define-se o ativo (moeda) de reserva internacional, sua forma de controle, sua relação com as diferentes moedas nacionais (o regime cambial), os mecanismos de financiamento e ajustamento dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos, o grau de movimentação dos capitais privados e o sistema de relações jurídicas que garantem o funcionamento desse mecanismo internacional.

Tais eram as preocupações reinantes nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, quando se via no comércio mundial um importante instrumento para potencializar o desenvolvimento do mundo capitalista.

Na Conferência de Bretton Woods, em 1944, surgiram propostas de remodelagem do sistema monetário internacional e, dentre elas, destacaram-se as do economista inglês John Maynard Keynes. Dessa conferência nasceu um novo sistema monetário internacional, que foi extremamente importante para o reflorescimento do comércio mundial e sobre o qual se baseou o crescimento econômico do pós-guerra.

Dentro desse contexto foram criados os três principais organismos econômicos internacionais do pós-guerra:

- o Fundo Monetário Internacional (FMI);
- o Banco Mundial; e
- a Organização Mundial do Comércio (OMC).

### Fundo Monetário Internacional (FMI)

O Fundo Monetário Internacional, que ainda hoje administra o sistema monetário internacional, foi criado com o objetivo de:

- a) evitar possíveis instabilidades cambiais e garantir a estabilidade financeira, eliminando práticas discriminatórias e restritivas aos pagamentos multilaterais. Nesse sentido, a estabilidade financeira interna e o combate à inflação nos países-membros é uma de suas metas;
- b) socorrer os países a ele associados quando da ocorrência de desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos. Quando esses desequilíbrios ocorressem, o FMI poderia financiá-los com os chamados empréstimos compensatórios. Seus ativos constituíram-se inicialmente de reservas em ouro e em moedas nacionais dos países-membros. Posteriormente, criou-se um novo ativo de reserva internacional, os Direitos Especiais de Saque.

### Banco Mundial

O Banco Mundial, também conhecido por BIRD (*Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*), foi criado com o intuito de auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, posteriormente, para promover o crescimento dos países em vias de desenvolvimento. O Banco tem seu capital subscrito pelos países credores na proporção de sua importância econômica. A partir desse capital, o Banco empresta a taxas reduzidas de juros a países menos desenvolvidos, com o intuito de promover projetos economicamente viáveis e relevantes para o desenvolvimento desses países (especialmente projetos de infra-estrutura). Além disso, o Banco também funciona como avalista de empréstimos efetuados por capitais particulares para esses projetos.

### Organização Mundial do Comércio (OMC)

Alguns anos depois da Conferência de Bretton Woods foi criado o GATT (*Acordo Geral de Tarifas e Comércio*), cujo objetivo básico foi a busca da redução das restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral. Através do GATT procurava-se estruturar um conjunto de regras e instituições que regulassem o comércio internacional e encaminhassem a resolução de conflitos entre os países. Nesse

sentido, o GATT estabeleceu como princípios básicos: a redução das barreiras comerciais, a não-discriminação comercial entre os países, a compensação aos países prejudicados por aumentos nas tarifas alfandegárias e a arbitragem dos conflitos comerciais. O GATT atuou especialmente através de sucessivas rodadas de negociações entre os países envolvidos no comércio internacional e conseguiu, no pós-guerra, reduzir as barreiras impostas a esse comércio. Desde o acordo de Marrakesh, em abril de 1994, o GATT transformou-se na Organização Mundial do Comércio (OMC).

## APÊNDICE

### Principais lançamentos contábeis do balanço de pagamentos

A seguir apresentamos as principais partidas envolvendo transações internacionais. O sinal (-) sempre indicará débitos (saída de divisas), enquanto o sinal (+) sempre significará créditos (entrada de divisas). Isso permitirá a verificação do resultado final de cada conta, sem a necessidade do lançamento num livro do tipo "Razão".

1. O Brasil *exporta* 100 milhões de dólares, recebendo a vista:  
Débito: Haveres e Obrigações no Exterior: - 100 milhões  
Crédito: Exportações: + 100 milhões
2. O Brasil *importa* 50 milhões de dólares, pagando a vista:  
Débito: Importações: - 50 milhões  
Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: + 50 milhões
3. O Brasil recebe financiamento de 100 milhões de dólares, com a concessão de empréstimos vinculada a importação de equipamentos:  
Débito: Importações: - 100 milhões  
Crédito: Empréstimos e Financiamentos: + 100 milhões
4. O Brasil recebe donativos de 50 milhões de dólares, em trigo:  
Débito: Importações: - 50 milhões  
Crédito: Transferências Unilaterais: + 50 milhões
5. Empresa estrangeira traz 50 milhões em equipamentos:  
Débito: Importações: - 50 milhões  
Crédito: Investimentos Diretos: + 50 milhões
6. O país amortiza 50 milhões de empréstimos em dinheiro:  
Débito: Amortizações: - 50 milhões  
Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: + 50 milhões
7. Se a amortização foi feita com exportação de café:  
Débito: Amortizações: - 50 milhões  
Crédito: Exportações: + 50 milhões
8. Firma estrangeira faz reinvestimento no país de 5 milhões. No caso, para efeito de registro, são feitos dois lançamentos, como se o dinheiro tivesse saído e depois voltado:  
Débito: Renda de Capitais: - 5 milhões  
Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: + 5 milhões  
Débito: Haveres e Obrigações no Exterior: - 5 milhões  
Crédito: Reinvestimentos: + 5 milhões

O resultado final dos dois lançamentos acima é:

Débito: Renda de Capitais: - 5 milhões

Crédito: Reinvestimentos: + 5 milhões

9. Uma amortização de 10 milhões de dólares não é paga no dia de seu vencimento:

Débitos: Amortizações: - 10 milhões

Créditos: Atrasados Comerciais: + 10 milhões

10. Um atrasado comercial de 5 milhões é pago em dinheiro:

Débito: Atrasados Comerciais: - 5 milhões

Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: + 5 milhões

11. O Brasil paga 2 milhões de fretes:

Débito: Fretes: - 2 milhões

Créditos: Haveres e Obrigações no Exterior: + 2 milhões

12. O Brasil recebe 7 milhões do FMI para regularizar o saldo negativo do balanço de pagamentos:

Débito: Empréstimos de Regularização: + 7 milhões

Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: - 7 milhões

13. A Petrobrás remete da filial do Equador 3 milhões como parcela de seu lucro da produção de petróleo naquele país:

Débito: Renda de Capitais: + 4 milhões

Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: - 4 milhões

14. O Brasil paga 1 milhão ao exterior a título de royalties:

Débito: Serviços Diversos: - 1 milhão

Crédito: Haveres e Obrigações no Exterior: + 1 milhão

### Exercício

1. Numa economia, durante um determinado ano, efetuaram-se as seguintes transações com o exterior (em dólares):

a) Importação de mercadorias a vista: 350 milhões.

b) Importação de equipamentos: 50 milhões, financiados a longo prazo.

c) Ingressam 20 milhões de dólares em equipamentos para firmas estrangeiras.

d) Exportações a vista: 400 milhões.

e) Pagamentos de fretes, a vista, no valor de 50 milhões.

f) Remessas ao exterior: lucros de companhias estrangeiras (10 milhões), amortizações (30 milhões) e juros (20 milhões).

g) Recebimento de 10 milhões de dólares em donativos.

h) Empréstimo de regularização recebido do FMI: 30 milhões.

Pede-se montar o balanço de pagamentos completo do país.

### Lançamentos Necessários

- a) D: Importações: - 350  
C: Haveres e Obrigações no Exterior: + 350
- b) D: Importações: - 50  
C: Empréstimos e Financiamentos: + 50
- c) D: Importações: - 20  
C: Investimentos Diretos: + 20
- d) D: Haveres e Obrigações no Exterior: - 400  
C: Exportações: + 400
- e) D: Fretes: - 50  
C: Haveres e Obrigações no Exterior: + 50
- f) D: Amortizações: - 30  
C: Haveres e Obrigações no Exterior: + 30  
D: Rendas de Capitais (juros e lucros): - 30 (10 + 20)  
C: Haveres e Obrigações no Exterior: + 30
- g) D: Haveres e Obrigações no Exterior: - 10  
C: Transferências Unilaterais: + 10
- h) D: Haveres e Obrigações no Exterior: - 30  
C: Financiamento da Regularização de Saldo: + 30

### Balanço de Pagamentos

#### A. Balança Comercial

Exportações: + 400

Importações: (-50 - 350 - 20) = - 420

Saldo: - 20

#### B. Balança de Serviços

Fretes: - 50

Rendas de Capitais: - 30

Saldo: - 80

#### C. Transferências Unilaterais

Donativos: + 10

Saldo: + 10

#### D. Balança de Transações Correntes (A + B + C)

Saldo: - 90

#### E. Movimento de Capitais

Investimentos diretos: + 20

Empréstimos e financiamentos: + 50

Amortizações: - 30

Saldo: + 40

**F. Erros e Omissões: 0****G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D + E + F)** Saldo: - 50**H. Financiamento do Resultado**

Haveres e Obrigações no Exterior: + 20

Operações de Regularização: + 30 Saldo: + 50

**Nota:** Quando a conta "Haveres e Obrigações no Exterior" aparece no balanço de pagamentos com sinal (+), isto é, com saldo credor, isso significa uma *diminuição* dos haveres monetários do país com relação ao resto do mundo, ou um aumento de suas obrigações.

**Questões para revisão**

1. Sobre taxas de câmbio:
  - a) Defina taxa de câmbio.
  - b) Defina regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante e flutuação suja.
  - c) Qual a diferença entre variação nominal e variação real?
2. Qual o efeito de uma política de valorização do real frente a outras moedas
  - a) sobre o saldo da balança comercial?
  - b) sobre a oferta e a demanda de divisas estrangeiras?
  - c) sobre os preços domésticos?
3. O que é a Teoria das Vantagens Comparativas? Qual a crítica estruturalista a essa teoria?
4. De que variáveis dependem as exportações e as importações de um país? Indique se essas variáveis são direta ou inversamente relacionadas às exportações e importações.
5. Supondo: superávit comercial de R\$ 5 bilhões, déficit no balanço de serviços de R\$ 7 bilhões, transferências unilaterais positivas de R\$ 2 bilhões e superávit de R\$ 6 bilhões no movimento de capitais autônomos, responda:
  - a) Qual o saldo em conta corrente do balanço de pagamentos?
  - b) Qual o saldo do balanço de pagamentos?

# INFLAÇÃO

13

## 1. Conceito de inflação

A inflação é definida como um aumento persistente e generalizado no índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços, devidas a flutuações sazonais, por exemplo. Esses aumentos devem também ser generalizados estando todos os bens participando dessa escalada altista.

As fontes de inflação costumam diferir em função das condições de cada país, como por exemplo:

- a) tipo de estrutura de mercado (oligopolista, concorrencial etc.), que condiciona a capacidade dos vários setores repassarem aumentos de custos aos preços dos produtos;
- b) grau de abertura da economia ao comércio exterior: quanto mais aberta a economia à competição externa, maior a concorrência interna entre fabricantes, e menores os preços dos produtos;
- c) estrutura das organizações trabalhistas: quanto maior o poder de barganha dos sindicatos, maior a capacidade de obter reajustes de salários acima dos índices de produtividade, e maior a pressão sobre os preços.

A forma mais tradicional para estudar a questão inflacionária é distinguir a inflação provocada pelo excesso de demanda agregada (*inflação de demanda*) da inflação por elevação de custos (*inflação de custos*).

## 2. Inflação de demanda

Refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços.

A probabilidade de ocorrer inflação de demanda aumenta quando a economia está produzindo próximo do pleno emprego de recursos. Nessa situação, aumentos da demanda agregada de bens e serviços, com economia já a plena capacidade, conduzem a elevações de preços, principalmente em setores produtores de insumos básicos.

Um fenômeno associado à inflação de demanda é a chamada *Curva de Phillips*. A partir de dados para o Reino Unido, de 1861 a 1957, essa curva mostra que existe, empiricamente, uma relação inversa (ou *trade-off*) entre taxas de salários nominais (que

podem ser associadas às taxas de inflação) e taxas de desemprego. *Ceteris paribus*, elevações da procura agregada levam as empresas a demandar mais mão-de-obra, ocasionando um aumento de salários monetários (nominais) e redução das taxas de desemprego.

Para combater um processo de inflação de demanda, a política econômica deve basear-se em instrumentos que provoquem uma redução da procura agregada por bens e serviços (redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, arrocho salarial, controle de crédito, aumento da taxa de juros etc.).

### 3. Inflação de custos

A inflação de custos pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. O nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam. Com isso, ocorre uma retração da produção, deslocando a curva da oferta do produto para trás, provocando um aumento dos preços de mercado.

As causas mais comuns dos aumentos dos custos de produção são:

- **Aumentos salariais:** Um aumento das taxas de salários que supere os aumentos na produtividade da mão-de-obra acarreta um aumento dos custos unitários de produção, que são normalmente repassados aos preços dos produtos. Isso ocorre, normalmente, em setores que têm sindicatos com grande poder de barganha.
- **Aumentos do custo de matérias-primas:** Por exemplo, as crises do petróleo da década de 70, ao elevar sensivelmente os preços dessa matéria-prima, provocaram um brutal aumento nos custos de produção, em particular nos custos de transporte e de energia com base no diesel, que forçosamente foram repassados aos preços dos produtos e dos serviços. Os aumentos de preços agrícolas, não sazonais, devido a fatores como geadas, secas etc., também caracterizam uma inflação de custos. Os aumentos de preços de matérias-primas também são conhecidos na literatura econômica como *choques de oferta*.
- **Estrutura de mercado:** A inflação de custos também está associada ao fato de algumas empresas, com elevado poder de monopólio ou oligopólio, terem condições de elevar seus lucros acima da elevação dos custos de produção. Muitos economistas acreditam que o fenômeno da *estagnação* (estagnação econômica com inflação) pode ser devido ao fato de que, mesmo em períodos de queda da atividade produtiva, as firmas com poder oligopolista têm condições de manter suas margens de lucros sobre custos (*mark-up*), ao aumentar o preço de seus produtos finais.

### 4. Efeitos provocados por taxas elevadas de inflação

Poderíamos ser levados a pensar que, se todos os preços se elevassem (impostos, salários, aluguéis, tarifas e preços públicos, preços de bens e serviços) às mesmas taxas, ninguém perderia; ocorreria apenas uma elevação no nível geral de preços, mas não se alterariam os preços relativos. Isso, contudo, não é o que ocorre num processo inflacio-

nário intenso, onde a velocidade de aumento difere entre os vários bens e serviços, e, assim, alguns segmentos são mais onerados que outros. Os efeitos mais perversos do processo inflacionário ocorrem no perfil da distribuição de renda, no balanço de pagamentos, nas finanças públicas e na formação de expectativas.

Uma das distorções mais sérias provocadas pela inflação diz respeito à redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, com prazos legais de reajustes. Nesse caso estão os assalariados, que, com o passar do tempo, vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos, até a chegada de um novo reajuste. Os comerciantes, industriais e o próprio governo têm condições de repassar os aumentos de custos provocados pela inflação, garantindo, assim, a manutenção de sua parcela no produto nacional. Ademais, dentro da categoria assalariada, os que mais sofrem são aquelas famílias de baixo nível de renda. Como todo o salário que recebem destina-se a sua subsistência, elas não têm meios de aplicar seu dinheiro, de forma a se defender da inflação (não têm condições de *indexar* a moeda em seu poder).

Na verdade, são elas, principalmente, que pagam o chamado imposto inflacionário. O *imposto inflacionário* representa uma espécie de taxa que o Banco Central impõe à coletividade, pelo fato de deter o monopólio das emissões. O Banco Central pode pagar dívidas e obrigações simplesmente emitindo mais moeda, ou seja, ele nunca tem perda de seu poder de compra. Mas as pessoas que mantêm moeda que não rendem juros (não indexada) sofrem a corrosão monetária provocada pela inflação elevada. O imposto inflacionário é, assim, um tributo altamente regressivo, pois os mais pobres são os principais atingidos.

A distorção provocada por altas taxas de inflação afeta também o balanço de pagamentos. Como vimos no capítulo anterior, elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumento de preços internacionais, encarecem o produto nacional relativamente ao produzido externamente. Assim, devem provocar um estímulo às importações e um desestímulo às exportações, diminuindo o saldo da balança comercial. Nessas condições, as autoridades, na tentativa de recuperar o saldo comercial, normalmente lançam mão de desvalorizações cambiais, as quais, tornando a moeda nacional mais barata relativamente à moeda estrangeira, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo em que se desestimulam as importações. Entretanto, as importações essenciais, das quais o país não pode prescindir (como petróleo, fertilizantes, equipamentos sem similar nacional), tornar-se-ão inevitavelmente mais caras, pressionando para cima os custos de produção. Fecha-se um verdadeiro círculo vicioso, com nova elevação de preços provocada pelo repasse do aumento dos custos aos preços dos produtos finais.

Outra distorção provocada por altas taxas de inflação dá-se sobre as finanças públicas. Segundo o chamado *Efeito Tanzi* ou *Efeito Olivera-Tanzi*, a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto. Maior a inflação, menor a arrecadação real do governo.

Finalmente, deve ser destacado o efeito que altas taxas de inflação provocam sobre as expectativas da coletividade, ou seja, quanto ao futuro quadro econômico. Particularmente, o setor empresarial é bastante sensível à influência da inflação no que diz respeito

às expectativas sobre o futuro, dada a instabilidade e a imprevisibilidade de seus lucros. O empresário permanecerá em compasso de espera, enquanto a situação perdurar, e dificilmente tomará iniciativas no sentido de aumentar seus investimentos na expansão da capacidade produtiva, o que acabará prejudicando o nível de emprego da economia. É a chamada *inflação de expectativas* ou *inflação psicológica*.

## 5. A política econômica brasileira de combate à inflação

A maior parte das causas da inflação brasileira foi apontada anteriormente do ponto de vista teórico. Como se sabe, a inflação tornou-se crônica na economia brasileira, particularmente a partir dos anos 50.

Ao longo dessa década, o déficit do governo já era, para os economistas, uma das principais causas da inflação. Várias eram as explicações para o surgimento dos déficits governamentais. De um lado, a necessidade de o governo fornecer a infra-estrutura de transportes, energia, saneamento etc., para que o setor privado pudesse produzir o volume de bens e serviços desejados pela sociedade brasileira. De outro, a baixa produtividade dos serviços do governo e a conseqüente ineficiência na aplicação de seus recursos, associadas à impossibilidade de o governo aumentar a carga tributária (e portanto sua receita), dado o baixo nível de renda per capita da população.

Assim, como o governo não podia aumentar os impostos para financiar o desenvolvimento econômico, optou pelas emissões de dinheiro. Com isso gerou-se uma típica inflação de demanda: quanto mais dinheiro circulava, maiores eram as compras, relativamente a uma capacidade produtiva que não tinha condições de crescer no curto prazo.

De 1964 a 1973 a inflação apresentou uma persistente tendência de queda. A política de combate à inflação caracterizou-se em uma primeira fase (1964-1966) por um tratamento de choque: houve uma rígida política monetária, fiscal e salarial que mudou o patamar da inflação de cerca de 100%, em 1964, para perto de 30%, em 1967.

O período de 1968 a 1973 foi o do "milagre" econômico, com elevadas taxas de crescimento obtidas na economia brasileira. Com o crescimento da produção, a taxa de inflação passou de 25,4%, em 1968, para 15,7%, em 1973.

A partir de 1973, a crise do petróleo trouxe repercussões profundas na economia mundial, e, desde essa data, a economia brasileira passou a apresentar taxas de inflação crescentes. Além dos choques do petróleo, outros fatores foram extremamente importantes para explicar a aceleração da taxa de inflação ao longo dos anos 70 e meados dos anos 80:

- a) os elevados gastos públicos com programas de substituição de importações na área de energia, aço, bens de capital e minerais não ferrosos, ocorridos na gestão Geisel;
- b) elevação da dívida externa devido ao aumento tanto do principal (anos 70) como das taxas de juros internacionais (início dos anos 80).

Durante todo o período de 1964-1973, o diagnóstico para as causas da inflação brasileira utilizava a linha *ortodoxa* (hoje chamada de *neoliberal*), que atribuía ao excesso de demanda, associada ao desequilíbrio das contas públicas, a responsabilidade pelo processo inflacionário. O principal mecanismo de política econômica de combate à inflação para essa corrente estava na redução da demanda agregada, através da redução dos gastos do governo (e conseqüente redução do tamanho do Estado), de uma política salarial restritiva e do controle da oferta monetária (razão pela qual os economistas ortodoxos são também chamados *monetaristas*).

A partir de março de 1986, com o governo da Nova República, mudou-se o diagnóstico sobre a inflação brasileira e, conseqüentemente, com novas políticas de combate à inflação. Os pressupostos teóricos eram os de que a economia brasileira se encontrava altamente indexada, ou seja, todos os negócios, contratos etc. eram firmados com base num índice que procurava garantir a correção monetária dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os aumentos de preços eram captados pelo índice e, automaticamente, eram repassados para todos os demais preços da economia, gerando um processo automático de realimentação da inflação. A esse fenômeno auto-alimentador denominou-se *inflação inercial*, ou seja, toda a inflação corrente é uma função da inflação passada. A inflação inercial seria provocada, fundamentalmente, pelos mecanismos de indexação formal (salários, aluguéis, contratos financeiros) e *indexação informal* (preços em geral e impostos, preços e tarifas públicas).

Foi com esse diagnóstico inercialista, que o *Plano Cruzado* procurou romper com esse mecanismo de propagação da inflação, congelando os preços, salários e o câmbio (a chamada *política heterodoxa*), numa tentativa de eliminar a "memória" inflacionária.

O Plano Cruzado teve vida efêmera. Muitas foram suas falhas, a começar pela manutenção do congelamento por um período muito longo (nove meses). Quando foi implantado, os preços relativos encontravam-se fora do equilíbrio, e muitos preços estavam defasados, o que provocou o aparecimento do ágio e a maquiagem de muitos produtos. Por ocasião do descongelamento, no início de 1987, com o chamado Plano Cruzado II, houve uma nova aceleração inflacionária.

Outros planos, como o *Plano Bresser* e o *Plano Verão*, ainda durante o Governo Sarney, e mais tarde o *Plano Collor*, também utilizaram o congelamento de preços e salários para tentar conter o processo inflacionário brasileiro.

O Plano Collor, de março de 1990, foi o mais ousado na prática de inconstitucionalidades, ao promover um bloqueio total nos ativos mantidos pelos agentes econômicos junto às instituições financeiras. O Plano atacou a questão do déficit e os mecanismos de financiamento do setor público; contudo, os demais fatores causadores do processo inflacionário — conflito distributivo e mecanismos de indexação — continuaram a agir. As taxas de inflação pós-Plano continuaram elevadas e, ao final de 1990, tinha-se uma clara idéia de que o conjunto de medidas adotadas havia sido incapaz de promover um efetivo processo de estabilização da economia.

Em 1994, no Governo Itamar Franco, implementou-se o *Plano Real*. Este, por sua vez, representou um avanço em relação aos planos anteriores, reconhecendo que as principais causas da inflação brasileira estavam no desequilíbrio do setor público e nos mecanismos de indexação. Numa primeira etapa procurou-se equilibrar, ao menos para 1994 e 1995, o orçamento público por meio da criação do IPMF (Imposto sobre Movimentação Financeira), que incidia sobre as transações bancárias, e do Fundo Social de Emergência, que desvinculou as receitas federais das destinações para gastos específicos. Numa segunda etapa processou-se à quase total desindexação da economia, através da mudança da moeda: passagem do cruzeiro real para a URV (Unidade Real de Valor) e desta para a nova unidade monetária, o real, de forma muito bem-sucedida. A terceira etapa está na consolidação do Plano, que só ocorrerá se forem implementadas as reformas que visam modernizar a economia, e principalmente o setor público brasileiro: reformas administrativa, fiscal, patrimonial (flexibilização dos monopólios estatais) e da Previdência Social.

#### A Corrente Estruturalista

Nos anos 50 e 60, embora a política adotada pelo governo utilizasse um diagnóstico monetarista da inflação de demanda, em contraposição esteve em evidência, a chamada *corrente estruturalista* ou *cepalina*. Esta supunha que a inflação em países em vias de desenvolvimento é essencialmente causada por pressões de custos. Essas pressões de custos seriam derivadas de questões estruturais, tais como:

- a) estrutura agrícola, pela qual a oferta de alimentos não responde rapidamente aos estímulos de demanda e provoca elevações de preços;
- b) estrutura do comércio internacional, que leva ao déficit crônico no balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos e os obriga a políticas de desvalorização cambial, que provocam aumentos nos custos de produção;
- c) estrutura oligopólica dos mercados, que faz com que as empresas repassem todos os aumentos de custos aos preços dos produtos finais.

Assim, diferentemente dos monetaristas e neoliberais, os estruturalistas supõem que as causas da inflação se localizam no comportamento do setor privado (oligopólios, latifúndios) e não do setor público. A formação ideológica desses economistas tornou-os ferrenhos defensores de uma economia mais centralizada, baseada num planejamento e numa grande participação do Estado.

De forma mais genérica, os estruturalistas consideram que as causas da inflação devem-se aos *conflitos distributivos*, que se estabelecem na tentativa dos vários setores da sociedade buscarem manter ou elevar sua parcela na renda nacional: os empresários, através de preços que preservem suas margens de lucros; o governo, através de impostos, preços e tarifas públicas; e os trabalhadores, através de seus salários. Nessa disputa, saem ganhando, segundo os estruturalistas, os grandes *oligopólios*, principalmente empresas multinacionais, setor financeiro e latifundiários. Os maiores perdedores são os trabalhadores.

Como se percebe, o governo é normalmente preservado no diagnóstico estruturalista: os desequilíbrios do setor público seriam provocados pelos interesses dos grandes grupos econômicos (setor financeiro, latifundiários, oligopólios, capital estrangeiro).

Segundo essa corrente, o combate à inflação deve ser feito principalmente através de reformas estruturais (por exemplo, a reforma agrária) e pelo controle de preços dos setores oligopolizados.

Na realidade, o debate entre as várias correntes de economistas era mais intenso antes do Plano Cruzado. Durante o período militar, os economistas que estavam no poder detinham uma linha mais monetarista, ou neoliberal, e eram criticados pelas demais correntes, principalmente a estruturalista. Como na Nova República os antigos críticos assumiram o governo, e os planos heterodoxos por eles implementados não trouxeram uma solução para a questão inflacionária, o debate tornou-se menos radical. Pode-se dizer que, hoje em dia, a grande maioria dos economistas concorda que todos esses fatores estão ou estiveram presentes na explicação das causas da inflação no Brasil.

#### Questões para revisão

1. Defina inflação, inflação de demanda e inflação de custos, e os fatores que as provocam.
2. Explique resumidamente as distorções provocadas por altas taxas de inflação.
3. Aponte as causas da inflação brasileira, de acordo com as seguintes correntes:
  - a) neoliberal;
  - b) inercialista;
  - c) estruturalista.
4. Explique qual o efeito provável de uma política de estabilização de preços sobre o grau de distribuição pessoal de renda.
5. Supondo uma economia com déficit público relativamente elevado:
  - a) se o governo emitir moeda para cobri-lo, o que deve ocorrer com as taxas de inflação?
  - b) se o governo emitir títulos para cobri-lo, mostre de que forma pode ser possível manter taxas de inflação relativamente baixas.

# O SETOR PÚBLICO



## 1. Introdução

Em vários capítulos anteriores tivemos a oportunidade de discutir os aspectos da atuação do setor público sobre a atividade econômica. Especificamente foi enfatizado, nos capítulos referentes à Macroeconomia (Capítulos 8 a 13), o papel dos instrumentos de política fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas, no sentido de minimizar as flutuações econômicas relativas ao nível de atividade, de emprego e de preços. No Capítulo 5 da análise microeconômica discutiu-se como o governo pode interferir no equilíbrio de mercados específicos por meio do estabelecimento de impostos, preços mínimos na agricultura e tabelamento de preços.

Neste capítulo discutiremos mais detidamente as atividades do Estado, destacando alguns aspectos da expansão da intervenção estatal.

## 2. O crescimento da participação do setor público na atividade econômica

Ao final do século XIX e início do XX verificou-se um intenso processo de formação de grandes monopólios, que passaram a limitar a oferta e a aumentar os preços. Em 1890, nos Estados Unidos, voltou-se a Lei Sherman contra os trusts, declarando-se ilegal o monopólio da indústria e do comércio, bem como o conluio para a fixação de preços. Assim, já no início do século XX passou-se a regular a atividade econômica, colocando-se em dúvida o papel da "mão invisível", de Adam Smith, para conduzir os mercados a responderem satisfatoriamente aos problemas fundamentais da economia: o que produzir, como e para quem. Isso ficou claramente demonstrado com o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, e a posterior Grande Depressão dos anos 30.

Desse modo, a partir dos anos 20, devido particularmente aos elevados níveis de desemprego observados nos países capitalistas, o Estado acrescentou às funções tradicionais de justiça e segurança a de ofertante de bens públicos — eletricidade, saneamento, rodovias, ferrovias, portos etc. Essas novas funções econômicas do Estado ampliaram-se, sem dúvida alguma, a partir da publicação da Teoria Geral de Keynes, em 1936. Em praticamente todos os países capitalistas observou-se um expressivo aumento nos

gastos públicos, uma crescente participação do Estado na produção nacional e uma ampla gama de leis que buscavam a regulamentação da atividade econômica.

Assim, ao longo da história recente, a participação do Estado na economia vem crescendo, entre outras, pelas seguintes razões:

- Desemprego: os elevados níveis de desemprego (milhões de pessoas desempregadas) ao início dos anos 30 conduziram o governo à realização de obras de infra-estrutura que absorvessem contingentes elevados de mão-de-obra.
- Crescimento da renda per capita: o aumento da renda *per capita* gera um aumento da demanda de bens e serviços públicos (lazer, educação, saúde etc.).
- Mudanças tecnológicas: a invenção do motor de combustão significou uma maior demanda por rodovias e infra-estrutura, que passou a ser ofertada pelo Estado devido, de um lado, ao fato de que a iniciativa privada, via de regra, não dispunha de capitais suficientes e, de outro, como forma de proteger e encorajar o crescimento de diversos setores econômicos.
- Mudanças populacionais: alterações na taxa de crescimento populacional conduzem a aumentos nos gastos do Estado, em virtude do crescimento de suas despesas em educação, saúde etc.
- Efeitos da guerra: durante períodos de guerra, a participação do Estado na economia aumenta (portanto aumenta o gasto público). Mas o que é interessante é que, quando o conflito bélico termina, o gasto público se reduz, mas não a ponto de voltar ao nível existente antes da guerra.
- Fatores políticos e sociais: novos grupos sociais passaram a ter maior presença política, demandando assim novos empreendimentos públicos (por exemplo, escolas, creches etc.).
- Mudanças da Previdência Social: inicialmente a Previdência Social foi concebida como um meio de o indivíduo autofinanciar sua aposentadoria. Posteriormente essa instituição constituiu-se em um instrumento de distribuição de renda. Isso levou a uma maior participação do Estado (aumentando o gasto público) no mecanismo previdenciário.

Aliado a esses fatores, a própria evolução da economia mundial no século XX acarretou o desenvolvimento dos mercados financeiros e do comércio internacional, que tornaram mais complexas as relações econômicas, adicionando elementos de incerteza e de especulação, praticamente inexistentes anteriormente, o que motivou o alargamento das funções econômicas do Estado.

## 3. As funções econômicas do setor público

A necessidade da atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções.

Existem alguns bens que o mercado não consegue fornecer (*bens públicos*); logo, a presença do Estado é necessária (é a *função alocativa*). O sistema de preços, via de regra, não leva a uma justa distribuição de renda, daí a intervenção do Estado (*função distributiva*). Finalmente, o sistema de preços não consegue se auto-regular e, por isso, o Estado deve atuar visando estabilizar tanto a produção quanto o crescimento dos preços (*função estabilizadora*).

### 3.1. Função alocativa

A *função alocativa* do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

Esses bens, denominados *bens públicos*, têm por principal característica a impossibilidade de excluir determinados indivíduos de seu consumo, uma vez delimitado o volume de produção<sup>1</sup>.

O *princípio da exclusão* diz que quando o consumo do indivíduo A de um determinado bem implica que ele tenha pago o preço do bem, o indivíduo B, que não pagou por esse bem, será excluído do consumo do mesmo.

Nesse sentido, diz-se que o consumo de um bem é *rival* (ou de consumo excludente) quando o consumo realizado por um agente exclui automaticamente o consumo por outros indivíduos (o consumo de um cafezinho é um exemplo).

O consumo de um bem é *não rival* (ou não satisfaz o princípio da exclusão) quando o consumo por um indivíduo não diminui a quantidade a ser consumida pelos demais indivíduos. O serviço meteorológico é um exemplo de bem de consumo não rival.

No caso de bens rivais, o mecanismo de exclusão é representado pelo sistema de preços, que seleciona os agentes que não consumirão o bem. Se são produzidos anualmente 200 mil fogões e existem 300 mil indivíduos em condições de adquirir esse produto, 100 mil pessoas serão excluídas, pelo sistema de preços, do consumo.

Entretanto, no caso de bens públicos, o fato de um agente utilizar o serviço que é oferecido não significa reduzir fisicamente a oferta para os demais agentes. Por exemplo, num país de 100 milhões de habitantes, se o orçamento para a educação é de 5 bilhões de unidades monetárias e o orçamento ideal para o atendimento de toda a população é de 8 bilhões, não seria possível concluir-se que parte da população ficaria excluída do consumo, pois, mesmo a um nível inferior, toda ela teria acesso ao sistema educacional.

1. Em Direito, o conceito de bens públicos obedece a uma ótica mais patrimonial, incluindo: 1. bens de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças; 2. bens de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal; 3. bens dominiais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades (art. 65 do Código Civil). Em Economia, esse conceito é visto sob uma ótica de fornecimento de serviços públicos, tais como saúde, saneamento, nutrição, serviços de despoluição, de defesa nacional etc.

É interessante notar que nos *bens de consumo coletivo* o fato de o bem ou serviço ser de consumo não excludente só funciona quando a utilização do bem não está saturada. Por exemplo, nas praias, a utilização por um indivíduo não é independente do grau de utilização da mesma praia por outras pessoas. A praia é um bem público, mas a partir do momento em que ela está lotada (saturada), ela deixa de funcionar como bem público, porque o fato de um indivíduo dela sair beneficia os demais. Nesse caso, não podemos considerar a praia como um *bem público "puro"*. Exemplos de bens públicos "puros" seriam o serviço de meteorologia, defesa nacional e serviços de despoluição.

Um caso particular são os *bens semipúblicos* ou *meritórios*. Esses bens satisfazem o princípio da exclusão, mas são produzidos pelo Estado. Como exemplo temos os serviços de saúde, saneamento e nutrição.

### 3.2. Função distributiva

A renda de uma família consiste na soma das rendas do trabalho e da propriedade, sendo que a parte mais representativa da renda é a proveniente do trabalho. A distribuição das rendas do trabalho depende da produtividade da mão-de-obra e da utilização dos demais fatores de produção do mercado. Assim, se deixarmos o mercado funcionar livremente, teremos uma distribuição de renda que dependerá da produtividade de cada indivíduo no mercado de fatores, mas que sofrerá a influência das diferentes dotações iniciais de patrimônio.

O governo funciona como um agente redistribuidor de renda, na medida em que, através da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores ou regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos.

A distribuição pessoal de renda pode ser implementada através de uma estrutura tarifária progressiva, onde os indivíduos mais ricos pagam uma alíquota maior de imposto. Ainda, a redistribuição pode ser feita combinando impostos sobre produtos adquiridos por pessoas ricas com subsídios para produtos adquiridos por consumidores de baixa renda.

Quanto à distribuição setorial ou regional, o instrumento governamental mais adequado seria uma política de gastos públicos e subsídios direcionados para os setores e as áreas mais pobres.

### 3.3. Função estabilizadora

A função estabilizadora do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não ocorrem de maneira automática. Essa intervenção é feita através de instrumentos de política fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas, amplamente discutidos em capítulos anteriores.

Alguns estudos da área de finanças públicas destacam uma quarta função do setor público: a *função de crescimento econômico*, que diz respeito às políticas que permitam

aumentos na formação de capital. Ou seja, a atuação do Estado, tanto no tocante aos investimentos públicos (fornecimento de bens públicos, infra-estrutura básica) quanto aos incentivos e financiamentos para estimular os investimentos do setor privado, está voltada para o crescimento econômico de longo prazo. Num certo sentido, a função de crescimento não seria diferente da função alocativa do setor público.

## 4. Estrutura tributária

### 4.1. Princípios da tributação

Para que o Estado cumpra suas funções com a sociedade, ele obtém recursos por meio da arrecadação tributária, que compõe sua receita fiscal. Há uma série de princípios que a Teoria da Tributação deve seguir, mas dois são fundamentais: o *Princípio da Neutralidade* e o *Princípio da Equidade*.

#### Princípio da Neutralidade

É sabido que as decisões sobre alocação de recursos se baseiam nos preços relativos determinados pelo mercado. A neutralidade dos tributos (*princípio da neutralidade*) é obtida quando eles não alteram os preços relativos, minimizando sua interferência nas decisões econômicas dos agentes de mercado. Sendo adequados, os tributos podem ser utilizados na correção de ineficiências observadas no setor privado.

#### Princípio da Equidade

Pelo *Princípio da Equidade*, um imposto, além de ser neutro, deve ser equânime, no sentido de distribuir seu ônus de maneira justa entre os indivíduos. A equidade pode ser avaliada sob outros dois princípios: *Princípio do Benefício* e *Princípio da Capacidade de Pagamento*.

#### Princípio do Benefício

De acordo com o *Princípio do Benefício*, um tributo justo é aquele em que cada contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os benefícios que dele recebe. Ou seja, o indivíduo paga o tributo de maneira a igualar o preço do serviço recebido ao benefício marginal que ele auferir com sua utilização.

Esse princípio determina simultaneamente o total da contribuição tributária e sua vinculação ao gasto (isto é, como a tributação foi distribuída).

O princípio do benefício possui alguns problemas de implementação. O principal reside na dificuldade em se identificar os benefícios que cada indivíduo atribui a diferentes quantidades do bem ou serviço público. Além disso, como o consumo do bem público é coletivo, não haveria motivo para as pessoas revelarem suas preferências, pois isso poderia acarretar aumentos em sua contribuição.

Como aplicação desse princípio temos os serviços públicos que utilizam taxas específicas para seu financiamento (transportes, energia).

### Princípio da Capacidade de Pagamento

Ségundo esse princípio, os agentes (famílias, firmas) deveriam contribuir com impostos de acordo com sua capacidade de pagamento. O imposto de renda seria um típico exemplo. As medidas utilizadas para auferir a capacidade de pagamento são: renda, consumo e patrimônio. Sobre essas medidas de capacidade de pagamento existem algumas controvérsias.

Os que utilizam a renda como capacidade de pagamento baseiam-se na abrangência dessa medida. Utilizando-se a renda, inclui-se consumo e poupança, e uma pessoa com renda de R\$ 5.000 e consumo de R\$ 2.000 seria tributada da mesma forma que uma pessoa que tivesse os mesmos R\$ 5.000 de renda e os gastasse integralmente. Argumentam que o acúmulo de poupança é realizado com base em uma dada taxa de juros (atraente para o poupador) e, mais, que o estoque de riqueza traz aos indivíduos status e poder econômico. Ainda, mesmo sendo a poupança uma renúncia ao consumo presente, se o indivíduo optasse por acumular indefinidamente, esta jamais seria tributada.

Por sua vez, os que defendem a utilização do consumo como base tributária argumentam que a capacidade de pagamento deve ser definida em função do que o indivíduo consome ("retira do colchão") e não em termos do que ele poupa ("põe no colchão"). O argumento que existe por trás disso é que os atos de poupar e de investir beneficiam outros indivíduos, enquanto o de consumo, por ser individualista, seria anti-social. Assim, embora a poupança seja vista como uma renúncia ao consumo presente, ela somente seria tributada quando fosse utilizada para consumo. Porém, se a renda fosse utilizada como indicador de capacidade de pagamento, a poupança seria tributada inicialmente quando o agente a recebe e, no futuro, quando esta fosse convertida em consumo.

Na prática, o que ocorre é que os impostos sobre a renda são aplicados de maneira diferenciada para cada agente (são utilizadas alíquotas diferenciadas e isenções), enquanto o imposto sobre consumo tem uma abrangência global (alíquotas constantes). Logo, os defensores de um sistema progressivo de tributação preferem os impostos sobre a renda.

O patrimônio (a riqueza) é constituído por fluxos de poupança acumulados no passado, ou seja, pela parte da renda que não foi dirigida ao consumo. Muitas vezes surge a questão quanto ao fato de se esses fluxos de renda já foram anteriormente tributados e, se o foram, como deveriam ser levados em conta.

### 4.2. Os tributos e sua classificação

Os tributos são constituídos por impostos, taxas e contribuição de melhoria. As taxas são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. A contribuição de melhoria é cobrada quando uma determinada obra pública aumenta o valor patrimonial dos bens imóveis localizados em sua vizinhança.

Quanto aos impostos, há várias formas de classificação. As principais são as que se seguem.

Uma primeira forma de classificação dos impostos considera duas categorias:

### Imposto Direto

Aquele que incide sobre a renda e a riqueza (patrimônio). Nesse tipo de tributo, a pessoa que recolhe o imposto também arca com seu ônus. Exemplo: Imposto de Renda.

Dentre os impostos diretos, destacam-se:

- Imposto sobre a riqueza (patrimônio): Nesse tipo de imposto, a base tributária constitui-se o estoque acumulado de riqueza do indivíduo, seu patrimônio.
- Imposto sobre a renda: Nesse tipo de tributo, a incidência se dá sobre os fluxos mensais, ocorrendo um ajuste sobre os valores anuais de rendimento.

### Imposto Indireto

Aquele que incide sobre transações de mercadorias e serviços.

Nesse tipo de imposto, a base tributária é o valor da compra e venda de mercadorias e serviços. O que é importante nessa categoria é o momento em que o imposto é cobrado (produtor ou consumidor) e o método de cálculo (transação total ou valor adicionado).

Um fato importante a ser ressaltado é que nem sempre a variável sobre a qual o tributo é calculado identifica onde se localiza o ônus desse imposto. Ou seja, nem sempre quem recolhe esse tributo é a pessoa (física ou jurídica) que arca com o ônus do imposto, porque pode transferi-lo para terceiros, incorporando-o no valor da mercadoria ou serviço.

Como observado no Capítulo 5, os impostos indiretos também podem ser classificados em *impostos ad valorem*, que têm alíquota (percentual) fixada, com valor (em \$) variando de acordo com o preço da mercadoria, e *imposto específico*, com valor (em \$) fixado, independente do preço da mercadoria.

Uma outra classificação divide os impostos em:

### Impostos Regressivos

São aqueles em que o aumento na contribuição é proporcionalmente menor que o incremento ocorrido na renda. A relação entre carga tributária e renda decresce com o aumento do nível de renda. Com isso, os segmentos sociais de menor poder aquisitivo são os mais onerados. É o que ocorre, por exemplo, com os impostos indiretos, tais como ICMS e IPI — não incidem sobre a renda, mas sobre o preço das mercadorias —, e utilizam a mesma alíquota de todos os contribuintes. Assim, se o ICMS incidente sobre o arroz for de 10%, e se o quilo desse alimento custar \$ 20,00, o indivíduo mais pobre e o mais rico da população pagarão igualmente \$ 2,00 de imposto ao adquirir um quilo desse produto.

### Impostos Proporcionais ou Neutros

São aqueles em que o aumento na contribuição é proporcionalmente igual ao ocorrido na renda. A relação entre carga tributária e renda permanece constante, com o aumento do nível de renda, onerando igualmente todos os segmentos sociais. Não há exemplos no Brasil desse tipo de imposto.

### Impostos Progressivos

Ocorrem quando o aumento na contribuição é proporcionalmente maior que o aumento ocorrido na renda. A relação entre carga tributária e renda cresce com o aumento do nível de renda, ou seja, a estrutura tributária, baseada em impostos progressivos, onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Exemplo: imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica.

Os impostos também podem ser diferenciados em *impostos sobre usos* e *impostos sobre fontes*. Os impostos sobre usos tributam destinos específicos, como os impostos sobre consumo, enquanto os impostos sobre fontes tributam a fonte de renda, como os impostos de renda de pessoas físicas e jurídicas.

### 4.3. Efeitos sobre a atividade econômica

A estrutura de alíquotas constitui um dos fatores que determinam o impacto dos tributos sobre os preços e o nível da atividade econômica. Um imposto proporcional sobre a renda seria neutro do ponto de vista do controle da demanda agregada, pois a renda total, a renda disponível (renda total menos impostos) e os gastos em consumo cresceriam às mesmas taxas.

Um imposto progressivo exerce um controle quase que automático sobre a demanda, sendo que, em um cenário inflacionário, a receita fiscal crescerá de maneira mais rápida que a renda nominal, freando assim os gastos de consumo. Por outro lado, na recessão o contribuinte que tivesse sua renda diminuída cairia de alíquota e seria beneficiado por uma redução da carga tributária. Ou seja, o tributo progressivo tem um efeito anticíclico sobre a renda disponível. Esse efeito é também chamado de estabilizador automático (built in).

Existe uma relação interessante entre o total da arrecadação tributária e a taxa (alíquota) de impostos, conhecida como Curva de Laffer. Quando a alíquota é relativamente baixa, estabelece-se uma relação direta entre ela e a arrecadação. Contudo, a partir de um determinado nível da alíquota, qualquer elevação da mesma resultará em uma redução da arrecadação global, devido, de um lado, à evasão (sonegação) fiscal e, de outro, ao desestímulo provocado sobre os negócios em geral.

Um outro efeito sobre as receitas públicas, conhecido como Efeito Olivera-Tanzi, ocorre em períodos de aceleração inflacionária. Como há uma defasagem entre o fato gerador do imposto e o momento de seu recolhimento, a inflação tende a corroer o valor, em termos reais, da arrecadação fiscal do governo.

## 5. Déficit público: conceitos e formas de financiamento

Ocorre superávit das contas públicas quando a arrecadação supera o total dos gastos; quando os gastos superam o montante da arrecadação, temos o déficit público. Existem várias conceituações de déficit público, que discutiremos a seguir.

### 5.1. Conceitos de déficit público

**Déficit Nominal ou Total** (também chamado de *Necessidades de Financiamento Líquido do Setor Público Não Financeiro — Conceito Nominal*)

Essa medida indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público não financeiro em suas várias esferas: União, governos estaduais e municipais, empresas estatais e Previdência Social.

#### Déficit Primário ou Fiscal

É medido pelo déficit total, excluindo a correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente. No fundo, é a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independente dos juros e correções da dívida passada.

**Déficit Operacional** (ou *Necessidades de Financiamento do Setor Público — Conceito Operacional*)

É medido pelo déficit primário, acrescido dos juros reais da dívida passada. Constitui-se, desse modo, no déficit total ou nominal, excluindo a correção monetária e cambial. É considerado a medida mais adequada para refletir as necessidades reais de financiamento do setor público.

Existe ainda o conceito de *déficit de caixa*, que omite as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como fornecedores e empreiteiros. É a parcela do déficit público que é financiada pelas autoridades monetárias. Trata-se do conceito de menor utilidade para efeitos de avaliação de política econômica, já que podemos até encontrar um superávit, embora devido à postergação de dívidas para o período seguinte (o que, aliás, é uma prática comum no setor público brasileiro).

### 5.2. Financiamento do déficit

Quando o governo se defronta com uma situação de déficit, além das medidas tradicionais de política fiscal (aumento de impostos ou corte de gastos), surge o problema de como deverá o mesmo ser financiado pelo governo. Este poderá financiá-lo através de recursos extrafiscais, e, nesse caso, duas são as principais fontes de recursos:

- a) emitir moeda: o Tesouro Nacional (União) pede emprestado ao Banco Central (Bacen);
- b) vender títulos da dívida pública ao setor privado (interno e externo).

Na primeira possibilidade temos uma forma eminentemente inflacionária (gera-se o imposto inflacionário), mas que não aumenta o endividamento público junto ao setor privado. Isso também é conhecido como *monetização da dívida*, significando que o Banco Central cria moeda (base monetária) para financiar a dívida do Tesouro.

Na segunda, o governo troca títulos (ativo financeiro não monetário) por moeda que já está em circulação, o que, a princípio, não traria qualquer pressão inflacionária. Mas

esse tipo de financiamento provoca uma elevação da dívida pública, e o governo, para colocar esses títulos junto ao público, necessitará oferecer taxas de juros mais atraentes, acarretando uma elevação adicional no endividamento<sup>2</sup>.

#### Uma Observação sobre Déficit Público e Inflação

Cabe uma digressão sobre a questão do déficit público e da inflação. Por que há países que possuem déficit público, em relação ao PIB, mais elevado que o Brasil, como é o caso da Itália, Estados Unidos, Espanha, entre outros, e têm taxas de inflação quase nulas?

Para responder a essa questão, devemos avaliar não o montante ou valor do déficit, mas sim seu horizonte de financiamento. As dívidas daqueles países de moeda forte estão distribuídas de maneira relativamente uniforme ao longo de um horizonte de tempo de 10, 15, 20, 30 anos, e, nesses prazos, investidores internacionais adquirem títulos públicos desses países. Contudo, não os adquirem do governo brasileiro ao prazo de um ano! Na realidade, nem os investidores nacionais costumam comprar títulos públicos de longo prazo do governo brasileiro, preferindo os de curto prazo. E é por esse motivo que a dívida interna brasileira é renegociada internamente, via de regra, a prazos inferiores a 60 dias. É claro que o investidor, qualquer que seja sua nacionalidade, prefere investir em países que ofereçam menores riscos para suas aplicações, e é por essa razão que os países em vias de desenvolvimento acabam sendo impelidos a oferecer taxas de juros relativamente elevadas, visando atrair capitais externos.

## 6. Aspectos institucionais do orçamento público. Princípios orçamentários

### 6.1. Orçamento público

O *orçamento público* possui uma variedade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo. Para fins didáticos, costuma-se dividir essa análise em duas partes: orçamento tradicional e orçamento moderno.

#### Orçamento Tradicional

O orçamento público surge de maneira consolidada na Inglaterra, por volta de 1822, numa época em que o liberalismo econômico era o pensamento predominante. Havia, portanto, fortes resistências ao crescimento das despesas públicas e à participação do Estado na economia.

2. Na economia brasileira, os limites globais e condições sobre as operações de crédito externo e interno, e sobre o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são da competência exclusiva do Senado Federal, segundo o art. 52, incisos V a IX da Constituição Federal de 1988. Também, pelo art. 164 da Constituição Federal, § 3º, tem-se que: "... as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central ...". Com isso, a Constituição determina que a Conta Única do Tesouro esteja no Bacen, constituindo-se em uma conta do passivo não monetário do Banco Central.

A principal função do *orçamento tradicional* era disciplinar as finanças públicas e possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre o Executivo. O orçamento estava a serviço da concepção do Estado Liberal, que tinha por finalidade manter o equilíbrio nas contas públicas.

Nesse tipo de orçamento, o aspecto econômico não estava em primeiro plano. As contas públicas caracterizavam-se por sua neutralidade, e o gasto público não possuía importância significativa em termos econômicos.

### Orçamento Moderno

A partir do início deste século, mais especificamente a partir da década de 30, o Estado começou a abandonar a neutralidade econômica, que caracterizava o pensamento liberal. O Estado passa então a intervir para corrigir distorções do sistema econômico e estimular programas de desenvolvimento.

A partir do pensamento keynesiano, passou-se a atribuir ao governo a condição de responsável pela manutenção da atividade econômica, e as alterações orçamentárias passaram a ter grande importância.

Ainda sobre o orçamento moderno, cabe destacar a função de instrumento de administração, que, apesar de já existir, foi aperfeiçoada. O orçamento passa a auxiliar o Executivo na programação, na execução e no controle do processo administrativo.

Nas economias centralizadas, esse tipo de orçamento constituiu peça fundamental para a condução da atividade econômica. Como os meios de produção (insumos, imóveis) eram de propriedade do Estado, este fixava, inclusive, os preços e quotas físicas da maioria dos bens e serviços produzidos, bem como dos fatores de produção.

## 6.2. Princípios orçamentários

Os *Princípios Orçamentários* são uma coleção de regras que têm por finalidade aumentar a coerência e a efetividade do orçamento. Cabe ressaltar que esses princípios não possuem caráter absoluto ou dogmático.

### Princípio da Unidade

O *Princípio da Unidade* diz que cada entidade pública financeiramente auto-suficiente deve possuir apenas um orçamento. As unidades financeiramente auto-suficientes são as que não têm suas receitas e despesas agregadas no orçamento central. Isto é, aqueles organismos que não dependem de recursos do Tesouro para sua manutenção. São exemplos de entidades auto-suficientes financeiramente: as sociedades de economia mista (Petrobrás) e as autarquias previdenciárias. São exemplos de entidades não auto-suficientes as fundações universitárias.

### Princípio da Universalidade

De acordo com esse princípio, o orçamento precisa conter todas as despesas e receitas do Estado.

### Princípio do Orçamento Bruto

O orçamento deve conter todas as parcelas da receita e da despesa em valores brutos, sem nenhuma dedução. Essa regra impede a inclusão de importâncias líquidas (saldos positivos ou negativos).

### Princípio da Anualidade

O orçamento deve ser elaborado para um determinado período de tempo, normalmente um ano. Na maioria das vezes, o ano orçamentário é determinado pelo período de funcionamento do Legislativo.

Em alguns países, o orçamento anual convive com o orçamento plurianual. O primeiro é responsável pela execução, controle e programação financeira, e o segundo buscar as diretrizes de longo prazo de como poderão ser implementados os programas governamentais.

### Princípio da Não-Vinculação das Receitas

Esse princípio impede a vinculação de receitas, ou seja, nenhuma parte da receita poderá estar vinculada a determinados gastos.

### Princípio da Discriminação ou Especialização

Segundo esse princípio, as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, de forma que fique clara a origem e a destinação dos recursos.

### Princípio da Exclusividade

Por esse princípio, o orçamento deve conter exclusivamente matérias de natureza orçamentária. Esse princípio visa impedir que o orçamento seja utilizado como meio de aprovação de outras matérias que não dizem respeito às questões financeiras.

### Princípio do Equilíbrio

Nesse princípio reside a diferença, já discutida, entre o orçamento tradicional e o moderno. Para os economistas clássicos, o equilíbrio orçamentário era fundamental, pois o déficit público, caso ocorresse, deveria ser coberto por recursos da atividade produtiva. A partir da década de 30, com o advento da economia keynesiana, o gasto público adquire a função de estabilizador da economia.

## 6.3. Orçamento público no Brasil

No Brasil, a elaboração do orçamento segue os passos determinados pela Constituição Federal de 1988. O Executivo, por meio de lei, estabelece: 1. o plano plurianual; 2. as diretrizes orçamentárias; e 3. os orçamentos anuais. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

A *Lei de Diretrizes Orçamentárias* compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

A lei orçamentária anual compreenderá: 1. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; 2. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e 3. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia (as chamadas "*renúncias fiscais*")<sup>3</sup>.

O *orçamento geral da União* é formado pela soma do orçamento fiscal, orçamento das estatais, orçamento da seguridade social e pelas "*renúncias fiscais*".

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado ao Congresso Nacional até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Já o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional na forma do regimento comum, que os devolverão ao Executivo para sanção ou veto.

3. Não se deve confundir "*renúncias fiscais*", com "*brechas fiscais*". As primeiras são decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. As segundas referem-se a lacunas da lei, que possibilitam a discussão do não-recolhimento do imposto por parte do contribuinte.

## APÊNDICE

### Dispêndio e receita pública: classificação segundo categorias

#### 1. Classificação da Despesa (Dispêndio)

Existem várias maneiras de se classificar as despesas públicas, dependendo do objetivo a ser atingido. Se o objetivo for evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa, a classificação adotada será a institucional; quando se procura mostrar as realizações do gasto público, a classificação adotada é a funcional-programática; e se o intuito for evidenciar o impacto do gasto público sobre a economia, a classificação adotada será a econômica.

##### 1.1. Classificação institucional

A finalidade principal é salientar quais são as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, ou seja, quais os órgãos que gastam os recursos.

Nesse tipo de classificação, a primeira divisão que ocorre é entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. O Poder Executivo, por exemplo, é dividido em ministérios, e estes em unidades orçamentárias (as secretarias).

##### 1.2. Classificação funcional-programática

Tem por finalidade mostrar as realizações do gasto público, o resultado final de seu trabalho em favor da sociedade. Por essa classificação, as funções são:

- governo e administração geral
- administração financeira
- defesa e segurança
- recursos naturais e agropecuários
- indústria e comércio
- educação e cultura
- saúde
- bem-estar social
- serviços urbanos
- viação, transportes e comunicações

##### 1.3. Classificação econômica

Por essa classificação procura-se mostrar os impactos que o gasto público tem sobre a economia. Essa classificação tem duas categorias: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes se dividem em despesas de custeio e transferências correntes, enquanto as despesas de capital compreendem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.

## 1.3.1. Despesas correntes

- a) Despesas de Custeio
  - pessoal civil
  - pessoal militar
  - material de consumo
  - serviços de terceiros
  - encargos diversos
- b) Transferências Correntes
  - subvenções sociais
  - subvenções econômicas
  - inativos
  - pensionistas
  - salário-família e abono
  - juros da dívida pública
  - contribuição de Previdência Social
  - transferências correntes diversas

## 1.3.2. Despesas de capital

- a) Investimentos
  - obras públicas
  - equipamentos e instalações
  - participação no capital de empresas industriais e agrícolas
  - material permanente
- b) Inversões Financeiras
  - aquisição de imóveis
  - participação no capital de empresas comerciais e financeiras
  - concessão de empréstimos
  - constituição de fundos rotativos
- c) Transferências de Capital
  - amortização da dívida pública
  - auxílios para obras públicas
  - auxílios para equipamentos e instalações
  - auxílios para inversões financeiras
  - outras contribuições

Embora tanto os investimentos como as inversões financeiras gerem mudança patrimonial, os investimentos têm maior efeito multiplicador, já que a construção de uma escola (investimento) representa criação de renda, enquanto a compra de um imóvel acabado (inversão financeira) representa apenas a transferência de propriedade do bem.

## 2. Classificação da Receita

No caso da receita, a classificação pode ser: por categorias econômicas, fontes, origem e existência ou não de vinculação.

## 2.1. Classificação por categorias econômicas

Nesse tipo de classificação, as receitas são divididas em *receitas correntes* e *receitas de capital*.

## 2.2. Classificação por fontes

Essa classificação já parte da subdivisão anterior (*receitas correntes* e *receitas de capital*).

## Receitas Correntes

- a) Receita tributária
  - impostos
  - taxas e contribuição de melhoria<sup>4</sup>
- b) Receita de contribuição
  - contribuição previdenciária
  - salário-educação
- c) Receita patrimonial
  - receita imobiliária
  - receita de valores mobiliários
  - participação e dividendos
  - outras receitas patrimoniais
- d) Receita agropecuária
- e) Receita industrial (energia elétrica, água e esgotos etc.)
  - receita de serviços industriais
  - outras receitas industriais
- f) Receita de serviços (armazéns portuários, hospitais públicos, comunicações etc.)
- g) Transferências correntes (receitas diversas)
  - multas
  - cobrança de dívida ativa
  - outras receitas diversas

## Receitas de Capital

- a) Operações de crédito
- b) Alienação de bens móveis e imóveis
- c) Amortização de empréstimos concedidos
- d) Transferências de capital
- e) Outras receitas de capital

## 2.3. Classificação pela origem

Nesse tipo de classificação, identifica-se a origem dos recursos que compõem as receitas do Estado. A finalidade é identificar a parcela de recursos próprios e a de recursos transferidos necessários para cobrir o programa de realização de cada órgão.

4. A *Contribuição de melhoria* está incluída no imposto predial e é devida a benefícios decorrentes de obras públicas, novas avenidas, praças, metrô etc.

#### 2.4. Classificação segundo a existência ou não de vinculação

Essa classificação procura identificar o montante dos recursos que já estão vinculados com o cumprimento de determinados programas e aqueles que podem ser alocados livremente.

#### Questões para revisão

1. Descreva as funções alocativa, distributiva e estabilizadora do setor público.
2. Quanto aos bens públicos:
  - a) Defina bem público.
  - b) Defina bem de consumo coletivo, bem público "puro" e bens semipúblicos ou meritórios.
3. Em relação à tributação, o que preconiza
  - a) o princípio do benefício?
  - b) o princípio da capacidade de pagamento?
4. Defina os seguintes termos:
  - a) Impostos diretos e impostos indiretos.
  - b) Estrutura tributária progressiva, regressiva e neutra.
  - c) Déficit primário, déficit operacional e déficit nominal do setor público.
5. Sobre o orçamento público:
  - a) O que objetiva o orçamento moderno?
  - b) Descreva as etapas que são seguidas até a aprovação final do orçamento anual da União.

# CRESCIMENTO

# E

# DESENVOLVIMENTO

# ECONÔMICO

15

## 1. Crescimento e desenvolvimento

Na quase totalidade dos livros introdutórios de Economia, o estudo da Macroeconomia dá ênfase a questões de curto prazo ou conjunturais, relacionadas com o nível de atividade, o emprego e preços (as chamadas políticas de estabilização).

Nos capítulos anteriores observou-se que, fundamentalmente, as políticas adotadas centralizam-se no comportamento da demanda agregada de bens e serviços, no curto prazo.

A Teoria do Crescimento e do Desenvolvimento Econômico, entretanto, discute estratégias de longo prazo, isto é, quais medidas devem ser adotadas para um crescimento econômico equilibrado e auto-sustentado. Nessa Teoria, a oferta ou produção agregada joga um papel importante na trajetória de crescimento de longo prazo, o que não se observava na análise de curto prazo, pois ela se supunha fixa.

Supõe-se, também, na Teoria do Crescimento, que os recursos estão plenamente empregados. A preocupação, nesse ponto, é analisar o comportamento do produto potencial, ou de pleno emprego, da economia.

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. *Crescimento econômico* é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O *desenvolvimento econômico* é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Os dados internacionais indicam as amplas diferenças de renda entre os países em desenvolvimento. Os níveis de renda médios em muitos desses países, especificamente na América Latina, são semelhantes aos níveis de renda americanos do século passado. Mas,

em outros países em desenvolvimento, na Ásia e na África, as rendas per capita são ainda menores. Além disso, existem grandes disparidades na distribuição de renda de cada país, com uma pequena parcela da população vivendo realmente muito bem, e a maioria com rendas bem abaixo do nível de renda médio.

Que respostas seriam dadas para essas diferenças de desempenho econômico? Quais são as fontes de crescimento econômico? É o que discutiremos a seguir.

## 2. Fontes de crescimento

Um caminho para se analisar as diferenças de desenvolvimento entre os países é partir dos elementos que constituem a chamada "função de produção agregada" do país. O crescimento da produção e da renda decorre de variações na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão-de-obra. Nesse sentido, as fontes de crescimento são as seguintes:

- aumento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra), derivado do crescimento demográfico e da imigração;
- aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva;
- melhoria na qualidade da mão-de-obra, através de programas de educação, treinamento e especialização;
- melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital;
- eficiência organizacional, ou seja, eficiência na forma como os insumos interagem.

Evidentemente, o desenvolvimento é um fenômeno global da sociedade que atinge toda a estrutura social, política e econômica. Para efeito de análise, estamos enfatizando aqui apenas os fatores econômicos estratégicos para o desenvolvimento.

### Capital Humano

No estudo das fontes do crescimento, muita ênfase é dada ao capital físico. Mas o *capital humano* é muito importante. O capital humano é o valor do ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos. O capital humano inclui a habilidade inerente à pessoa e o talento, assim como a educação e as habilidades adquiridas.

O trabalhador médio em países industrializados é muito mais produtivo do que o trabalhador médio em países em desenvolvimento porque ele trabalha com mais capital físico e pelo fato de ser mais qualificado.

O capital humano é adquirido por meio da educação formal e do treinamento informal, e através da experiência. O problema para os países em desenvolvimento é que é extremamente difícil acumular fatores de produção, capital humano ou físico, com baixos níveis de renda. O mínimo que sobra, após a provisão da subsistência, não permite investir muito em educação ou em capital físico. Decidir se a criança deve começar a

trabalhar ou ir para a escola é crítico para as famílias com níveis de renda muito baixos. Da mesma forma, é difícil para o governo decidir como usar os recursos muito limitados que ele tem sob seu comando. E mesmo que os recursos financeiros estejam disponíveis, ainda leva anos para que se eleve o nível de educação e de treinamento.

Portanto, o crescimento está limitado ao tempo que os fatores de produção levam para se acumular; a educação é fator de crescimento mais lento, mas também é um dos mais poderosos.

### Capital Físico

O *capital físico* tem sido sempre o centro das explicações para o progresso econômico, simplesmente por causa da presença notável de maquinário e de equipamentos sofisticados e abundantes em países ricos e de sua escassez em países pobres.

Um conceito muito utilizado, para realçar o papel do capital físico no processo de desenvolvimento econômico, é o da relação *produto-capital*, que é a razão entre a variação do produto nacional,  $\Delta y$ , e a variação da capacidade produtiva (ou estoque de capital),  $\Delta k$ . Assim:

$$v = \frac{\Delta y}{\Delta k}$$

sendo  $v$  a relação *produto-capital* (ou relação *marginal* ou *incremental* produto-capital, porque se refere às variações ou acréscimos). Ou seja, é a produtividade do capital físico (quanto ele aumenta o produto).

Por exemplo, uma relação *produto-capital* igual a 0,33 (aproximadamente a brasileira) indica que, para aumentar o produto em 33 bilhões de reais, precisamos aumentar os investimentos em 100 bilhões de reais.

Esse conceito revela que é possível aumentar a taxa de crescimento econômico quando ocorre um aumento da taxa de investimento e/ou deslocamento dos investimentos para os setores onde a relação *produto-capital* é mais elevada.

Deve ser observado que a relação *produto-capital* refere-se ao impacto do aumento do estoque de capital sobre a produção agregada de pleno emprego. Por essa razão, a produção varia menos que proporcionalmente ao aumento do capital físico. É bastante diferente do efeito do multiplicador keynesiano, visto anteriormente. O multiplicador keynesiano de gastos considera as despesas em investimento, em uma economia com capacidade ociosa e desemprego, quando então é possível que a produção aumente mais que proporcionalmente aos gastos em investimentos. O conceito de relação *produto-capital*, na Teoria do Desenvolvimento, supõe pleno emprego e preocupa-se com o efeito dos investimentos, após sua maturação, sobre a oferta agregada.

A relação *produto-capital* também é chamada *produtividade marginal do capital*. Algumas vezes essa relação aparece como *capital-produto*, e não como *produto-capital*. Uma relação *produto-capital* de 0,33 corresponde a uma relação *capital-produto* de 3: três unidades de capital produzem uma unidade do produto.

### 3. Financiamento do desenvolvimento econômico

Para investir, um país pode tanto utilizar sua poupança interna como ainda ter acesso à poupança estrangeira através de empréstimos ou ajuda financeira. Se a poupança doméstica é o pré-requisito para a acumulação de capital, então a atenção deve ficar voltada para as políticas que incentivem as pessoas a se absterem de parte do consumo presente. Um mercado financeiro e de capitais razoavelmente desenvolvido é um fator importante na mobilização de recursos para a formação de capital e na canalização desses recursos das famílias, via intermediários financeiros, para o investimento das empresas.

Em economias socialistas, como a China ou a ex-URSS, a poupança *obrigatória* é uma maneira poderosa de se limitar o consumo e se aumentar o nível da poupança. Uma taxa de poupança extremamente alta é uma demonstração desse processo e está na base do crescimento dramaticamente bem-sucedido dos últimos 20 anos na China.

Em economias de mercado ou economias capitalistas, uma política equivalente pode ser alcançada via orçamento: se o governo coletar mais em impostos do que ele gasta em bens correntes e serviços, os recursos deixados poderão ser investidos pelo governo na infraestrutura e ser canalizados para empresas, via bancos de desenvolvimento ou de fomento.

Um país em desenvolvimento pode atrair poupança estrangeira de três maneiras. Uma possibilidade é a de que empresas estrangeiras invistam *diretamente* no país. Por exemplo, no século XIX, companhias européias construíram estradas de ferro na América Latina; hoje, empresas japonesas constroem fábricas na Indonésia.

A segunda maneira de um país atrair recursos estrangeiros é tomar emprestado nos mercados mundiais de capitais ou de instituições como o BIRD. Pela terceira, um país pode ser capaz de receber ajuda estrangeira de países industrializados. A importância dessas três fontes de poupança externa tem variado ao longo do tempo e entre os países. Mas há pouca dúvida quanto ao fato da poupança externa sempre ter sido importante na suplementação da poupança doméstica. É claro, contudo, que a poupança estrangeira é mais importante quanto menor a renda per capita, pois suprir internamente as necessidades mais básicas absorve quase que totalmente a renda doméstica.

### 4. Modelo de crescimento econômico de Harrod Domar

O modelo de crescimento de Harrod Domar destaca a importância de três variáveis básicas para o crescimento: a taxa de investimento, a taxa de poupança e a relação produto-capital. Trata-se de uma visão mecânica do desenvolvimento, mas que tem por objetivo enfatizar a atuação das variáveis estratégicas do ponto de vista econômico.

Em síntese, no modelo de Harrod Domar, a taxa de crescimento do produto ( $y'$ ) é determinada por:

$$y' = s \times v$$

onde:

$$s = \text{taxa de poupança} = \frac{S}{y} \text{ (propensão a poupar);}$$

$$v = \text{relação marginal produto-capital} = \frac{\Delta y}{\Delta K} = \frac{\Delta y}{I}$$

A poupança agregada é  $S$ ,  $y$  a renda nacional,  $\Delta K$  o aumento do estoque de capital, que é a própria taxa de investimento agregado  $I$ , todas as variáveis definidas num dado período de tempo.

A taxa de poupança é a parcela da renda nacional  $y$  não consumida (também chamada propensão média a poupar). Representa a fonte de financiamento do investimento.

A relação produto-capital representa quantas unidades do produto podem ser produzidas por uma unidade de capital. Se tivermos, por exemplo, uma taxa de poupança de 20% e relação produto-capital de 0,36, a taxa de crescimento será:

$$y' = 0,2 \times 0,36 = 0,072$$

Isso significa que é possível um crescimento potencial de 7,2% se o país apresentar uma taxa de poupança de 20% da renda e de uma relação produto-capital de 0,36 (ou, inversamente, de uma relação capital-produto de 2,8).

Trata-se de um modelo bastante utilizado em planejamento econômico, embora seja muito agregado. Por detrás da taxa de poupança e da relação produto-capital agregada, existem muitos fatores que precisam ser considerados.

Não é tão simples a relação entre a poupança, o investimento e a taxa de crescimento do produto. A razão é que a *eficiência* ou *produtividade* do investimento pode variar amplamente. Os governos podem investir em ativos relativamente improdutivos ou impor políticas que acabem incentivando investimentos privados improdutivos. Ademais, alguns investimentos têm impacto mais demorado sobre o produto, como os investimentos em educação e saúde. Países mais pobres têm de direcionar muitos recursos para a área social, o que requer investimentos elevados. O nível de conhecimento tecnológico e o grau de qualificação da mão-de-obra também condicionam a produtividade do investimento.

O modelo foi apresentado em termos da taxa de crescimento do produto em termos absolutos. Para obter a taxa de crescimento do produto ou renda per capita devemos deduzir a taxa de crescimento da população. No exemplo anterior, se a população crescer 2% ao ano, a taxa de crescimento do produto per capita será de 5,2% ao ano. Nesse aspecto reside uma das maiores restrições para o crescimento de países em desenvolvimento, que normalmente apresentam elevada taxa de crescimento populacional, acima de 2% a.a.

### 5. Estágios de desenvolvimento

Rostow, analisando a evolução histórica dos países desenvolvidos, detectou cinco estágios de desenvolvimento:

- a) sociedade tradicional;
- b) pré-requisitos para o arranco;
- c) arranco (*take off*);
- d) crescimento auto-sustentável (maturidade); e
- e) idade do consumo de massa.

A *sociedade tradicional*, de modo geral, é predominantemente agrária, com pouca tecnologia e baixa renda per capita.

Na segunda etapa são criadas as *condições prévias para o arranco*, a partir de importantes mudanças econômicas e não econômicas. Há um aumento da taxa de acumulação de capital, em relação à taxa de crescimento demográfico, e uma melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra habilitada para a produção especializada em grande escala. Ocorre um aumento da produtividade agrícola, o que permite criar um excedente de recursos que vai financiar a expansão industrial (começando com a produção de bens de consumo básicos, como alimentação, têxtil etc.). Paralelamente, durante esse período são feitos grandes investimentos em infra-estrutura básica (transportes, comunicações, energia, saneamento).

O período crucial é o *arranco (take off) (terceira etapa do processo)*. Nessa etapa, o processo de crescimento contínuo se institucionaliza na sociedade. Isso porque, na segunda etapa, ainda há uma certa resistência, já que a sociedade se caracteriza ainda por atitudes e técnicas produtivas tradicionais. Mais especificamente, Rostow define a etapa do arranco a partir das seguintes mudanças:

- a) a taxa de investimento líquida se eleva de 5% para mais de 10% da renda nacional;
- b) surgem novos segmentos industriais, de rápido crescimento, associados, principalmente, a bens de consumo duráveis (televisores, geladeiras etc.);
- c) emerge uma estrutura política social e institucional, que é bastante favorável ao crescimento sustentado.

A partir da experiência histórica da Grã-Bretanha, Japão, Estados Unidos e Rússia, Rostow conclui que só esse período dura cerca de 20 anos.

A quarta etapa, a da "*marcha para o amadurecimento*", leva cerca de 40 anos. Em seu transcurso, a moderna tecnologia se estende dos setores líderes, que impulsionaram o arranco, para outros setores. A economia demonstra que tem a habilidade tecnológica e empresarial para produzir qualquer coisa que decida produzir.

Finalmente, a economia atinge a quinta etapa, a "*era do alto consumo de massa*", quando os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia, e serviços. Nessa fase, a renda ascendeu a níveis onde os principais objetivos de consumo dos trabalhadores não são mais a alimentação básica e a moradia, mas sim automóveis, microcomputadores etc. Além disso, a economia, através de seu processo político, expressa um desejo de destinar recursos ao bem-estar e à segurança social.

Segundo Rostow, os Estados Unidos, o Japão e a maior parte das nações da Europa Ocidental já alcançaram a última etapa.

Existem algumas críticas à teoria formulada por Rostow. Tratar-se-ia mais de uma análise empírica, *ad hoc*, a partir da observação do que ocorreu com os países desenvolvidos, do que uma análise científica. Muitos historiadores não vêem uma clara distinção entre a segunda e a terceira etapas (período de condições prévias e *take off*). Ainda, Rostow parece dar a entender que a evolução industrial só se pode dar após a melhoria da produtividade agrícola, e não ocorrerem simultaneamente.

De qualquer modo, a essência da chamada Teoria de Etapas, de Rostow, ilustra o fato de que o desenvolvimento econômico é um processo que deve avançar em uma determinada seqüência de passos claramente definidos.

## 6. Estratégias de desenvolvimento: da substituição de importações para a abertura comercial

A industrialização é a chave para o desenvolvimento. Entretanto, o processo de desenvolvimento dos países industrializados foi iniciado com um grande aumento da produtividade agrícola, o que permitiu liberar mão-de-obra e recursos para as áreas urbanas, para construir o parque industrial.

Na década de 50 e no início dos anos 60, acreditava-se amplamente que a industrialização nos países em desenvolvimento ocorreria se ao setor industrial fossem assegurados mercados domésticos seguros, que permitiriam que eles se desenvolvessem. A tão famosa *estratégia de substituição de importações* consistia em proteger os produtores domésticos da competição estrangeira através de quotas e tarifas, de modo que eles pudessem expandir sua produção para substituir bens que costumavam ser importados.

Por volta da década de 80 ficou claro que a estratégia de substituição de importações havia se esgotado na maior parte dos países. Os produtores domésticos, protegidos da competição estrangeira, produziam um volume pequeno com custo alto e muito pouca inovação. Na década de 80, a estratégia adotada pela maioria dos países em desenvolvimento foi a redução das barreiras comerciais. Elas começaram a liberar importações pela redução de tarifas e quotas, e a encorajar as exportações através de desvalorizações e de medidas mais diretas.

O sucesso da adoção dessa estratégia de crescimento está nas novas economias do leste asiático. Os chamados Tigres Asiáticos são a Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura; muito próximos estão países como a Malásia, a Tailândia e a Indonésia; e acima deles está o Japão.

Todas essas economias cresceram muito rapidamente nas duas últimas décadas, com base no rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados. Na verdade, eles não começaram pela liberalização das importações, mas sim através de um período de proteção aos produtores domésticos, e só depois permitiram importações com o objetivo de testar a competitividade dos produtos domésticos.

É claro que apenas a abertura comercial para o setor externo não é suficiente. Além de taxas de poupança extremamente elevadas, vem investindo em educação há muitas décadas. Em geral, eles também implantaram políticas fiscais bem cuidadosas, com o orçamento do governo permanecendo relativamente pequeno em relação ao PIB, evitando elevações indevidas de preços.

### Questões para revisão

1. Qual a diferença entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico?
2. Quais são os estágios de desenvolvimento de uma economia de acordo com Rostow?
3. Aponte as fontes de crescimento econômico.
4. Dada a relação produto-capital da economia, mostre o efeito de um aumento da taxa de poupança (ou propensão a poupar) sobre a taxa de crescimento do produto real.
5. Mostre como a eficiência do investimento, e não apenas o montante total, afeta a taxa de crescimento econômico.

## Glossário

**Abertura comercial.** Redução das barreiras comerciais sobre quotas, tarifas e entraves burocráticos.

**Argumentos normativos.** Contém, explícita ou implicitamente, um juízo de valor sobre alguma medida econômica. É uma análise do que deveria ser.

**Argumentos positivos.** Estão contidos em análise que não envolve juízo de valor, estando esta estritamente limitada a argumentos descritivos, ou medições científicas. É uma análise do que é a realidade econômica.

**Arranco.** Etapa do processo de crescimento, onde ele se institucionaliza, com o surgimento de novos segmentos industriais, associados a bens de consumo duráveis.

**Balança comercial.** Item do balanço de pagamentos em que são lançadas as exportações e as importações de mercadorias, em termos FOB.

**Balanço de pagamentos.** Registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo. Envolve transações com mercadorias, serviços e com capitais (monetários e físicos).

**Balanço de serviços.** Item do balanço de pagamentos em que são lançadas as transações com serviços, como fretes, seguros, viagens internacionais, juros, lucros, *royalties*, assistência técnica etc.

**Balanço de transações correntes.** Parte do balanço de pagamentos relativa à soma da balança comercial, do balanço de serviços e de transferências unilaterais. Também chamado de saldo em conta corrente do balanço de pagamentos.

**Base monetária.** Total de moeda em poder do setor privado, inclusive as reservas dos bancos comerciais. Também chamada de moeda de alta potência (*high power money*) ou passivo monetário das autoridades monetárias.

**Bem de consumo saciado.** Dada uma variação na renda do consumidor, a quantidade demandada não se altera, *coeteris paribus*. Nesse caso, a elasticidade-renda da demanda é nula. Exemplo: alimentos como arroz, sal etc.

**Bem de Giffen.** Única exceção à Lei Geral da Demanda. A quantidade demandada de um bem varia diretamente com o preço do bem, *coeteris paribus* (curva de procura positivamente inclinada). É um tipo de bem inferior.

Bem inferior. Tipo de bem em que a quantidade demandada varia inversamente a variações na renda do consumidor, *coeteris paribus*. Assim, se a renda aumenta, a quantidade procurada diminui; se a renda cai, a quantidade procurada aumenta. A elasticidade-renda da demanda é negativa.

Bem normal. Tipo de bem em que a quantidade demandada varia diretamente a variações na renda do consumidor, *coeteris paribus*. Assim, se a renda aumenta, a quantidade procurada aumenta; se a renda cai, a quantidade demandada também cai. A elasticidade-renda da demanda é positiva e menor que um.

Bem público. Refere-se ao conjunto de bens gerais fornecidos pelo setor público: educação, justiça, segurança, transportes etc.

Bem superior ou de luxo. A quantidade demandada varia mais que proporcionalmente a variações na renda do consumidor, *coeteris paribus*. A elasticidade-renda da procura é maior que um.

#### Bens complementares. Bens consumidos conjuntamente.

Bens de capital. Bens utilizados na fabricação de outros bens, mas que não se desgastam totalmente no processo produtivo. É o caso de máquinas, equipamentos e instalações.

Bens de consumo. Bens destinados diretamente ao atendimento das necessidades humanas. Podem ser classificados em duráveis (fogões, automóveis) ou não duráveis (alimentos, produtos de higiene e limpeza).

Bens finais. Bens que são vendidos para consumo ou utilização final.

Bens intermediários. Bens que são transformados ou agregados na produção de outros bens, e que são consumidos no processo produtivo.

Bens substitutos (ou concorrentes). O consumo de um bem substitui o consumo de outro.

Brechas fiscais. Referem-se a lacunas na lei que possibilitam a discussão do não recolhimento do tributo por parte do contribuinte. V. p. 200.

Cartel. Organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor, que determina as políticas para todas as empresas desse setor. O cartel fixa os preços e as quotas de cada empresa.

Clássicos. Predominaram entre o final do século XVIII e início do século XIX, consolidando a Economia como corpo científico próprio. Lançaram as bases do liberalismo econômico, onde prevalecem as forças de mercado, sem intervenção governamental. Seus expoentes foram Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean Baptiste Say.

*Coeteris paribus*. Expressão latina que significa "tudo o mais constante". Na Microeconomia, analisa-se um dado mercado, isolado dos demais. É a análise do equilíbrio parcial.

Concorrência monopolista (ou imperfeita). Estrutura de mercado com inúmeras empresas, produto diferenciado, livre acesso de firmas ao mercado, na medida em que elas possuem a tecnologia e o volume apropriado de capital.

Concorrência perfeita. Estrutura de mercado com número expressivo de firmas, com produto homogêneo, não existindo barreiras à entrada ou à saída de firmas.

Consumo autônomo (ou consumo mínimo da coletividade). Consumo da coletividade quando a renda nacional é zero. Ou seja, é a parcela do consumo que independe da renda nacional.

Contabilidade social. Registro contábil da atividade econômica de um país num dado período (normalmente, um ano). É uma técnica que se preocupa com a definição e métodos de quantificação dos principais agregados macroeconômicos, como produto nacional, consumo global, investimentos, exportações etc.

Crescimento econômico. Crescimento contínuo da renda total e *per capita* ao longo do tempo.

Curto prazo. Período de tempo no qual existe pelo menos um fator de produção fixo.

Curva (fronteira) de possibilidades de produção (CPP). Fronteira máxima daquilo que a economia pode produzir, dados os recursos produtivos limitados. Mostra as alternativas de produção da sociedade, supondo os recursos plenamente empregados.

Curva de Lafer. Mostra que após um certo nível da alíquota do imposto, qualquer elevação da taxa, em vez de aumentar a arrecadação total do governo, resulta em uma redução devido à evasão fiscal (sonegação) e num desestímulo provocado sobre os negócios em geral.

Curva de Phillips. Mostra que existiria uma relação inversa entre taxas de salários e taxas de desemprego.

Custo de oportunidade. Grau de sacrifício que se faz ao optar pela produção de um bem, em termos da produção alternativa sacrificada. Também chamado de *custo alternativo* ou *custo implícito* (por não envolver desembolso monetário).

Custo fixo médio (CFMe). Custo fixo total dividido pela quantidade produzida.

Custo fixo total (CFT). Parcela do custo que se mantém fixa quando a produção varia (aluguéis). Ou seja, são os gastos com fatores fixos de produção.

Custo total (CT). Gasto total da empresa com fatores de produção. Compõe-se de custos variáveis e fixos.

Custo total médio (CTMe ou CMe). Custo total dividido pela quantidade produzida. Também chamado de custo unitário.

Custo variável médio (CVMe). Custo variável total dividido pela quantidade produzida.

Custo variável total (CVT). Parcela do custo que varia quando a produção varia (salários e matérias-primas). Depende da quantidade produzida.

Custos contábeis. Envolvem dispêndio monetário. É o custo explícito considerado na contabilidade privada.

Custos de longo prazo. A longo prazo só existem custos variáveis. O longo prazo é um horizonte de planejamento: as empresas têm um elenco de alternativas, com diferentes escalas (tamanhos) de planta e escolhem uma delas.

**Custos marginal (CMg).** Variação do custo total dada a variação de uma unidade na quantidade produzida.

**Déficit de caixa.** Omite as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como fornecedores e empreiteiros. É a parcela do déficit público que é financiada pelas autoridades monetárias.

**Déficit nominal.** Déficit total do governo, incluindo juros e correções monetária e cambial da dívida passada. Também chamado de necessidades de financiamento do setor público — conceito nominal.

**Déficit operacional.** Diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no período, somados aos juros reais da dívida passada. Ou seja, não inclui a correção monetária e cambial da dívida. Também chamado de necessidades de financiamento do setor público — conceito operacional.

**Déficit primário.** Diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária do período. Não inclui a dívida passada.

**Deflação.** Ocorre quando retiramos o efeito da inflação das séries monetárias ou nominais. É calculada a partir da divisão da série monetária por um índice de preços (chamado deflator).

**Demanda de moeda para transações.** Parcela da demanda de moeda que o público retém com o objetivo de satisfazer suas transações normais do dia-a-dia. Depende do nível de renda: maior o nível de renda, maior a necessidade de moeda para transações.

**Demanda de moeda por especulação.** Parcela da demanda de moeda que o público retém, com o objetivo de auferir algum ganho futuro na compra de ativos (títulos, imóveis etc.). Depende do nível das taxas de juros de mercado: quanto maior a taxa de juros, mais as pessoas aplicarão em ativos, e menor a retenção de moeda para especulação.

**Demanda de moeda por precaução.** Parcela de moeda que é retida por pessoas e empresas para fazer face a pagamentos imprevistos ou atrasos de recebimentos esperados.

**Demanda derivada.** É a análise do mercado de fatores de produção. A demanda por insumos (mão-de-obra, capital) está condicionada à procura do produto final da empresa, no mercado de bens e serviços, ou dela deriva.

**Demonstrativo de renúncias fiscais.** Balanço das perdas de receita que decorrem de isenções e subsídios concedidos pelo governo federal.

**Depreciação.** Consumo do estoque de capital físico, em determinado período.

**Desemprego disfarçado.** A produtividade marginal da mão-de-obra é zero. Por exemplo, numa agricultura de subsistência, a transferência de trabalhadores do campo para a cidade praticamente não diminui o produto agrícola.

**Desemprego estrutural ou tecnológico.** O desenvolvimento tecnológico do capitalismo marginaliza a mão-de-obra, por ser capital-intensivo. Também chamado *desemprego marxista*. V. p. 120.

**Desemprego friccional ou taxa natural de desemprego.** Devido à mobilidade transitória da mão-de-obra, mudando de setor ou de região.

**Desemprego keynesiano ou conjuntural.** Ocorre quando a demanda agregada é insuficiente para absorver a oferta agregada de pleno emprego.

**Desenvolvimento econômico.** Parte da Teoria Econômica que se preocupa com a melhoria do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo. Estuda questões como progresso tecnológico, estratégias de crescimento etc.

**Despesa nacional.** Total dos gastos dos vários agentes econômicos, em termos agregados. Compõe-se das Despesas de Consumo, Despesas de Investimento, Despesas Correntes do Governo e Despesas Líquidas do Setor Externo (Exportações menos Importações).

**Desvalorização nominal de câmbio.** Aumento da taxa cambial (cruzeiros reais por dólar, por exemplo).

**Desvalorização real do câmbio.** Ocorre quando a desvalorização nominal supera a taxa de inflação interna. Pode ser medida pela relação câmbio-salários (que é a variação da taxa de câmbio sobre a variação da taxa de salários), ou então pela relação entre a variação da taxa de câmbio sobre a variação da inflação interna.

**Economia.** Pode ser definida como a ciência social que estuda a maneira pela qual os homens decidem empregar recursos escassos a fim de produzir diferentes bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

**Economia a dois setores.** Numa economia simplificada, supõe-se que os únicos agentes são as empresas (que produzem bens e serviços) e as famílias (que auferem rendimentos pela prestação de serviços).

**Economia a quatro setores.** Uma economia completa, com os quatro agentes: famílias, empresas, setor público e setor externo.

**Economia a três setores.** Uma economia hipotética, fechada, com três agentes: famílias, empresas e setor público.

**Economia centralizada (ou economia planificada).** Sistema econômico em que as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento, e não pelo mercado, predominando a propriedade pública dos recursos de produção.

**Economia de mercado.** Sistema econômico em que as questões econômicas fundamentais são resolvidas pelo mercado. Caracteriza-se também pela propriedade privada dos recursos de produção. Pode ser uma economia de mercado pura (*sistema de concorrência pura*) ou ter a interferência do governo (*sistema de economia mista*).

**Economia informal.** Reflete a desobediência civil a atividades normais de mercado (sonegação, não registro em carteira de trabalho, caixa 2).

**Economia internacional.** Parte da Teoria Econômica que estuda as relações entre os países, as quais envolvem transações com mercadorias, transações com serviços e transações financeiras.

Efeito Tanzi (ou Olivera-Tanzi). A inflação corrói o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem entre o fato gerador e o recolhimento dos impostos.

Efeito-preço total. Variação da quantidade demandada, quando varia a preço do bem, *coeteris paribus*. Divide-se em efeito renda e efeito substituição.

Efeito renda. Dada uma variação no preço de um bem, é o efeito sobre a quantidade demandada desse bem, derivado de uma mudança na renda real (ou poder aquisitivo) do consumidor, supondo a renda monetária e os preços dos outros bens constantes. Por exemplo, se o preço do bem  $x$  aumenta, a quantidade demandada  $x$  cai, porque o poder aquisitivo do consumidor diminui, *coeteris paribus*.

Efeito substituição. Dada uma variação no preço de um bem, é o efeito sobre a quantidade demandada desse bem, derivado de uma alteração nos preços relativos dos bens, supondo a renda monetária e os preços dos outros bens constantes. Por exemplo, se o preço do bem  $x$  aumenta, a quantidade demandada de  $x$  cai, porque o bem  $x$  fica relativamente mais caro que os outros bens, *coeteris paribus*.

Eficiência marginal do capital. Taxa de retorno esperada sobre a compra de um bem de capital. É a taxa que iguala o valor dos retornos líquidos que se espera obter com o investimento com o preço de aquisição do equipamento.

Elasticidade no ponto médio (ou no arco). Calculada a partir dos pontos médios, e não num ponto específico (por exemplo, preço médio e quantidade média).

Elasticidade no ponto. Calculada em um ponto específico (por exemplo, a um dado nível de preço e quantidade).

Elasticidade-preço cruzada da demanda. Variação percentual na quantidade demandada, dada a variação percentual no preço de outro bem, *coeteris paribus*. Quando é positiva, os bens são *substitutos*; quando é negativa, os bens são *complementares*.

Elasticidade-preço da demanda. Variação percentual na quantidade demandada, dada a variação percentual no preço do bem, *coeteris paribus*. Quando é maior que um (em módulo), o bem tem *demanda elástica*; quando é menor que um (em módulo), o bem tem *demanda inelástica*; quando é igual a um, o bem tem *demanda de elasticidade unitária*.

Elasticidade-preço da oferta. Variação percentual na quantidade ofertada, dada a variação percentual no preço do bem, *coeteris paribus*. Quando é maior que um, o bem tem *oferta elástica*; quando é menor que um, o bem tem *oferta inelástica*; quando é igual a um, o bem tem *oferta de elasticidade unitária*.

Elasticidade-renda da demanda. É a variação percentual na quantidade demandada, dada uma variação percentual na renda, *coeteris paribus*. Quando maior que um, é um *bem superior* ou *de luxo*; quando é menor que um e maior que zero, é um *bem normal*; quando é menor que zero, é um *bem inferior*.

Elasticidade. Alteração percentual em uma variável, dada uma variação percentual em outra, *coeteris paribus*.

Equilíbrio geral. Procura analisar se o comportamento independente de cada agente econômico conduz todos a uma posição de equilíbrio global, considerando-se a interdependência entre os mercados.

Equilíbrio parcial. Analisa um mercado específico, isoladamente de outros mercados.

Era do consumo de massa. Etapa do processo de crescimento onde ele se consolida, quando os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia e serviços. São destinados mais recursos para o bem-estar e a segurança social.

Estabilizador automático (*built in*). A tributação progressiva tem efeito anticíclico sobre a renda disponível. Por exemplo, na recessão, o contribuinte que tivesse sua renda diminuída desceria de alíquota e teria uma redução no imposto, o que faria com que a renda disponível diminuísse menos que a renda nacional total.

Estagflação. Situação que ocorre quando tem-se paralelamente taxas elevadas de inflação e recessão econômica.

Estruturalismo. Corrente econômica surgida na América Latina, que supõe que a inflação em países subdesenvolvidos está associada a tensões de custos, causadas por deficiências estruturais e conflitos distributivos.

*Ex ante*. Valores previstos, projetados, planejados, *a priori*. O que julgamos que vai ocorrer no início de um período. São os valores considerados na Teoria Macroeconômica.

*Ex post*. Valores realizados, ocorridos *a posteriori*. São os valores medidos após sua ocorrência no passado. São as variáveis consideradas na contabilidade social.

Externalidades (economias externas). Quando a produção ou o consumo de um bem acarreta efeitos sobre outros indivíduos, e que não se refletem nos preços.

Falhas de informação. Como os agentes econômicos têm informação imperfeita a respeito dos preços de bens e serviços, eles não tomarão decisões corretamente, quando forem ao mercado desejando adquiri-los.

Fatores de produção. São os recursos de produção da economia, constituídos pelos recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), terra, capital e tecnologia.

Financiamento oficial compensatório. Item do balanço de pagamentos que mostra como o saldo foi financiado ou alocado. É composto dos itens Haveres e Obrigações no Exterior, Operações de Regularização com o FMI e Atrasados Comerciais. Também chamado de Movimento de Capitais Oficiais.

Fiscalistas. Corrente que defende a atuação ativa do Estado, através de política econômica. Também chamados de *keynesianos*. Seus expoentes são James Tobin e Paul Anthony Samuelson.

Fisiocracia. Uma das escolas precursoras da Economia, embora ainda muito influenciada por questões de Filosofia, Ética e Religião, teve seu apogeu entre 1760 e 1770. Os fisiocratas preocuparam-se com a questão da repartição do produto entre setores da atividade, e enfatizaram as leis naturais do universo que condicionariam as relações econô-

nicas. Seu principal expoente foi o médico François Quesnay, provavelmente o principal responsável por termos como fluxos, órgãos e circulação, que são de uso comum também em Economia.

Flutuação suja ou *Dirty Floating*. Mesmo no regime de taxa de câmbio flutuante, o Banco Central, como principal agente do mercado, tanto na compra como na venda de divisas, consegue manter a taxa de câmbio nos níveis por ele desejados.

Fluxo circular de renda. Fluxo que se estabelece entre as unidades produtoras e unidades apropriadoras de renda, no mercado de bens e serviços e no mercado de fatores de produção.

Função produção. Relação técnica entre a quantidade física de fatores de produção e a quantidade física do produto em determinado período de tempo.

Funções da moeda. Meio ou instrumento de troca; unidade de medida (ou unidade de conta); reserva de valor.

Funções do Banco Central. Banco emissor; banco dos bancos; banco do governo; banco depositário das reservas internacionais.

Hiato deflacionário. Insuficiência da demanda agregada em relação à oferta agregada de pleno emprego. Tem-se uma situação de desemprego de recursos. Mostra de quanto a demanda agregada deve ser aumentada para que possa atingir o equilíbrio de pleno emprego.

Hiato inflacionário. Excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada de pleno emprego. Tem-se aqui uma inflação de demanda. Mostra de quanto a demanda deve cair para restabelecer o equilíbrio de pleno emprego.

Homogeneidade (produto homogêneo). Acontece quando todas as firmas oferecem um produto semelhante, homogêneo. Não há diferenças de embalagem e qualidade do produto nesse mercado.

Imposto *ad valorem*. Imposto indireto, com alíquota (percentual) fixada e com valor (em \$) variando de acordo com o preço da mercadoria.

Imposto específico. Imposto indireto, com valor (em \$) fixado, independentemente do preço da mercadoria.

Imposto inflacionário. Espécie de taxa que o Banco Central impõe à coletividade, pelo fato de deter o monopólio das emissões, e nunca ter perda de poder de compra, mesmo com inflação elevada.

Imposto sobre a renda. A incidência ocorre sobre os fluxos de rendimento, mensais e de ajuste anual.

Imposto sobre a riqueza (patrimônio). A base tributária é o estoque acumulado de riqueza sob a forma de patrimônio.

Imposto sobre vendas de mercadorias e serviços. A base tributária é a compra e venda de mercadorias e serviços.

Incidência tributária. É a carga ou proporção do imposto paga efetivamente pelos consumidores e pelos produtores.

Índice da carga tributária líquida. Porcentagem do total de impostos diretos e indiretos, excluídas as transferências e subsídios ao setor privado, em relação ao PIB a preços de mercado.

Índice de preços. Número que reflete o crescimento dos preços de um conjunto de bens, servindo para medir a taxa de inflação e deflacionar séries monetárias ou nominais.

Inflação. Aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços.

Inflação de custos. Ocorre quando o nível de demanda agregada permanece o mesmo, mas os custos de produção aumentam, diminuindo a oferta agregada. Também chamada de *inflação de oferta*.

Inflação de demanda. Diz respeito ao excesso de demanda agregada, em relação à produção disponível (oferta agregada) de bens e serviços.

Inflação de expectativas ou psicológica. A inflação corrente provoca a expectativa de que ela vai continuar aumentando no futuro, e os empresários corrigem preventivamente seus preços.

Inflação inercial. Inflação decorrente dos reajustes de preços e salários provocada pelo mecanismo de indexação ou de correção monetária.

Institucionalistas. Críticam o alto grau de abstração da Teoria Económica e o fato da mesma não incorporar em sua análise as instituições sociais. Seus grandes expoentes: John Kenneth Galbraith e Thorstein Veblen.

Investimento agregado ou taxa de acumulação de capital. É o aumento da capacidade produtiva da economia num dado período. É o gasto em bens que permitirão o aumento do consumo e do fluxo de renda futuro. Seus componentes são máquinas, equipamentos e construções (investimentos em bens de capital, ou formação bruta de capital fixo) e variações de estoques.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Por determinação da Constituição Federal de 1988, o Executivo deve definir a cada ano suas metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, e o faz por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta lei determina os parâmetros que devem ser observados na elaboração da Lei orçamentária anual, dispõe sobre as modificações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

Lei de Say. Princípio criado pelo francês Jean Baptiste Say, segundo o qual a oferta cria sua própria procura.

Lei dos rendimentos decrescentes. Ao aumentar-se o fator variável (mão-de-obra), sendo dada a quantidade de um fator fixo, a produtividade marginal do fator variável cresce até certo ponto e, a partir daí, decresce até tornar-se negativa. Vale apenas se mantiver um fator fixo (portanto, só vale a curto prazo).

Lei Geral da Oferta. A quantidade ofertada de um bem ou serviço varia na relação direta com o preço do próprio bem, *coeteris paribus*.

Lei Geral da Demanda. A quantidade demandada de um bem ou serviço varia na relação inversa do preço do próprio bem, *coeteris paribus*.

**Leis Antitruste.** Atuam sobre a formação de preços em mercados monopolizados e oligopolizados, e sobre a conduta das empresas.

**Liberalismo.** Corrente econômica criada no século XVIII, que acredita que os mercados, sem interferência do governo, como que guiados por uma "mão invisível", conduzem a economia ao pleno emprego.

**Longo prazo.** Período de tempo no qual todos os fatores de produção variam, ou seja, não existem mais fatores fixos.

**Lucro extraordinário.** Uma vez que os custos totais já incluem os lucros normais (a remuneração do empresário, ou seu custo de oportunidade), ocorrerão lucros extraordinários quando as receitas totais forem superiores aos custos totais.

**Lucro normal.** Remuneração do empresário, medida pelo custo de oportunidade de estar empregando seus recursos em dada atividade, e não numa alternativa. Nas curvas de custo, a teoria econômica incorpora os custos de oportunidade associados aos insumos, ou seja, remuneram-se todos os fatores de produção de propriedade do empresário.

**M1.** Moeda em poder do público + depósitos a vista nos bancos comerciais.

**M2.** M1 + títulos públicos.

**M3.** M2 + depósitos de poupança.

**M4.** M3 + títulos privados (depósitos em CDB, RDB, letras).

**Macroeconomia.** Estudo da determinação e do comportamento dos grandes agregados como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços etc.

**Mais-valia.** Conceito criado por Marx. Refere-se à diferença entre o valor das mercadorias que os trabalhadores produzem e o valor da força de trabalho vendida aos capitalistas. Os lucros, juros e aluguéis, que são rendimentos da propriedade, representam a expressão da mais-valia.

**Mão invisível.** A base do pensamento liberal da escola clássica: milhões de consumidores e milhares de empresas, sozinhos, como que guiados por uma mão invisível, encontram a posição de equilíbrio nos vários mercados, sem intervenção do Estado. É o *laissez-faire*.

**Marcha para o amadurecimento.** Etapa do processo de crescimento onde a moderna tecnologia se estende dos setores líderes, que impulsionaram o arranco, para outros setores.

**Marginalismo.** Base do pensamento neoclássico. Os conceitos de margem, como utilidade marginal, receita marginal, custo marginal, são mais relevantes para a tomada de decisões por parte de consumidores e empresários, do que os conceitos de média (produtividade média, custo médio etc.).

**Mark-up.** Margem da receita de vendas (faturamento) sobre os custos diretos de produção.

**Marxistas.** Escola baseada nos trabalhos de Karl Marx, desenvolvidos na segunda metade do século passado. Representa uma crítica ao capitalismo, observando que o desenvolvimento tecnológico em regimes capitalistas levaria à marginalização dos trabalhadores. Baseia sua análise a partir da luta entre capitalistas e trabalhadores.

**Matriz insumo-produto** ou de relações intersetoriais. Sistema de Contabilidade Social, criado pelo economista russo Wassily Leontief, que mostra todas as transações agregadas de bens intermediários e de bens finais da economia em determinado período.

**Maximizar lucro total.** Corresponde ao volume de produção em que a Receita Marginal (RMg) = Custo Marginal (CMg).

**Meios de pagamento.** Estoque de moeda disponível para uso do setor privado não bancário, a qualquer momento (ou seja, de liquidez imediata). É composto pela moeda em poder do público (moeda manual) e pelos depósitos a vista nos bancos comerciais (moeda escritural).

**Mercado atomizado.** Aquele com inúmeros vendedores e compradores (como "átomos"), de forma que um produtor isolado não tem condições de afetar o preço de mercado. Assim, o preço de mercado é um dado fixado para a empresa, sendo determinado no mercado pela ação conjunta de ofertantes e consumidores.

**Mercantilistas.** Praticamente os precursores do estudo econômico sistematizado. Apesar de não apresentarem um conjunto analítico homogêneo, tinham preocupações explícitas sobre a acumulação de riquezas, sobre comércio exterior e sobre a moeda. Enfatizaram o poder do Estado, considerando que o governo de um país seria mais forte e poderoso quanto maior fosse seu estoque de metais preciosos. Seus principais expoentes: William Petty e Cantillon.

**Microeconomia** (ou Teoria de Preços). Estudo do comportamento de consumidores e produtores em mercados específicos, preocupando-se como são determinados os preços e as quantidades dos bens e serviços nesses mercados.

**Modelo clássico de oligopólio** (ou modelo neoclássico). O objetivo da empresa é maximizar o lucro total (ou seja, igualar a receita marginal ao custo marginal).

**Modelo de mark-up.** Trata-se de um modelo de oligopólio, em que o objetivo da firma é maximizar o *mark-up*, e não os lucros. Esse modelo parte do pressuposto de que as firmas conhecem melhor seus custos de produção do que a demanda do produto, razão pela qual o preço do produto é fixado a partir de uma margem sobre os custos diretos de produção (*mark-up*).

**Moeda.** Objeto de aceitação geral utilizado na troca de bens e serviços. Sua aceitação é garantida por lei (ou seja, a moeda tem "curso forçado" e sua única garantia é a legal).

**Moeda escritural.** Total de depósitos a vista nos bancos comerciais. Também chamada de moeda bancária.

**Moeda manual.** Total de moeda em poder do público (empresas privadas e pessoas físicas).

**Monetarismo.** Corrente que considera que os instrumentos de política monetária são mais eficazes no combate à inflação e ao desemprego. No Brasil, essa corrente considera que a principal causa da inflação é o desequilíbrio das contas públicas. Também chamada *ortodoxa* ou *neoliberal*.

**Monetaristas.** Corrente econômica que enfatiza o papel da política monetária, que seria menos intervencionista do que a política fiscal. São também liberais, no sentido de que a atuação do Estado deve ser direcionada para o fornecimento de bens públicos, como educação, saúde, justiça, segurança. Seu principal representante: Milton Friedman.

**Monopólio.** Estrutura de mercado com uma única empresa, produto sem substitutos próximos, e onde existem barreiras à entrada de novas firmas.

**Monopólio bilateral.** Forma de mercado em que um monopsonista, na compra de um insumo, se defronta com um monopolista na venda desse insumo. Por exemplo, uma única fábrica numa cidade do interior (monopsonista na compra) que se defronta com um único sindicato de trabalhadores (monopolista na venda).

**Monopólio puro ou natural.** Mercado em que as empresas apresentam elevadas economias de escala, o que lhes permite produzir a custos unitários de produção muito baixos e vender seu produto a preços que inviabilizam a entrada de novas firmas no mercado.

**Monopsônio.** Único comprador se defronta com muitos vendedores de fatores de produção.

**Movimento de capitais.** Parte do balanço de pagamentos relativa às transações com capitais internacionais, físicos ou monetários. Compõe-se dos seguintes itens: investimentos diretos, reinvestimentos, empréstimos e financiamentos autônomos e amortizações.

**Multiplicador da base monetária.** Variação dos meios de pagamento, dada uma mudança no saldo da base monetária. A variação dos meios de pagamento é um múltiplo da variação da base monetária. É também chamado simplesmente de multiplicador monetário.

**Multiplicador keynesiano de gastos.** Variação da renda nacional, dada uma variação autônoma em algum dos componentes da demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo, tributação, exportações ou importações). A renda nacional varia num múltiplo da variação de algum elemento autônomo da demanda agregada.

**Neoclássicos.** Escola que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. A partir de princípios liberais (economia de mercado), foi responsável pela consolidação da formalização analítica em Economia e pelo uso intensivo da Matemática. A preocupação principal era com a alocação ótima de recursos. Criou a Teoria do Valor Utilidade, pela qual o preço dos bens é formado a partir do grau de satisfação que o consumidor espera obter do bem, contrapondo-se à Teoria do Valor-Trabalho, pela qual o valor dos bens seria derivado do lado da oferta, ou dos custos da mão-de-obra. Seus principais expoentes: Alfred Marshall, Leon Walras, Vilfredo Pareto, Joseph Schumpeter e Francis Edgeworth, entre outros.

**Oferta.** Quantidade de determinado bem ou serviço que os produtores desejam vender, em dado período de tempo.

**Oligopólio.** Estrutura de mercado com pequeno número de empresas que dominam o mercado, sendo que existem barreiras à entrada de novas empresas.

**Oligopsônio.** Poucos compradores defrontam-se com muitos vendedores do fator de produção.

**Open market** ou Mercado aberto. Mercado de compra e venda de títulos públicos.

**Orçamento da seguridade social.** Compreende todas as entidades e órgãos vinculados ao Executivo, da saúde, Previdência Social e assistência social. É parte do orçamento geral da União.

**Orçamento geral da União.** É formado pela soma do orçamento fiscal, orçamento das estatais, orçamento da seguridade social e brechas fiscais.

**Orçamento público moderno.** A partir da década de 30, o Estado começou a abandonar a neutralidade econômica que caracterizava o pensamento liberal. O Estado passa a intervir para corrigir distorções do sistema econômico e estimular programas de desenvolvimento, e as alterações orçamentárias passaram a ter grande importância.

**Orçamento público tradicional.** A principal função do *orçamento tradicional* era disciplinar as finanças públicas e possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre o Executivo. O orçamento estava a serviço da concepção do Estado Liberal, que tinha por finalidade manter o equilíbrio nas contas públicas. Nesse tipo de orçamento, o aspecto econômico não estava em primeiro plano. As contas públicas caracterizavam-se por sua neutralidade e o gasto público não tinha importância significativa em termos econômicos.

**Pleno emprego de recursos.** Ocorre quando todos os recursos produtivos da economia estão totalmente utilizados, ou seja, não existe capacidade ociosa nem trabalhadores desempregados.

**Poder de monopólio.** Quando um produto ou grupo de produtores, ao trabalharem com capacidade ociosa, colocam no mercado um volume menor de produção, cobrando preços superiores àqueles que seriam praticados, se o mercado fosse competitivo.

**Política cambial.** Refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio.

**Política comercial.** Refere-se a medidas específicas para incentivar ou inibir o comércio exterior. Podem ser de ordem monetária, fiscal ou qualitativas, como a imposição de controles e barreiras a determinadas importações.

**Política de gastos públicos.** Refere-se à alocação e distribuição dos gastos do setor público.

**Política de rendas.** Diz respeito à interferência direta do governo na formação de preços, por meio de congelamento de preços e salários, fixação de reajustes salariais etc.

**Política fiscal.** Controle e administração das contas públicas através da política tributária e de gastos.

**Política monetária.** Diz respeito à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, crédito e o nível das taxas de juros, com o objetivo de manter a liquidez do sistema econômico.

**Política tributária.** Refere-se à arrecadação de impostos por meio da manipulação da estrutura e das alíquotas de impostos.

políticas heterodoxas. Termo associado a políticas implementadas no Brasil a partir de 1986, que localizam nos mecanismos de indexação a causa principal da inflação no país.

Corrente keynesianos. Corrente que promoveu uma releitura da obra de Keynes, procurando demonstrar que esse autor não desprezou o papel da moeda no sistema econômico. Enfatizam o papel da especulação financeira em Keynes, e defendem que o governo deve intervir na atividade econômica quando necessário. Seus expoentes: Joan Robinson, Herman Minsky, Paul Davison e Alessandro Vercelli.

Poupança agregada. Parcela da renda nacional não consumida no período; isto é, da renda gerada, parte não é gasta em bens de consumo no período.

Poupança externa. Saldo do balanço de transações correntes, com sinal trocado. Se o saldo do BTC é negativo, isso indica que o país aumentou seu endividamento externo, em termos financeiros, mas tem poupança externa positiva, pois absorveu bens e serviços em termos reais do exterior. Se o saldo do BTC é positivo, isso indica uma poupança externa negativa.

Preço absoluto. É o preço específico de um determinado bem ou serviço.

Preços relativos. É o preço de um bem comparado com os preços de outros bens.

Princípio da anualidade. Princípio legal pelo qual todo tributo só pode ser cobrado no ano seguinte à sua criação. Chamado anteriormente de *princípio da anterioridade*.

Princípio da capacidade de pagamento. Segundo este princípio tributário, os agentes (famílias, firmas) deveriam contribuir com impostos de acordo com sua capacidade de pagamento.

Princípio da demanda efetiva. Princípio criado por Keynes e pelo polonês Mikail Kalecki segundo o qual a demanda agregada é que determina as variações do produto e da renda a curto prazo. Inverte a Lei de Say, que acreditava que a oferta agregada é que seria determinante.

Princípio da discriminação ou especialização. Segundo este princípio orçamentário, as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, de forma que fiquem claras a origem e a destinação dos recursos.

Princípio da equidade. Um tributo, além de ser neutro, deve ser equânime, no sentido de distribuir o seu ônus de maneira justa entre os indivíduos. A equidade pode ser avaliada sob outros dois princípios: *princípio do benefício* e *princípio da capacidade de pagamento*.

Princípio da exclusividade. Por este princípio, o orçamento deve conter exclusivamente matérias de natureza orçamentária. Este princípio visa impedir que o orçamento seja utilizado como meio de aprovação de outras matérias que não dizem respeito às questões financeiras.

Princípio da não-vinculação das receitas. Este princípio orçamentário impede a vinculação de receitas, ou seja, nenhuma parte da receita poderá estar vinculada a determinados gastos.

Princípio da neutralidade. Segundo este princípio tributário, ocorre quando os tributos não alteram os preços relativos, minimizando sua interferência nas decisões econômicas dos agentes de mercado.

Princípio da racionalidade. Diz que os agentes econômicos sempre procuram maximizar, seja o lucro, no caso dos empresários, seja a satisfação (utilidade), no caso dos consumidores.

Princípio da unidade. Trata-se de um princípio orçamentário, que diz que cada entidade pública financeiramente auto-suficiente deve possuir apenas um orçamento. As unidades financeiramente auto-suficientes são as que não dependem de recursos do Tesouro para sua manutenção.

Princípio da universalidade. De acordo com esse princípio, o orçamento precisa conter todas as despesas e receitas do Estado.

Princípio do benefício. Segundo este princípio tributário, um tributo justo é aquele em que cada contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os benefícios que recebe do governo. De outra forma, o indivíduo paga o tributo de maneira a igualar o preço do serviço recebido ao benefício marginal que ele recebe com a sua produção.

Princípio do equilíbrio. Neste princípio reside a diferença entre o orçamento tradicional e o moderno. Para os economistas clássicos, o equilíbrio orçamentário era fundamental, pois o déficit público, caso ocorresse, deveria ser coberto por recursos da atividade produtiva. A partir da década de trinta, com o advento da economia keynesiana, o gasto público adquire a função de estabilizador da economia.

Princípio do orçamento bruto. O orçamento deve conter todas as parcelas da receita e da despesa em valores brutos, sem nenhuma dedução. Essa regra impede a inclusão de importâncias líquidas (saldos positivos ou negativos).

Princípios orçamentários. Coleção de regras que têm por finalidade aumentar a coerência e a efetividade do orçamento.

Processo de produção (ou método de produção). Caracteriza-se como diferentes combinações dos fatores de produção a um dado nível de tecnologia.

Procura (ou demanda). Quantidade de determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir, em dado período de tempo.

Produção. Processo pelo qual uma firma transforma os fatores de produção adquiridos em produtos ou serviços para a venda no mercado.

Produtividade marginal. Variação do produto, dado um aumento de 1 unidade no fator de produção. Por exemplo, a produtividade marginal da mão-de-obra é a variação da quantidade produzida dada uma alteração de 1 unidade na quantidade de mão-de-obra utilizada.

Produtividade média. Relação entre o nível do produto e a quantidade do fator de produção. Por exemplo, a produtividade média da mão-de-obra (ou produto por trabalhador) é a relação entre a quantidade produzida e o número de trabalhadores empregados.

**Produto (renda) nominal.** Produto medido a preços correntes do período. O mesmo que produto (renda) monetário.

**Produto (renda) real.** Produto medido a preços constantes de determinado ano (chamado ano-base), ou seja, é o produto deflacionado, donde se retirou o efeito da inflação.

**Produto Interno Bruto (PIB).** Renda devida à produção dentro dos limites territoriais do país.

**Produto nacional.** Valor de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo.

**Produto Nacional Bruto (PNB).** Renda que pertence efetivamente aos nacionais. É o PIB mais a renda líquida do exterior (dada pela diferença entre a renda recebida e a renda enviada, na forma de juros, lucros, *royalties* e assistência técnica).

**Produto Nacional Líquido (PNL).** Produto Nacional Bruto menos a depreciação.

**Produto Total (PT).** Quantidade total produzida em dado período de tempo. V. p. 60-61.

**Propensão marginal a consumir.** Variação do consumo agregado dada uma variação da renda nacional.

**Propensão marginal a poupar.** Variação da poupança agregada dada uma variação da renda nacional.

**Propensão média a consumir.** Relação entre o nível de consumo agregado e o nível de renda nacional. V. p. 124.

**Propensão média a poupar.** Relação entre o nível de poupança agregada e o nível de renda nacional. V. p. 209.

**Receita marginal.** Acréscimo na receita total, decorrente da venda de uma unidade adicional na quantidade vendida do bem.

**Redesconto de liquidez ou comum.** Empréstimo do Banco Central aos bancos comerciais, quando de eventual déficit na conta de compensação de cheques.

**Redesconto especial ou seletivo.** Montante de recursos que o Banco Central coloca à disposição dos bancos comerciais com o objetivo de incentivar setores específicos da economia.

**Relação produto-capital.** Relação entre a variação da renda nacional e a variação no estoque de capital da economia. Mostra quantas unidades de renda podem ser produzidas por uma unidade de capital. Também chamada de *produtividade marginal do capital*.

**Renda enviada ao exterior (RE).** Parte do que foi produzido internamente não pertence aos nacionais, principalmente o capital e a tecnologia. A remuneração desses fatores vai para fora, na forma de remessa de lucros, *royalties*, juros e assistência técnica.

**Renda líquida do exterior.** Remuneração dos ativos, de acordo com o país de origem. É a diferença entre a renda recebida do exterior e a renda enviada ao exterior, na forma de lucros, juros, *royalties* e assistência técnica. Também chamada de *serviços de fatores*. No Brasil é chamada de *renda líquida enviada ao exterior*.

**Renda nacional.** Soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros) em um dado período.

**Renda pessoal disponível.** Toda renda recebida pelas famílias, e que fica disponível para gastar ou poupar. É dada pela renda nacional (renda nacional líquida a custo de fatores) mais as transferências do governo, menos os lucros não distribuídos pelas empresas, os impostos diretos, as contribuições previdenciárias, e outras receitas do governo (taxas, multas etc.).

**Renda recebida do exterior (RR).** Recebemos renda devida à produção de nossas empresas no exterior.

**Rendimentos constantes de escala.** Se todos os fatores crescem numa dada proporção, a produção cresce na mesma proporção. As produtividades médias dos fatores de produção permanecem constantes.

**Rendimentos crescentes de escala (ou economias de escala).** Se todos os fatores de produção crescem numa mesma proporção, a produção cresce numa proporção maior. Isso ocorre porque empresas com maiores plantas permitem maior especialização de tarefas (melhor divisão do trabalho) e porque certas unidades de produção só podem ser operadas a partir de um nível mínimo de produção (as chamadas indivisibilidades na produção).

**Rendimentos decrescentes de escala (ou deseconomias de escala).** Se todos os fatores de produção crescem numa mesma proporção, a produção cresce numa proporção menor. A expansão da empresa pode provocar descentralização e acarretar problemas de comunicação entre a direção e as linhas de produção.

**Reservas compulsórias ou obrigatórias.** Parcela dos depósitos a vista que os bancos comerciais são obrigados legalmente a reter no Banco Central. Também chamadas depósitos ou encaixes compulsórios, ou simplesmente compulsório.

**Reservas totais dos bancos comerciais.** É a soma das reservas de caixa, reservas obrigatórias e reservas voluntárias junto ao Banco Central.

**Reservas voluntárias ou livres.** São contas dos bancos comerciais junto ao Banco Central para atender a seu movimento de caixa e compensação de cheques. Também chamadas depósitos ou encaixes voluntários.

**Serviços de fatores.** Correspondem aos itens do balanço de serviços, que representam remuneração a fatores de produção externos, ou seja, é a própria renda líquida do exterior, que corresponde à soma de lucros, juros, *royalties* e assistência pagos e recebidos do exterior.

**Serviços de não-fatores.** Correspondem aos itens do balanço de serviços referentes a pagamentos a empresas estrangeiras, na forma de fretes, seguros, transporte, viagens etc.

**Sistema de concorrência pura.** Encontro do ponto de equilíbrio entre consumidores e produtores pelo mercado (sem a interferência do governo) por meio do mecanismo de preços. Base da filosofia liberal.

**Sistema de Contas Nacionais.** Sistema de Contabilidade Social criado pelo economista inglês Richard Stone, que considera apenas as transações com bens e serviços finais. Utiliza o método contábil das partidas dobradas e consiste em quatro contas básicas (PIB, renda nacional disponível, capital e transações com o resto do mundo) e em uma conta complementar (conta corrente das administrações públicas).

**Sistema de economia mista.** Sistema predominantemente de economia de mercado, mas com a participação direta do Estado, com o objetivo de eliminar distorções alocativas e distributivas que o mercado sozinho não tem condições de resolver.

**Substituição de importações.** Estratégia de desenvolvimento econômico baseada no estabelecimento de barreiras às importações de produtos que a indústria nacional tem condições de produzir.

**Taxa de câmbio.** Preço da moeda (ou divisa) estrangeira (reais por dólares, reais por marcos etc.).

**Taxa de câmbio fixa.** Ocorre quando o Banco Central mantém a taxa fixada por certo período, independente da oferta e da demanda de divisas.

**Taxa de câmbio flutuante (ou flexível).** Taxa de câmbio que varia conforme variam a oferta e a demanda de divisas. É a taxa de equilíbrio do mercado de divisas.

**Taxa de reservas bancárias.** Relação entre as reservas totais dos bancos comerciais e os depósitos a vista. V. p. 140.

**Taxa de retenção do público.** Relação entre o total da moeda em poder do público e os depósitos a vista. Também pode ser definida como a relação entre o total da moeda em poder do público e o saldo dos meios de pagamentos.

**Tecnologia.** Inventário dos métodos de produção conhecidos. É o "estado da arte".

**Teorema do Orçamento Equilibrado.** Se o governo efetuar gastos no mesmo montante dos impostos recolhidos (isto é, se o orçamento estiver equilibrado), o nível de renda nacional aumentará no mesmo montante do aumento nos gastos e nos impostos. Também chamado de *Teorema do Multiplicador Unitário* ou ainda *Teorema de Haavelmo*.

**Teoria de Produção.** Refere-se às relações tecnológicas e físicas entre a quantidade produzida e a quantidade de insumos utilizados na produção.

**Teoria do Bem-Estar ou *Welfare*.** Estuda como alcançar soluções socialmente eficientes para o problema da alocação e distribuição dos recursos, isto é, encontrar a alocação ótima de recursos.

**Teoria dos Custos.** Parte da Teoria Microeconômica que analisa as relações entre os preços dos insumos e a produção física.

**Teoria Quantitativa da Moeda.** Dada pela expressão  $MV = Py$ , em que  $M$  é a quantidade de moeda;  $V$  é a velocidade-renda da moeda;  $P$  é o nível geral de preços; e  $y$  a renda nacional (PIB), sendo  $Py$  a renda nominal. Ela mostra que, multiplicando o estoque de moeda pela velocidade com que a moeda cria renda, tem-se o total da renda nominal.

**Transferências unilaterais.** Item do balanço de pagamentos em que são lançados os donativos recebidos e enviados a outros países, seja em mercadorias ou donativos financeiros. Também chamadas de donativos.

**Transparência do mercado.** Os consumidores e os vendedores conhecem tudo sobre o mercado (preços, lucros etc.).

**Tributo direto.** Incide diretamente sobre a renda das pessoas (exemplo: imposto de renda).

**Tributo indireto.** Incide sobre o preço das mercadorias (p. ex. ICMS, IPI). Também chamado Imposto de Venda, pode ser específico e *ad valorem*.

**Tributo progressivo.** Quanto maior o nível de renda, maior a proporção paga do imposto em relação à renda.

**Tributo proporcional ou neutro.** A proporção arrecadada do imposto permanece constante para todos os níveis de renda.

**Tributo regressivo.** Quanto maior o nível de renda, menor a proporção paga do imposto relativamente à renda.

**Utilidade marginal.** Acréscimo do grau de satisfação (ou de utilidade) do consumidor, ao adquirir uma quantidade adicional de um bem ou serviço.

**Utilidade total.** É o grau de satisfação do consumidor.

**Valor adicionado.** Consiste em calcular o que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo. É dado pela diferença entre o valor bruto da produção (receita de vendas) e as compras de bens intermediários (matérias-primas e componentes).

**Varição na demanda.** Deslocamento da curva da demanda devido a alterações no preço de outros bens (substitutos ou complementares), na renda do consumidor ou nas preferências do consumidor.

**Varição na oferta.** Deslocamento da curva de oferta devido a alterações no preço de outros bens (substitutos na produção), no custo dos fatores de produção, na tecnologia ou nos objetivos empresariais.

**Varição na quantidade demandada.** Movimento ao longo da própria curva de demanda devido à variação do preço do próprio bem, supondo todas as demais variáveis constantes.

**Varição na quantidade ofertada.** Movimento ao longo da própria curva de oferta, devido a variação do preço do próprio bem, supondo todas as demais variáveis constantes.

**Velocidade-renda da moeda ou velocidade de circulação da moeda.** Número de giros que a moeda dá, em certo período, criando renda nacional. É dada pela relação entre a renda nominal (PIB corrente) e o saldo dos meios de pagamento.

II  
YI  
1  
3  
4  
6  
6  
7

## Bibliografia

- CARDOSO, Eliana. *A economia brasileira ao alcance de todos*. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- Manual de Economia*, Equipe de professores da USP. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1998.
- SAMUELSON, P. A. e NORDHAUS, W. D. *Economia*. 12. ed. Lisboa, McGraw-Hill, 1988.
- SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. São Paulo, Atlas, 1995. caps. 1, 2 e 3.
- VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. *Microeconomia*. São Paulo, Atlas, 1996.
- VASCONCELLOS, M. A. S. e TROSTER, R. L. *Economia básica*. São Paulo, Atlas, 1995.
- VICECONTI, P. E. V. e NEVES, S. *Introdução à Economia*. São Paulo, Frase Editora, 1995.
- WONNACOTT, P. e WONNACOTT, R. *Economia*. São Paulo, McGraw-Hill, 1995.

# Índice Analítico

- A
- Abertura comercial, 211-212  
 Acumulação de capital, 208  
 Agregados econômicos, 93  
 Argumentos normativos, 9  
 Argumentos positivos, 9  
 Aristóteles, 14  
 Arranco, 210  
 Ativos financeiros, 136, 149, 150
- B
- Balança comercial, 165, 170-171, 174  
 Balanço de capitais, 170-171  
 Balanço de pagamentos, 169, 170-174, 177  
 Balanço de serviços, 170-174  
 Balanço de transações correntes, 170-71, 173  
 Banco Central do Brasil, 137-138, 156, 158-159  
 Banco Central, funções do, 137, 220  
 Bancos, 91, 138-139, 152-154, 156-157, 160  
 Base monetária, 140-141, 155  
 Bem de Giffen, 39  
 Bem superior, 41  
 Bens complementares, 39-40, 54  
 Bens de capital, 8, 100-101, 112  
 Bens de consumo, 4, 8  
 Bens de consumo saciado, 40  
 Bens e serviços, 2, 34, 90, 102, 120-122, 36  
 Bens econômicos, 36  
 Bens finais, 8, 93  
 Bens inferiores, 40  
 Bens intermediários, 8  
 Bens públicos, 188-191
- Bens semipúblicos, 191  
 Bens substitutos ou concorrentes, 39, 40, 51  
 Brechas fiscais, 200
- C
- Câmbio  
 desvalorização nominal do, 166  
 desvalorização real do, 166  
 Capacidade empresarial, 8  
 Capacidade ociosa, 4-5  
 Capitais, movimento de, 170-171  
 Capital  
 humano, 206-207  
 físico, 207  
 Capitalismo, 2  
 Cartel, 77  
*Coeteris paribus*, 31, 37  
 Comércio internacional, 162-168, 175-176  
 Comissão de Valores Mobiliários, 156, 159-160  
 Competitividade, 128, 211  
 Concorrência, 24  
 Concorrência monopolista, 78  
 Concorrência perfeita ou pura, 34, 74, 79  
 Conselho Monetário Nacional, 153-154, 156-158  
 Consumidor, 23-25, 30, 36  
 equilíbrio do, 44, 45, 46  
 Teoria do, 35, 38  
 Consumo agregado, 90, 123  
 Consumo do governo, 111  
 Conta de Capital, 170, 171  
 Conta PIB, 111  
 Conta Renda Nacional, 111-112

VII  
XXI1  
3  
4  
6  
6  
7  
9  
0  
1  
5  
6  
7  
9

Contabilidade Social, 93-94  
 Contas Nacionais, 93-94, 111  
   equações básicas das, 95-102  
   sistemas de, 93-94  
 Crédito, 25, 89, 138, 142, 146, 150  
 Crescimento económico, 6, 83-84, 205-209  
 Curto prazo, 66-68, 121  
 Curva de possibilidades de produção, 4-6  
 Custo alternativo ou de oportunidade, 5, 215, 70  
 Custo de oportunidade, 5, 70  
 Custo fixo médio, 66  
 Custo fixo total, 65  
 Custo marginal, 66-68  
 Custo total, 65-66  
 Custo total médio, 66, 68  
 Custo variável médio, 66, 68  
 Custo variável total, 65  
 Custos contábeis, 65, 70  
 Custos de curto prazo, 66-68  
 Custos de longo prazo, 66, 68-69  
 Custos dos fatores de produção, 41-43  
 Custos, Teoria dos, 34, 57

## D

Déficit de caixa, 196  
 Déficit nominal, 196  
 Déficit operacional, 196  
 Déficit primário, 196  
 Deflação, 108-109  
 Deflador do PIB, 108  
 Demanda, 37-41, 45-54, 121-122  
 Demanda de moeda, 141, 142  
 Demanda de moeda para transações, 141  
 Demanda de moeda por especulação, 141  
 Demanda de moeda por precaução, 141  
 Demanda derivada, 34, 79  
 Demanda, Lei Geral da, 37-39  
 Depreciação, 101  
 Deseconomias de escala, 63-64  
 Desemprego disfarçado, 63, 120  
 Desemprego estrutural ou tecnológico, 120

Desemprego friccional, 120  
 Desenvolvimento económico, 13  
 Desenvolvimento social, 110  
 Despesa nacional, 98  
 Divisão do trabalho, 16  
 Dumping, 167

## E

Econometria, 10-11  
 Economia de mercado, 1, 2  
 Economia a dois setores, 95-101  
 Economia a quatro setores, 95, 104-105  
 Economia a três setores, 95, 101-104  
 Economia centralizada, 3  
 Economia de escala, 63-64  
 Economia de mercado, 2, 6-8  
 Economia fechada, 6  
 Economia informal, 110  
 Economia internacional, 13, 162-168  
 Economia mista, Sistema de, 3  
 Economia normativa, 9  
 Economia positiva, 9  
 Economia, conceito, 1-2  
 Efeito renda, 39  
 Efeito substituição, 39  
 Efeito Tanzi, 183  
 Eficiência marginal do capital, 125  
 Eficiência produtiva, 6  
 Elasticidade, 48-54  
 Elasticidade no ponto médio, 51  
 Elasticidade num ponto específico, 51  
 Elasticidade-preço cruzada da demanda, 53  
 Elasticidade-preço da demanda, 49  
 Elasticidade-preço da oferta, 54  
 Elasticidade-renda da demanda, 53  
 Endividamento externo, 170  
 Equilíbrio de mercado, 44-46  
 Equilíbrio macroeconómico, 122-123  
   a pleno emprego, 123  
   com desemprego, 122, 127  
 Escassez de recursos, 3, 4  
 Especialização, 162, 163

Estabilizador automático, 195  
 Estagflação, 182  
 Estruturalismo, 186  
 Estruturas de mercado, 34-35, 74-82  
*Ex ante*, 93, 120  
*Ex post*, 93, 120  
 Exportações, 104, 167-168, 211  
 Externalidades, 24, 70

## F

Falhas de informação, 25  
 Fatores de produção, 2, 6, 7, 8, 59  
 Financiamento oficial compensatório, 171-172  
 Fiscalistas, 19-20, 148  
 Fisher, equação de trocas de, 142-143  
 Fisiocracia, 15, 219  
 Flutuação suja, 91-92, 167  
 Fluxo circular de renda, 7, 95-100  
 Fluxos monetários, 7  
 Fluxos reais, 6  
 Frish, Ragnar, 22  
 Função demanda, 38-39

## G

Galbraith, John Kenneth, 22  
 Governo, 28, 46-48, 85-89, 111-112

## H

Hiato deflacionário, 127  
 Hiato inflacionário, 128, 147

## I

IDH, índice de desenvolvimento humano, 110  
 Importações, 104, 168  
 Imposto *ad valorem*, 47  
 Imposto direto, 45, 194  
 Imposto específico, 46, 194  
 Imposto indireto, 194, 45  
 Imposto inflacionário, 183  
 Imposto progressivo, 195  
 Imposto proporcional (neutro) 194-195

Imposto regressivo, 194  
 Imposto sobre a renda, 194  
 Imposto sobre a riqueza, 194  
 Incidência tributária, 47, 52  
 Índice de preços, 113-114  
 Inflação, 84-85, 127-128, 165-166, 181-187, 197  
 Inflação de custos, 128, 147, 165-166, 182  
 Inflação de demanda, 128, 147, 181, 182  
 Inflação de expectativas ou psicológicas, 183-184  
 Inflação inercial, 185  
 Instrumentos de política económica, 87-89  
 Investimento agregado, 100-101, 124-125

## J

Juros, 8, 104, 135-137, 141-145

## K

Kalecki, Mikail, 22  
 Keynes, John Maynard, 19-20, 119  
 keynesianismo, 19-20

## L

Lafer, curva de, 195  
*Laissez-faire*, 16  
 Lei de Say, 17  
 Lei dos rendimentos decrescentes, 61-63  
 Lei geral da demanda, 37-39  
 Lei geral de oferta, 41-44  
 Leis antitruste, 24-25  
 Leontief, Wassily, 15  
 Liberalismo, 16, 84  
 Liquidez, 135-136, 148  
 Longo prazo, 59, 63-64, 68-69, 124, 125, 205  
 Lucro, 32, 72-73, 96-97, 178  
 Lucro extraordinário, 75  
 Lucro normal, 75  
 Lucro total, 72, 74

## M

Macroeconomia, 13, 83-92  
 Mais-valia, 21  
 Malthus, Thomas, 17-18  
 Mão invisível, 16  
 Marcha para o amadurecimento, 210  
 Marginalismo, 18-19  
 Mark-up, 74, 77-78, 182  
 Marshall, Alfred, 18-19  
 Marx, Karl, 21  
 Marxismo, 21  
 Matriz insumo-produto, 94  
 Maximização do lucro, 32, 72-73  
 Meios de pagamento,  
   conceito de, 135-136  
   M1 M2 M3 M4, 135-136  
 Meios de produção, 03, 21, 198  
 Mercado cambial, 150  
 Mercado de capitais, 150  
 Mercado de crédito, 150  
 Mercado monetário, 149  
 Mercantilismo, 15  
 Microeconomia, 30-35  
 Moeda, 133-148  
   conceito, 133-134  
   funções, 134  
 Moeda escritural, 135  
 Moeda fiduciária, 134  
 Moeda manual, 135  
 Moeda mercadoria, 133  
 Moeda metálica, 134  
 Monetarismo, 185  
 Monopólio, 25, 76-77  
 Monopólio bilateral, 79-80  
 Monopólio puro ou natural, 76  
 Monopsónio, 79  
 Motivo especulação, 141-142  
 Motivo precaução, 141-142  
 Motivo transação, 141-142  
 Multiplicador keynesiano de gastos, 125-  
   127, 131, 141  
 Multiplicador monetário ou de bases  
   monetárias, 140-141

## N

Neoclássicos, 18  
 Neoliberalismo, 185

## O

Oferta, 34, 41-44, 135-141  
 Oferta agregada, 90, 121  
 Oferta, lei da, 44-45  
 Oligopólio, 77-78  
   conceito, 77  
   modelo de mark-up, 77-78  
   modelo clássico, 77  
 Oligopsónio, 79  
 Open-market, 88, 138  
 Orçamento da seguridade social, 200  
 Orçamento do governo, 212  
 Orçamento geral da União, 197  
 Orçamento público tradicional, 197-198  
 Orçamento público moderno, 198

## P

Papel-moeda, 134, 135  
 Pareto, 18  
 Phillips, Curva de, 181-182  
 Pleno emprego, 4-5, 145, 147  
 Poder de monopólio, 25  
 Política cambial, 88-89, 166-167  
 Política comercial, 88-89, 166-167  
 Política de gastos públicos, 191  
 Política de rendas, 89  
 Política económica, 9, 86-89, 184-187  
 Política fiscal, 87-88, 127-128,  
 Política monetária, 88, 137-138, 144,  
   148  
 Política tributária, 46-47, 87-88  
 Políticas heterodoxas, 185  
 Poupança agregada, 100, 124  
 Poupança das famílias, 100  
 Poupança externa, 170, 208  
 Preço de equilíbrio, 45-47  
 Princípio da anterioridade ou  
   anualidade, 199  
 Princípio da capacidade de pagamento,  
   193

## Q

Quantidade demandada, 11, 39-41, 49-50  
 Quantidade ofertada, 41-45  
 Quase-moeda, 136  
 Quesnay, François, 15

## R

Receita marginal, 32  
 Receita total, 52, 72  
 Redescuento, 88, 138  
 Relação produto-capital, 207  
 Renda enviada ao exterior, 104  
 Renda líquida do exterior, 104, 170  
 Renda nacional, 102, 103  
 Renda pessoal disponível, 103  
 Renda recebida do exterior, 104  
 Rendimentos crescentes de escala, 64  
 Rendimentos constantes de escala, 64  
 Rendimentos decrescentes de escala, 64  
 Reservas compulsórias ou obrigatórias, 138  
 Reservas voluntárias ou livres, 138  
 Ricardo, David, 16, 162

## S

Say, Jean Baptiste, 17  
 Serviços de fatores, 170  
 Serviços de não-fatores, 170  
 Sistema Económico, 02-03  
 Sistema Financeiro Nacional, 148-150,  
   152, 153, 156, 158  
   estrutura do, 150, 152, 156  
   subsistema de intermediação, 151  
   subsistema normativo, 151  
 Smith, Adam, 14, 16  
 Socialismo, 3  
 Stuart Mill, John, 17  
 Subsídios, 46, 48, 168, 191  
 Substituição de importações, 167, 211,  
   230

## T

Tarifas alfandegárias, 168, 176  
 Taxa de câmbio, 164-167

- conceito de, 164-165  
determinação da, 164-166  
Taxa de câmbio fixa, 164-165  
Taxa de câmbio flutuante, 164-165  
Taxa de reservas bancárias, 140  
Tecnologia, 2, 8, 23, 59, 76, 79, 210  
Teorema do Orçamento Equilibrado, 127  
Teoria das Vantagens Comparativas, 162-164  
Teoria de Formação de Preços, 12, 30-82  
Teoria do Valor-Trabalho, 36  
Teoria do Valor-Utilidade, 36-37  
Teoria Quantitativa da Moeda, 144-145  
Tinbergen, Jan, 22  
Transações intermediárias, 94
- Transferências unilaterais, 170  
Transparência do mercado, 74
- U
- Unidades familiares, 6  
Unidades produtoras, 6  
Utilidade marginal, 37  
Utilidade total, 37
- V
- Valor adicionado, 99, 100  
Variáveis econômicas, 10  
Vazamentos, 126  
Veblen, Thorstein, 22  
Velocidade-renda da moeda, 144-145